

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Vitória de Almeida Machado

“Estendemos as mãos, unidas no mesmo ideal”? As mulheres fascistas no Brasil, em Portugal e na Espanha durante o período entreguerras

Juiz de Fora
2026

Vitória de Almeida Machado

“Estendemos as mãos, unidas no mesmo ideal”? As mulheres fascistas no Brasil, em Portugal e na Espanha durante o período entreguerras

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de doutora em História. Área de concentração: História, Cultura e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves

Coorientador: Prof. Dr. Toni Morant i Ariño

Juiz de Fora
2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Machado, Vitória de Almeida.

“Estendemos as mãos, unidas no mesmo ideal”? As mulheres fascistas no Brasil, em Portugal e na Espanha durante o período entreguerras / Vitória de Almeida Machado. -- 2026.

293 f.

Orientador: Leandro Pereira Gonçalves

Coorientador: Toni Morant i Ariño

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2026.

1. fascismo. 2. mulheres. 3. transnacionalismo. 4. imprensa feminina. 5. culturas políticas. I. Pereira Gonçalves, Leandro, orient. II. Morant i Ariño, Toni, coorient. III. Título.

VITÓRIA DE ALMEIDA MACHADO

Estendemos as mãos, unidas pelo mesmo ideal? As mulheres fascistas no Brasil, Portugal e Espanha no período entreguerras

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História. Área de concentração: História, Cultura e Poder.

Aprovada em 10/06/2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. Dr. Toni Morant i Ariño - Coorientador
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) / Universitat de València (UV)

Profa. Dra. Gabriela de Lima Grecco
Universidade Complutense de Madrid (UCM)

Profa. Dra. Daniela Traldi
Columbia University (CU)

Profa. Dra. Anne Cova
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa)

Profa. Dra. Maria Izilda Santos de Matos
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Juiz de Fora, 10/06/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Pereira Gonçalves, Professor(a)**, em 10/06/2026, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anne Cova, Usuário Externo**, em 16/06/2026, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Moraes Traldi, Usuário Externo**, em 16/06/2026, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela de Lima Grecco, Usuário Externo**, em 17/06/2026, às 05:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **MARIA IZILDA DOS SANTOS DE MATOS, Usuário Externo**, em 23/06/2026, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Protocolo de aprovação 3021682

SEI 23071.919905/2026-64 / pg. 1



Documento assinado eletronicamente por **Toni Morant i Ariño, Usuário Externo**, em 07/07/2026, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vitória de Almeida Machado, Usuário Externo**, em 02/09/2026, às 21:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **3021682** e o código CRC **7E1C8EB9**.

Para meus pais, Izabel e Miguel.

AGRADECIMENTOS

Na minha família, apenas mulheres concluíram o Ensino Superior. Sou parte da primeira geração que atravessou os portões da universidade e serei a primeira a alcançar o título de doutora. No entanto, essa conquista não é só minha. Ela é feita de muitas mãos, de muitos gestos de renúncias que não cabem em palavras. Por isso, escrevo para agradecer.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), pela oportunidade e acolhimento nestes anos. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que me concedeu a bolsa que permitiu que eu tivesse a oportunidade de ir à Espanha para desenvolver a tese, e à Universitat de València, pela acolhida.

Ao meu “ori”, Dr. Leandro Pereira Gonçalves, que, há dez anos, me abriu a porta de sua sala e, com isso, muitos caminhos. Quando eu ainda tateava a pesquisa de mestrado, ele me ajudou a ver possibilidades e, quando eu duvidei, ele me apoiou. Foi quem me ensinou a escutar arquivos, a insistir nas perguntas e a permanecer quando tudo parecia que não daria certo. Em meio à pandemia, me impulsionou a escrever o projeto da tese para pleitear uma vaga no doutorado da UFJF, além de insistir para que eu concorresse à bolsa de doutorado sanduíche – o que me permitiu viver a experiência única de morar na Espanha. Com este trabalho, encerramos formalmente uma orientação, mas não o vínculo que atravessa a escrita e permanece em forma de amizade.

Meu agradecimento intenso ao também orientador Dr. Toni Morant i Ariño, que acolheu minha pesquisa com generosidade e curiosidade. Com ele, aprendi não apenas sobre a história das mulheres, mas sobre olhar e escuta. Entre cafés e conversas, fui aprendendo a refazer perguntas e a me entusiasmar novamente com o que ainda não sei. Obrigada por dividir livros, tempo, Valência e paciência, assim como por, de tantas formas, tornar esse percurso mais leve ao compartilhar das dificuldades de ter mulheres fascistas como objeto de pesquisa.

Agradeço às professoras Anne Cova e Gabriela de Lima Grecco, pelos comentários e pelas contribuições apresentados durante o exame de qualificação, bem como pela generosa aceitação em participar desta banca. Estendo também meus agradecimentos às professoras Maria Izilda Santos de Matos e Daniela Traldi, pela disponibilidade e pela honra de integrarem este momento tão importante da pesquisa.

Aos meus pais, Izabel e Miguel. Tudo começa em vocês. Sei das ausências, das escolhas difíceis, dos sonhos guardados para que os meus pudessem existir. Em um mundo que tantas vezes nega, vocês sempre ofereceram. Mãe, por cada manhã em que arrumou meus cabelos e,

com eles, também meu dia. Por cada vez que disse *não* a si mesma para que eu pudesse ter mais. Pai, pelo cuidado simples e imenso de esquentar a água nas manhãs frias. Gesto pequeno que carrega um amor inteiro. Obrigada por me perguntarem, com tanta verdade, como eu estou. Por me deixarem ser tudo o que um dia eu sonhei para mim. Em meio à tempestade, quando tudo parecia incerto, vocês nunca deixaram que me faltasse calor.

Aos meus irmãos, Vinícius e Ígor, meus primeiros amigos e minhas primeiras referências de cuidado e proteção. Por terem aberto caminhos, por terem estado antes, por tornarem a vida mais possível quando ainda era difícil demais.

Ao Fernando, meu melhor amigo, minha exposição permanente, por permanecer inclusive nos dias em que eu mesma não conseguia. Por sentar-se ao meu lado ainda na graduação e dizer que tudo ficaria bem. À Gabbiana, minha melhor amiga, por ser riso, acolhimento e verdade. Obrigada por serem o lugar onde posso existir sem esforço nem medo.

Agradeço à Amanda, à Ivana Giovanaz, à Bruna, à Carisa, à Eliete e à Ivana Amorim, minhas amigas de tanto aprendizado e admiração absoluta. Ao Diego, meu amigo que, também no silêncio, demonstra amor.

Ao Gabriel Predebom, parceiro de pesquisa e de vida acadêmica. Começamos juntos no mestrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), seguimos caminhos que se cruzaram novamente e hoje encerramos mais uma etapa lado a lado, agora na UFJF. Entre textos, viagens e incertezas, construímos uma amizade para a vida toda.

Às minhas primas Isadora e Mariáh, por estarem sempre por perto, mesmo quando a distância existia. Por acreditarem em mim quando eu mesma hesitei. À Fernanda, por abrir sua casa, sua Barcelona e sua vida e por me permitir criar histórias juntas.

Agradeço ao Lucas, meu parceiro de caminhada e melhor dupla que já formei. Por ser abrigo nos dias difíceis, esperança nos dias incertos e leveza nos dias comuns. Por ser sempre gentileza.

RESUMO

Esta tese propõe uma análise comparativa da participação feminina em movimentos e regimes fascistas ou fascistizados no Brasil, em Portugal e na Espanha entre as décadas de 1930 e 1940, a partir da atuação das mulheres vinculadas à Ação Integralista Brasileira (AIB), à Sección Femenina (SF), da Falange Espanhola, e à Mocidade Portuguesa Feminina (MPF). A pesquisa investiga a construção de modelos de feminilidade associados aos projetos autoritários do período, as formas de mobilização política feminina, os mecanismos de pedagogia ideológica presentes na imprensa e as conexões transnacionais estabelecidas entre os movimentos estudados. A investigação analisa como essas organizações mobilizaram discursos sobre maternidade, domesticidade, religiosidade, assistência social e nacionalismo como instrumentos de formação política e disciplinamento social das mulheres. Para isso, utiliza como *corpus* principal os periódicos *Brasil Feminino*, *Y: Revista de la Mujer Nacional Sindicalista*, *Y: Revista para la Mujer* e *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, além de correspondências, documentos institucionais, materiais de propaganda e relatórios consultados em arquivos e hemerotecas do Brasil, de Portugal e da Espanha. A partir da metodologia comparativa e transnacional, articulada aos estudos de gênero e à concepção do fascismo como cultura política, a tese busca compreender as especificidades e aproximações entre os casos analisados, observando tanto as particularidades nacionais quanto a circulação de modelos, símbolos e práticas entre os diferentes contextos. O estudo demonstra que a participação feminina não se restringiu a uma atuação secundária ou doméstica, mas integrou, de forma central, os projetos de mobilização e nacionalização ideológica promovidos pelos movimentos e regimes analisados. Conclui-se que a imprensa feminina atuou como importante instrumento de pedagogia política e construção de identidades de gênero, contribuindo para a consolidação e a difusão transnacional de culturas políticas fascistas e fascistizadas no século XX.

Palavras-chave: fascismo; mulheres; transnacionalismo; imprensa feminina; culturas políticas.

ABSTRACT

This dissertation proposes a comparative analysis of women's participation in fascist and fascistized movements and regimes in Brazil, Portugal, and Spain between the 1930s and 1940s, based on the activities of women linked to the Ação Integralista Brasileira (Brazilian Integralist Action, AIB), the Sección Femenina (Women's Section), of the Falange Española, and the Mocidade Portuguesa Feminina (Portuguese Female Youth, MPF). The research investigates the construction of models of femininity associated with the authoritarian projects of the period, the forms of female political mobilization, the mechanisms of ideological pedagogy present in the press, and the transnational connections established among the movements studied. The dissertation examines how these organizations mobilized discourses on motherhood, domesticity, religiosity, social assistance, and nationalism as instruments for the political formation and social disciplining of women. To this end, it uses as its main corpus the periodicals *Brasil Feminino*, *Y: Revista de la Mujer Nacional Sindicalista*/*Y: Revista para la Mujer*, and *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, in addition to correspondence, institutional documents, propaganda materials, and reports consulted in archives and hemerotecas in Brazil, Portugal, and Spain. Based on a comparative and transnational methodology, articulated with gender studies and the conception of fascism as a political culture, the dissertation seeks to understand both the specificities and the similarities among the cases analyzed, considering national particularities as well as the circulation of models, symbols, and practices across different contexts. The study demonstrates that women's participation was not restricted to a secondary or domestic role, but instead constituted a central element in the projects of mobilization and ideological nationalization promoted by the movements and regimes analyzed. It concludes that the women's press functioned as an important instrument of political pedagogy and gender identity construction, contributing to the consolidation and transnational diffusion of fascist and fascistized political cultures throughout the twentieth century.

Keywords: fascism; women; transnationalism; women's press; political cultures.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – <i>Guernica</i> , de Pablo Picasso, 1937.....	78
Figura 2 – <i>Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal</i> , n. 10, fev. 1940	121
Figura 3 – <i>Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal</i> , n. 12, abr. 1940	123
Figura 4 – <i>Y: Revista de la Mujer Nacional Sindicalista</i> , n. 1, 1938, p. 17	127
Figura 5 – <i>Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal</i> , n. 8, dez. 1939.....	135
Figura 6 – <i>Y: Revista para la Mujer</i> , n. 21, out. 1939	137
Figura 7 – <i>Y: Revista para la Mujer</i> , n. 23, dez. 1939	140
Figura 8 – <i>Y: Revista para la Mujer</i> , n. 22, nov. 1939	142
Figura 9 – <i>Brasil Feminino</i> , n. 37, 1937, p. 21.....	145
Figura 10 – <i>Brasil Feminino</i> , n. 35, maio 1937.....	166
Figura 11 – <i>Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal</i> , n. 1, 1938	175
Figura 12 – <i>Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal</i> , n. 5, 1939	177
Figura 13 – <i>Y: Revista para la Mujer</i> , dez. 1939	199
Figura 14 – <i>Y: Revista para la Mujer</i> , jul.-ago. 1938, p. 36.....	205
Figura 15 – <i>Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal</i> , n. 20, 1940	233
Figura 16 – <i>Brasil Feminino</i> , n. 35, 1937, p. 29.....	237
Figura 17 – <i>Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal</i> , n. 3, jul. 1939	254
Figura 18 – Ofício da Secretaria-Geral.....	261
Figura 19 – <i>Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal</i> , out. 1939	262
Figura 20 – <i>Y: Revista para la Mujer</i> , n. 21, out. 1939	264
Figura 21 – <i>Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal</i> , n. 3, jul. 1939	267

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Ação Católica Portuguesa
AFPP	Associação Feminina Portuguesa para a Paz
AGA	Archivo General de la Administración
AIB	Ação Integralista Brasileira
APHRC	Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro
BDM	Bund Deutscher Mädel
BN	Biblioteca Nacional
BNE	Biblioteca Nacional de España
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
CNT	Confederação Nacional do Trabalho
DFW	Deutsches Frauenwerk
FE de las JONS	Falange Española de las JONS
FET y de las JONS	Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista
FNAT	Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho
HML	Hemeroteca Municipal de Lisboa
INEF	Instituto Nacional de Educação Física
JONS	Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista
LAHPS	Laboratório de História Política e Social
MFA	Movimento das Forças Armadas
MNF	Movimento Nacional Feminino
MP	Mocidade Portuguesa
MPF	Mocidade Portuguesa Feminina
NSF	NS-Frauenschaft
OMEN	Obra das Mães para a Educação Nacional
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PVDE	Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
SA	Sturmabteilung
SEP	Sociedade de Estudos Políticos
SF	Sección Femenina
SNAF	Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina
SNAFP	Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Plinianos
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 MULHERES E FASCISMOS NO BRASIL, NA ESPANHA E EM PORTUGAL.....	23
2.1 O CONCEITO DE FASCISMO	25
2.2 GÊNERO E FASCISMO: ESTADO DA ARTE E DEBATES HISTORIOGRÁFICOS	37
2.3 O FASCISMO EM CONTEXTO: ORIGENS E DESENVOLVIMENTO NOS PAÍSES ANALISADOS	63
2.3.1 Brasil.....	65
2.3.2 As mulheres da Ação Integralista Brasileira	69
2.3.3 Espanha.....	73
2.3.4 Sección Femenina	78
2.3.5 Portugal.....	84
2.3.6 Mocidade Portuguesa Feminina	87
3 REVISTAS E REGIMES: O PAPEL DA IMPRENSA FEMININA NA CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE MULHER FASCISTA	92
3.1 AS REVISTAS	102
3.1.1 <i>Brasil Feminino</i>	102
3.1.2 <i>Y: Revista de la Mujer Nacional Sindicalista/Y: Revista para la Mujer</i>	109
3.1.3 <i>Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal</i>	114
3.2 ANÁLISE COMPARATIVA DOS DISCURSOS DAS REVISTAS SOBRE O PAPEL DAS MULHERES	117
3.2.1 Maternidade.....	118
3.2.2 Religião.....	132
3.2.3 Corpo e higiene.....	147
4 A EXTENSÃO DO LAR: TRABALHO, ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO COMO FORMAS DE AGÊNCIA POLÍTICA.....	152
4.1 MILITÂNCIA, TRABALHO E SERVIÇO À PÁTRIA: ASSISTÊNCIA, EDUCAÇÃO E ENGAJAMENTO SOCIAL	154
4.2 ANTICOMUNISMO E MOBILIZAÇÃO FEMININA: MORAL, FAMÍLIA E DEFESA DA ORDEM	178
4.2.1 O caso brasileiro	179
4.2.2 O caso espanhol	192

4.2.3 O caso português	206
5 AMBIGUIDADES, LIDERANÇAS E TRANSNACIONALISMO	218
5.1 REDES DE SOCIABILIDADE E CIRCULAÇÃO TRANSNACIONAL	219
5.2 FIGURAS FEMININAS DE DESTAQUE NOS PARTIDOS E MOVIMENTOS	225
5.2.1 Pilar Primo de Rivera	226
5.2.2 Carmela Patti Salgado e Maria Amélia Salgado Loureiro.....	235
5.3 CIRCULAÇÃO TRANSNACIONAL	241
6 CONCLUSÃO.....	270
REFERÊNCIAS	276
FONTES	276
ACERVOS.....	276
BIBLIOGRAFIA	276

1 INTRODUÇÃO

No dia 10 de junho de 2024, o portal da revista *Fórum*¹ publicou uma reportagem produzida pela BBC, rede pública de comunicação do Reino Unido. A pauta era a nova onda fascista que, mais uma vez, se manifestava na Itália. O cenário escolhido para a reportagem foi o túmulo de Benito Mussolini, figura central do movimento fascista e líder do regime que marcou o chamado *Ventennio fascista* (1922-1943), período que impactou profundamente a vida política e social do país.

Ali, entre os túmulos, o repórter encontra uma mulher de meia-idade que estava fazendo uma homenagem ao “Duce”. O repórter recebe uma resposta inesperada por alguns ao questionar: “Mussolini foi um criminoso?” Com o rosto fechado e aparentemente incomodada com o questionamento, a mulher, que carrega um colar com a Cruz de Ferro², o feixe³ e o rosto de Mussolini, responde prontamente:

Eu admiro e respeito Mussolini... Quem disse que ele era um criminoso? Se a três regras: Deus, Pátria e Família, cumprir as regras, levar a dívida do Estado para zero, previdência social, salário-maternidade, significa ser criminoso, então talvez você possa dizer que ele era um criminoso, mas não era. *Eu sou mãe, eu sou avó, eu sou cristã, eu não sou drogada, eu nunca infringi a lei, eu sempre paguei meus impostos, se isso significa ser fascista, então direi sim, eu sou.*⁴

Um ano antes desse encontro, em 2023, um grupo de simpatizantes do fascismo reuniu-se para prestar uma homenagem àquele que, para eles, simboliza glória: José Antonio Primo de Rivera, fundador da Falange Espanhola. A homenagem ocorreu quando o corpo do líder fascista foi exumado para ser removido do “Vale dos Caídos” – monumento construído por presos republicanos a mando de Francisco Franco para eternizar os franquistas que morreram na Guerra Civil Espanhola e que, em sua perspectiva, eram os verdadeiros heróis, pois lutaram ao lado dos franquistas contra os republicanos. Na fila de simpatizantes, bem em frente, ao lado

¹ HAILER, Marcelo. Parece as tias do zap? Mulher choca TV inglesa: “Não sou drogada, sou fascista”. *Fórum*, 10 jun. 2024. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/global/2024/6/10/video-parece-as-tias-do-zap-mulher-choca-tv-inglesa-no-sou-drogada-sou-fascista-160249.html>. Acesso em: 23 mar. 2026.

² A cruz de ferro, originalmente, era uma condecoração militar alemã, porém foi apropriada durante o período nazista na Alemanha e, atualmente, é utilizada por neonazistas como símbolo extremista.

³ Símbolo romano que representava o poder ou a autoridade executiva, foi apropriado pelos fascistas como emblema do movimento italiano *Fasci Italiani di Combattimento*, ou, em tradução livre, “feixes italianos de combate”.

⁴ HAILER, *op. cit.*

de homens com os braços erguidos, que homenageiam Primo de Rivera, uma mulher participa do momento na primeira fila. Estar ali, para além da homenagem realizada ao fundador da Falange, era também um ato não de mera espectadora, mas de afirmação da vontade de manter viva a memória que muitos espanhóis tentam superar: o período não democrático que o país viveu durante a Guerra Civil e o franquismo.

Do outro lado do Atlântico, no Brasil, a então candidata ao Senado e ex-ministra do governo de Jair Messias Bolsonaro, Damares Alves⁵, também se identificava com o integralismo, movimento fascista criado em 1932. A política brasileira usou em sua campanha o lema fascista italiano e brasileiro “Deus, Pátria e Família”, incluindo a palavra que demonstrava suas intenções econômicas: “liberdade”.

O cunho ideológico do discurso não era nenhuma novidade, afinal, já havia dito a polêmica frase “menino veste azul, menina veste rosa” – uma expressão que sintetiza a tentativa de enquadrar gênero e sexualidade em padrões rígidos e binários –, o que demonstra que, em seu discurso, nada era accidental. Damares, durante sua atuação na política, sempre se posicionou ao lado de movimentos de extrema direita.

O movimento integralista, pelo que conheço, defende Deus, Pátria, Família, e essa é a minha bandeira. Eu sou religiosa, sou cristã, sirvo a um Deus vivo e poderoso. Pátria, eu amo esta nação. Você sabe disso, o que eu faço pelo meu país? Eu oro pela minha nação desde os seis anos de idade.⁶

Portugal, do mesmo modo, apresenta a emergência de discursos que dialogam com tradições autoritárias do século XX. A atuação de Rita Matias, vinculada ao Chega, evidencia a reatualização de elementos centrais da cultura política conservadora, especialmente no que se refere ao antifeminismo, à moralidade católica e à centralidade da família. Ao caracterizar o feminismo como um movimento de natureza “marxista” e desagregador das relações entre homens e mulheres, sua retórica retoma, sob novas formas, o uso do anticomunismo como instrumento de deslegitimação da autonomia feminina.⁷

⁵ DAMARES e Integralismo: candidata diz se identificar com movimento de extrema-direita inspirado no fascismo italiano. **O Globo**, 26 set. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/damares-e-integralismo-candidata-diz-se-identificar-com-movimento-de-extrema-direita-inspirado-no-fascismo-italiano.ghtml>. Acesso em: 23 mar. 2026.

⁶ *Ibid.*

⁷ “HÁ DIREITOS que os homens têm que eu não quero” e outras frases pelas quais a única deputada do Chega, Rita Matias, tem sido criticada. **Visão**, 13 jul. 2022. Disponível em: <https://visao.pt/atualidade/politica/2022-07-13-ha-direitos-que-os-homens-tem-que-eu-nao-queiro-e-outras-frases-pelas-quais-a-unica-deputada-do-chega-rita-matias-tem-sido-criticada/>. Acesso em: 23 mar. 2026.

Ademais, ao afirmar que “há direitos que os homens têm que eu não quero”, Rita Matias reforça a lógica da complementaridade entre os sexos em detrimento da igualdade, princípio amplamente difundido por organizações como a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) durante o Estado Novo. Por fim, sua posição contrária ao aborto, fundamentada na defesa da “vida” e da dignidade humana, reafirma a centralidade da maternidade como missão moral e patriótica, elemento estruturante da pedagogia política nas décadas de 1930 e 1940.⁸

Esses casos supracitados evidenciam um fenômeno preocupante para aqueles que defendem a democracia e o Estado de Direito, os quais consideram que regimes como o liderado por Benito Mussolini (1922-1945) jamais deveriam se repetir. Entretanto, as mulheres mencionadas não estão sozinhas e tampouco são as primeiras a expressar apoio a movimentos com valores autoritários ou de extrema direita. Atualmente, movimentos nacionalistas, conservadores radicais e neofascistas têm crescido em várias partes do mundo, incluindo a Europa e a América Latina, com a participação ativa de muitas mulheres, que se identificam com esses discursos e agendas.⁹

Contudo, esse movimento não é novo. Desde o início dos regimes no século XX, identifica-se uma tendência consistente de mobilização feminina: as mulheres estiveram ali, engajadas e comprometidas. Em 1938, o periódico *Y: Revista de la Mujer Nacional Sindicalista*, depositado na Biblioteca Nacional de España (BNE), uma revista feminina ligada à Falange Espanhola, dedicou sua primeira edição a incentivar o engajamento político das mulheres no fascismo. A publicação apresentava uma fotografia de jovens militantes realizando a saudação fascista, com o braço erguido, além de veicular discursos da liderança feminina Pilar Primo de Rivera.¹⁰ Em sua mensagem, Pilar Primo de Rivera evocava símbolos religiosos e históricos para motivar as mulheres a manterem a fé no movimento fascista, mesmo diante das adversidades internas causadas por disputas políticas. Ao evocar figuras como Santa Teresa de Ávila e a rainha Isabel I de Castela, buscava reforçar o compromisso e a lealdade femininas ao regime.

⁸ “HÁ DIREITOS que os homens têm que eu não quero” e outras frases pelas quais a única deputada do Chega, Rita Matias, tem sido criticada. **Visão**, 13 jul. 2022. Disponível em: <https://visao.pt/atualidade/politica/2022-07-13-ha-direitos-que-os-homens-tem-que-eu-nao-quero-e-outras-frases-pelas-quais-a-unica-deputada-do-chega-rita-matias-tem-sido-criticada/>. Acesso em: 23 mar. 2026.

⁹ INOCÊNCIO, Adalberto Ferdnando; HILDEBRAND GALETTI, Camila Carolina. Gênero e neoliberalismo: uma cartografia do lugar da mulher na política brasileira das novas direitas. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, v. 4, n. 1, p. 62-78, 2020; RODRIGUES, Ana Lúvia; COSTA, Ramayana. Mulheres ultraconservadoras. **Revista de Ciências Sociais**, v. 53, n. 1, p. 97-141, 2022. Doi: <https://doi.org/10.36517/rcs.53.1.d04>.

¹⁰ Y: Revista de la Mujer Nacional Sindicalista, fev. 1938.

Compreender a adesão de mulheres a movimentos fascistas e as homenagens como as citadas inicialmente, tanto no passado quanto no presente, revela que sua participação nunca foi de maneira passiva, mas ativa e comprometida com a cultura política. Diante disso, o envolvimento feminino em regimes e movimentos autoritários, fascistas, totalitários, bem como em outros de natureza semelhante, não deve ser visto como um fenômeno secundário, e sim como um componente relevante na análise das dinâmicas de poder e de gênero dentro dessas ideologias. Reconhecer e compreender que existiram e existem mulheres fascistas contribui para a prevenção de novos ciclos de autoritarismo e fascismo, se é que ainda há tempo, e para o fortalecimento da memória histórica e democrática.

“Estendemos as mãos, unidas no mesmo ideal”, expressão que conta no título desta pesquisa, retoma um trecho publicado em *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, depositada na Hemeroteca Municipal de Lisboa (HML), ao noticiar a visita de mulheres falangistas a Portugal.¹¹ Essa escolha não é meramente ilustrativa, visto que sintetiza de forma precisa a existência de vínculos políticos, simbólicos e afetivos entre mulheres inseridas em diferentes experiências políticas da Península Ibérica e da América Latina.

Mais do que coadjuvantes, essas mulheres, unidas por referenciais comuns, desempenharam papel fundamental na consolidação de projetos políticos, como o integralismo, o franquismo e o salazarismo, atuando na difusão de valores, na organização de redes de sociabilidade e na construção de modelos de feminilidade comprometidos com a nação, a disciplina e a ordem. A expressão também permite compreender que tais experiências não se desenvolveram de forma isolada, e sim integraram uma rede de circulação de ideias, práticas e modelos organizativos que conectava diferentes contextos nacionais.

No caso brasileiro, a análise da imprensa feminina vinculada ao integralismo foi realizada a partir da revista *Brasil Feminino*, cujo acervo encontra-se preservado no Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). O periódico constitui uma fonte fundamental para a compreensão das formas específicas de mobilização, doutrinação e engajamento político das mulheres no interior da Ação Integralista Brasileira (AIB).

As páginas de *Brasil Feminino* permitem identificar a construção de um ideal feminino alinhado aos princípios integralistas, no qual a educação moral, a disciplina, a religiosidade e o compromisso com a nação eram constantemente reafirmados como atributos centrais da militância feminina. Assim, a revista desempenhava uma função pedagógica explícita,

¹¹ *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, n. 3, 3 jul. 1939.

orientando comportamentos, delimitando papéis sociais e incentivando a participação das mulheres na difusão do ideário integralista.

A presente pesquisa, portanto, pretende analisar a participação das mulheres em movimentos fascistas em três países – Brasil, Espanha e Portugal –, considerando as especificidades de cada contexto político. Parte-se da compreensão de que tais experiências não se configuraram de maneira homogênea: enquanto a AIB constituiu um movimento que não chegou ao poder, os casos espanhol e português corresponderam a regimes que, em diferentes graus, passaram por processos de fascistização. Essa distinção impactou diretamente os tipos de institucionalização, atuação e alcance das organizações femininas.

Para compreender essas dinâmicas, a pesquisa foi desenvolvida a partir da análise de um *corpus* documental diversificado, composto, sobretudo, por periódicos femininos, documentação de arquivo e acervos hemerográficos. Essas fontes permitem articular discursos, práticas e maneira de mobilização em perspectiva comparada e transnacional, conforme será detalhado a seguir.

Este estudo orientou-se pela seguinte pergunta central: de que maneira as mulheres atuaram como agentes ativas na consolidação e difusão dos movimentos e regimes fascistas e fascistizados no Brasil, na Espanha e em Portugal, ao longo das décadas de 1930 e 1940, e como negociaram suas maneiras de inserção e atuação no interior de estruturas políticas marcadas por fortes hierarquias de gênero? Com isso, parte-se da noção de que essa atuação se deu no interior de limites rígidos, definidos por discursos normativos que prescreviam papéis específicos para o feminino. Ainda assim, essas mulheres negociaram, tensionaram e, em determinados contextos, ressignificaram, ampliando suas possibilidades de inserção no espaço público.

Ao propor essa problematização, o trabalho buscou tensionar interpretações consolidadas que tendem a reduzir a participação feminina à esfera da passividade ou da mera reprodução de discursos normativos, investigando, ao contrário, as práticas, estratégias e os espaços de ação que permitiram a essas mulheres intervir na construção e na circulação de projetos políticos. Trata-se, portanto, de compreender o lugar que lhes foi atribuído, os lugares que elas pleitearam e aquele que efetivamente ocuparam, evidenciando as ambiguidades, negociações e contradições que atravessaram suas trajetórias e experiências políticas.

No que se refere ao *corpus* documental, a pesquisa fundamenta-se, prioritariamente, na análise da imprensa feminina vinculada aos movimentos e regimes em análise, compreendida não apenas como um veículo de propaganda, mas, sim, como espaço de sociabilidade, formação política e produção de subjetividades. Foram examinadas as revistas *Brasil Feminino*, associada

à AIB; *Y: Revista de la Mujer Nacional Sindicalista*/*Y: Revista para la Mujer*, órgão oficial da Sección Femenina (SF), da Falange Espanhola; e *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, publicação vinculada à MPF.

Esses impressos são mobilizados como fontes privilegiadas para a compreensão dos discursos normativos de gênero, das estratégias pedagógicas de mobilização e das dinâmicas pelas quais se buscou articular domesticidade, nacionalismo e militância política. Ao mesmo tempo, a análise dessas revistas permite identificar tensões, ambiguidades e margens de ação que escapam à leitura estritamente prescritiva, evidenciando a complexidade da atuação feminina nesses contextos.

A investigação é complementada por documentação de arquivo e por um diálogo contínuo com a produção historiográfica. Foram consultados documentos do Archivo General de la Administración (AGA), em Madri, especialmente do fundo do Serviço Exterior da Falange, que reúnem correspondências, relatórios e diretrizes relativas à circulação de militantes, intercâmbios internacionais e estratégias de propaganda. Esse material permite articular os discursos veiculados na imprensa com as práticas concretas de organização e projeção transnacional.

Parte da pesquisa foi desenvolvida durante o estágio de investigação realizado na Universitat de València, na Espanha, o que possibilitou o acesso direto a acervos documentais, bibliotecas especializadas e hemerotecas nacionais. A estadia ampliou o *corpus* documental e favoreceu o diálogo com a historiografia espanhola e com pesquisadores dedicados ao estudo do franquismo e da SF, contribuindo para o aprofundamento analítico e para a consolidação da abordagem transnacional adotada nesta pesquisa. Do mesmo modo, a consulta a hemerotecas, como a da BNE, revelou-se fundamental para o levantamento sistemático de periódicos femininos e para a compreensão das estratégias discursivas dirigidas às mulheres e feitas por elas.

No contexto brasileiro, destaca-se a consulta a um conjunto diversificado de acervos documentais relativos à AIB. Foram mobilizados materiais do Acervo Documental Ação Integralista Brasileira/Partido de Representação Popular, custodiado pelo Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural, da PUCRS, que reúne correspondências, materiais internos e registros de organização fundamentais para a compreensão das dinâmicas de estruturação do integralismo e das estratégias de mobilização feminina em âmbito nacional.

A análise foi igualmente complementada por documentação proveniente do Fundo Plínio Salgado, sob guarda do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (APHRC), cuja consulta permite acessar dimensões mais diretamente vinculadas à liderança do

movimento, bem como por fontes disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil (BN), essenciais para o levantamento sistemático da imprensa periódica. Também foram incorporados documentos digitalizados disponíveis no repositório do Laboratório de História Política e Social (LAHPS) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), ampliando o acesso a fontes dispersas em diferentes arquivos e contribuindo para uma abordagem mais abrangente das práticas políticas e redes de sociabilidade integralistas.

No contexto português, a pesquisa apoiou-se na consulta a acervos hemerográficos e bibliográficos, com destaque para a HML e para a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), que permitiram o acesso ao periódico *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal* e a outras publicações oficiais do Estado Novo. Esses materiais revelam-se fundamentais para a compreensão das estratégias de formação moral, cívica e política dirigidas às mulheres, evidenciando a centralidade da imprensa na difusão de valores como disciplina, religiosidade e devoção à pátria. A análise dessas fontes possibilitou, ainda, identificar os processos de circulação e apropriação de modelos ideológicos, bem como as especificidades do caso português no interior das dinâmicas transnacionais investigadas.

No que se refere à definição de fascismo, esta pesquisa dialoga com diferentes abordagens consolidadas na historiografia, partindo da compreensão de que se trata de um fenômeno complexo e multifacetado. As contribuições de Roger Griffin¹² permitem delimitar elementos fundamentais para essa definição. O teórico britânico oferece uma formulação sintética ao definir o fascismo como um “nacionalismo palingenésico revolucionário”, centrado no mito do renascimento da nação e na mobilização das massas em torno de um projeto de regeneração política e social.

Em diálogo com essas perspectivas, a obra de Ismael Saz¹³ constitui uma referência central para a definição adotada nesta pesquisa, especialmente ao propor a compreensão do fascismo como uma cultura política. Para o autor, a análise desses fenômenos não deve restringir-se às estruturas institucionais, e sim considerar a forma como discursos, práticas e valores moldam a vida social.

Além disso, destaca-se o conceito de fascistização, utilizado para analisar regimes que, embora não se configurem como fascismos “puros”, incorporam elementos significativos dessa cultura política. Tal formulação mostra-se particularmente relevante para os casos da Espanha e de Portugal, permitindo compreender o franquismo e o salazarismo como experiências

¹² GRIFFIN, Roger. **The nature of fascism**. Londres: Routledge, 2018.

¹³ SAZ, Ismael. **Fascismo y nación en el régimen de Franco**: peripecias de una cultura política. Valência: Universitat de València, 2013.

atravessadas por elementos fascistas, sem ignorar suas especificidades. Desse modo, ao interpretar o franquismo como um espaço de disputa entre uma matriz fascista e outra nacional-católica, Ismael Saz evidencia as tensões internas desses regimes, bem como seus processos de transformação ao longo do tempo.

No campo dos estudos de gênero, a pesquisa apoia-se nas contribuições de Victoria de Grazia¹⁴, que demonstram como a política de gênero constituiu um elemento estruturante dos regimes fascistas. Ao analisar o caso italiano, a autora evidencia que o fascismo reforçou hierarquias de gênero e as politizou, transformando a diferença sexual em instrumento de organização social e de mobilização política, articulando práticas modernas de controle e participação com a reafirmação de um modelo patriarcal.

Em diálogo com essa perspectiva, os estudos de Toni Morant i Ariño¹⁵ destacam a importância de uma abordagem transnacional para a compreensão do engajamento feminino, evidenciando que a participação das mulheres nos movimentos fascistas se deu de forma consciente, ativa e estratégica, sendo atravessada por redes de circulação de ideias, práticas e modelos organizativos que ultrapassavam fronteiras nacionais.

Por fim, a incorporação da noção de “mulheres públicas”, desenvolvida por Michelle Perrot¹⁶, permite problematizar a inserção dessas militantes em espaços de visibilidade política. Tal conceito é mobilizado para compreender como, em contextos que prescreviam a centralidade do espaço doméstico, essas mulheres passaram a atuar em esferas de mobilização, organização e difusão ideológica, ressignificando sua presença no espaço público como uma missão política e moral. Essa tensão evidencia a ampliação, ainda que controlada, de seus espaços de atuação, ao mesmo tempo que revela as ambiguidades que marcaram sua participação na construção e sustentação desses projetos políticos.

No que se refere à estrutura da pesquisa, o trabalho foi organizado em quatro seções, além da introdução, conclusão e referências, construídas de forma articulada para contemplar as múltiplas dimensões do problema investigado e permitir o desenvolvimento das respostas à questão central. A segunda seção estabelece o arcabouço teórico e histórico que sustenta a análise, articulando o debate historiográfico sobre fascismo e gênero com a contextualização dos casos analisados. Parte-se da crítica a uma tradição interpretativa marcada por um viés

¹⁴ GRAZIA, Victoria de. **How Fascism Ruled Women: Italy, 1922-1945**. Berkeley: University of California Press, 1992.

¹⁵ MORANT I ARIÑO, Antonio. **Mujeres para una “Nueva Europa”**: las relaciones y visitas entre la Sección Femenina de Falange y las organizaciones femeninas nazis, 1936-1945. 2013. Thesis (Doctorado en Historia Contemporánea) – Universitat de València, València, 2013.

¹⁶ PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Unesp, 1998.

masculinista, que frequentemente marginalizou ou invisibilizou a atuação feminina nesses regimes, para apresentar a definição de fascismo adotada neste estudo, ancorada em autores como Roger Griffin, Emilio Gentile e Ismael Saz, compreendendo-o como uma cultura política de caráter revolucionário e como um processo dinâmico de fascistização.

Com base nesse referencial, a segunda seção apresenta um panorama histórico da AIB, da Falange Espanhola e do Estado Novo português, situando seus processos de formação e consolidação. Em seguida, analisa as respectivas organizações femininas – as mulheres integralistas, as integrantes da SF e as militantes da MPF –, destacando seus perfis, suas formas de atuação e seu papel na estrutura desses projetos políticos.

A terceira seção concentra-se na análise da imprensa feminina como instrumento privilegiado de pedagogia política e construção de identidades de gênero no interior dos regimes e movimentos estudados. Inicialmente, discute-se o papel das publicações na difusão das ideias políticas, seguido pela apresentação das revistas *Brasil Feminino*, *Y: Revista de la Mujer Nacional Sindicalista*/*Y: Revista para la Mujer* e *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*.

Com base nessas fontes, a seção investiga como esses periódicos atuaram na formulação de um ideal de mulheres fascistas ancorado na articulação entre domesticidade e engajamento político. Foram exploradas dimensões tradicionalmente associadas ao espaço privado, como a maternidade, elevada à condição de missão espiritual e dever patriótico; a religião, mobilizada como fundamento moral e legitimador da ordem política; e o corpo, cuja disciplina e cuidado foram politizados como requisitos para a construção de uma comunidade nacional forte e regenerada. Ao analisar essas temáticas, evidencia-se a convergência de valores e concepções, bem como o caráter transnacional dessas publicações, que compartilhavam narrativas, modelos e referências comuns, demonstrando o papel central da imprensa na construção de um ideal de “mulher fascista”.

A quarta seção analisa a transição e as tensões entre os espaços privado e público, buscando evidenciar as formas concretas de atuação feminina no interior desses movimentos e regimes. Com isso, examina-se a militância ativa das mulheres, que ocuparam espaços públicos por meio da educação, da assistência social, do trabalho e da filantropia, legitimando sua presença como uma extensão de funções socialmente atribuídas ao feminino. Paralelamente, explora-se o anticomunismo como um dos principais eixos de mobilização política, demonstrando como esse discurso foi apropriado pelas mulheres como forma de justificar sua atuação pública em defesa da família, da moral e da nação.

Assim, analisam-se aspectos como o antifeminismo, a participação nos partidos, as relações com outras organizações fascistas e a valorização do passado histórico como estratégia de legitimação. Dessa forma, evidencia-se que o anticomunismo operou como um dispositivo central de definição da identidade feminina aceitável, ao mesmo tempo em que ampliava as possibilidades de intervenção dessas militantes.

Por fim, a quinta seção busca analisar as ambiguidades, as lideranças e a dimensão transnacional do engajamento feminino, enfatizando as redes de sociabilidade que conectaram diferentes contextos nacionais. A partir desse referencial, examina-se como o engajamento dessas mulheres foi construído por meio de afinidades ideológicas e da participação em espaços de convivência e articulação, como congressos, viagens e publicações periódicas. Destaca-se também o protagonismo de figuras como Pilar Primo de Rivera e Carmela Salgado, analisando como essas lideranças exerceram tipos de poder político ao mesmo tempo em que promoviam discursos de domesticidade e subordinação feminina. Ademais, investigam-se os circuitos de intercâmbio e a circulação de modelos organizativos, com atenção às conexões internacionais e às especificidades do caso brasileiro.

Com base no exame do conjunto documental mobilizado, esta pesquisa se orienta pela hipótese de que é possível identificar a existência de um fascismo feminino, entendido não como mera adesão passiva a projetos políticos conduzidos por lideranças masculinas, mas como um campo de atuação no qual as mulheres se engajaram de forma consciente, ativa e politicamente orientada. Tal hipótese parte do pressuposto de que a participação feminina nos movimentos fascistas e regimes fascistizados do Brasil, da Espanha e de Portugal poderia ser compreendida como resultado de escolhas, estratégias e configurações próprias de inserção no interior dessas estruturas, evidenciando níveis de agência e autonomia frequentemente subestimados pela historiografia.

Inserido em uma dinâmica transnacional, esse engajamento revelou a circulação de modelos organizativos, discursos e referências comuns entre diferentes contextos. Com isso, os resultados da pesquisa indicam que a hipótese inicial encontra respaldo nas fontes analisadas, permitindo compreender as mulheres fascistas como elementos fundamentais na manutenção e difusão dessa cultura política, bem como na consolidação dos movimentos e regimes investigados, cujo impacto histórico esteve diretamente relacionado à atuação dessas militantes.

2 MULHERES E FASCISMOS NO BRASIL, NA ESPANHA E EM PORTUGAL

Nas últimas décadas, os estudos sobre a história das mulheres vêm ocupando um lugar cada vez mais consolidado na historiografia, não apenas como objeto de interesse em currículos de graduação, mas, sobretudo, como campo de pesquisa que tem contribuído para a ampliação e revisão das formas de compreender o passado. De maneira semelhante, os estudos sobre o fascismo, enquanto movimento e fenômeno histórico, constituem um campo consolidado na historiografia, com ampla produção desde o pós-guerra. Nos últimos anos, o ressurgimento de discursos e práticas de extrema direita em diferentes contextos tem renovado o interesse público, midiático e impulsionado novos debates acadêmicos. Ainda assim, persiste um viés marcadamente masculinista na forma como o fascismo é abordado, frequentemente descrito como um fenômeno essencialmente masculino, protagonizado por homens e voltado a um público masculino.

Por muito tempo, a participação feminina nesses movimentos foi compreendida de maneira passiva, vista como influenciada por figuras masculinas – pais, maridos, irmãos –, o que desconsidera a agência e a autonomia que muitas dessas mulheres possuíam. Esse entendimento simplista ignora a complexidade de suas escolhas e motivações, como tem sido desvendado por estudos recentes. Autoras como Grazia¹⁷, Richmond¹⁸ e Morant i Ariño¹⁹ têm revelado um quadro muito mais complexo, no qual as mulheres foram receptoras e também contribuíram ativamente para os objetivos fascistas, muitas vezes por convicção própria. Essas mulheres, longe de serem apenas seguidoras, desempenharam papéis que foram, em muitos casos, estratégicos para a construção da narrativa e do projeto fascista.

Ao longo desta seção, busca-se desconstruir a ideia de passividade feminina, assim como investigar os espaços e os discursos construídos pelas mulheres e para as mulheres dentro dos movimentos fascistas. A análise de Blasco Herranz²⁰, ao examinar a SF da Falange, liderada por Pilar Primo de Rivera, destaca o papel da liderança feminina e a formulação de um modelo de “mulher ideal” no regime. Essa abordagem é fundamental para compreender como as

¹⁷ GRAZIA, Victoria de. **How Fascism Ruled Women: Italy, 1922-1945**. Berkeley: University of California Press, 1992.

¹⁸ RICHMOND, Kathleen. **Las Mujeres en el Fascismo Español: la Sección Femenina de Falange, 1934-1959**. Madrid: Alianza, 2004.

¹⁹ MORANT I ARIÑO, Antonio. **Mujeres para una “Nueva Europa”**: las relaciones y visitas entre la Sección Femenina de Falange y las organizaciones femeninas nazis, 1936-1945. 2013. Thesis (Doctorado en Historia Contemporánea) – Universitat de València, València, 2013.

²⁰ BLASCO HERRANZ, Inmaculada. “Sección Femenina” y “Acción Católica”: la movilización de las mujeres durante el franquismo. **Gerónimo de Uztáriz**, n. 21, p. 55-66, 2005.

próprias mulheres vinculadas a esses movimentos atuaram para construir e ocupar espaços de engajamento político e social, mesmo dentro dos limites impostos por discursos patriarcais e autoritários. Inicia-se, assim, com uma contextualização histórica que visa entender as condições que permitiram a emergência dos movimentos fascistas nos países estudados.

A partir desse ponto, propõe-se uma análise das principais características desses movimentos, incluindo as suas doutrinas e o papel esperado dessas mulheres, com base nos principais teóricos da área, como Stanley Payne²¹ e Roger Griffin²². Além disso, explora-se como cada um desses movimentos articulou concepções específicas de feminilidade, tentando construir uma identidade nacional conformada a uma visão tradicional de gênero.

Em uma perspectiva comparativa, analisam-se os diferentes contextos nacionais, as especificidades locais dos regimes e dos movimentos fascistas e/ou fasticizados na América Latina e na Europa, a fim de compreender como esses movimentos e regimes negociaram a participação feminina em suas estruturas. O conceito de representação, à luz de Roger Chartier²³, será central nesta análise, uma vez que permite iluminar como esses regimes utilizaram a mão de obra e a militância feminina para seus propósitos e como procuraram impor limites, restringindo a atuação das mulheres a papéis compatíveis com seus ideais de gênero.

Segundo Roger Chartier²⁴, a noção de representação refere-se aos modos pelos quais a realidade social é historicamente construída em diferentes tempos e espaços, por meio de classificações, divisões e delimitações que organizam a experiência coletiva. Ainda que tais esquemas tendam a se apresentar como naturais e amplamente compartilhados, o autor enfatiza seu caráter histórico e contingente, uma vez que são produzidos no interior de relações sociais atravessadas por disputas de poder e conflitos de interesse, estando, portanto, sujeitos a transformações.

Em diálogo com essa perspectiva, Sandra Jatahy Pesavento²⁵ compreende as representações como passíveis de apreensão por meio dos discursos, entendidos como instâncias privilegiadas de produção de sentido. Para a autora, a representação resulta da articulação entre dois elementos fundamentais: o discurso no qual se inscreve e os processos de

²¹ PAYNE, Stanley G. **El fascismo**. Madrid: Alianza Editorial, 2014; PAYNE, Stanley G. **Historia del fascismo**. Barcelona: Planeta, 1995.

²² GRIFFIN, Roger. **Modernismo y fascismo: la sensación de comienzo bajo Mussolini y Hitler**. Madrid: Ediciones Akal, 2010; GRIFFIN, Roger. **The nature of fascism**. Londres: Routledge, 2018.

²³ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

²⁴ *Ibid.*

²⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

significação mobilizados pelos leitores, que são igualmente condicionados por sua inserção histórica e cultural.

A escolha por Brasil, Portugal e Espanha como objetos de análise se justifica pela presença de organizações femininas vinculadas a movimentos políticos e aos regimes nesses contextos. No Brasil, a AIB estruturou um setor feminino próprio, mesmo sem ter alcançado o poder; em Portugal, a MPF atuou como braço do Estado Novo de Salazar; e na Espanha, a SF da Falange integrou-se ao regime franquista. Esses três casos permitem uma análise comparativa produtiva, pois envolvem experiências distintas de mobilização de mulheres sob influências autoritárias, com destaque para a produção discursiva voltada ao público feminino. Além disso, os vínculos históricos, culturais e linguísticos entre os países favorecem a investigação das possíveis conexões e circulação de ideias entre essas organizações, especialmente por meio da imprensa.

2.1 O CONCEITO DE FASCISMO

Diante da escolha por contextos marcados por experiências de fascificação e por movimentos inspirados no fascismo, torna-se necessário delimitar o conceito que orienta esta análise. A seguir, apresenta-se uma discussão sobre os principais teóricos do tema, com o objetivo de estabelecer uma definição clara do termo, suas características e formas de atuação ao longo do século XX. Esse exercício é essencial para situar o leitor e a leitora quanto ao referencial teórico adotado, bem como para demonstrar de que modo essa base conceitual será aplicada na investigação dos discursos e das práticas políticas voltadas às mulheres nos casos selecionados.

Ao alinhar teoria e análise empírica, busca-se promover uma compreensão mais coerente e aprofundada do fascismo enquanto fenômeno político e cultural. Entre os principais autores frequentemente utilizados na historiografia dedicada às pesquisas sobre o fascismo, destacam-se: Zeev Sternhell²⁶, Emilio Gentile²⁷, Ismael Saz²⁸, Robert Paxton²⁹, Michael

²⁶ STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; ASHERI, Maia (org.). **El nacimiento de la ideología fascista**. Madrid: SigloVintiuno de España Editores, 1998.

²⁷ GENTILE, Emilio. **Fascismo: historia e interpretación**. Madrid: Alianza, 2002.

²⁸ SAZ, Ismael. **Fascismo y franquismo**. Valencia: Universitat de València, 2004.

²⁹ PAXTON, Robert. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

Mann³⁰, Stanley Payne³¹, Roger Griffin³² e Federico Finchelstein³³. Embora este trabalho não tenha como objetivo central a análise historiográfica ou os debates teóricos sobre o conceito de fascismo, é indispensável, nesta etapa, apresentar as principais teorias que embasam o campo. A intenção é definir o conceito de fascismo que orientará a análise do objeto de estudo e será utilizado na interpretação das fontes, garantindo que o trabalho seja sustentado por um marco teórico claro e coerente.

A escolha desses autores se baseia em sua relevância para os estudos sobre o fascismo em diferentes contextos e abordagens. Emilio Gentile e Roger Griffin oferecem interpretações centradas na dimensão cultural e na ideia de “religião política”, enquanto Robert Paxton propõe uma análise em estágios, focada na dinâmica dos regimes. Stanley Payne e Ismael Saz, por sua vez, são referências fundamentais nos estudos sobre o franquismo e o fascismo ibérico. Já Federico Finchelstein contribui com uma leitura mais recente e transnacional do fenômeno, dialogando com experiências latino-americanas. Ao reunir autores com enfoques distintos, busca-se construir um referencial teórico plural, capaz de sustentar a análise comparativa e transnacional proposta neste trabalho.

Autores como Paxton, Gentile e Payne sustentam que o fascismo, seja como movimento ou como regime, foi um fenômeno exclusivamente europeu, circunscrito ao período entreguerras. Stanley Payne³⁴, em especial, questiona a inclusão de regimes como o franquismo e o salazarismo nessa categoria, por considerar que lhes faltava o caráter revolucionário, elemento que define como essencial para a configuração do fascismo. Em sua formulação teórica, Payne³⁵ propõe uma definição que articula aspectos culturais, políticos e sociais:

uma forma de ultranacionalismo revolucionário baseada numa filosofia principalmente vitalista, estruturada na mobilização das massas, no elitismo extremo e no *Führerprinzip*, que atribui um valor positivo à violência e tende a considerar normais a guerra e as virtudes militares.

³⁰ MANN, Michael. **Fascistas**. Lisboa: Edições 70, 2011.

³¹ PAYNE, Stanley G. **El fascismo**. Madrid: Alianza Editorial, 2014.

³² GRIFFIN, Roger. **The nature of fascism**. Londres: Routledge, 2018; GRIFFIN, Roger. **Modernismo y fascismo: la sensación de comienzo bajo Mussolini y Hitler**. Madrid: Ediciones Akal, 2010.

³³ FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na História**. São Paulo: Almedina Brasil, 2019.

³⁴ PAYNE, *op. cit.*

³⁵ Tradução de: “una forma de ultranacionalismo revolucionario que se basa en una filosofía primariamente vitalista, que se estructura en la movilización de masas, el elitismo extremado y el *Führerprinzip*, que da un valor positivo a la violencia y tiende a considerar normales la guerra y las virtudes militares” (*Ibid.*).

A partir dessa perspectiva, o autor entende o fascismo como um fenômeno com identidade própria, não redutível a estruturas de classe, e cuja expressão pode variar conforme os contextos culturais e econômicos em que se desenvolve.

Sobre o caso espanhol, Payne³⁶ retorna à Idade Medieval para analisar o contexto que a Espanha viveu até chegar ao franquismo, especialmente na trajetória da Igreja Católica no país. O historiador faz isso porque, para ele, o período da “Reconquista” (séculos VIII a XV), que consolidou a luta contra o Islã como um elemento central da identidade do país, gerou a “idea española”. Com isso, a missão espanhola, especialmente das elites, tornou-se expandir o catolicismo. A “idea española” foi posteriormente retomada pelo movimento carlista, que defendia a monarquia e o catolicismo como elementos centrais na identidade nacional. O carlismo e outros movimentos de direita na Espanha se preocupavam mais com a restauração da monarquia e o catolicismo do que com alguma estrutura revolucionária.³⁷ Isso seria um dos pontos principais para o distanciamento da Espanha do conceito de fascismo para o autor.

Além disso, Payne³⁸ afirma que, diferentemente do caso italiano, o apoio popular não era a base do governo. O franquismo, para ele, não teve a capacidade de mobilização suficientemente necessária, mas, sim, o apoio do exército e da Igreja Católica. Como conclusão de sua análise, o historiador defende que o fascismo foi um fenômeno exclusivamente europeu, circunscrito aos movimentos e regimes surgidos dentro desse contexto histórico e cultural, portanto, não pode ser aplicado além das fronteiras do continente. Essa visão reflete uma concepção delimitada do fascismo, atrelada a especificidades culturais, políticas e históricas que o autor considera indispensáveis para sua definição.

Paxton³⁹, por sua vez, elabora o conceito de fascismo baseado em uma ideia de etapas de construção desse comportamento político. O autor argumenta que definir o movimento de maneira estática implica o risco de incorrer em contradições e inconsistências, visto que ele se constitui, na verdade, como uma sucessão de processos. Para o cientista político, foram poucos os regimes e movimentos fascistas; o que predominou, nas décadas de 1920 e 1930, foram regimes autoritários.

Entretanto, o autor afirma que, em muitos locais fora da Europa, houve movimentos fascistas que, apesar de não conseguirem chegar ao poder e transformar-se em um regime, tiveram forte influência do fascismo europeu. Para ele, tanto Portugal quanto a Espanha são

³⁶ PAYNE, Stanley G. **Historia del fascismo**. Barcelona: Planeta, 1995.

³⁷ GONZÁLEZ CUEVAS, Pedro Carlos. Derechas y fascismo en la obra de Stanley G. **Payne La Albolafia: Revista de Humanidades y Cultura**, v. 11, p. 63-78, 2017.

³⁸ PAYNE, *op. cit.*

³⁹ PAXTON, Robert. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

casos que podem ser lidos como regimes autoritários, mas não fascistas. Diferentemente da experiência italiana, os regimes autoritários da Península Ibérica, em Portugal e na Espanha, caracterizaram-se pela ausência de um projeto de mobilização de massas, privilegiando, em vez disso, a manutenção de populações “desmobilizadas e passivas”.⁴⁰

Segundo Paxton⁴¹, a conceituação do fascismo exige cautela, de modo a evitar o uso indiscriminado do termo. Ao analisar países como Espanha e Portugal, ele argumenta que não se deve classificá-los como fascistas, pois não atendem aos critérios essenciais para tal categorização, como mencionado anteriormente. No entanto, Paxton reconhece que esses países incorporaram práticas associadas ao fascismo, adaptando-as às suas realidades e tradições conservadoras. Ainda assim, um dos elementos que impede que os regimes de Salazar e Franco sejam considerados fascistas é justamente o conservadorismo que os define, em contraste com o caráter revolucionário que é intrínseco ao fascismo.

O fascismo tem que ser definido como uma forma de comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios da unidade, da energia e da pureza, nas quais um partido de base popular formado por militantes nacionalistas engajados, operando em cooperação desconfortável, mas eficaz com as elites tradicionais, repudia as liberdades democráticas e passa a perseguir objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio de uma violência redentora e sem estar submetido a restrições éticas ou legais de qualquer natureza.⁴²

Renzo De Felice⁴³ propôs um desvio metodológico significativo nos estudos sobre o fascismo ao enfatizar a necessidade de uma análise histórica fundamentada em documentação e na contextualização do fenômeno, em contraste com interpretações mais diretamente influenciadas pelo contexto político do pós-guerra. Para o historiador, essa historiografia inicial, fortemente influenciada pelo contexto da derrota dos regimes fascistas, tendeu a interpretar o fenômeno como uma anomalia política ou uma ruptura irracional na trajetória europeia, o que, segundo ele, impedia a compreensão de suas bases sociais e culturais. Em contraposição, o autor sustentava que o fascismo deveria ser analisado “por si mesmo”, a partir de suas próprias fontes, discursos e práticas, permitindo identificar as dinâmicas internas que possibilitaram sua consolidação. O fascismo não seria um acidente isolado, e sim uma

⁴⁰ PAXTON, Robert. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 356.

⁴¹ *Ibid.*

⁴² *Ibid.*, p. 358.

⁴³ DE FELICE, Renzo. **Entrevista sobre o fascismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

expressão histórica situada, profundamente enraizada nas transformações políticas, sociais e culturais da Europa do entreguerras, especialmente no contexto italiano.

No centro de sua interpretação está a distinção entre “fascismo movimento” e “fascismo regime”, considerada fundamental para apreender a complexidade do fenômeno. O primeiro refere-se ao momento formativo e ideológico, marcado por um impulso de renovação e por uma dimensão que se apresentava como revolucionária, mobilizando expectativas de transformação social e política. Trata-se de uma fase em que elementos culturais, simbólicos e psicológicos desempenham papel central na construção do consenso e na atração de diferentes setores da sociedade. Já o “fascismo regime” corresponde à institucionalização do poder sob a liderança de Benito Mussolini, momento em que o movimento se transforma em estrutura estatal e incorpora práticas mais pragmáticas e, em muitos casos, continuidades com tradições políticas anteriores.

Entendendo o fascismo como um fenômeno originado da crise econômica e social que assolou a Europa em decorrência da Primeira Guerra Mundial e das transformações sociopolíticas subsequentes, Emilio Gentile⁴⁴ afirma que o fascismo deve ser compreendido como uma resposta a um contexto político, econômico, social e cultural específico. Para o autor, o fascismo configura-se como uma revolução de direita, nascida de uma confluência de fatores históricos próprios da Europa do início do século XX. Também conceitua o fascismo como uma religião política, pois ele promove a sacralização do Estado e da política, utilizando símbolos, mitos e rituais para consolidar seu poder e estabelecer um culto à nação, ao líder e à guerra.

Gentile⁴⁵ também rejeita a ideia de um “fascismo eterno”, como a proposta por Umberto Eco⁴⁶, que sugere a possibilidade de o fascismo ressurgir em diferentes formas ao longo do tempo. Para o historiador italiano, essa leitura ignora as especificidades históricas do fascismo e esvazia seu significado, transformando-o em uma categoria genérica e atemporal. Ele argumenta que tal generalização compromete a compreensão do fascismo como um fenômeno historicamente situado, com causas, características e consequências próprias.

Assim como Robert Paxton⁴⁷, Gentile⁴⁸ compreende o fascismo como um movimento revolucionário, voltado para a regeneração nacional por meio da destruição da ordem liberal. Por isso, ele considera que regimes como os de Franco, na Espanha, e Salazar, em Portugal, não se enquadram no modelo fascista, já que possuíam caráter autoritário e conservador, mas

⁴⁴ GENTILE, Emilio. **Fascismo: historia e interpretación**. Madrid: Alianza, 2002.

⁴⁵ *Id.*, **Quién es fascista (Chi è fascista)**. Madrid: Alianza Editorial, 2021.

⁴⁶ ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

⁴⁷ PAXTON, Robert. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

⁴⁸ GENTILE, *op. cit.*, 2021.

não revolucionário. Ainda assim, reconhece que regimes autoritários podem se inspirar em elementos do fascismo para consolidar e manter o poder.

O autor critica também a ideia de um “fascismo genérico”, defendida por estudiosos como Roger Griffin⁴⁹, ao argumentar que a busca por uma definição universal tende a ignorar a complexidade do fascismo histórico. Para Gentile⁵⁰, o fascismo só pode emergir em um contexto específico, que envolvia o colapso das democracias liberais, o medo do comunismo, o nacionalismo radical e uma cultura política de violência. Características centrais como a criação de um partido-milícia, a implantação de um regime totalitário e o projeto de regeneração da nação em torno de uma comunidade homogênea e hierarquizada são, segundo ele, exclusivas do fascismo histórico europeu.

A partir do diálogo com autores como Federico Finchelstein⁵¹, Gentile⁵² reforça a ideia de que o fascismo deve ser entendido em sua historicidade, evitando analogias simplistas com fenômenos contemporâneos. Finchelstein⁵³ argumenta que o fascismo histórico evoluiu e que, após a Segunda Guerra Mundial, deu origem a formas de autoritarismo mais adaptadas ao ambiente democrático, como o populismo autoritário. Gentile⁵⁴ reconhece essa transição, mas insiste que o fascismo enquanto projeto político totalitário e revolucionário foi um fenômeno encerrado historicamente. Por isso, ele defende a necessidade de distinguir entre o fascismo histórico e outras formas atuais de autoritarismo, evitando o uso indiscriminado do termo “fascista” para descrever líderes ou movimentos contemporâneos.

Paxton, Payne e Gentile entendem o fascismo como um fenômeno que não pode ser compreendido fora do contexto europeu, sendo caracterizado por seu caráter revolucionário, o que exclui os casos de Espanha e Portugal como exemplos de fascismo, classificando-os, em vez disso, como regimes autoritários. Além disso, esses autores rejeitam o uso indiscriminado do termo “fascismo” para descrever outros regimes autoritários ou contextos históricos distintos, pois reconhecem que o fascismo é resultado de um conjunto específico de circunstâncias políticas, sociais, culturais e econômicas de sua época. Por outro lado, existem autores que interpretam esse fenômeno de maneira diferente, como Roger Griffin, Federico Finchelstein e Ismael Saz.

⁴⁹ GRIFFIN, Roger. **The nature of fascism**. Londres: Routledge, 2018.

⁵⁰ GENTILE, Emilio. **Quién es fascista (Chi è fascista)**. Madrid: Alianza Editorial, 2021.

⁵¹ FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na História**. São Paulo: Almedina Brasil, 2019.

⁵² GENTILE, *op. cit.*

⁵³ FINCHELSTEIN, *op. cit.*

⁵⁴ GENTILE, *op. cit.*

Federico Finchelstein⁵⁵ sustenta que o fascismo deve ser entendido como um fenômeno global, e não somente europeu, uma vez que o entende como “uma ideologia mundial com movimentos e regimes nacionais”. Para ele, o ultranacionalismo, o antiliberalismo e a rejeição ao comunismo são características basilares para compreender esse fenômeno, assim como a violência política, pois é um componente central dessa ideologia, com o objetivo de eliminar o pluralismo e instituir regimes totalitários.

O professor argumenta que o fascismo latino-americano não foi uma simples cópia dos modelos europeus, mas, sim, uma adaptação que combinou influências externas com especificidades locais. No Brasil, por exemplo, o integralismo representou uma interpretação particular do fascismo, assim como os movimentos nacionalistas na Argentina e no México.⁵⁶

O autor também alega que os nacionalistas argentinos combinavam antissemitismo e violência política em sua visão. Para eles, a violência não era apenas um meio, mas uma parte essencial de sua ideologia, sendo considerada algo transcendente e sagrado. Concordando com Finchelstein, António Costa Pinto⁵⁷ afirma que:

Os nacionalistas foram os principais criadores de uma identidade nacional autoritária na Argentina: uma identidade corporativa, católica, hispânica e latina, e que colocava grande ênfase em valores como a hierarquia, o antiliberalismo e o anticomunismo, tudo isto com elementos de xenofobia e antissemitismo.

Para Finchelstein⁵⁸, o fascismo extraeuropeu deve ser analisado dentro do seu contexto histórico, social e político, e não apenas como uma cópia do fascismo italiano e suas variações europeias. O autor afirma ainda que a construção de um “inimigo do povo” é fundamental para a consolidação dessas ideias, promovendo a união da população em torno de uma luta comum, geralmente conduzida por um messias carismático que se apresenta como representante mais autêntico do povo do que o próprio povo.

⁵⁵ FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na História**. São Paulo: Almedina Brasil, 2019. p. 37.

⁵⁶ Para maior compreensão, indica-se: GRECCO, Gabriela de Lima; GONÇALVES, Leandro Pereira (ed.). **Fascismos ibero-americanos**. Madrid: Alianza Editorial, 2022.

⁵⁷ PINTO, António Costa. **A América Latina na era do fascismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. p. 50.

⁵⁸ FINCHELSTEIN, *op. cit.*, p. 37.

Queler⁵⁹, ao analisar a obra de Finchelstein⁶⁰, ressalta que é necessário um cuidado com a ideia de ideologia mundial e nacionalismo. Para o autor, não se pode ver essa combinação como algo contraditório, visto que os fascistas viam o nacionalismo e a ideologia mundial de maneira internacionalista.

No fundo, tais movimentos, cada um a seu modo, faziam parte de uma revolução antidemocrática transnacional, caracterizada por ser antidemocrática, racista e de direita. Todavia, seu caráter nacionalista parece confundir muitos analistas. Não é o caso de Reto Hofmann, historiador do fascismo japonês, para quem o fascismo “vestia um arco-íris de camisas”: verdes no Egito, azuis na China, cinzentas na Síria, laranjas na África do Sul, douradas no México, além dos clássicos castanho na Alemanha e preto na Itália. Tratava-se, na verdade, de adaptações nacionais de uma “ideologia mundial”, ou seja, movimentos transnacionais que eram profundamente nacionalistas. Não há contradição nessa afirmação, uma vez que a maior parte dos fascistas advoga um modelo fascista de internacionalismo. Por exemplo, para os fascistas colombianos, os Leopardos, não havia “inimigos à direita”.⁶¹

Roger Griffin⁶² é um dos principais estudiosos contemporâneos do fascismo. Em sua obra *The nature of fascism*, propõe o conceito de fascismo genérico, com o objetivo de identificar o núcleo ideológico compartilhado pelos diversos movimentos fascistas do século XX. Para o teórico político, o fascismo deve ser entendido como uma forma de nacionalismo palingenésico revolucionário, ou seja, como uma ideia que visa ao renascimento da nação após um período percebido de decadência. Essa regeneração é apresentada como uma nova era, com a promessa de restaurar uma ordem nacional supostamente perdida, por meio da destruição da democracia liberal, do racionalismo ilustrado e do marxismo.⁶³

Diferentemente de autores que definem o fascismo apenas por suas negações – como anticomunismo, antiliberalismo ou anticonservadorismo –, Griffin⁶⁴ enfatiza seus conteúdos afirmativos. Segundo ele, o fascismo é, antes de tudo, uma ideologia de ação, que busca romper com a modernidade existente para instaurar uma nova civilização nacional. Em suas palavras, trata-se de uma “ideologia que promete a renovação nacional” por meio da mobilização popular.⁶⁵

⁵⁹ QUELER, Jefferson José. Do fascismo ao populismo na história. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 47, n. 3, 2021. Doi: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2021.3.39315>.

⁶⁰ FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na História**. São Paulo: Almedina Brasil, 2019. p. 37.

⁶¹ QUELER, *op. cit.* p. 3.

⁶² GRIFFIN, Roger. **The nature of fascism**. Londres: Routledge, 2018.

⁶³ *Ibid.*

⁶⁴ *Ibid.*

⁶⁵ *Ibid.*

Um ponto fundamental da abordagem de Griffin⁶⁶ é a relação entre fascismo e modernidade. O autor entende o fascismo como uma forma de modernismo político, que se articula como uma resposta à modernidade liberal, mas que não rejeita a modernidade por completo. Ao contrário, o fascismo propõe uma modernidade alternativa, revolucionária, autoritária e mítica. É, portanto, um tipo de modernismo programático, com uma visão cultural e política que busca criar um mundo, e não restaurar o passado, visando reinventar a nação com base em um mito de origem regeneradora.

O historiador destaca-se como um dos principais intérpretes do fascismo enquanto fenômeno transnacional. Argumenta que, embora o fascismo histórico tenha surgido na Europa, sua lógica ideológica e organizacional foi adaptada em diversos países, inclusive na América Latina. O fascismo, nessa perspectiva, é compreendido como uma família de ideias, com um núcleo central que pode assumir formas variadas conforme o contexto nacional. Por isso, ele considera equivocada a rejeição automática de movimentos fascistas extraeuropeus com base na ausência de regimes fascistas no poder. O importante é reconhecer as articulações ideológicas que compõem o fenômeno, mesmo em sua versão marginal ou derrotada.⁶⁷

Griffin também critica o uso excessivamente moral ou anacrônico do termo “fascismo”. Para ele, é necessário evitar tanto o reducionismo histórico quanto a banalização do conceito. Rotular qualquer forma de autoritarismo contemporâneo como fascismo, sem que estejam presentes os elementos centrais – nacionalismo palingenésico, revolução contra a ordem liberal e mobilização totalizante –, compromete a análise crítica e esvazia o valor analítico do termo.

A proposta de Roger Griffin ampliou significativamente o campo dos estudos sobre o fascismo. Sua definição genérica permitiu a comparação entre diferentes movimentos sem desconsiderar suas especificidades históricas e culturais. Ao mesmo tempo, sua ênfase no mito regenerador e no fascismo como modernismo político oferece uma chave interpretativa poderosa para compreender o apelo simbólico e afetivo que o fascismo exerceu e, de certa forma, ainda exerce sobre parcelas significativas das sociedades modernas.

A interpretação de Zeev Sternhell⁶⁸ insere-se em uma vertente historiográfica que compreende o fascismo como um fenômeno cultural, cuja gênese antecede sua consolidação como força política organizada. Para o autor, o fascismo não pode ser entendido como uma

⁶⁶ GRIFFIN, Roger. **Modernismo y fascismo**: la sensación de comienzo bajo Mussolini y Hitler. Madrid: Ediciones Akal, 2010. p. 22.

⁶⁷ GRECCO, Gabriela de Lima; GONÇALVES, Leandro Pereira (ed.). **Fascismos ibero-americanos**. Madrid: Alianza Editorial, 2022.

⁶⁸ STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; ASHERI, Maia (org.). **El nacimiento de la ideología fascista**. Madrid: SigloVintiuno de España Editores, 1998.

ruptura nem como uma simples reação às crises do período entreguerras, mas, sim, como o resultado de um processo intelectual mais amplo, desenvolvido ainda no final do século XIX. Portanto, ele identifica o fascismo como parte integrante da história da cultura europeia. Essa “revolta cultural” constitui, para o cientista político, o terreno no qual se forja uma nova sensibilidade política, marcada pela valorização da comunidade, da irracionalidade e da ação.

Sternhell⁶⁹ enfatiza o caráter revolucionário, e não conformista, do fascismo, concebendo-o como uma “terceira via” que buscava superar simultaneamente o liberalismo e o marxismo sem abolir por completo a estrutura econômica capitalista. Diferentemente das revoluções socialistas, o fascismo não pretendia eliminar a propriedade privada, e sim transformar a natureza das relações sociais e políticas que sustentavam a ordem burguesa.

Nesse quadro, o autor também distingue o fascismo do nacional-socialismo alemão, argumentando que o racismo biológico não constitui um elemento essencial do fascismo em si, mas uma derivação específica do caso nazista. Ao propor essa interpretação, Sternhell⁷⁰ desloca o debate historiográfico ao enfatizar a dimensão ideológica e cultural do fascismo, compreendendo-o como uma resposta radical à crise da modernidade liberal e à fragmentação social produzida pela sociedade de massas.

A “revolução fascista” quer mudar a natureza das relações entre indivíduo e coletividade sem que para isso seja necessário arruinar o motor da atividade econômica (desejo por lucro), nem abolir suas fundações (propriedade privada) ou o destruir seu marco indispensável (economia de mercado). Esse é um elemento que constitui uma inovação no fascismo: a revolução fascista se sustenta em uma economia regida pelas leis de mercado.⁷¹

Ismael Saz⁷² argumenta que, para compreender o fascismo, é essencial considerá-lo, primeiramente, como uma cultura política. Assim, introduz o conceito de fascistização, que será

⁶⁹ STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; ASHERI, Maia (org.). **El nacimiento de la ideología fascista**. Madrid: SigloVintiuno de España Editores, 1998.

⁷⁰ *Ibid.*

⁷¹ TANAGINO, Pedro Ivo Dias. **A síntese integral**: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939). 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2018. p. 353.

⁷² Em seu texto, Ismael Saz apresenta um debate historiográfico sobre o conceito de cultura política, mencionando autores como Almond, Verba, Bernstein e Sirinelli. Ele argumenta que a cultura política não é um elemento fixo ou homogêneo, mas um espaço dinâmico de disputa, no qual diferentes grupos tentam impor sua visão sobre a sociedade. Ao analisar o regime franquista, o historiador destaca que podem coexistir múltiplas culturas políticas, como no caso da cultura política fascista e da cultura política nacional-católica. Seu estudo propõe uma abordagem que vai além da estrutura formal do poder, examinando como discursos e ideologias moldam regimes autoritários (SAZ, Ismael. **Fascismo y nación en el régimen de Franco**: peripecias de una cultura política. València: Universitat de València, 2013).

fundamental para este trabalho. Segundo o historiador espanhol, um Estado fascistizado não é, necessariamente, um regime inteiramente fascista, uma vez que apenas incorpora elementos significativos do fascismo em sua estrutura política, ideológica e cultural. No caso do franquismo, defende que, embora não tenha sido um regime fascista puro, passou por um processo de fascistização, adotando características como ultranacionalismo, populismo, autoritarismo, o uso sistemático da violência e uma forte propaganda estatal.

Para o estudioso, compreender o fascismo exige uma análise que vá além do caráter institucional dos regimes e leve em conta as formas pelas quais discursos e práticas políticas moldam a realidade social. Assim, propõe uma abordagem que considera o fascismo mais que um movimento político: uma cultura política capaz de influenciar diferentes aspectos da vida pública e privada.

Nos primeiros anos do franquismo, segundo Saz⁷³, houve uma disputa entre duas culturas políticas dentro do regime: a fascista e a nacional-católica. Enquanto a primeira era marcada por um nacionalismo revolucionário e mobilizador, que buscava criar um Estado totalitário, a segunda representava uma visão tradicionalista e reacionária, ligada à Igreja e à restauração de uma ordem conservadora. Contudo, a partir de 1941, observa-se a consolidação da cultura nacional-católica como matriz hegemônica do regime, ao passo que a influência fascista passou a ser, progressivamente, marginalizada. Essa mudança se refletiu tanto no discurso oficial quanto nas celebrações e nos símbolos do regime, como as comemorações do 18 de julho (dia do golpe militar) e do 12 de outubro (Dia da Hispanidade), que passaram a enfatizar mais o catolicismo e a tradição do que a mobilização política fascista.

Apesar dessa marginalização, o autor ressalta que o fascismo nunca foi completamente eliminado do regime franquista. Elementos fascistas continuaram presentes em determinados setores do governo e na retórica oficial, ainda que com menor força. No entanto, a partir de 1957, o regime passou a adotar um discurso menos nacionalista e mais tecnocrático, priorizando a estabilidade e o desenvolvimento econômico em detrimento da construção de uma identidade nacional agressiva. Esse processo levou ao que ele chama de “eclipse da nação”, momento em que o regime deixou de celebrar a nação espanhola e passou a priorizar sua própria perpetuação no poder, esvaziando progressivamente seus discursos nacionalistas e adaptando-se a uma realidade política cada vez mais distante dos ideais fascistas originais.

Cabe destacar que esta pesquisa não tem por objetivo estabelecer uma definição única ou definitiva de fascismo, nem realizar um balanço historiográfico. Reconhecendo que a

⁷³ SAZ, Ismael. **Fascismo y franquismo**. Valencia: Universitat de València, 2004.

historiografia não apresenta consenso sobre o conceito, adota-se aqui uma definição operatória, construída com base nas contribuições de Griffin, Gentile e Saz, que permita compreender as experiências fascistas em sua complexidade histórica e cultural.

Nas próximas páginas, o conceito de fascismo será fundamentado nas contribuições teóricas de Roger Griffin, Emilio Gentile e Ismael Saz. Nesta pesquisa, o fascismo é compreendido como uma cultura política revolucionária, surgida da crise da sociedade liberal e da modernidade, que busca o renascimento da nação por meio da destruição da ordem democrática e da construção de uma nova organização social baseada na autoridade, na hierarquia e na homogeneidade nacional.

Para Roger Griffin⁷⁴, o fascismo é definido como uma forma de nacionalismo palingenésico revolucionário, ou seja, um projeto de transformação radical que mobiliza as massas por meio do mito de regeneração da nação, legitimando a violência como instrumento de purificação e reconstrução. Emilio Gentile⁷⁵, por sua vez, compreende o fascismo como uma religião política, que sacraliza o Estado, o líder e a comunidade nacional, utilizando símbolos, rituais e mitos para forjar pertencimento, unidade e disciplina coletiva.

Com base nessas formulações, o fascismo se estabelece como uma cultura política própria, com práticas, linguagem e imaginário específicos, voltada para a criação de uma ordem que substitua as instituições liberais e democráticas. Trata-se de um fenômeno com alcance transnacional que, embora tenha se originado na Europa, manifestou-se em diferentes contextos históricos, assumindo formas adaptadas às realidades locais. Para analisar essas manifestações, recorre-se ao conceito de fascistização, formulado por Ismael Saz⁷⁶, que permite compreender como certos regimes, como o falangismo na Espanha ou o salazarismo em Portugal, mesmo não sendo integralmente fascistas, adotaram elementos fundamentais dessa cultura política: a centralização do poder, o culto ao líder, a mobilização das massas e a rejeição do pluralismo.

Neste trabalho, as mulheres que atuaram nesses contextos nas fileiras dos diferentes movimentos e partidos serão nomeadas como fascistas, partindo do entendimento de que compartilhavam valores, práticas e representações características do fascismo. Participavam de projetos que visavam à regeneração nacional autoritária, alinhadas a regimes com traços fascistizantes, e integravam a lógica simbólica da religião política que sustentava essas formas de poder. Assim, mesmo atuando em regimes híbridos, autoritários ou em partidos fascistas,

⁷⁴ GRIFFIN, Roger. **The nature of fascism**. Londres: Routledge, 2018.

⁷⁵ GENTILE, Emilio. **Quién es fascista (Chi è fascista)**. Madrid: Alianza Editorial, 2021.

⁷⁶ SAZ, Ismael. **Fascismo y franquismo**. Valencia: Universitat de València, 2004.

essas mulheres expressavam e reforçavam uma visão de mundo fascista, o que justifica sua caracterização nesses termos.

Além disso, para fundamentar a dimensão transnacional desta análise, recorre-se ao conceito de histórias conectadas proposto por Sanjay Subrahmanyam.⁷⁷ Segundo o autor, essa abordagem permite observar simultaneamente processos históricos que, convencionalmente, pertenceriam a campos de estudos distintos, revelando como identidades e modelos circulam em espaços profundamente interligados. A adoção dessa perspectiva permite compreender que a construção do ideal de “mulher fascista” no Brasil, em Portugal e na Espanha não foi um produto isolado de cada nação, mas o resultado de uma coprodução de processos históricos cujos impactos foram inter-relacionados.

2.2 GÊNERO E FASCISMO: ESTADO DA ARTE E DEBATES HISTORIOGRÁFICOS

A investigação sobre a presença feminina em movimentos fascistas tem revelado dimensões que vão além da simples adesão ou imposição ideológica. Esses estudos destacam a complexidade das motivações, práticas e experiências que marcaram a inserção das mulheres nessas organizações, evidenciando que sua participação não pode ser reduzida a um papel passivo ou meramente instrumental. Ao analisar trajetórias individuais e coletivas, a historiografia recente tem enfatizado as múltiplas formas de engajamento (da militância ativa à atuação em frentes sociais, culturais e assistenciais) que contribuíram para a consolidação dos projetos fascistas. Essa perspectiva permite compreender como gênero, política e poder se articularam na construção de uma ordem autoritária. Nesta subseção, serão apresentadas algumas das principais obras que contribuem para esse debate, sem a pretensão de esgotar a ampla produção historiográfica existente. Busca-se, assim, destacar tendências analíticas e problemáticas centrais que orientam a pesquisa contemporânea sobre o tema.

A historiadora alemã Jill Stephenson⁷⁸ analisa a origem, o desenvolvimento e as funções das organizações femininas vinculadas ao Partido Nazista entre os anos 1920 e 1945. Seu estudo não se configura como uma história do partido nem como uma obra estritamente de “história das mulheres”, mas como uma investigação da inserção feminina em um movimento que, embora essencialmente masculinista, mobilizou mulheres em suas estruturas. A autora destaca que a ideologia nazista atribuía às mulheres papéis centrados na maternidade, no lar e na

⁷⁷ SUBRAHMANYAM, Sanjah. **Império em concorrência**. Histórias conectadas nos séculos XVI e XVII. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

⁷⁸ STEPHENSON, Jill. **Women in Nazi Society**. London: Croom Helm, 1975.

preservação da cultura nacional, rejeitando sua participação política. Hitler e outros líderes insistiam que a política degradava a “natureza feminina”, o que explica a resistência inicial à inclusão de mulheres em funções partidárias e militares, mesmo durante a guerra.

O próprio Hitler frequentemente expressava oposição à participação das mulheres na política, afirmando que isso maculava e rebaixava a natureza feminina [...] Foi em parte o apego pessoal de Hitler à imagem da mulher como “mãe da nação” que retardou e depois enfraqueceu a introdução da conscrição de trabalho para mulheres durante a Segunda Guerra Mundial, embora, em sua mentalidade de *Götterdämmerung*⁷⁹ no início de 1945, ele estivesse disposto a ver mulheres alistadas como soldados e enviadas para a frente de batalha.⁸⁰

Apesar disso, mulheres se aproximaram do movimento por afinidade ideológica, anticomunismo ou por vínculos familiares, originando grupos femininos espontâneos que prestavam apoio logístico ao partido, como assistência a membros da Sturmabteilung (SA), confecção de bandeiras, arrecadação de donativos e serviços de bem-estar. Essa atuação levou à criação da NS-Frauenschaft (NSF), em 1931, por iniciativa de Gregor Strasser, com objetivo de centralizar e controlar essas atividades. Posteriormente, a NSF passou a liderar o Deutsches Frauenwerk (DFW), destinado à integração das mulheres consideradas “valiosas” para a nação. No entanto, o DFW manteve um caráter fortemente burguês, excluindo a maioria das mulheres da classe trabalhadora e revelando a dificuldade do regime em transformar-se numa organização de massa para o público feminino.

A análise de Stephenson⁸¹ é relevante para esta pesquisa porque evidencia a contradição entre o discurso que prescrevia às mulheres um papel centrado na maternidade e a realidade de sua participação efetiva nas estruturas do regime. Mesmo em um contexto de subordinação hierárquica, as organizações femininas nazistas criaram espaços de atuação que foram fundamentais para a difusão dos ideais e para a confirmação do projeto político. Esse padrão encontra paralelos em Portugal, Espanha e Brasil, onde as organizações femininas fascistas também se valeram de meios pedagógicos e propagandísticos para moldar comportamentos e

⁷⁹ O termo alemão “*Götterdämmerung*” significa “Crepúsculo dos Deuses” e remete à obra homônima de Richard Wagner, associada à destruição final e inevitável na mitologia germânica.

⁸⁰ Tradução de: “Hitler himself frequently expressed opposition to women's participation in politics, claiming that it sullied and demeaned the female nature [...] It was partly Hitler's personal attachment to the image of women as 'mothers of the nation' which delayed and then vitiated the introduction of labour conscription for women during the Second World War, although in his *Götterdämmerung* mentality early in 1945 he was prepared to see women enlisted as soldiers and sent to the front” (STEPHENSON, Jill. **Women in Nazi Society**. London: Croom Helm, 1975. p. 13).

⁸¹ *Ibid.*

valores. Assim, a perspectiva da historiadora contribui para compreender que a participação feminina, longe de se restringir ao âmbito privado, integrou as estratégias de nacionalização e disciplinamento social próprios.

No caso brasileiro, a reflexão historiográfica tem se concentrado na análise da AIB, fundada em 1932 por Plínio Salgado, e de sua ala feminina, as blusas-verdes. Embora a AIB não tenha se consolidado como regime, mas como movimento político de massas, sua experiência constitui um objeto privilegiado para compreender as formas de mobilização de mulheres em contextos fascistas fora da Europa. A literatura tem destacado que o integralismo se apropriou de símbolos católicos e de discursos moralizadores para moldar um ideal feminino ancorado na domesticidade, mas também atribuiu às militantes papéis de propaganda, assistência e socialização política.

Logo, a análise do fascismo brasileiro, em diálogo com os casos espanhol e português, permite ampliar a perspectiva comparada e revelar tanto os elementos de convergência, como a valorização da maternidade e da religiosidade, quanto as especificidades de um movimento enraizado em uma sociedade marcada pelo catolicismo popular, pelo legado do patriarcalismo e pelas tensões próprias da política latino-americana dos anos 1930.

Os estudos pioneiros de Victoria de Grazia⁸² foram decisivos para evidenciar que a política sexual do fascismo não era periférica, e sim elemento constitutivo do projeto autoritário. Ao analisar a condição feminina sob o regime de Mussolini, a autora demonstra que a ditadura fascista não se limitou a perpetuar padrões patriarcais herdados, visto que construiu um sistema específico, definido como “patriarcado fascista”, que politizou a diferença sexual e a transformou em instrumento de dominação. Esse modelo partia da premissa da desigualdade natural entre os sexos e produziu um conjunto de políticas voltadas para restringir a cidadania feminina, controlar a sexualidade, limitar o trabalho assalariado e subordinar a participação das mulheres às estratégias do Estado.

O antifeminismo, segundo Grazia⁸³, ocupava papel estrutural no ideário fascista, com importância equivalente ao antiliberalismo, racismo e militarismo. A centralidade dessas políticas de gênero refuta interpretações que as tratam como resquícios conservadores ou questões secundárias. Diferentemente do patriarcado liberal do século XIX e do patriarcado social das democracias do pós-guerra, o fascismo elaborou mecanismos próprios para

⁸² GRAZIA, Victoria de. **How Fascism Ruled Women: Italy, 1922-1945**. Berkeley: University of California Press, 1992.

⁸³ *Ibid.*

enquadrar as mulheres na ordem política e moral do regime, articulando paternalismo e autoritarismo em um mesmo projeto de poder.

Entre os instrumentos utilizados pelo fascismo para impor sua visão de mundo, destacam-se as políticas natalistas, que associavam a maternidade ao dever cívico. Proibiram-se métodos contraceptivos, criminalizou-se o aborto e desencadeou-se uma intensa propaganda contra o celibato feminino, tudo em nome do aumento populacional e da preparação militar. Essa concepção reduzia as mulheres à função de reprodutoras biológicas e guardiãs da moral nacional, responsabilizando-as pela formação das futuras gerações fascistas.⁸⁴

No campo econômico, a posição feminina foi igualmente regulada. Embora as transformações sociais e a modernização tenham ampliado a presença das mulheres no trabalho assalariado, o regime se empenhou em desestimulá-la por meio de medidas como a proibição do emprego público para mulheres casadas e a adoção de políticas salariais discriminatórias. Essa tentativa de exclusão, contudo, esbarrou em contradições: as demandas industriais e a crise de mão de obra levaram muitas mulheres a permanecerem no mercado de trabalho, ainda que sob forte controle estatal. Tal ambiguidade revela a natureza instrumental da política fascista, capaz de flexibilizar princípios em função das necessidades produtivas, mas sem conceder autonomia ou direitos plenos às mulheres.

Em teoria, o fascismo recolocava a mulher no lar, onde, como procriadora e cuidadora, ela contribuiria para o bom funcionamento da esfera privada. Contudo, à medida que o fascismo passou a exercer maior pressão sobre a família e a propor novos modelos de conduta familiar, as mulheres foram convocadas a desempenhar novos deveres.⁸⁵

Outro eixo fundamental foi a criação de organizações femininas como os Fasci Femminili, concebidas para canalizar a participação das mulheres em moldes compatíveis com o projeto político. Essas entidades promoviam atividades assistenciais, educação moral e disciplina corporal, funcionando como espaços de socialização política inseridos em uma estrutura hierárquica. Se, por um lado, ofereceram visibilidade pública e possibilidades concretas de atuação, por outro, estavam ancoradas em diretrizes ideológicas que orientavam e delimitavam essas práticas. A adesão feminina a essas organizações pode ser compreendida

⁸⁴ GRAZIA, Victoria de. **How Fascism Ruled Women: Italy, 1922-1945**. Berkeley: University of California Press, 1992.

⁸⁵ Tradução de: "In theory fascism put woman back into the home, where, as procreator and nurturer, she contributed to the good functioning of the private sphere. However, as fascism put more pressure on the family and proposed new models for its conduct, women were called on to perform new duties" (*Ibid.*, p. 82).

como uma forma de engajamento ativo, ainda que articulada às lógicas e aos objetivos do regime.

Grazia⁸⁶ destaca que o fascismo combinou elementos de modernidade (como propaganda de massa e mobilização social) com um rígido enquadramento patriarcal, transformando as mulheres em peças-chave do regime sem lhes atribuir poder efetivo. A opressão feminina constituiu-se como pilar do Estado fascista e da sua estratégia de dominação. Reconhecer essa dimensão é essencial para compreender a natureza do fascismo, cuja política sexual operou como mecanismo central de legitimação e reprodução do poder.

A obra de Hégio Trindade⁸⁷ permanece como referência fundacional para a compreensão do integralismo enquanto fenômeno político e ideológico de massas no Brasil, estabelecendo as bases para a leitura do movimento como expressão singular do fascismo no contexto nacional. Contudo, nas décadas seguintes, a historiografia ampliou o escopo interpretativo inaugurado pelo cientista político brasileiro, incorporando novas problemáticas e abordagens. Entre essas, destaca-se a atenção crescente à participação feminina no interior da AIB – tema que emergiu com força apenas a partir dos anos 1990, em diálogo com o desenvolvimento da história das mulheres e dos estudos de gênero.

Nesse novo campo investigativo, as chamadas blusas-verdes passaram a ser analisadas não mais como figuras secundárias ou meramente decorativas, mas como agentes ativos na difusão da doutrina e na construção simbólica do movimento, articulando discursos de domesticidade, moral cristã e nacionalismo a práticas concretas de militância e sociabilidade política.

Entre essas contribuições, destaca-se o trabalho de Renata Duarte Simões⁸⁸, que problematiza os múltiplos campos de atuação da militante integralista. Ao analisar fontes como o jornal *A Offensiva* e a revista *Brasil Feminino*, a autora demonstra que as integralistas não se limitaram a reproduzir o discurso de domesticidade e submissão veiculado por Plínio Salgado e pela elite intelectual da AIB. Pelo contrário, sua pesquisa evidencia que, embora inseridas em um projeto político que reforçava a centralidade da família cristã e a educação moral, as mulheres também ocuparam espaços de propaganda, assistência, educação e até de oratória

⁸⁶ GRAZIA, Victoria de. **How Fascism Ruled Women: Italy, 1922-1945**. Berkeley: University of California Press, 1992.

⁸⁷ TRINDADE, Hégio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difel, 1979.

⁸⁸ SIMÕES, Renata Duarte. Nem só mãe, esposa e professora: os múltiplos campos de atuação da mulher militante integralista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Anpuh, 2011. p. 1-17.

pública, apropriando-se, criativamente, da doutrina e, em alguns casos, subvertendo os limites que lhes eram impostos.

Ao ressaltar essas ambivalências, a autora ilumina a complexidade da experiência feminina no integralismo, mostrando que as blusas-verdes foram, simultaneamente, sujeitas de disciplinamento e protagonistas na difusão da ideologia fascista no Brasil.

A mulher integralista, segundo os documentos analisados, aderiu à causa social do movimento, prestando-se as diversas atividades para as quais foi convocada. Embora a AIB reforçasse os papéis descritos socialmente como femininos, a relação das “blusas-verdes” com o movimento foi inovadora, no sentido que possibilitou, às mulheres, novas práticas e representações que elas passaram também a desenvolver na esfera pública.⁸⁹

Na mesma linha de valorização da militância feminina, o artigo de Lilian Tavares de Bairos⁹⁰ analisa a experiência das blusas-verdes no núcleo integralista de Santos, entre 1934 e 1937. Com base na imprensa local (*A Tribuna de Santos*) e de revistas como *Brasil Feminino*, a autora mostra que, embora as mulheres fossem inicialmente vinculadas a funções assistenciais e educativas, sua presença se tornou cada vez mais visível nas manifestações públicas, nas campanhas eleitorais e na organização de escolas de alfabetização. O estudo evidencia que, em um contexto marcado pela conquista do voto feminino em 1932, a AIB soube mobilizar esse novo eleitorado, atribuindo às militantes a tarefa de formar, instruir e conquistar simpatizantes para a causa integralista.

Essa perspectiva encontra ressonância na análise de Lídia Vianna Possas⁹¹, cujo estudo sobre as blusas-verdes insere a militância feminina integralista em uma chave comparativa com outros movimentos posteriores, como as marchadeiras dos anos 1960. Ao enfatizar que esses grupos assumiram “ações coletivas de cunho politizado” mesmo sem reivindicar explicitamente uma agenda feminista, a pesquisadora demonstra que a atuação das integralistas não pode ser reduzida a mero prolongamento da esfera doméstica. Pelo contrário, a presença pública das mulheres nos cortejos uniformizados, nos núcleos locais e na produção discursiva do movimento evidencia como a AIB soube mobilizar a “missão feminina” para fins de

⁸⁹ SIMÕES, Renata Duarte. Nem só mãe, esposa e professora: os múltiplos campos de atuação da mulher militante integralista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Anpuh, 2011. p. 16.

⁹⁰ BAIROS, Lilian Tavares de. O integralismo de saia: militância feminina nas fileiras integralistas em Santos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

⁹¹ POSSAS, Lídia M. Vianna. As blusas-verdes e as marchadeiras: movimentos de mulheres e de participação política nos anos 30 e 60. **Revista Nuevas Tendencias en Antropología**, n. 3, p. 20-43, 2012.

arregimentação política, abrindo brechas para novas formas de protagonismo. Como resume a autora:

As blusas-verdes foram cooptadas e uma rede de militância feminina e de informações foi ampliada, de modo que a Direção Nacional recebia relatórios, estatísticas, correspondências sobre todas “as militantes, suas atitudes e as atividades da mulher integralista inscrita em face de suas obrigações”.⁹²

Por sua vez, o texto de Mancilha⁹³ sugere que a imprensa voltada às mulheres deve ser analisada como um campo de disputas simbólicas e de construção de subjetividades, ultrapassando sua compreensão como veículo de doutrinação ou reprodução de estereótipos. Ao compreender essas publicações como espaços onde se cruzam normas e experiências, a autora mostra que elas não se limitam a repetir modelos, mas também abrem margens de negociação e ressignificação.

A historiadora brasileira evidencia que nelas convivem a reafirmação de normas patriarcais e a possibilidade de brechas discursivas, por onde surgem outras formas de atuação. A ênfase recai menos sobre o conteúdo normativo e mais sobre as relações que se estabelecem entre produção, circulação e recepção dos impressos, o que permite compreender as revistas e os jornais femininos como instrumentos de socialização política e moral.

A análise propõe deslocar o foco: mais do que “espelhos” de uma ideologia, essas fontes revelam tensões entre modernidade e tradição, entre o público e o privado, entre disciplina e invenção. Logo, as revistas femininas são entendidas como documentos que condensam discursos sobre corpo, trabalho, educação e cidadania. Lidas dessa forma, elas se tornam fundamentais para compreender como se estruturaram os projetos políticos e morais que definiram o lugar das mulheres nas sociedades do século XX, inclusive nos contextos autoritários e nacionalistas.

O estudo de Lídia Possas⁹⁴ propõe uma leitura atenta às formas pelas quais as mulheres se inseriram na ação política organizada, observando como práticas e discursos coletivos produziram novas maneiras de viver e compreender a militância. Ao examinar as blusas-verdes

⁹² POSSAS, Lídia M. Vianna. As blusas-verdes e as marchadeiras: movimentos de mulheres e de participação política nos anos 30 e 60. **Revista Nuevas Tendencias en Antropología**, n. 3, p. 20-43, 2012. p. 30.

⁹³ MANCILHA, Virginia Maria Netto. Nas páginas da imprensa feminina: uma análise da revista Brasil Feminino e da participação no movimento do Sigma (1932-1937). In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (org.). **Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

⁹⁴ POSSAS, *op. cit.*

e, posteriormente, as marchadeiras, a autora evidencia que a participação feminina nos anos 1930 e 1960 não se resume à adesão a doutrinas ou à obediência a lideranças masculinas. Sua análise valoriza os gestos cotidianos, a retórica moral e os vínculos de sociabilidade que deram densidade à experiência dessas mulheres, mostrando que a militância se construiu também por meio de afetos, da religiosidade e da ritualização do pertencimento.

As integralistas aparecem como um grupo que, ao incorporar a ideologia da AIB, também a traduziu em códigos próprios, expressos na forma de vestir, nos ritos públicos, nas redes de solidariedade e nas tarefas educativas que assumiram. A autora identifica nessa atuação um modo de entender a política a partir do corpo e da moral, no qual disciplina e devoção se tornaram linguagens legítimas de participação. Esse olhar desloca a ênfase da excepcionalidade das mulheres engajadas para a compreensão dos modos como elas produziram sentidos de coletividade e legitimidade dentro do movimento.

Ao aproximar as blusas-verdes das marchadeiras, Possas⁹⁵ sugere uma continuidade na maneira como diferentes gerações de mulheres brasileiras articularam fê, civismo e ação pública, transformando virtudes tradicionalmente associadas ao feminino (cuidado, religiosidade, ordem) em instrumentos de mobilização coletiva.

Ampliando essa chave interpretativa, o artigo de Daniela Moraes Traldi⁹⁶ propõe uma interpretação central para os estudos sobre o integralismo ao demonstrar que as categorias de gênero e raça constituíam dimensões importantes do projeto político do movimento. A autora identifica a construção de uma “hipermasculinidade política cristã” como elemento organizador da ideologia integralista, na qual o homem era concebido simultaneamente como sujeito espiritual e agente político da nação. Inspirado na figura de Cristo, esse ideal masculino combinava força, disciplina e sacralidade, articulando corpo e espiritualidade em uma lógica de autoridade e liderança. Nesse quadro, a organização social proposta pela AIB reforçava uma divisão hierárquica dos papéis de gênero, na qual a masculinidade era associada à ação pública, à defesa da pátria e à condução moral da sociedade, enquanto a feminilidade era circunscrita à esfera da reprodução e do cuidado.

Paralelamente, a historiadora evidencia como essa estrutura de gênero estava intrinsecamente vinculada a uma ordem racial hierarquizada e a uma retórica política marcada pelo anticomunismo. A noção de “hiperfeminilidade”, centrada na maternidade, atribuía às

⁹⁵ POSSAS, Lúcia M. Vianna. As blusas-verdes e as marchadeiras: movimentos de mulheres e de participação política nos anos 30 e 60. **Revista Nuevas Tendencias en Antropología**, n. 3, p. 20-43, 2012.

⁹⁶ TRALDI, Daniela Moraes. Christian Political Hypermasculinity: Brazilian Fascism in the 1930s. **Gender & History**, v. 36, issue 2, p. 1-22, 2023. Doi: <https://doi.org/10.1111/1468-0424.12691>.

mulheres a função de estabilizar a ordem social e conter as supostas ameaças morais representadas por inimigos políticos, especialmente os comunistas, descritos de forma desumanizada. Essa lógica reforçava a família como núcleo disciplinador e pilar da nação cristã.

Em sua tese, Traldi⁹⁷ alega que o integralismo foi um fenômeno político e cultural de longa duração. Ao acompanhar sua trajetória entre as décadas de 1920 e 1980, a autora demonstra que o movimento foi capaz de se adaptar às mudanças do contexto político brasileiro, preservando, contudo, seus fundamentos ideológicos. Com isso, a tríade “Deus, Pátria e Família” emerge como eixo significativo de um discurso que atravessa diferentes conjunturas, sendo ressignificado conforme as demandas históricas: de um projeto explicitamente fascista nos anos 1930, seu retorno como PRP após o fim do Estado Novo, a uma retórica anticomunista e conservadora durante a Guerra Fria e o contexto do Golpe de 1964. A análise proposta demonstra, portanto, a capacidade de reinvenção do integralismo, que, ao abandonar sua estética característica de “camisas-verdes”, manteve-se ativo por meio de partidos como o PRP e de redes de sociabilidade política que garantiram sua sobrevivência no interior da direita brasileira.

Um dos aportes mais relevantes da tese reside na centralidade atribuída à atuação feminina. Diferentemente de uma leitura que limitaria as mulheres a funções subordinadas, a historiadora as apresenta como agentes fundamentais na difusão e manutenção da cultura política integralista. Figuras como Carmela e Maria Amélia Salgado atuaram em associações católicas, iniciativas filantrópicas e instituições educacionais, nas quais foi possível perpetuar valores nacionalistas, cristãos e anticomunistas de maneira socialmente legitimada. Essa atuação demonstra a importância das práticas cotidianas na reprodução ideológica do integralismo. Ao articular gênero, raça e religião em uma perspectiva de longa duração, a tese contribui para compreender como determinadas matrizes discursivas foram reconfiguradas e mobilizadas ao longo do século XX, evidenciando a persistência e a capacidade adaptativa de projetos políticos no Brasil.

Por sua vez, Sandra McGee Deutsch⁹⁸ analisa a presença das mulheres na AIB e nas mobilizações de 1964. A autora mostra que o engajamento feminino nesses contextos não pode ser explicado apenas pela influência masculina, mas pelas possibilidades de atuação que esses

⁹⁷ TRALDI, Daniela Moraes. **God, Fatherland, Family: Integralismo and the Making of the Far-Right in Twentieth Century Brazil**. 2024. Thesis (Doctorate in History) –University of New York, New York, 2024.

⁹⁸ DEUTSCH, Sandra McGee. Christians, homemakers, and transgressors: extreme right-wing women in twentieth-century Brazil. **Journal of Women’s History**, v. 16, n. 3, p. 124-137, 2004.

movimentos ofereciam às mulheres. Para muitas integralistas, a militância representou uma forma legítima de ação pública.

O papel vital que elas desempenharam em sua estratégia de mobilização indica que o movimento era mais pragmático, flexível e voltado à construção de uma ampla base de apoio do que seus equivalentes sul-americanos. Inserir as mulheres não significa apenas acrescentar novas figuras a uma paisagem já existente, mas redesenhar essa própria paisagem.⁹⁹

A pesquisadora evidencia que as “blusas-verdes” foram fundamentais para a difusão do integralismo, transformando valores domésticos em linguagem política e articulando disciplina, religiosidade e sentimento nacional. Ao comparar essa experiência com a mobilização feminina de 1964, a autora demonstra como a retórica da proteção da família e da moral cristã funcionou como instrumento de mobilização.

Em diálogo com essa perspectiva, as pesquisas de Toni Morant i Ariño¹⁰⁰ constituem uma das principais referências para a compreensão das interações entre gênero e fascismo na historiografia recente. O autor analisa a construção do ideal feminino no interior da Falange, entre 1933 e 1945, destacando as tensões entre a retórica da domesticidade e as práticas políticas destinadas às mulheres. A criação do Servicio Social¹⁰¹, em 1937, é interpretada como um marco do projeto totalitário, que buscava mobilizar as mulheres não apenas para funções assistenciais, mas para tarefas educativas e de doutrinação política, inserindo-as em um espaço público controlado pelo regime. Essa política, como observa o autor, articulava valores tradicionais à lógica da modernidade fascista, configurando uma estratégia de nacionalização por meio do gênero.

⁹⁹ Tradução de: “Focusing on women reveals something new about Integralists. Women’s vital role in their mobilizational strategy points to the fact that they were more pragmatic, flexible, and devoted to constructing a broad following than their South American counterparts. Inserting women does not only mean painting additional figures into an existing landscape, but also drawing a different landscape” (DEUTSCH, Sandra McGee. Christians, homemakers, and transgressors: extreme right-wing women in twentieth-century Brazil. **Journal of Women’s History**, v. 16, n. 3, p. 124-137, 2004. p. 129).

¹⁰⁰ MORANT I ARIÑO, Toni. Estado totalitario y género: el referente alemán para la *Sección Femenina* de Falange, 1936-1945. **Alcores**, n. 13, p. 63-83, 2012. Doi: <https://doi.org/10.69791/rahc.145>.

¹⁰¹ O Servicio Social da Sección Femenina foi criado em 1937, durante a Guerra Civil Espanhola, como um instrumento de mobilização e doutrinação feminina sob o controle da Falange. De caráter obrigatório para as mulheres que desejassem exercer funções públicas, estudar em universidades ou obter determinados documentos civis, o serviço consistia em um período de formação política, moral e doméstica inspirado nos modelos de trabalho social fascistas e católicos. Seu objetivo era inculcar nas espanholas o ideal da “mujer nueva” do franquismo, ou seja, cristã, obediente e dedicada à pátria, à família e ao lar.

Morant i Ariño¹⁰² apresenta uma análise sobre as contradições entre discurso e prática vividas pelas mulheres ligadas ao regime, uma vez que surgiam situações de questionamento da hierarquia masculina. Para exemplificar essas contradições, o autor destaca o caso de María de Miranda, que, em 1945, chamou publicamente de “cobarde” um superior sem sofrer destituição, revelando assim uma distância entre normas e práticas no interior da SF. Como ressalta o historiador, tais relações estavam sempre presentes, mesmo quando, de maneira direta, não havia uma distinção clara entre homens e mulheres:

Em nenhum momento, ao longo de toda essa correspondência oficial, se fala de modelos de gênero, de papéis femininos ou das qualidades que uma mulher deveria ter... e, no entanto, de alguma forma, as relações sociais de gênero, de política e de poder não deixam de estar presentes em tudo isso. Porque das relações de gênero se pode falar mesmo quando não se fala diretamente de homens e mulheres.¹⁰³

Em estudos posteriores, Morant i Ariño¹⁰⁴ amplia o foco para as redes transnacionais, abordando a circulação de modelos organizativos e a construção de identidades políticas femininas. Ao examinar as conexões entre militantes espanholas e alemãs, o autor demonstra como as representações dessas organizações articulavam elementos tradicionais com novas referências ideológicas, projetando ideais de nação e feminilidade concebidos como universais.¹⁰⁵ Essa análise evidencia que as organizações femininas fascistas não atuaram isoladamente, uma vez que integraram redes internacionais que possibilitaram a troca de práticas, discursos e estratégias de mobilização. O historiador também analisa as representações recíprocas entre as lideranças femininas e as nazistas.¹⁰⁶

¹⁰² MORANT I ARIÑO, Toni. Estado totalitario y género: el referente alemán para la *Sección Femenina* de Falange, 1936-1945. *Alcores*, n. 13, p. 63-83, 2012. Doi: <https://doi.org/10.69791/rahc.145>.

¹⁰³ Tradução de: “En ningún momento a lo largo de toda esta correspondencia oficial se habla de modelos de género, de roles femeninos o de las cualidades que una mujer había de tener... y, sin embargo, de alguna manera las relaciones sociales de género, de política y de poder no dejan de estar presentes en todo ello. Porque de relaciones de género se puede hablar incluso cuando no se habla directamente de hombres y mujeres” (*Id.* Para influir en la vida del Estado futuro: discurso – y práctica – falangista sobre el papel de la mujer y la feminidad, 1933-1945. *Historia y Política*, n. 27, p. 113-141, 2012. p. 137).

¹⁰⁴ *Id.* “Las mujeres que también fueron fascistas”. Los primeros años de la Sección Femenina de Falange en una mirada transnacional. *Historia del Presente*, n. 32, p. 11-26, 2018. Doi: <https://doi.org/10.5944/hdp.32.2018.40439>.

¹⁰⁵ *Ibid.*

¹⁰⁶ *Ibid.* **Mujeres para una “Nueva Europa”**: las relaciones y visitas entre la Sección Femenina de Falange y las organizaciones femeninas nazis, 1936-1945. 2013. Thesis (Doctorado en Historia Contemporánea) – Universitat de València, València, 2013.

Morant i Ariño¹⁰⁷ chama a atenção para o fato de que os intercâmbios hispano-alemães entre 1936 e 1945 ultrapassaram o plano diplomático, consolidando-se como espaço de produção simbólica de gênero e nação. As imagens que as jovens líderes nazistas e falangistas construíram umas das outras revelam uma síntese peculiar entre estereótipos tradicionais – como o exotismo romântico atribuído à Espanha ou a idealização da disciplina germânica – e novos significados derivados da afinidade ideológica fascista. O entusiasmo demonstrado pelas falangistas em relação à organização social e à liturgia política nazista, incluindo a estética da uniformização, o culto ao líder e os rituais coletivos, ilustra a centralidade da Alemanha como modelo pedagógico e político. Ao nomeá-las como “companheiras de *allende las fronteras*”, o autor enfatiza que essas mulheres partilhavam um projeto nacional e um imaginário comum sobre o lugar das mulheres na nova ordem fascista europeia, onde a subordinação de gênero se articulava à mobilização política.

Morant i Ariño¹⁰⁸ também incorpora a América Latina às suas análises, como no estudo comparativo entre Brasil e Espanha. Nesse trabalho, ressalta que a compreensão das experiências femininas no fascismo exige uma abordagem comparativa, capaz de identificar tanto padrões transnacionais quanto particularidades vinculadas a cada contexto histórico. Entre as convergências, destaca-se a defesa da complementaridade entre os papéis de gênero e a criação de estruturas específicas para a participação feminina; entre as diferenças, sobressai o nível de institucionalização alcançado pela SF no franquismo, em contraste com a trajetória das blusas-verdes no integralismo brasileiro, em razão da entrada da AIB na ilegalidade, ao passo que, no caso espanhol, consolidou-se um regime. O pesquisador afirma que “A principal diferença entre as integralistas e as falangistas provavelmente consista no grau de desenvolvimento organizacional alcançado antes de que seus respectivos partidos decidissem tomar o poder”.¹⁰⁹

Esse percurso culmina na obra *The Right and the Nation. Transnational Perspectives*¹¹⁰, que apresenta uma síntese global das relações entre gênero e fascismo, articulando quatro casos: Itália, Alemanha, Espanha e Brasil. A obra demonstra que o caráter transnacional não foi apenas

¹⁰⁷ MORANT I ARIÑO, Toni. “Las mujeres que también fueron fascistas”. Los primeros años de la Sección Femenina de Falange en una mirada transnacional. **Historia del Presente**, n. 32, p. 11-26, 2018. Doi: <https://doi.org/10.5944/hdp.32.2018.40439>.

¹⁰⁸ *Id.* Uma primeira aproximação comparada ao fascismo feminino no Brasil e na Espanha, 1932-1937. **Locus: Revista de História**, v. 25, n. 2, 2019. Doi: <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2019.v25.28563>.

¹⁰⁹ *Ibid.*

¹¹⁰ *Id.* Gender and nation for fascist women in Italy, Germany, Brazil and Spain in the 1930s and 1940s. In: MORANT I ARIÑO, Toni; SANZ, Julián; SAZ, Ismael (org.). **The Right and the Nation. Transnational Perspectives**. London: Routledge, 2023. v. 1.

um fenômeno acessório, mas um componente estrutural dos projetos fascistas, concebido como estratégia política para consolidar a ideia de uma comunidade internacional de regimes autoritários. Essa dimensão transnacional possibilitou a circulação de modelos organizativos, discursos pedagógicos e representações sobre o ideal feminino, criando convergências entre diferentes experiências nacionais. Por meio de intercâmbios formais, como visitas de delegações e publicações voltadas para mulheres, buscava-se reforçar identidades fascistas no âmbito doméstico e projetar uma imagem coesa no cenário internacional.

Tal perspectiva revela que a construção da “nova mulher” fascista esteve ancorada em redes que transcendiam fronteiras, evidenciando como o gênero se tornou um eixo central na articulação política transnacional do fascismo. Diante disso, ao abordar o lugar das mulheres nos regimes fascistas, Morant i Ariño¹¹¹ enfatiza que a relação entre gênero e fascismo é marcada por contradições e complexidades. Longe de se limitar à imposição de papéis domésticos e submissos, a participação feminina nos movimentos fascistas assumiu formas diversas, incluindo engajamento político, mobilização em massa e protagonismo público.

A relação entre fascismo e mulheres foi muito mais complexa. A especificidade do fascismo em termos de gênero precisa ser buscada em outro lugar. É difícil falar de “os fascismos”, de um lado, e “as mulheres”, de outro, como se fossem coisas radicalmente distintas, alheias uma à outra. Nem todas as mulheres se uniram a essas fileiras, nem remotamente, e igualmente os homens continuaram a ocupar quase todas as posições de liderança (como de fato o fizeram, vale dizer, em todas as culturas políticas do tempo). No entanto, é um fato que as mulheres também fizeram parte desses partidos e regimes. Caso contrário, como explicar o recrutamento de 12 milhões de mulheres para organizações nazistas, mais de cinco milhões para organizações similares na Itália, mais de 600.000 na Espanha ou 100.000 no Brasil? Como explicar, senão, a notável proeminência e visibilidade pública das mulheres fascistas nesses anos, e não apenas dentro de seus próprios países?¹¹²

¹¹¹ MORANT I ARIÑO, Toni. Gender and nation for fascist women in Italy, Germany, Brazil and Spain in the 1930s and 1940s. In: MORANT I ARIÑO, Toni; SANZ, Julián; SAZ, Ismael (org.). **The Right and the Nation. Transnational Perspectives**. London: Routledge, 2023. v. 1.

¹¹² Tradução de: “The relationship between fascism and women was far more complex. The specific nature of fascism in terms of gender must be looked for elsewhere. It is already difficult to talk about fascisms, on the one hand and women on the other, as if they were two radically different things, alien to each other. Not all women joined their ranks, not even remotely, and equally men continued to occupy all the leading roles (as they did, it should be said, in all the other political cultures of the time). However, it is no less a fact that women also formed part of these parties and regimes. Otherwise, how can one explain the recruitment of 12 million women into Nazi organisations, more than five million into similar organisations in Italy, over 600,000 in Spain or 100,000 in Brazil? How can one explain, if not, the notable prominence and public visibility of fascist women during those years, and not only within their own countries?” (*Ibid.*, p. 245).

Concorda-se com a interpretação proposta pelo historiador, visto que suas análises revelam como as ambivalências e contradições presentes nas práticas e nos discursos das organizações femininas fascistas constituem um elemento-chave para compreender a complexidade dessas experiências. Longe de serem expressões de coerência absoluta entre ideologia e realidade, tais organizações operaram em um espaço marcado por tensões entre prescrição normativa e agência feminina, entre tradição e modernidade, entre nacionalismo e redes transnacionais.

A presente pesquisa adota essa perspectiva como base interpretativa, pois considera que essas ambiguidades oferecem um ponto de partida essencial para problematizar o papel das mulheres nos movimentos fascistas. Nas seções seguintes, essas contradições serão retomadas de forma sistemática, de modo a demonstrar como elas possibilitam uma análise distinta da construção de gênero e da atuação das mulheres nesses projetos.

O balanço historiográfico apresentado por Inmaculada Blasco Herranz¹¹³ sobre gênero e franquismo evidencia avanços significativos no diálogo entre história das mulheres, estudos sobre regimes autoritários e políticas de memória. A autora afirma que nas últimas décadas, observa-se um deslocamento analítico para a compreensão do gênero como elemento estruturante do franquismo, em consonância com abordagens que interpretam os fascismos como projetos totalitários baseados em hierarquias sexuais rígidas. Essa inflexão interpretativa demonstra que a construção simbólica da feminilidade não foi mera retórica, e sim componente essencial da arquitetura ideológica do regime.¹¹⁴

Apesar desse avanço, Blasco Herranz¹¹⁵ identifica tensões persistentes na historiografia: ainda predomina a visibilização das mulheres como sujeitos históricos, sem uma plena integração da categoria de gênero como ferramenta analítica para compreender relações de poder, discursos normativos e práticas sociais. Esse limite repercute na forma como são analisadas as organizações femininas vinculadas ao franquismo, muitas vezes tratadas em chave dicotômica – submissão ou resistência –, o que acaba por encobrir as dimensões de ambiguidade e negociação. Essas ambiguidades já haviam sido apontadas nos trabalhos de Morant i Ariño, que analisa que, embora defendessem a permanência das mulheres na esfera privada, regimes e movimentos também possibilitavam sua inserção em espaços de poder e de participação política.

¹¹³BLASCO HERRANZ, Inmaculada. Género y franquismo: un balance historiográfico. In: LEÓN ÁLVAREZ, Aarón (coord.). **El franquismo en Canarias**. Tenerife: Le Canarien Ediciones, 2014. p. 69-88.

¹¹⁴ *Ibid.*

¹¹⁵ *Ibid.*

Em perspectiva convergente, mas centrando-se nas revistas da SF – *Medina* e *Y* –, Ángela Cenarro Lagunas¹¹⁶ questiona a interpretação que reduz a feminilidade franquista a um modelo rígido de domesticidade. A análise dessas publicações evidencia que a construção do “modo de ser” falangista foi atravessada por ambivalências: ao mesmo tempo em que reiteravam prescrições ligadas ao lar e à moral cristã, também reconheciam e até exigiam a presença das mulheres em determinados âmbitos públicos. Essa participação, porém, estava sempre marcada pela tensão entre a apropriação de valores associados à masculinidade, como disciplina, sacrifício e serviço à pátria, e a reafirmação de atributos considerados femininos, como o pudor e o silêncio.

Um elemento central nesse processo foi a definição da identidade das mulheres falangistas por contraste com outras, pois ser falangista significava, sobretudo, não ser como “as outras”, em particular as republicanas e feministas, retratadas nas páginas das revistas como cosmopolitas, degeneradas e histéricas. Em oposição a elas, as chamadas “azules” encarnavam pureza, disciplina e fidelidade à pátria, numa lógica excludente que reforçava tanto a dimensão nacionalista quanto o caráter militante da SF.

Isso explicaria por que, nos primeiros números da revista *Y*, abundavam artigos dedicados a difamar as mulheres republicanas e de esquerda, bem como as feministas e as sufragistas, além de recuperarem textos do século XV que apresentavam as mulheres como seres naturalmente avaros, exagerados e fofos.¹¹⁷

O estudo evidencia que o discurso falangista recorreu à estratégia da excepcionalidade para justificar a presença das mulheres em espaços que, no quadro normativo, eram reservados aos homens. Figuras como heroínas, mártires e referências históricas, como a rainha Isabel I de Castela e Santa Teresa de Ávila, foram mobilizadas como modelos simbólicos de liderança e sacrifício. Contudo, essa valorização não significava igualdade plena: tratava-se de uma legitimação cuidadosamente delimitada, que reconhecia a atuação ativa das falangistas apenas quando inscrita na lógica da complementariedade sexual e subordinada ao projeto nacional-católico do regime.

¹¹⁶ CENARRO LAGUNAS, Ángela. La Falange es un modo de ser (mujer): discursos e identidades de género en las publicaciones de la Sección Femenina (1938-1945). *Historia y Política*, n. 37, p. 91-120, 2017. Doi: <https://doi.org/10.18042/hp.37.04>.

¹¹⁷ Tradução de: “Esto explicaría que en los primeros números de la revista *Y* abundaran los artículos dedicados a denigrar a las mujeres republicanas y de izquierdas, así como a las feministas y las sufragistas, o recuperasen escritos del siglo XV que presentaban a las mujeres como seres naturalmente avaros, exagerados y murmuradores” (*Ibid.*, p. 97).

Sem ocupar o papel de protagonistas absolutas, as duas grandes referências femininas para as falangistas, a rainha Isabel de Castela e Santa Teresa de Jesus, também tiveram um lugar importante nas páginas dessas publicações. Não apenas por serem profundamente católicas e espanholas, mas também por seus méritos, respectivamente, como forjadora de uma nação e fundadora de uma ordem religiosa.¹¹⁸

Nesta pesquisa, concorda-se com a análise de Cenarro¹¹⁹, pois sua obra mostra que a identidade feminina falangista não deve ser vista como fruto de uma imposição rígida e uniforme, mas como resultado de uma negociação complexa entre ideais, experiências e expectativas sociais. Tal perspectiva é central para este estudo, uma vez que parte do pressuposto de que os discursos sobre a “mulher ideal” nos movimentos fascistas não se limitaram à reafirmação da domesticidade. Ao contrário, incorporaram elementos de modernidade, bem como tensões e ambiguidades, para legitimar a presença feminina no projeto nacional. Assim, a pesquisa aqui desenvolvida adota esse referencial interpretativo para examinar como, no caso das publicações voltadas às mulheres, foram construídas identidades plurais, marcadas simultaneamente por prescrições tradicionais e por estratégias de mobilização política.

Seguindo esses mesmos pontos apresentados, o estudo de Soraya Gahete Muñoz¹²⁰ evidencia o papel decisivo das mulheres falangistas na difusão da ideologia franquista, destacando as contradições entre o discurso oficial, que reforçava a domesticidade, e a prática dessas militantes, que atuaram amplamente no espaço público, concentrando-se nas Delegadas Provinciais de Madri, de 1934 a 1958. Responsáveis por transmitir a mística da feminidade, elas controlaram mecanismos de socialização ideológica por meio da educação, do serviço social e de uma rede institucional voltada à formação das mulheres espanholas.

A autora analisa manuais escolares do período para confirmar a existência de uma estratégia de gênero orientada para manter a hierarquia sexual: às meninas destinavam-se

¹¹⁸ Tradução de: “Sin ser protagonistas absolutas, los dos grandes referentes femeninos para las falangistas, la reina Isabel de Castilla y Santa Teresa de Jesús, también tuvieron un lugar importante en las páginas de estas publicaciones. No solo porque fueran profundamente católicas y españolas, sino por méritos, respectivamente, como forjadora de una nación y fundadora de una orden religiosa” (CENARRO LAGUNAS, Ángela. La Falange es un modo de ser (mujer): discursos e identidades de género en las publicaciones de la Sección Femenina (1938-1945). *Historia y Política*, n. 37, p. 91-120, 2017. p. 105. Doi: <https://doi.org/10.18042/hp.37.04>).

¹¹⁹ *Ibid.*

¹²⁰ GAHETE MUÑOZ, Soraya. La Sección Femenina de Falange. Discursos y prácticas en Madrid. Arenal. *Revista de Historia de las Mujeres*, v. 22, n. 2, p. 389-411, 2015. Doi: <https://doi.org/10.30827/arenal.v22i2.3863>.

conteúdos centrados na família, na moral cristã e na vida doméstica, enquanto os meninos recebiam uma formação mais ampla, baseada em valores políticos e nacionalistas. Isso pode ser percebido de maneira muito clara com os “plinianos” da AIB, tema que será desenvolvido mais adiante. Contudo, é importante destacar que esse projeto voltado à juventude não se restringiu ao caso espanhol. Essa diferenciação tinha como objetivo preparar as mulheres para um papel subordinado, mas também funcional, na reprodução dos princípios falangistas no âmbito familiar.

O paradoxo fundamental, segundo Gahete¹²¹, reside no fato de que as próprias falangistas não se enquadravam plenamente no modelo que pregavam: muitas permaneceram solteiras, assumiram cargos e exerceram funções que lhes conferiam autoridade sobre outras mulheres. Essa ambiguidade revela que, embora submetidas à ideologia patriarcal, essas militantes conquistaram uma forma específica de poder, expressa no controle sobre a educação e na capacidade de definir comportamentos sociais.

O fator da solteirice entre as mulheres falangistas que ocupavam cargos também tem sido bastante destacado. A função “natural” da mulher, segundo os discursos oficiais, era ser mãe, e, quanto mais filhos, melhor. No entanto, essas mulheres não se casaram, não tiveram filhos e, no que diz respeito à sua reclusão no lar, é bem sabido que passavam mais tempo fora dele do que dentro.¹²²

O estudo de Marie-Aline Barrachina¹²³ analisa como a SF da Falange construiu um modelo de feminilidade funcional às necessidades da guerra civil e do regime franquista. A autora parte da especificidade espanhola: em 1936, as mulheres não possuíam a experiência de mobilização civil vivenciada pelas francesas e alemãs durante a Primeira Guerra Mundial e, ao mesmo tempo, já haviam conquistado direitos cívicos na República. Essa dupla condição colocava um desafio ao novo Estado, que não buscava reconhecer tais direitos, mas, sim, subordiná-los à vitória militar e à afirmação de uma ordem patriarcal rígida. A mobilização feminina, portanto, foi concebida não como conquista, mas como renúncia e sacrifício,

¹²¹ GAHETE MUÑOZ, Soraya. Las mujeres como transmisoras de la ideología falangista. **Cuadernos Kóre**, n. 8, p. 17-43, 2013.

¹²² Tradução de: “El factor de la soltería dentro de las mujeres falangistas que ocupaban cargos también ha sido bastante señalado. La función natural de la mujer, según los discursos oficiales, era ser madre y de cuantos más hijos, mejor. Sin embargo, estas mujeres no se casaron, no tuvieron hijos, y en cuanto a su reclusión en el hogar es bien sabido que pasaban más tiempo fuera de él que dentro” (*Ibid.*, p. 22).

¹²³ BARRACHINA, Marie-Aline. **Ideal de la mujer falangista. Ideal falangista de la mujer**. Madrid: Ministerio de Cultura e Instituto de la Mujer, 1991.

integrando-se a uma pedagogia política que visava enquadrar as mulheres no projeto nacional-sindicalista.

A pesquisadora afirma que o ideal feminino resultante articulava dois eixos complementares: a exaltação da capacidade de mobilização em situações de exceção e a reafirmação da domesticidade como vocação permanente. Para sustentar essa tensão, a propaganda recorreu a figuras históricas femininas, especialmente Isabel I de Castela, cujo exemplo permitia conciliar atividade política e sacrifício pessoal. A escolha dessa referência, como observa Barrachina¹²⁴, revela a tentativa de legitimar uma presença feminina controlada na vida pública, inscrevendo-a na tradição nacional e católica, ao mesmo tempo em que se reafirmavam limites intransponíveis para sua autonomia.

A definição da “mulher falangista” emergiu, assim, da oposição ao homem. Enquanto este era representado como sujeito da ação sobre as coisas, a mulher deveria agir sobre os seres, moldando consciências por meio da maternidade biológica e espiritual. Essa ênfase na função educativa, exaltada como poder natural, compensava simbolicamente a perda de direitos conquistados na República e atribuía às mulheres a tarefa de transmitir os valores do nacional-sindicalismo às novas gerações.

O ideal falangista, portanto, não se limitava a uma retórica antifeminista, mas configurava uma estratégia de integração política controlada, visto que, concomitantemente, reconhecia a importância da mobilização feminina e a convertia em fundamento de uma ordem social hierárquica e patriarcal. Portanto, a SF desempenhou papel essencial na construção do “novo Estado”, transformando as próprias mulheres em agentes de sua reprodução ideológica e cultural.

Já que se trata de construir, no “novo Estado”, um “novo homem espanhol”, a mulher a quem se confia essa tarefa deve ser, necessariamente, uma “nova mulher”, da qual a falangista ideal é o protótipo. Em seus discursos, Pilar Primo de Rivera enuncia as qualidades dessa mulher, com uma série de adjetivos e substantivos recorrentes: justa, disciplinada e abnegada, a falangista deve caracterizar-se ainda por uma alegre austeridade que a distinga da frivolidade atribuída à mulher burguesa dos anos anteriores à guerra. Respeitosa das prerrogativas masculinas, deve considerar todas as suas atividades, inclusive as militantes, como prolongamentos de sua vocação

¹²⁴ BARRACHINA, Marie-Aline. **Ideal de la mujer falangista. Ideal falangista de la mujer**. Madrid: Ministerio de Cultura e Instituto de la Mujer, 1991.

natural de mãe e educadora, quaisquer que sejam sua condição e suas circunstâncias.¹²⁵

O conjunto da produção historiográfica analisada permite observar um deslocamento interpretativo fundamental: de uma leitura que via a participação feminina nos fascismos apenas como expressão da submissão ou da manipulação ideológica, avançou-se para uma abordagem que reconhece a complexidade das experiências, a ambiguidade dos discursos e a agência, ainda que limitada, das mulheres nesses contextos. As pesquisas destacadas demonstram que as organizações femininas não foram meros apêndices decorativos, mas componentes estruturais dos projetos autoritários, funcionando como instrumentos de socialização, disciplinamento e mobilização política. Esse reconhecimento reforça a ideia de que as políticas de gênero não constituíram uma dimensão secundária ou marginal, e sim uma engrenagem essencial da arquitetura fascista em diferentes países.

Ao mesmo tempo, torna-se evidente que as contradições e tensões internas entre domesticidade e visibilidade pública, entre submissão e autoridade, entre nacionalismo e circulação transnacional, marcaram de forma constitutiva a experiência das mulheres nos movimentos fascistas. Essa constatação desloca o debate para além da oposição binária submissão/resistência, abrindo espaço para interpretações que enfatizam as zonas de negociação e os múltiplos significados da atuação feminina. Ao adotar essa perspectiva, este trabalho se insere no esforço historiográfico de compreender as mulheres não apenas como objetos de políticas autoritárias, mas como sujeitos cuja inserção nesses regimes ajudou a moldar tanto os limites quanto as possibilidades da própria ordem.

No caso português, a reflexão historiográfica da temática tem se concentrado na análise das formas pelas quais o Estado Novo de Salazar mobilizou a diferença sexual como princípio de organização social e política. A literatura evidencia que, ainda que menos estudadas do que as experiências italiana e espanhola, as mulheres portuguesas desempenharam um papel central na sustentação do regime, seja por meio de organizações oficiais, seja pela difusão de valores

¹²⁵ Tradução de: “Ya que se trata de construir en el ‘nuevo Estado’ un ‘nuevo hombre español’, la mujer a la que se confía esta tarea debe ser, necesariamente, una ‘mujer nueva’, de la que la falangista ideal es el prototipo. En sus discursos, Pilar Primo de Rivera enuncia las cualidades de dicha mujer, con una serie de adjetivos y sustantivos recurrentes: justa, disciplinada y abnegada, la falangista debe caracterizarse además por una alegre austeridad que la distinga de la frivolidad atribuida a la mujer burguesa de los años anteriores a la guerra. Respetuosa de las prerrogativas masculinas, debe considerar todas sus actividades, incluso sus actividades militantes, como prolongaciones de su vocación natural de madre y de educadora, cualesquiera que sean su condición y sus circunstancias” (BARRACHINA, Marie-Aline. **Ideal de la mujer falangista. Ideal falangista de la mujer**. Madrid: Ministerio de Cultura e Instituto de la Mujer, 1991. p. 214-215).

alinhados ao nacionalismo católico. A associação entre o projeto político, a moral católica e as práticas paternalistas conferiu especificidade ao caso luso e, ao mesmo tempo, o aproximou de tendências comuns aos modelos europeus da época, como a valorização da maternidade, a exaltação da domesticidade e a delimitação de espaços de atuação feminina.

O balanço realizado por Irene Vaquinhas¹²⁶ constitui uma referência fundamental para compreender a evolução dessa área de estudos. A autora mostra como, desde os anos 1970, a história das mulheres em Portugal acompanhou a abertura proporcionada pela Revolução dos Cravos¹²⁷, afirmando-se, gradualmente, como campo de pesquisa acadêmica. O percurso traçado por Vaquinhas permite identificar tanto a centralidade de temas como família, educação e trabalho quanto a importância dos discursos normativos que reiteravam o papel doméstico e maternal das mulheres.

A pesquisadora destaca que a institucionalização dos estudos de gênero, consolidada nos anos 1990, ampliou o escopo de investigações, incluindo debates sobre feminismo, cidadania e participação política, mas sempre sob a sombra de uma tradição historiográfica que insistia na normatividade da domesticidade. Assim, a autora oferece um ponto de partida indispensável para compreender como o salazarismo se apropriou da diferença sexual como dispositivo de poder. Após esse panorama oferecido por Vaquinhas, que evidencia a consolidação da história das mulheres como campo de investigação, algumas obras passaram a aprofundar de maneira mais direta a relação entre gênero e regime salazarista.

As relações entre gênero e poder no Estado Novo podem ser melhor compreendidas com o estudo de Anne Cova e António Costa Pinto¹²⁸, visto que o artigo oferece um panorama abrangente das políticas salazaristas e das dinâmicas sociais que envolveram as mulheres entre as décadas de 1930 e 1970. Ao articular análise jurídica, política e cultural, os autores evidenciam como a ideologia do “regresso ao lar”, consagrada na Constituição de 1933 e sustentada pela Igreja Católica, estruturou um modelo de família hierárquico e paternalista.

¹²⁶ VAQUINHAS, Irene. Estudos sobre a história das mulheres em Portugal: as grandes linhas de força do século XXI. **INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar**, v. 6, n. 1, p. 241-253, 2009. Doi: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2009V6N1P241>.

¹²⁷ A Revolução dos Cravos ocorreu em 25 de abril de 1974 e pôs fim à ditadura salazarista-marcelista em Portugal, instaurada em 1933 sob a designação de Estado Novo. Conduzida por setores das Forças Armadas reunidos no Movimento das Forças Armadas (MFA), a revolução derrubou o regime autoritário de Marcelo Caetano, abriu caminho para a democratização do país e marcou o início de um processo de profundas transformações políticas, sociais e culturais, incluindo a descolonização das colônias africanas. Para um aprofundamento do tema, indica-se: GONÇALVES, Leandro Pereira; PAREDES, Marçal de Menezes (org.). **Depois dos Cravos: liberdades e independências**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

¹²⁸ COVA, Anne; PINTO, António Costa. O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. **Penélope: Revista de História e Ciências Sociais**, n. 17, p. 71-94, 1997.

Nesse contexto, as mulheres foram concebidas como pilares morais da sociedade, atribuindo-lhe funções centradas na maternidade, na educação dos filhos e na manutenção da coesão social.

O Estado Novo desejava igualmente ver a complementaridade dos cônjuges como garante da estabilidade da família, a qual primava sobre os direitos individuais. O que predominava na ideologia salazarista era o interesse pela família, na qual os cônjuges não passavam de humildes servidores. Se a mulher-mãe era glorificada, era por desempenhar um papel importante no seio da família. A sua “missão” era a de se ocupar do lar e de ser a sua guardiã.¹²⁹

Apesar da retórica de confinamento ao espaço privado, o estudo demonstra que as mulheres desempenharam papéis relevantes na sustentação e legitimação do regime. Sua presença se fez notar tanto no mercado de trabalho, com variações marcadas por classe, espaço urbano e conjunturas econômicas, quanto em organizações criadas ou controladas pelo Estado, como a Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN), a MPF e, mais tarde, o Movimento Nacional Feminino (MNF), este último com forte mobilização durante a guerra colonial. Embora essas estruturas não tenham atingido a dimensão massificadora observada no fascismo italiano, foram decisivas para difundir valores nacionalistas, religiosos e morais, além de garantir a mediação entre Estado e sociedade. Entretanto, os autores apresentam que algumas dessas organizações, apesar da inspiração italiana, não conseguiram chegar no mesmo número.

A OMEN inspirou-se principalmente na menos politizada das organizações fundadas pelo Fascismo italiano, a Opera Nazionale per la protezione della maternità e dell’infanzia (ONMI), fundada em 1926, [...] A sua homóloga portuguesa nunca passou de uma pequena organização, tendo escassas pretensões de mobilização política.¹³⁰

Segundo Anne Cova e António Costa Pinto¹³¹, a Igreja Católica teve um papel estruturante no projeto político do Estado Novo, funcionando como aliada ideológica e organizacional do regime. Organizações como a Ação Católica Portuguesa (ACP) e suas ramificações femininas – a Liga de Ação Católica Feminina e a Juventude Católica Feminina – tornaram-se instrumentos fundamentais de socialização, promovendo valores de obediência, domesticidade e religiosidade. Para os pesquisadores, essa convergência entre Estado e Igreja reforçou a doutrina da complementaridade dos sexos e limitou espaços de autonomia feminina,

¹²⁹ COVA, Anne; PINTO, António Costa. O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. **Penélope: Revista de História e Ciências Sociais**, n. 17, p. 71-94, 1997. p. 73.

¹³⁰ *Ibid.*, p. 81-82.

¹³¹ *Ibid.*

ainda que tenha aberto possibilidades de atuação social e filantrópica para mulheres católicas, sempre sob rigoroso controle ideológico.

É nesse cenário de estreita cooperação entre regime e Igreja que se inscrevem também as organizações femininas criadas diretamente sob a égide do Estado Novo. Ao analisar a MPF e outras associações do período, as pesquisas de Irene Flunser Pimentel¹³² revelam-se fundamentais para compreender como o salazarismo buscou controlar e mobilizar a juventude feminina. A autora reconstrói a trajetória da MPF entre 1937 e 1947, articulando sua criação ao projeto autoritário do regime e à tentativa de formar a “futura mulher, cristã e portuguesa, educadora e servidora social, mãe prolífica e esposa obediente, cujo lugar na nação orgânica e corporativa era a família”.¹³³ Apesar de ser inspirada em modelos fascistas europeus, a MPF preservou especificidades lusas, sobretudo a forte vinculação com a Igreja Católica e com a centralidade da família.

A historiadora portuguesa deixa evidente o caráter transnacional das organizações ligadas ao Estado Novo. Embora Salazar tenha buscado, após 1945, negar qualquer vínculo com os regimes fascistas e nacional-socialista, como consequência da derrota do Eixo, Pimentel¹³⁴ demonstra que essas relações foram significativas durante a consolidação do regime: a Mocidade Portuguesa (MP), “mais do que a MPF, encontrou-se frequentemente com delegações da Hitler Jugend em Portugal”, revelando um diálogo ativo com modelos juvenis nazistas. A autora sublinha que esse processo se intensificou no contexto da Guerra Civil Espanhola e da aproximação luso-italiana, destacando, como exemplo, a viagem de dirigentes da OMEN à Itália, em 1937, para fins de estudos e formação política. Esses elementos confirmam que a fascistização do Estado Novo se articulou com uma rede transnacional de intercâmbio ideológico e organizativo.

A análise de Pimentel¹³⁵ amplia as possibilidades interpretativas ao evidenciar a dimensão transnacional das organizações femininas no período do autoritarismo ibérico e brasileiro. Sua abordagem permite relacionar a experiência portuguesa com a espanhola e a brasileira, destacando como a incorporação de valores católicos funcionou como elemento central desses projetos. No caso brasileiro, essa influência manifesta-se na AIB e em sua ala feminina, as “blusas verdes”, cuja orientação moral e nacionalista dialogava com princípios

¹³² PIMENTEL, Irene Flunser. A Mocidade Portuguesa Feminina nos dez primeiros anos de vida (1937-47). **Penélope: Estudos sobre a História das Mulheres**, n. 19-20, p. 161-187, 1998.

¹³³ *Ibid.*, p. 172.

¹³⁴ *Ibid.*, p. 176.

¹³⁵ *Ibid.*, p. 177.

semelhantes aos defendidos em Portugal, reforçando a presença da religião como base legitimadora do papel atribuído às mulheres.

Esse intercâmbio ideológico e organizacional entre os regimes europeus, no qual se insere a experiência portuguesa, é central para compreender as aproximações e distinções que marcaram as organizações femininas do período. A historiadora Pimentel¹³⁶ analisa comparativamente a MPF e a SF, contextualizando sua criação no interior desses regimes. Partindo dessa perspectiva, a autora destaca que, embora compartilhassem objetivos comuns, como a formação ideológica das mulheres, a defesa do nacionalismo e do catolicismo e a reafirmação da domesticidade, essas organizações apresentavam dinâmicas próprias. A MPF manteve-se vinculada ao espaço escolar e a um ideal de moralização feminina, enquanto a SF alcançou maior capilaridade social e protagonismo político, especialmente após assumir a gestão do Serviço Social obrigatório.

As relações entre a SF e a MPF revelam um nível significativo de cooperação ideológica e organizativa no contexto ibérico. Entre 30 de outubro e 17 de novembro de 1940, como afirma Pimentel¹³⁷, Pilar Primo de Rivera realizou uma visita oficial a Lisboa, ocasião em que conheceu os centros da MPF. Em sua mensagem de agradecimento, a dirigente falangista afirmou que se empenharia em reforçar a

“colaboração estreita, apoiada em uma forte amizade” entre a Falange e a Mocidade, ressaltando que ambas aspiravam a “criar na mulher um espírito novo” vinculado a “uma renovação de princípios e de vida, da qual resultasse o engrandecimento da Nação”.¹³⁸

A historiadora portuguesa observa que a SF combinou propaganda, assistência social e mobilização feminina, o que lhe conferiu um papel mais central dentro do regime espanhol, ao passo que a MPF preservou um perfil menos politizado e mais conciliatório com a Igreja. A autora também sublinha que, “Embora com uma história e origem distintas, ambas as organizações femininas, a SF e a MPF, acabaram por influenciar-se mutuamente”.¹³⁹

¹³⁶ PIMENTEL, Irene Flunser. La Mocidade Portuguesa Feminina y la *Sección Femenina* de la Falange Española. Un análisis comparativo. **Historia del Presente**, n. 32, p. 43-56, 2018. p. 53. Doi: <https://doi.org/10.5944/hdp.32.2018.40441>.

¹³⁷ *Ibid.*

¹³⁸ Tradução de: “‘colaboración estrecha, apoyada en una fuerte amistad’ entre a Falange e a Mocidade, ressaltando que ambas aspiravam ‘crear en la mujer un espíritu nuevo’ vinculado a ‘una renovación de principios y de vida, de la que resultase el engrandecimiento de la Nación’” (*Ibid.*).

¹³⁹ Tradução de: “aunque con una historia y origen distinto ambas organizaciones femeninas, la SF y la MPF acabaron influyéndose mutuamente” (*Ibid.*).

A análise de Simon Kuin¹⁴⁰ sobre a MP acrescenta um olhar decisivo para compreender a política de juventude do Estado Novo em sua fase inicial. O autor demonstra que a criação da organização, formalizada pelo Decreto-Lei n. 26.611, de 1936, não resultou apenas de uma aplicação programática da ideologia salazarista, mas foi fruto de uma conjuntura específica marcada por pressões vindas de setores estudantis nacionalistas e pela necessidade do regime de controlar esses impulsos. Logo, identifica-se como antecedentes as juntas escolares do integralismo lusitano, a incorporação de estudantes no movimento nacional-sindicalista e a experiência da Acção Escolar Vanguarda, experiências que revelam a tensão permanente entre projetos de mobilização juvenil e a estratégia governamental de enquadramento e contenção política.

A MP, embora concebida em teoria como uma organização de carácter nacional e obrigatório, encontrou na prática limites que revelam a especificidade do salazarismo. O entusiasmo inicial, intensificado pelo contexto da Guerra Civil Espanhola, rapidamente deu lugar a uma estrutura que funcionava, sobretudo, nos liceus das grandes cidades, enfrentando dificuldades de implantação fora dos centros urbanos e de recrutamento de instrutores.

A organização foi marcada por influências externas, como os intercâmbios com a Balilla italiana e a Hitlerjugend, que alimentaram o imaginário fascista, mas não chegaram a ser plenamente incorporadas devido à cautela do regime e ao peso da Igreja Católica na definição dos contornos educativos. Assim, longe de constituir um instrumento de mobilização totalitária nos moldes italiano ou alemão, a MP consolidou-se como um mecanismo disciplinador e de socialização política, adaptado à lógica conservadora e desmobilizadora do Estado Novo.

Nesse percurso historiográfico, é igualmente relevante considerar a contribuição de Marcos Maurício Costa Freitas¹⁴¹, que retoma a história da MP com base em fontes normativas e jornalísticas, enfatizando sua fundação, organização e atuação entre 1936 e 1945. Embora se trate de um estudo publicado no Brasil, seu mérito reside justamente em difundir para o público acadêmico brasileiro um tema ainda pouco explorado fora da historiografia portuguesa, reforçando a importância de compreender o salazarismo a partir de suas estratégias de enquadramento da juventude. Portanto, o trabalho se inscreve como ponte entre produções portuguesas consolidadas e a renovação de interesses historiográficos no espaço luso-brasileiro,

¹⁴⁰ KUIN, Simon. A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojetos e instauração de uma organização paramilitar da juventude. **Análise Social**, v. 28, n. 122, p. 555-580, 1993. Doi: <https://doi.org/10.31447/AS00032573.1993122.04>.

¹⁴¹ FREITAS, Marcos Maurício Costa. Mocidade Portuguesa: fundação, organização e atuação desta juventude salazarista (1936-1945). **Temporalidades – Revista de História**, v. 12, n. 3, p. 787-813, 2020.

o que o torna uma referência útil para a construção de um estado da arte atento às obras canônicas e às iniciativas que buscam atualizar o debate.

A pesquisa de Freitas¹⁴² destaca o caráter de reengenharia social atribuído à MP, concebida como instrumento para a formação integral da juventude em valores pátrios, católicos e militares. Essa ênfase permite compreender como o regime mobilizou a escola, a família e as organizações juvenis como engrenagens complementares de um mesmo projeto político, no qual a educação era concebida como “sagrada oficina das almas”.¹⁴³ A leitura desse artigo reforça, portanto, que a MP deve ser analisada não apenas como uma cópia atenuada dos modelos fascistas italiano e alemão, mas como parte de um esforço específico do Estado Novo em construir uma elite disciplinada, fiel ao líder e adaptada às tradições conservadoras portuguesas.

Outro aspecto de relevo é a atenção dada pelo autor às tensões entre o regime, a Igreja e as Forças Armadas no momento de criação da organização. Ao evidenciar que a MP não surgiu de forma consensual, e sim foi resultado de disputas internas, o trabalho contribui para afastar visões simplificadoras que retratam o salazarismo como um bloco homogêneo. Essa perspectiva dialoga com análises recentes que têm ressaltado a natureza negociada e contraditória das políticas de gênero e juventude em regimes autoritários, permitindo inserir o caso português em um quadro interpretativo mais amplo.

Cabe ressaltar que o estudo de Freitas¹⁴⁴ ilumina a dimensão performática da MP, sublinhando o papel dos desfiles, hinos e das cerimônias públicas na legitimação do regime. Tal enfoque aproxima-se das preocupações com a pedagogia política presentes também na SF espanhola e na AIB, mostrando como a mobilização juvenil funcionou como vitrine simbólica dos projetos políticos.

A pesquisa de Cláudia Guiomar Marinho e Fernando Alberto Torres Moreira¹⁴⁵ insere-se no conjunto de estudos que buscam compreender a MPF a partir da análise de sua imprensa periódica. O artigo examina a rubrica “O que nós queremos que as nossas raparigas sejam”, publicada em *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, entre 1941 e 1947, e mostra

¹⁴² FREITAS, Marcos Maurício Costa. Mocidade Portuguesa: fundação, organização e atuação desta juventude salazarista (1936-1945). **Temporalidades – Revista de História**, v. 12, n. 3, p. 787-813, 2020.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 789.

¹⁴⁴ *Ibid.*

¹⁴⁵ MARINHO, Cláudia Guiomar; MOREIRA, Fernando Alberto Torres. “O que nós queremos que as nossas raparigas sejam”, de Hilda Correia, ou o arquétipo da mulher ideal no Estado Novo. **Revista de Letras UTAD/Ciências da Cultura**, v. 2, n. 1, p. 65-87, 2025. Doi: <https://doi.org/10.58155/revistadeletras.v2i1.563>.

como esse espaço discursivo foi utilizado para consolidar o arquétipo da “mulher ideal” do Estado Novo. Com base na sistematização das sete virtudes – verdadeiras, amáveis, sãs, novas, elegantes, ativas e boas –, os autores demonstram como o regime articulava texto e imagem para produzir um modelo normativo de feminilidade, no qual se combinavam domesticidade, religiosidade e nacionalismo.

A relevância desse artigo não está apenas no objeto, já estudado por Pimentel¹⁴⁶, mas se encontra, sobretudo, na forma como Marinho e Moreira¹⁴⁷ exploram a dimensão visual do periódico, mostrando que a retórica salazarista se apoiava em imagens cuidadosamente selecionadas para reforçar a mensagem escrita. Esse enfoque amplia o entendimento da propaganda impressa como prática pedagógica e como recurso performático de legitimação, em que a representação das jovens em atividades escolares, religiosas ou domésticas ilustrava a adequação ao ideal feminino proposto.

A produção historiográfica sobre o Estado Novo português evidencia a centralidade das políticas de gênero como engrenagem do regime, assim como a complexidade de suas manifestações no cotidiano das mulheres. Ao mapear a trajetória da disciplina desde a emergência da história das mulheres até as análises mais recentes sobre organizações como a OMEN, a MPF e o MNF, percebe-se que o caso luso conjugou especificidades, sobretudo a forte presença da Igreja Católica, com dinâmicas comuns a outros regimes fascistas europeus. A incorporação da diferença sexual como princípio estruturante do projeto salazarista, aliada à dimensão transnacional de suas conexões com Espanha, Itália e Alemanha, situa o Estado Novo no centro de um debate historiográfico que tem problematizado a articulação entre autoritarismo, gênero e catolicismo.

Em síntese, a produção historiográfica revisitada evidencia que a categoria de gênero não ocupa um papel acessório nos estudos sobre os fascismos, mas constitui um elemento fundamental para compreender sua estrutura política, seus mecanismos de socialização e as formas específicas de participação das mulheres nesses regimes. As análises de Grazia e Stephenson revelam como os modelos normativos femininos foram parte integrante da

¹⁴⁶ PIMENTEL, Irene Flunser. **Contributos para a história das mulheres no Estado Novo**: as organizações femininas do Estado Novo. A “Obra das Mães pela Educação Nacional” e a “Mocidade Portuguesa Feminina” (1936-1966). 1996. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea – Século XX) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996; PIMENTEL, Irene Flunser. **História das organizações femininas do Estado Novo**. Lisboa: Temas e Debates, 2001.

¹⁴⁷ MARINHO, Cláudia Guiomar; MOREIRA, Fernando Alberto Torres. “O que nós queremos que as nossas raparigas sejam”, de Hilda Correia, ou o arquétipo da mulher ideal no Estado Novo. **Revista de Letras UTAD/Ciências da Cultura**, v. 2, n. 1, p. 65-87, 2025. Doi: <https://doi.org/10.58155/revistadeletras.v2i1.563>.

construção dos Estados autoritários; já as pesquisas de Cenarro, Barrachina e Gahete destacam as ambiguidades que marcaram a experiência das mulheres entre a esfera doméstica e a militância pública. Em perspectiva comparada, Morant i Ariño e Blasco Herranz abordam as conexões transnacionais que articularam discursos e práticas de gênero no universo fascista europeu. No contexto ibérico, os estudos de Cova, Costa Pinto, Pimentel e Kuin demonstram como a cooperação entre Igreja e Estado e as políticas voltadas à juventude e às mulheres redefiniram papéis sociais e cotidianos sob o salazarismo. No Brasil, autores como Héglio Trindade, Simões, Possas e Deutsch evidenciam que o integralismo reinterpreto valores tradicionalmente associados ao feminino, como moralidade, disciplina e abnegação, transformando-os em instrumentos de propaganda e mobilização.

Assim, a historiografia converge ao reconhecer que as organizações femininas não foram estruturas marginais, e sim componentes decisivos na difusão das ideologias fascistas e na sustentação cotidiana desses projetos políticos.

2.3 O FASCISMO EM CONTEXTO: ORIGENS E DESENVOLVIMENTO NOS PAÍSES ANALISADOS

Ao analisar os movimentos fascistas ao redor do mundo, é necessário compreender que estes se inserem em contextos específicos e particulares. Para historiadores e historiadoras, a contextualização não é um esforço de relativização, mas uma ferramenta essencial para a compreensão dos fatores que permitiram o florescimento de movimentos como o fascismo em diferentes partes do globo. A década de 1920 marca o início de uma onda autoritária que, embora tenha se manifestado com mais intensidade na Europa, não se restringiu a ela. Países como Itália, Alemanha, Espanha, Portugal, Hungria e Polônia testemunharam a ascensão de regimes que, por meio de diferentes estratégias de controle e mobilização, promoveram uma nova ordem social e política. Contudo, a ascensão do fascismo também teve reverberações fora do contexto europeu, evidenciando o caráter transnacional desse fenômeno.

Na África do Sul, por exemplo, o movimento Ossewabrandwag manifestou um caráter explicitamente fascista e contou com uma significativa participação feminina.¹⁴⁸ A análise desse movimento e outros similares permite observar que o fascismo não foi um fenômeno homogêneo ou exclusivo de um único continente, mas, sim, uma expressão ideológica que

¹⁴⁸ BLIGNAUT, Charl. Doing gender is unavoidable: Women's participation in the core activities of the Ossewa-Brandwag, 1938-1943. **História**, v. 58, n. 2, p. 1-18, 2013.

atravessou fronteiras e se adaptou a diferentes realidades. A onda autoritária dos anos 1920 e 1930, portanto, não apenas moldou profundamente a história europeia como também deixou marcas duradouras em outras regiões.

Esse caráter transnacional do fascismo é evidenciado pelas pesquisas de Grecco e Gonçalves¹⁴⁹, que destacam a existência de movimentos e partidos fascistas em vários países da América do Sul, como Uruguai, Paraguai, Chile e México. Esses exemplos revelam que o fascismo, longe de ser uma cultura política restrita ao continente europeu, teve raízes em diferentes contextos e continentes, adaptando-se às especificidades locais. O fascismo, como movimento e regime, deve ser entendido como um fenômeno global, que se desenvolveu e se consolidou em resposta a contextos políticos, econômicos e sociais variados, mas conectados por uma visão comum de ruptura com a ordem liberal e de construção de uma nova organização nacional.

Compreender o fascismo como um movimento transnacional nos leva a repensar suas características e alcance. A ideologia fascista, ao atravessar oceanos e se enraizar em diferentes continentes, demonstra sua maleabilidade e capacidade de adaptação aos contextos locais, ao mesmo tempo em que mantém os traços autoritários e nacionalistas que lhe são próprios. Ao olharmos para o fascismo sob essa perspectiva, podemos entender como ele se difundiu e foi apropriado e transformado por diferentes sociedades, mobilizando tanto homens quanto mulheres em prol de uma nova ordem. A participação feminina em movimentos fascistas, ainda que por vezes relegada a papéis secundários ou invisibilizada pela historiografia, foi fundamental para a consolidação desses projetos autoritários em diferentes partes do mundo.

Após esta reflexão sobre o caráter transnacional do fascismo, torna-se essencial contextualizar as realidades específicas dos países analisados para compreender como tais movimentos emergiram e se consolidaram em cada contexto nacional. A seguir, serão apresentadas as condições sociais, políticas e econômicas que propiciaram o desenvolvimento dos movimentos fascistas no Brasil, em Portugal e na Espanha. Esta análise será fundamental para entender como, nos casos de Portugal e Espanha, esses movimentos se transformaram em regimes autoritários, enquanto no Brasil, apesar da expressiva mobilização fascista, o partido não conseguiu alcançar o poder. A compreensão dos contextos particulares de cada país permitirá iluminar as circunstâncias que tornaram possível o florescimento e, em alguns casos,

¹⁴⁹ GRECCO, Gabriela de Lima; GONÇALVES, Leandro Pereira. A recepção da Falange nos fascismos latino-americanos: o caso da Ação Integralista Brasileira. **Análise Social**, v. 59, n. 252, e2249, 2024. Doi: <https://doi.org/10.31447/202249>.

a institucionalização dessas ideologias, evidenciando as singularidades e as similaridades de suas trajetórias históricas.

2.3.1 Brasil

O ano de 1930 marca uma inflexão decisiva na história política do Brasil. Após quatro décadas de uma República moldada pelo predomínio das oligarquias rurais, o país assistiu ao colapso do arranjo institucional que sustentava a chamada Primeira República ou República Oligárquica. De 1889 a 1930, o sistema político brasileiro foi caracterizado por uma participação popular extremamente restrita, marcada pelo voto de cabresto, pela influência dos coronéis e pela chamada política dos governadores – uma engrenagem baseada na troca de favores e na manutenção do poder pelas elites regionais.¹⁵⁰ Nesse cenário, a desigualdade social era profunda e amplamente naturalizada.

A ruptura desse modelo ocorreu com a Revolução de 1930. Após ser derrotado nas urnas por Júlio Prestes, Getúlio Vargas liderou, com o apoio da Aliança Liberal, de militares tenentistas, de governadores dissidentes e de segmentos insatisfeitos da sociedade, um movimento que resultou na deposição do presidente Washington Luís. O episódio não apenas impediu a posse do presidente eleito como também deu início a um novo ciclo político, marcado pela centralização do poder nas mãos de Vargas, que permaneceria à frente do governo pelos quinze anos seguintes.¹⁵¹

No campo cultural, o Brasil vivia uma grande efervescência, marcada pela consolidação do Modernismo, pelo crescimento da música popular urbana e pela expansão do rádio e do cinema. A cultura brasileira¹⁵² passava por um momento de transição, refletindo tanto as influências externas quanto a busca por uma identidade nacional própria. Nesse cenário, ocorreu a Semana de Arte Moderna de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo.

Apesar de ter ocorrido uma década antes do recorte temporal deste trabalho, a Semana de Arte Moderna teve grande importância para o Modernismo no Brasil, influenciando a literatura, a música e as artes plásticas. Foi nesse momento decisivo para a cultura brasileira

¹⁵⁰ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

¹⁵¹ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

¹⁵² Considerando a extensão territorial do Brasil, compreende-se que a “cultura brasileira” é um conceito amplo e subjetivo. Com isso, não se pretende realizar uma análise sobre o conceito de cultura nem detalhar as expressões culturais presentes no Brasil no período em estudo. Aqui, fala-se de cultura de modo geral apenas para contextualizar o período analisado, proporcionando uma melhor compreensão do objeto de estudo desta tese.

que Plínio Salgado, futuro fundador da AIB, uniu-se ao grupo Movimento Verde-Amarelo e, posteriormente, fundou a Escola da Anta. Esse movimento constituiu uma corrente literária nacionalista dentro do Modernismo brasileiro, tendo como principais idealizadores os escritores Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Plínio Salgado.

Surgido em 1926, o movimento atingiu seu auge em 1929, com a publicação do *Manifesto Nhengaçu Verde-Amarelo*. Para Plínio Salgado¹⁵³, “era necessário aprofundar o debate; por isso fundou o grupo Anta”, que, além de seu forte teor nacionalista, posicionava-se contra a arte acadêmica e rejeitava as influências dos movimentos de vanguarda europeus, buscando exaltar elementos da cultura brasileira e valorizar a identidade nacional. Esse movimento seria, como aponta Gonçalves¹⁵⁴, a gênese do que viria a ser a AIB.

Assim, no Teatro Municipal de São Paulo, em 7 de outubro de 1932, foi lido um manifesto que oficializou a criação da AIB.¹⁵⁵ Esse manifesto era resultado das discussões travadas na Sociedade de Estudos Políticos (SEP), uma organização que reunia intelectuais interessados em formular uma nova doutrina política para o Brasil. Movimento político de orientação fascista, emergiu no Brasil em um contexto de instabilidade política e econômica característico do período entreguerras. O movimento foi fundado oficialmente em maio de 1932, liderado por Plínio Salgado, jornalista e intelectual cuja radicalização ideológica foi catalisada por sua experiência na Europa, especialmente após seu encontro com Benito Mussolini, em 1930.¹⁵⁶ Como característica,

o movimento teve no nacionalismo e no espiritualismo suas principais bandeiras, arregimentando centenas de milhares de militantes espalhados por todo o Brasil que lutaram para implementar um Estado Integral, extremamente centralizado na figura do Chefe Nacional, Plínio Salgado.¹⁵⁷

O cientista político Héglio Trindade¹⁵⁸, em sua obra *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930*, sustenta que a AIB foi o movimento de massa de orientação fascista fora

¹⁵³ GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017. p. 65.

¹⁵⁴ *Ibid.*

¹⁵⁵ SIMÕES, Renata Duarte. **A educação do corpo no jornal *A Offensiva* (1932-1938)**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

¹⁵⁶ GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

¹⁵⁷ PREDEBON, Gabriel Soares. **A trajetória e as colunas cinematográficas de Ironides Rodrigues para *A Marcha* (1954-1962)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. p. 12.

¹⁵⁸ TRINDADE, Héglio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

da Europa melhor articulado no período entreguerras. Para ele, o integralismo não foi mera cópia do fascismo italiano ou do nazismo alemão, mas, sim, uma adaptação que combinava elementos do catolicismo ultramontano, do autoritarismo tradicional brasileiro e do corporativismo inspirado nas experiências europeias.

O cientista político brasileiro destaca ainda a importância da organização hierárquica e militarizada do movimento, com rituais cívico-religiosos, uso intensivo de símbolos (como a letra sigma – Σ) e uma concepção messiânica da figura do líder, construído como salvador da pátria. Ainda, sua análise mostra como o integralismo se estruturou nacionalmente, alcançando capilaridade social e territorial raramente vista em outros movimentos da extrema direita no Brasil. A ideologia da AIB expressava um projeto de “revolução conservadora”, que se opunha tanto à ordem liberal quanto às propostas socialistas, defendendo a construção de um Estado forte, unitário e moralmente regenerado.¹⁵⁹

A década de 1930 foi marcada pela ascensão de regimes como o fascismo de Benito Mussolini na Itália, o nazismo de Adolf Hitler na Alemanha, o salazarismo de António de Oliveira Salazar em Portugal e o franquismo de Francisco Franco na Espanha. Apesar desses regimes possuírem características distintas que os deixam únicos, possuíam elementos em comum. A onda autoritária tornava-se cada vez mais intensa, especialmente na Europa. Elementos como o anticomunismo, o ultranacionalismo, o culto ao líder e a crítica ao liberalismo eram constantes nesses regimes. O integralismo brasileiro incorporou um forte componente espiritualista e cristão, enfatizando a moralidade e a tradição como pilares fundamentais da nação.

Em 1930, Plínio viajou à Europa e ficou impressionado com a organização dos movimentos fascistas, sobretudo com o caso italiano. Apesar das semelhanças entre o integralismo e o regime fascista de Benito Mussolini, por quem Salgado nutria grande admiração, o líder da AIB apresentou o integralismo como uma doutrina original, sem inspiração fascista direta, definida por ele como um “pensamento próprio, original e sem relação com qualquer outro político ou escritor”.¹⁶⁰

A AIB encontrou apoio entre setores da classe média urbana, profissionais liberais, militares e parte da elite agrária, que viam no integralismo uma defesa da ordem e dos valores tradicionais perante as ameaças do comunismo e do liberalismo. O lema “Deus, Pátria e

¹⁵⁹ TRINDADE, Héglio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

¹⁶⁰ GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p. 10.

Família” simbolizava a hierarquia de valores do movimento. A religião, especialmente o cristianismo, ocupava um papel central na doutrina integralista, que via na fé um elemento unificador e moralizador da sociedade. O nacionalismo era exaltado como a expressão máxima da identidade brasileira, enquanto a família era vista como a célula fundamental da sociedade, devendo ser preservada de influências externas e ideológicas consideradas nocivas.¹⁶¹

A estrutura organizacional da AIB foi consolidada durante o I Congresso Nacional, realizado em 1934, em Vitória. Plínio Salgado foi reconhecido como chefe nacional, assumindo a posição de liderança suprema do movimento. A organização era composta por departamentos dedicados à política, doutrina, propaganda, cultura artística, milícia e finanças. Em 1935, a estrutura foi reconfigurada com a criação da Câmara dos Quarenta, o Conselho Supremo e a Corte do Sigma, ampliando a influência e o controle interno da AIB. É importante destacar que a propaganda foi um dos pilares da AIB, que utilizou extensivamente a imprensa e as mídias visuais para difundir sua ideologia. A criação de jornais e revistas, como *A Offensiva* e *Anauê!*, permitiu ao movimento alcançar um público amplo e disseminar suas mensagens de forma eficaz.

O auge da AIB ocorreu em 1936, durante a campanha eleitoral que visava levar Plínio Salgado à Presidência da República. No entanto, o movimento foi surpreendido pela instauração do Estado Novo, regime autoritário implementado por Getúlio Vargas que baniou todos os partidos políticos, incluindo a AIB, a partir de um golpe de Estado. A princípio, houve uma colaboração entre Vargas e Salgado, mas o movimento acabou entrando na ilegalidade após o fracasso de uma tentativa de golpe integralista em 1938. Esse evento levou à prisão de seus principais líderes e ao exílio de Plínio Salgado.¹⁶²

Embora tenha sido reprimida e dissolvida como organização política, a AIB deixou um legado duradouro na política brasileira. Suas ideias e práticas influenciaram movimentos autoritários posteriores e continuam a ser objeto de estudo e debate acadêmico. O integralismo representou o principal movimento de inspiração fascista no Brasil e o maior fora do contexto europeu¹⁶³, adaptando elementos do fascismo europeu ao contexto nacional e promovendo uma ideologia autoritária que marcou profundamente o cenário político da década de 1930.

¹⁶¹ SIMÕES, Renata Duarte; SIMÕES, Ricardo Duarte; SILVA, Ticiane Ribeiro. Mulheres integralistas: enfermeiras “blusas-verdes” a serviço da nação. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 21, n. 1, p. 140-149, 2012.

¹⁶² GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

¹⁶³ GRIFFIN, Roger. **The nature of fascism**. Londres: Routledge, 2018.

2.3.2 As mulheres da Ação Integralista Brasileira

As mulheres que militaram na AIB desempenharam um papel central na estrutura e dinâmica política do movimento, a ponto de a organização criar uma secretaria específica para coordenar sua atuação, tema que será desenvolvido adiante. No interior do partido, seus papéis eram claramente delineados, refletindo, assim, a concepção integralista sobre a função feminina na sociedade e, conseqüentemente, na futura nação que se pretendia edificar.

Influenciado tanto pelo catolicismo quanto pelo fascismo europeu, ainda que Plínio Salgado rejeitasse abertamente essa filiação, o integralismo defendia um modelo rígido de identidade feminina. As mulheres eram representadas como elementos essenciais da ordem social, mas sua atuação estava delimitada dentro de uma estrutura hierárquica que a subordinava ao homem. Sua função, portanto, era concebida nos limites do núcleo familiar, da maternidade e da educação moral da juventude, sendo vista como cuidadora dos valores fundamentais para a formação do Estado integralista.

Plínio Salgado¹⁶⁴, além de líder do integralismo, se destacou como escritor e, em *A mulher no século XX*, de 1943, expressou seu descontentamento com o avanço das ideias feministas e com a dissolução das diferenças entre os sexos. Para ele, a emancipação feminina era um reflexo da decadência espiritual da sociedade capitalista, representando uma ameaça direta à estabilidade familiar e à ordem social.¹⁶⁵ O ingresso das mulheres no mercado de trabalho não era apenas uma consequência econômica, mas um sintoma de desvirtuamento de seu papel natural, resultando na “masculinização” feminina e na “efeminação” masculina. A maternidade, concebida como essência da identidade feminina, deveria ser o destino natural das mulheres, uma vocação inata que a tornava responsável pelo cuidado do lar e pela educação dos filhos. Salgado criticava os baixos salários pagos aos homens, pois via neles um fator que forçava as mulheres a abandonarem suas funções tradicionais em busca de sustento, desviando-as de sua “missão biológica” e comprometendo os pilares morais e estruturais da sociedade integralista.

A AIB atribuía às mulheres um papel essencial na construção da “pátria integral”, mas sempre em funções consideradas compatíveis com sua “natureza feminina”. Segundo os discursos do movimento, as mulheres deveriam atuar como mãe, esposa e educadora, sendo

¹⁶⁴ SALGADO, Plínio. **A mulher no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editorial Guanabara, 1949.

¹⁶⁵ BAIROS, Lilian Tavares de. O integralismo de saia: militância feminina nas fileiras integralistas em Santos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

responsável pela formação do caráter da juventude e pela manutenção da moral cristã. Esse pensamento não era exclusividade da AIB. O regime de Getúlio Vargas também teve um discurso de retorno das mulheres aos espaços privados do lar.

Ao trabalhar com história das mulheres, deve-se sempre considerar o contexto histórico que elas estavam vivendo. É importante destacar que, historicamente, os corpos femininos sempre foram pautas das políticas públicas e dos projetos de nação. Com isso, o discurso da AIB ia ao encontro do discurso existente no período em estudo.

O regime autoritário de Vargas enseja no Brasil daquela época um discurso específico para as mulheres, que contribuiu de maneira significativa para a representação feminina nos mais variados âmbitos. De modo geral, houve incentivo para que as mulheres retornassem ao lar (esse lar visto como uma extensão do Estado). Assim sendo, diversas políticas foram tomadas para que elas mantivessem seus papéis intactos, quais sejam: de esposa, mãe e dona de casa.¹⁶⁶

Como mencionado anteriormente, o lema “Deus, Pátria e Família” buscava representar, de forma hierárquica, os pilares fundamentais do partido e do movimento integralista. As mulheres integralistas, por sua vez, desempenhavam um papel essencial nessa tríade: seguir os valores divinos, contribuir para o fortalecimento da pátria e cuidar da família, garantindo que uma nova sociedade pudesse surgir a partir dos preceitos integralistas.

Essa distinção também se refletia no uniforme integralista. Enquanto os homens usavam camisas verdes com o símbolo do sigma (Σ) – razão pela qual ficaram conhecidos como camisas-verdes, em uma clara referência aos camisas-negras de Mussolini na Itália –, as mulheres vestiam blusas verdes com saias, sendo, por isso, denominadas blusas-verdes. O uniforme integralista era um elemento central para o movimento, pois facilitava a identificação entre seus membros e reforçava a unidade e a coesão do grupo.

A camisa era identificada como um símbolo sagrado. Caso algum integralista vestisse a camisa para consumir álcool, dançar, jogar, ou mesmo apresentá-la em desalinho, seria punido com uma falta disciplinar grave. Em hipótese alguma a camisa verde seria uma fantasia de carnaval. Era proibição máxima. Se um membro fosse preso, esse integralista deveria pedir licença para retirar sua camisa, salvo no caso de prisão política, quando deveria ostentá-la com orgulho. A camisa verde era um elemento moralizador, assim como aquele que a vestisse. O uniforme era entendido como um

¹⁶⁶ MACHADO, Vitória de Almeida. **Para além de bordadeiras:** a representação feminina nos periódicos *Jornal das Moças* e *Modas e Bordados* durante os Estados Novos (1937–1945). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. p. 22.

elemento de supressão de qualquer diferença, agrupando todos os membros num bloco ordenado e integral.¹⁶⁷

As militantes se engajaram ativamente no projeto político integralista e assumiram um papel central na revolução fascista proposta por Plínio Salgado. Além disso, atuaram no movimento e ocuparam posições estratégicas em sua organização, com destaque para a formação e orientação de crianças e jovens, os chamados “plinianos”. A atuação feminina estruturou essas bases organizativas, uma vez que a Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos esteve sob sua responsabilidade. Esse arranjo dialogava com a concepção integralista de gênero, na qual as mulheres mobilizavam valores associados à harmonia do lar e à formação moral das novas gerações, entendidas como o “futuro da nação”.

Os jornais integralistas desempenharam um papel fundamental na doutrinação dos membros da AIB¹⁶⁸, e nas seções destinadas às mulheres não foi diferente. Tanto no periódico *Anauê!* como em *A Offensiva* (principais jornais do movimento), diversas matérias voltadas ao público feminino integralista reforçavam a ideia de que uma das principais funções sociais das mulheres era a educação, visto que possuíam o dom de “se doar” e de “se sacrificar” em nome da nação. Para os integralistas, era essencial estabelecer um programa de governo específico para mulheres e crianças, pois estas representavam o futuro da nação, enquanto as mulheres, com base em um discurso biológico amplamente utilizado pelo movimento, seriam as responsáveis pelo cuidado e pela educação dessas crianças, que no futuro poderiam contribuir para a construção da “nação integral”, como defendiam.

É importante notar que, embora as matérias fossem direcionadas essencialmente ao público feminino, eram quase sempre escritas pelos camisas-verdes. Os homens do movimento definiam como as mulheres deveriam se comportar e qual deveria ser seu papel na sociedade brasileira. Como aponta Simões¹⁶⁹:

Contudo, a presença essencialmente feminina na seção não excluiu a participação dos “camisas-verdes”, que também publicaram textos sobre comportamento feminino, matrimônio, trabalho e instrução da mulher, higiene, eventos promovidos pela SNAFP, educação da prole etc.

¹⁶⁷ GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p. 14.

¹⁶⁸ Os jornais integralistas serão analisados de maneira mais aprofundada na próxima seção, dedicada ao exame das matérias publicadas.

¹⁶⁹ SIMÕES, Renata Duarte. O jornal *A Offensiva* e a mulher integralista. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, XVI, 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2014. p. 5.

Com o objetivo de reforçar seu discurso, a AIB enfatizava seu compromisso com as questões sociais que afetavam o país, como o analfabetismo, os problemas sanitários e o aumento de doenças. As funções atribuídas às mulheres estavam diretamente relacionadas aos desafios sociais enfrentados pelo Brasil. As integralistas desempenhavam um papel fundamental na assistência social, sendo responsáveis por atender aos necessitados e cuidar das crianças. Para a construção de uma nação integral e forte, cabia às mulheres garantir o bem-estar e a educação das futuras gerações.

Possas¹⁷⁰ defende em sua pesquisa que, ao estudar as mulheres integralistas, é necessário acompanhar o discurso feminista da época. Se, por um lado, as feministas e as blusas-verdes lutavam pela participação das mulheres na política, por outro, o projeto político era muito diferente. Para as integralistas, o papel feminino não poderia “competir” com as funções destinadas aos homens. É importante ressaltar que a AIB tinha como ideal uma sociedade pautada na figura patriarcal. As mulheres integralistas não deveriam romper com o que era esperado delas: cristãs, mães e militantes por uma nação integral. Entretanto, é inegável que a participação das mulheres na AIB possibilitou a participação nos debates políticos e sociais do período.

As mulheres integralistas não eram somente aceitas dentro do movimento, mas também estimuladas a participar dele. Deveriam fazer parte desse modelo de nação, pois precisavam criar filhos com uma forte base religiosa. Eram elas que dariam à luz os novos integralistas.¹⁷¹

Por se tratar de um movimento essencialmente masculinista, patriarcal e com uma visão limitada sobre a participação das mulheres e os papéis que deveriam ocupar, é natural pensar que a AIB era um partido conservador e que as mulheres que a integraram também eram conservadoras, por acreditarem que a maternidade e o cuidado com o lar estavam entre suas principais funções.

Entretanto, é necessário reforçar o caráter revolucionário que os movimentos fascistas, de modo geral, reivindicavam. Isso se aplica tanto às integralistas brasileiras quanto aos casos da Espanha e de Portugal. As mulheres desses contextos devem ser analisadas com base em suas próprias referências ideológicas e políticas. Para elas, a revolução era essencial – uma transformação profunda que faria do Brasil uma nação integral. Por isso, julgá-las a partir de

¹⁷⁰ POSSAS, Lúcia Maria Vianna; CAVALARI, Rosa M. F. (org.). **Integralismo: novos estudos e reinterpretções**. Rio Claro, SP: Arquivos Público e Histórico do Rio Claro, 2004.

¹⁷¹ GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p. 31.

categorias do presente, como “conservadoras”, pode resultar em anacronismos e distorções conceituais. Dentro da lógica integralista, essas mulheres se viam como agentes de mudança. Não defendiam o *status quo*, mas, sim, uma nova ordem: autoritária, hierarquizada e espiritualizada.

A atuação feminina no integralismo, embora limitada por uma estrutura patriarcal, não era passiva. Ao contrário, muitas acreditavam estar engajadas em um projeto de regeneração nacional. A adesão ao movimento não representava conformismo, mas compromisso com uma revolução que, embora distante das propostas comunistas ou da Revolução Russa de 1917, buscava uma ruptura com a ordem liberal vigente. Classificá-las como conservadoras, portanto, ignora o sentido transformador que atribuíram à sua militância e apaga a complexidade de suas escolhas políticas.

2.3.3 Espanha

A Guerra Civil Espanhola¹⁷² foi, sem dúvida alguma, um dos marcos mais importantes que a nação espanhola viveu no século XX. Considerada como a zona de treinamento da Segunda Guerra Mundial, a guerra civil consolidou o regime que ficaria no poder por trinta e seis anos. Entender essa guerra civil permite compreender o cenário político que a Espanha vivia e passaria a viver depois do conflito, sobretudo as relações sociais, culturais e econômicas que o país se encontrou. Não se pretende aqui realizar um grande debate teórico sobre a Guerra Civil Espanhola, e sim contextualizar o leitor e a leitora para que, ao tomar consciência da importância da guerra para a história da Espanha, compreenda o que foi a Falange Espanhola e, por consequência, o franquismo.

O conflito vivido pela Espanha teve uma característica singular se comparado com outros conflitos civis do século XIX que o país participou: os vencedores da guerra não buscaram, em momento algum, algum tipo de reconciliação com o grupo rival para que houvesse, em certa medida, uma união de comunidade política. Pelo contrário, durante seu regime, os franquistas perseguiram duramente seus opositores. Se, durante a guerra, a Espanha encontrava-se com duas frentes de batalha, após a guerra, quase todos tornaram-se inimigos e opositores para os franquistas.¹⁷³

¹⁷² A Guerra Civil Espanhola não foi a primeira guerra civil que o país viveu. No século XIX, as Guerras Carlistas (1833-1876) também são consideradas guerras civis, porém o combate do século XX ficou com a nomenclatura de “guerra civil”.

¹⁷³ SANTOS, Juliá. **La Guerra Civil Española: de la Segunda República a la dictadura de Franco**. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2019.

A Espanha passou por diversas mudanças durante as primeiras três décadas do século XX, especialmente após a Primeira Guerra Mundial, conflito do qual o país não participou, mas que impulsionou sua indústria. O crescimento demográfico em quase todas as cidades, a modernização, a industrialização, o crescimento econômico, a diminuição de analfabetos, as melhorias educativas e o aumento da população urbana fizeram com que a sociedade espanhola fosse se constituindo cada vez mais complexa. Com todas essas mudanças, grupos políticos e sociais foram se modificando também. Os nobres da oligarquia rural encontraram outro grupo para dividir o topo da pirâmide: os industriais.

Segundo Casanova Ruiz¹⁷⁴, houve uma “convergência, em suma, da antiga e da nova nobreza”¹⁷⁵, marcada pela aproximação entre proprietários de terras, industriais e financistas. Apesar disso, a classe trabalhadora permaneceu, durante muito tempo, afastada das decisões políticas, fator que contribuiu para o enfraquecimento das elites tradicionais em 1931.

A Proclamação da Segunda República Espanhola ocorreu em 14 de abril de 1931. No ano precedente, em um contexto no qual o general Miguel Primo de Rivera se viu abandonado também pelas esferas superiores do comando militar e pela figura monárquica, ele renunciou e deixou o território espanhol. Diante da ausência de liderança, a Espanha enfrentou simultaneamente uma crise política e os desdobramentos decorrentes do colapso da bolsa de valores de Nova York.

Em 17 de agosto de 1930, uma coalizão de forças antimonárquicas, composta majoritariamente por republicanos liberais, radicais e socialistas, além de representantes de movimentos autonomistas catalães e galegos, firmou o Pacto de San Sebastián com o objetivo de derrubar a monarquia de Alfonso XIII e instaurar uma república. Essa frente republicana obteve uma vitória expressiva nas eleições municipais de 12 de abril de 1931, conquistando 41 das 50 capitais de província. As eleições ocorreram em um clima de forte mobilização social e desgaste do regime. Diante da derrota e do crescimento dos protestos populares, o rei Alfonso XIII decidiu deixar o país dois dias depois, embora sem abdicar formalmente do trono, abrindo caminho para a proclamação da Segunda República.

A nova Constituição, promulgada em 9 de dezembro de 1931, estabeleceu a “Espanha como uma República democrática dos trabalhadores de todas as categorias, organizada sob um

¹⁷⁴ CASANOVA RUIZ, Julián. **España partida en dos**: breve historia de la Guerra Civil española. Barcelona: Crítica, 2013.

¹⁷⁵ Tradução de: “convergencia, en definitiva, de la nobleza vieja y nueva”.

regime de liberdade e justiça”.¹⁷⁶ Ainda, proclamou a natureza secular do Estado, aboliu o financiamento estatal para as instituições religiosas, introduziu o casamento civil e o divórcio e proibiu as ordens religiosas de ministrarem a educação. O seu artigo 36 conferiu o direito de voto às mulheres, uma medida que estava à frente dos parlamentos democráticos de muitas nações mais desenvolvidas.¹⁷⁷

O modelo implementado pelos republicanos na Espanha promoveu uma reconfiguração das posições ocupadas pelas mulheres nas esferas sociais, aliviando-as das restrições impostas pelas normas de gênero. Nesse período, marcado pela revisão dos valores tradicionais herdados da monarquia e pela tentativa de romper com o antigo modelo, criou-se um ambiente favorável à diversificação das representações femininas. Embora certos valores convencionais tenham persistido, essa mudança de paradigma abriu espaço para a inserção de diferentes figuras femininas na esfera pública espanhola. A modernização, portanto, não se limitou aos setores econômicos e políticos.

No contexto da nova Constituição Republicana, foram adotadas diversas medidas significativas, como a proibição legal da discriminação de gênero. Aliás, o direito ao voto foi concedido de forma incondicional às mulheres, estabelecendo a igualdade de direitos entre os cônjuges no casamento e equiparando as responsabilidades dos homens em relação aos filhos anteriormente considerados ilegítimos, entre outras disposições.¹⁷⁸ Em algumas regiões do país, o aborto também foi legalizado.

Com a promulgação da Constituição Republicana de 1931, a Espanha passou por intensas transformações sociais e políticas. As reformas adotadas pelo novo regime buscaram modernizar o país e geraram forte resistência de setores conservadores, incluindo os militares, a Igreja Católica e a elite latifundiária. O governo republicano buscou redistribuir terras para camponeses, o que, obviamente, criou uma oposição ferrenha dos grandes proprietários rurais. Esse conflito contribuiu para o aumento da instabilidade política. A secularização do Estado e a retirada de privilégios da Igreja Católica provocaram reações hostis dos setores religiosos, que viam na República uma ameaça aos valores tradicionais.

¹⁷⁶ Tradução de “España es una República democrática de trabajadores de toda clase, que se organiza en régimen de Libertad y de Justicia” (ESPAÑA. **Constitución de la República Española, 9 de diciembre de 1931. p. 1.** Disponível em: https://www.congreso.es/docu/constituciones/1931/1931_cd.pdf. Acesso em: 22 mar. 2026).

¹⁷⁷ CASANOVA RUIZ, Julián. **España partida en dos: breve historia de la Guerra Civil española.** Barcelona: Crítica, 2013.

¹⁷⁸ ESPAÑA, *op. cit.*

Se, por um lado, a Espanha viu crescer movimentos anarquistas, como a Confederação Nacional do Trabalho (CNT), que, em 1932, já contava com um milhão de membros¹⁷⁹, por outro, foi nesse mesmo contexto que José Primo de Rivera, filho do ex-ditador Miguel Primo de Rivera, fundou a Falange Espanhola, em 1933, com o objetivo de barrar as transformações trazidas pela Segunda República. Inspirada por valores nacionalistas, fascistas e corporativistas, a Falange desempenhou um papel central na consolidação do regime de Francisco Franco após a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Esse movimento político, que combinava elementos do fascismo italiano com fortes influências do catolicismo e do sindicalismo nacional, se expandiu para além das fronteiras da Espanha, estabelecendo células em diversos países da América Latina, incluindo o Brasil.¹⁸⁰

No continente americano surgiram grupos falangistas inicialmente em Chile, Argentina, Cuba, México e Uruguai. Mas onde houvesse uma colônia de espanhóis, o governo de Franco incentivaria o surgimento de uma representação do partido; assim, surgiriam células falangistas em praticamente todo o mundo, ainda que o grau de desenvolvimento de cada célula se deveu a características particulares de cada país. [...] No caso do Brasil, apesar do grande número de imigrantes espanhóis e seus descendentes, os falangistas não obtiveram o êxito que esperavam. [...] A primeira célula falangista no Brasil foi fundada em agosto de 1937, no Rio de Janeiro.¹⁸¹

A Falange Espanhola estruturou-se de forma altamente hierárquica, seguindo os modelos fascistas europeus. José Antonio Primo de Rivera assumiu a posição de líder carismático, o “caudillo”, concentrando em si o poder e a autoridade dentro do movimento. Com o intuito de enfatizar a disciplina e a obediência como pilares fundamentais para fortalecer sua base de apoio e consolidar sua visão autoritária de Estado, a organização buscou atuar em diversas áreas das vidas dos espanhóis, visando abranger o maior número de pessoas possíveis. Entretanto, a Falange enfrentou dificuldades em conquistar apoio popular significativo durante seus primeiros anos. Nas eleições gerais de 1936, a organização obteve menos de 1% dos votos,

¹⁷⁹ POMINI, Igor Pasquini. **Autogestão, sindicalismo e moderação: a CNT e a Revolução Espanhola (1936-1937)**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

¹⁸⁰ Para uma análise detalhada sobre a recepção da Falange nos fascismos latino-americanos, ver: GRECCO, Gabriela de Lima; GONÇALVES, Leandro Pereira. A recepção da Falange nos fascismos latino-americanos: o caso da Ação Integralista Brasileira. **Análise Social**, v. 59, n. 252, e2249, 2024. Doi: <https://doi.org/10.31447/202249>.

¹⁸¹ VENTURINE, Eliane. Falange Espanhola no Brasil. **Revista Ponto de Vista**, v. 3, n. 1, p. 55-62, 2006. p. 58-59.

refletindo sua posição marginal no espectro político da época.¹⁸² No entanto, a escalada de tensões que levou à Guerra Civil Espanhola proporcionou uma oportunidade para a Falange expandir sua influência.

Em 1934, a Falange Espanhola uniu-se às Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista (JONS), um movimento menor, mas combativo, influenciado pelo sindicalismo revolucionário. Essa fusão resultou na formação da Falange Española de las JONS (FE de las JONS), que defendia uma revolução contra os partidos tradicionais e o sistema democrático liberal. Durante a Guerra Civil Espanhola, a FE de las JONS tornou-se a principal força política dentro do movimento nacionalista liderado por Francisco Franco. Em 1937, Franco decretou a unificação da FE de las JONS com os tradicionalistas carlistas, criando a Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (FET y de las JONS), que se tornou o único partido político permitido sob o regime franquista.

Em 1936, a Espanha foi arrastada para uma guerra após um golpe militar iniciado em julho daquele ano por setores do exército contra o governo da Segunda República. O levante, que não obteve êxito imediato, dividiu o país em dois campos: de um lado, os defensores da República, compostos por socialistas, comunistas, anarquistas e outros setores progressistas; do outro, os rebeldes, liderados por Francisco Franco e apoiados por militares, monarquistas, parte da elite econômica e setores conservadores. O fracasso do golpe em impor um controle imediato sobre todo o território resultou em uma guerra civil prolongada, que durou quase três anos.¹⁸³ Durante o conflito, a Espanha se tornou palco de disputas ideológicas internacionais: a Alemanha nazista e a Itália fascista apoiaram os rebeldes, enquanto a União Soviética e as Brigadas Internacionais ofereceram auxílio aos republicanos. Em 1939, com a queda de Madri, os rebeldes venceram a guerra, e Franco instaurou uma ditadura, que se estendeu até sua morte, em 1975.

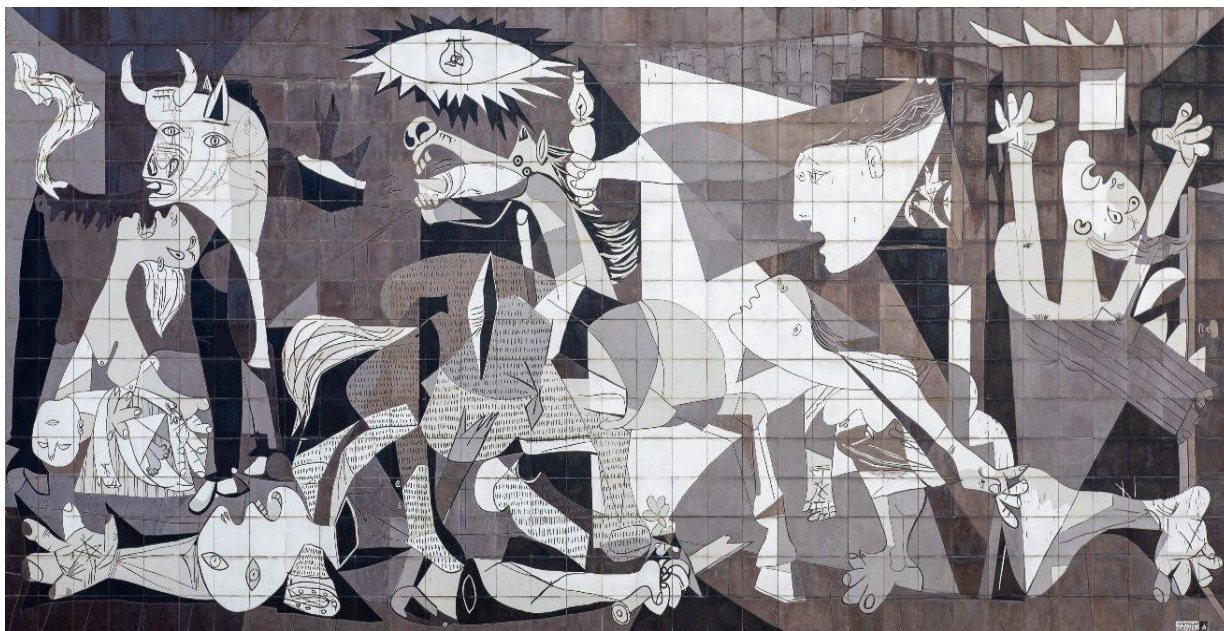
Um elemento central na vitória dos nacionalistas foi a utilização massiva das tropas marroquinas, conhecidas como Regulares, além da Legião Espanhola. Esses contingentes coloniais foram mobilizados por Franco desde os primeiros momentos do golpe, deslocando-se do protetorado espanhol no Marrocos para a Península Ibérica. Sua atuação garantiu vantagem militar e reforçou a narrativa de uma cruzada em defesa da “civilização cristã” contra o “perigo vermelho”.

¹⁸² VENTURINE, Eliane. Falange Espanhola no Brasil. **Revista Ponto de Vista**, v. 3, n. 1, p. 55-62, 2006. p. 58-59.

¹⁸³ GRAHAM, Helen. **Guerra Civil Espanhola**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

Os horrores da Guerra Civil Espanhola foram imortalizados na pintura *Guernica*, de Pablo Picasso, que atualmente está exposta no Museu Reina Sofía, em Madri.

Figura 1 – *Guernica*, de Pablo Picasso, 1937



Fonte: File.¹⁸⁴

A obra faz referência ao bombardeio da cidade basca de Guernica, ocorrido em 26 de abril de 1937, um ataque aéreo realizado por aviões alemães da Legião Condor durante a Guerra Civil Espanhola. Esse evento tornou-se um símbolo da destruição e violência contra civis.

2.3.4 Sección Femenina

A SF foi o braço feminino da Falange Espanhola e, posteriormente, da FET y de las JONS. Criada em 1934 por Pilar Primo de Rivera, irmã do fundador da Falange, a organização existiu por mais de quatro décadas, sendo dissolvida em 1977, após a morte de Francisco Franco e o retorno da Espanha para a democracia. Durante todo esse tempo, a SF teve um impacto enorme na vida das mulheres espanholas, moldando suas experiências sociais, culturais e políticas sob um regime autoritário.

¹⁸⁴ FILE: Mural del “Guernica” de Picasso.jpg. 7 out. 2024. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mural_del_%22Guernica%22_de_Picasso.jpg. Acesso em: 20 mar. 2026.

A organização defendia um papel social bem específico para as mulheres, reforçando um modelo baseado na maternidade e na vida doméstica. As mulheres eram incentivadas a se espelhar em figuras históricas e religiosas, como a rainha Isabel I de Castela e Santa Teresa de Ávila, que representavam valores de sacrifício, obediência e moralidade. Para garantir que essas ideias fossem incorporadas à sociedade, a SF investiu em programas educacionais, publicações e serviços sociais obrigatórios, sempre com o objetivo de preparar as mulheres para serem boas esposas, mães devotadas e cidadãs leais ao regime.

As características dessa mulher ideal se repetiam incansavelmente por todos os canais de socialização controlados pelo regime: era uma mulher que valorizava todas as qualidades morais consideradas virtudes femininas, como a abnegação, o espírito de sacrifício, a modéstia, a obediência, a piedade religiosa, a submissão, a compaixão, a docilidade... todos eles necessários para alcançar o sublime destino da maternidade no âmbito do matrimônio católico, um destino que teria que ser abraçado pela maioria das mulheres, exceto por um pequeno grupo que ouviria outros apelos ainda mais fortes, o chamado de Deus ou o chamado da pátria.¹⁸⁵

A SF surgiu em um contexto em que as mulheres eram vistas como um apoio secundário ao movimento nacionalista, e não como protagonistas. Quando foi fundada, em 1934, era apenas um pequeno grupo de mulheres, quase todas parentes de falangistas homens. Esse começo discreto mostrava como, desde o início, a participação feminina no movimento era pensada mais como uma extensão da vida doméstica do que como um papel político independente.

Com a Guerra Civil Espanhola, a organização cresceu e passou a desempenhar um papel importante no apoio ao regime franquista. Em 1937, a SF foi integrada ao regime e expandiu suas atividades, ajudando na propaganda franquista, no suporte a prisioneiros políticos e na arrecadação de fundos para o esforço de guerra.

Com um país devastado pelo conflito e uma população empobrecida, a necessidade de mão de obra feminina no cuidado dos feridos e doentes tornou-se urgente. Como resposta a essa demanda, a SF organizou cursos acelerados de Enfermagem, formando milhares de jovens

¹⁸⁵ Tradução de: “Las características de esta mujer ideal eran repetidas incansablemente a través de todos los cauces de socialización controlados por el régimen: era una mujer que atesoraba todas las cualidades morales consideradas como virtudes femeninas, tales como la abnegación, el espíritu de sacrificio, el pudor, la obediencia, la piedad religiosa, la sumisión, la compasión, la docilidad... todas ellas necesarias para alcanzar el sublime destino de la maternidad en el marco del matrimonio católico, destino este que habría de ser abrazado por la mayoría de las mujeres, salvo por un pequeño grupo que escucharía otras llamadas más fuertes aún, la llamada de Dios o la llamada de la patria” (ARCE PINEDO, Rebeca. De la mujer social a la mujer azul: la reconstrucción de la feminidad por las derechas españolas durante el primer tercio del siglo XX. *Ayer*, n. 57, p. 247-272, 2005. p. 248).

mulheres para atuar nos hospitais militares, nos postos de saúde e na assistência às famílias carentes.

Foi necessário improvisar enfermeiras com vários milhares de moças, em geral muito jovens, que, por meio de cursos acelerados, se alistavam nos hospitais com vontade de servir. Logo se estabeleceu uma estreita aliança entre elas e o próprio exército, trabalhando juntos com uma rigorosa disciplina interna. As mulheres enfermeiras estavam convencidas, por um lado, da importância e necessidade de seu trabalho; e, por outro, de seu dever para com a pátria, razão pela qual se lançaram ao exercício de sua função sem objeções, sem hesitações e sem exigências, salvo para consigo mesmas. Para elas, o trabalho era um dever e a austeridade, uma virtude. Daí que as enfermeiras que serviram ao regime foram submissas às premissas e exigências da Sección Femenina, pelo fato de se identificarem com a ideologia falangista e com o regime.¹⁸⁶

Contudo, a formação das enfermeiras dentro da SF não se limitava apenas ao aprendizado técnico. A organização via a Enfermagem como um dos pilares do ideal feminino promovido pelo franquismo: a mulher submissa, altruísta e dedicada ao serviço dos outros. Assim, além das práticas médicas básicas, as enfermeiras eram treinadas em disciplina, religiosidade e obediência, garantindo que sua atuação reforçasse os valores tradicionais de maternidade, sacrifício e patriotismo. Mais do que uma profissão, a Enfermagem era uma extensão do papel natural das mulheres na sociedade, vista como uma cuidadora por excelência.

Esse modelo de assistência social tinha um forte viés político. As enfermeiras formadas pela SF eram instruídas a reforçar a ideia de que a saúde pública era um presente do Estado franquista, e não um direito dos cidadãos. Em muitas localidades, seu trabalho era acompanhado por programas de doutrinação, em que mulheres pobres e crianças recebiam cuidados médicos e lições de moral e conduta baseadas na ideologia nacional-católica. Essa instrumentalização da assistência social consolidava a presença do regime na vida cotidiana da população e reforçava o papel da SF como um dos principais mecanismos de controle social.

¹⁸⁶ Tradução de: “Hubo que improvisar enfermeras con varios miles de muchachas, en general muy jóvenes, que a golpe de cursos acelerados se enrolaban en los hospitales con voluntad de servicio. Pronto se establecía una estrecha alianza entre ellas y el propio ejército, trabajando juntos con una rigurosa disciplina interna. Las mujeres enfermeras estaban convencidas, por un lado, de la importancia y la necesidad de su labor; y por otro, de su deber para con la patria por lo que se lanzaron al desempeño de su tarea sin objeciones, sin miramientos y sin exigencias, salvo a sí mismas. Para ellas el trabajo era un deber y la austeridad una virtud. De ahí que las enfermeras que sirvieron al régimen fueron sumisas a las premisas y exigencias de la Sección Femenina por el hecho de identificarse con la ideología falangista y del régimen” (GIMÉNEZ MUÑOZ, María Carmen. *La instrucción de enfermeras como labor ideológica de la Sección Femenina (1936-1953)*. **Arenal: Revista de Historia de las Mujeres**, v. 23, n. 2, p. 267-286, 2016. p. 285. Doi: <https://doi.org/10.30827/arenal.v23i2.3047>).

Além de sua contribuição imediata ao esforço de guerra (como enfermeiras, tecelãs, lavadeiras...), as mulheres da Sección Femenina queriam participar ativamente do projeto de Estado totalitário da Falange. Junto com sua visível participação pública em atos e rituais eminentemente fascistas, a mobilização e o enquadramento de toda a sociedade eram fundamentais, mas, para isso, era urgente uma reestruturação do partido e de suas organizações. As falangistas também tinham claros seus referenciais: desprovidas de exemplos na história da Espanha – e ainda menos para estruturar organizações fascistas femininas – buscaram no exterior modelos que pudessem seguir.¹⁸⁷

Ao final do conflito, em 1939, a organização contava com mais de 580 mil membros. Sua estrutura interna também se consolidou, com Pilar Primo de Rivera exercendo o comando absoluto e divisões provinciais organizadas para garantir que as diretrizes do regime alcançassem as mulheres em todo o país. Além disso, a SF desenvolvia atividades voltadas à educação moral, religiosa e patriótica das mulheres. Para isso, mantinha programas educacionais, como criação de escolas, iniciativas de preservação cultural, com música, dança e tradições culturais espanholas, o serviço social, que se tornou obrigatório para as mulheres, e mecanismos de propaganda, por meio de revistas e materiais direcionados à difusão dos valores do regime.¹⁸⁸ A revista *Y*, uma das fontes analisada nesta pesquisa, constitui um exemplo significativo desse projeto. A organização também institucionalizou normas de gênero, tornando obrigatória a realização de cursos sobre o papel feminino na sociedade antes que as mulheres pudessem trabalhar, estudar ou viajar.

Com uma atuação que ultrapassava as fronteiras espanholas, a SF buscou consolidar referências e alianças no exterior para afirmar seu lugar no cenário do fascismo internacional. Diante da ausência de modelos nacionais para uma organização feminina de perfil fascista, suas líderes voltaram-se a experiências estrangeiras, estabelecendo contatos diretos com organizações femininas nazistas e fascistas, especialmente da Alemanha e da Itália. Esse intercâmbio teve um claro direcionamento estratégico e ideológico. Pilar Primo de Rivera, chefe

¹⁸⁷ Tradução de: “Más allá de su contribución inmediata al esfuerzo de guerra (como enfermeras, tejedoras, lavanderas...), las mujeres de SF querían participar activamente em el proyecto de Estado totalitario de Falange. Junto con su visible participación pública en actos y rituales eminentemente fascistas, resultaba básica la movilización y encuadramiento de toda la sociedad, pero, para ello, urgía una reestructuración del Partido y de sus organizaciones. También las falangistas tenían claros los referentes: carentes de ejemplos en la historia de España – y menos aún para vertebrar unas organizaciones fascistas femeninas – buscaron en el exterior modelos por los que guiarse” (MORANT I ARIÑO, Toni. Estado totalitario y género: el referente alemán para la *Sección Femenina* de Falange, 1936-1945. *Alcores*, n. 13, p. 63-83, 2012. p. 70. Doi: <https://doi.org/10.69791/rahc.145>).

¹⁸⁸ GAHETE MUÑOZ, Soraya. La *Sección Femenina* de Falange: Discursos y prácticas en Madrid. *Arenal*, v. 13, n. 2, p. 285-308, 2006.

absoluta da SF desde sua fundação, desempenhou um papel central nesse processo. Foi ela quem estruturou a organização internamente e atuou como principal representante das falangistas espanholas, tanto no plano nacional quanto no exterior.

Entre 1937 e 1939, a Sección Femenina realizou viagens de estudo à Itália e à Alemanha. Pilar Primo de Rivera foi à Itália em outubro de 1939, sendo recebida por Mussolini, e iniciou naquele ano a primeira de várias viagens a Portugal, convidada pela OMEN. Em setembro de 1941, outras dirigentes da Sección Femenina, como Victoria Eiroa e Carmen Werner, visitaram a Alemanha, e Pilar Primo de Rivera teve a oportunidade de se encontrar com Hitler.¹⁸⁹

Toni Morant i Ariño¹⁹⁰ confirma que a SF não se limitou ao território espanhol. Desde seu princípio, buscou consolidar as relações com outras organizações femininas, como o fascismo italiano e o nazismo alemão. A figura de Pilar foi crucial para que essas relações ocorressem e para que a SF conseguisse se inserir no cenário transnacional do fascismo europeu. Essas conexões tinham duplo propósito: fortalecer a imagem da SF para que fosse reconhecida como parte fundamental do regime e aprender com as experiências e doutrinação política implementadas pelos outros regimes. A transnacionalidade da SF, portanto, não foi um fenômeno espontâneo, e sim resultado de uma estratégia consciente e articulada por Pilar Primo de Rivera, que via na colaboração com regimes fascistas estrangeiros uma forma de assegurar a continuidade e o protagonismo da organização que liderava.

Essas relações resultaram em pelo menos 49 visitas entre 1937 e 1943, incluindo 12 visitas de alto nível de líderes femininas espanholas, alemãs e italianas. A maioria dessas visitas (mais de 30) foi realizada por mulheres falangistas à Itália e, sobretudo, à Alemanha. No entanto, no contexto dinâmico de uma guerra civil e de uma guerra mundial, essas relações foram obrigadas a ceder aos imperativos da realpolitik: no final de 1943, o avanço cada vez mais desfavorável da guerra para o Eixo tornou evidente que a sobrevivência política do partido fascista na Espanha e até mesmo da própria ditadura deveria ser garantida acima de tudo. Para esse fim, os franquistas – e, em última instância, os próprios falangistas – demonstraram um oportunismo político evidente, escondendo e até mesmo negando

¹⁸⁹ Tradução de: “Entre 1937 y 1939, la SF realizó viajes de estudio a Italia y a Alemania. Pilar Primo de Rivera fue a Italia en octubre de 1939, siendo recibida por Mussolini, e inició en ese año el primero de varios viajes a Portugal, invitada por la OMEN. En septiembre de 1941, visitaron Alemania otras dirigentes de la SF, Victoria Eiroa, Carmen Werner y Pilar Primo de Rivera, que pudo entrevistarse con Hitler” (PIMENTEL, Irene Flunser. *La Mocidade Portuguesa Feminina y la Sección Femenina de la Falange Española. Un análisis comparativo*. **Historia del Presente**, n. 32, p. 43-56, 2018. p. 51-52. Doi: <https://doi.org/10.5944/hdp.32.2018.40441>).

¹⁹⁰ MORANT I ARIÑO, Toni. Spanish Fascist Women’s Transnational Relations during the Second World War: Between Ideology and Realpolitik. **Journal of Contemporary History**, v. 54, n. 4, p. 834-857, 2019. Doi: <https://doi.org/10.1177/0022009418798440>.

retroativamente quaisquer relações desse tipo, muito menos qualquer afinidade ideológica com as nações que antes eram consideradas aliadas.¹⁹¹

A construção desse ideal feminino, entretanto, não se restringiu ao território peninsular. A experiência colonial no Marrocos revela como gênero, sexualidade e poder se entrelaçaram na lógica imperial franquista. Como demonstra a pesquisa de Mateo Dieste e Muriel García¹⁹², as cartas trocadas entre mulheres espanholas e homens marroquinos no período do protetorado evidenciam tensões entre a moral nacional-católica e as práticas cotidianas. Para a Delegación de Asuntos Indígenas, essas relações afetivas e sexuais eram consideradas subversivas, pois desafiavam tanto a hierarquia racial quanto a disciplina de gênero que sustentava o regime, sendo classificadas ao lado de “desvios”, como a homossexualidade ou as conversões religiosas.

Ao se apaixonarem por homens marroquinos, essas mulheres transgrediam as normas sociais impostas pelo franquismo e também a própria lógica imperial, fundada na superioridade da “raça” espanhola. Assim, enquanto a SF difundia o modelo de domesticidade e pureza, o cotidiano colonial revelava práticas que escapavam ao controle estatal, expondo as ambiguidades e fissuras no projeto moral do regime.

A SF foi uma peça central na estrutura do franquismo, consolidando o papel das mulheres dentro do regime e estabelecendo pontes entre a Espanha e outros movimentos fascistas europeus. A atuação de Pilar Primo de Rivera como líder absoluta da SF foi essencial para essa transnacionalidade, permitindo que a organização se tornasse um modelo singular dentro do fascismo europeu. Mais do que uma estrutura de mobilização feminina, a SF foi um instrumento de controle ideológico, garantindo que os valores do regime permeassem a vida cotidiana das mulheres espanholas.

Contudo, a participação feminina no fascismo espanhol não pode ser reduzida à submissão ao regime. Mulheres como Pilar Primo de Rivera e outras falangistas ocuparam

¹⁹¹ Tradução de: “These relations resulted in at least 49 visits between 1937 and 1943, including 12 top-ranking visits from Spanish, German and Italian female leaders. Most of these visits (over 30) were by Falangist women to Italy and above all to Germany. In the changing context of a civil and a world war, however, these relations were forced to cede to realpolitik imperatives: by late 1943 the increasingly unfavorable progress of the war for the Axis made it patently clear that the political survival of the fascist party in Spain and even the dictatorship itself had to be ensured above all else. To that end, Francoists, and in the last instance Falangists as well, demonstrated evident political opportunism by hiding and even retroactively denying any such relations, let alone ideological affinity with the previously friendly nations” (MORANT I ARIÑO, Toni. Spanish Fascist Women’s Transnational Relations during the Second World War: Between Ideology and Realpolitik. **Journal of Contemporary History**, v. 54, n. 4, p. 834-857, 2019. p. 835. Doi: <https://doi.org/10.1177/0022009418798440>).

¹⁹² MATEO DIESTE, Josep Lluís; MURIEL GARCÍA, Nieves. “A mi querido Abdelaziz..., de tu Conchita”: Cartas entre españolas y marroquíes durante el Marruecos colonial. Madrid: Icaria, 2020.

espaços de poder que, em outros momentos da história, lhes teriam sido negados. Essa contradição expõe a complexidade da relação entre gênero e autoritarismo dentro do franquismo: ao mesmo tempo em que reforçava um modelo de feminilidade, a SF permitiu a ascensão política de algumas mulheres naquela estrutura rigidamente hierárquica e masculina.

Pensar o fascismo espanhol é também compreender o papel das mulheres na sua consolidação e manutenção. A SF desempenhou um papel determinante na consolidação da ditadura franquista. Seu impacto na estrutura social e política da Espanha perdurou muito além do franquismo, deixando marcas que ainda podem ser observadas nas discussões sobre gênero, poder e autoritarismo no século XX.

A história da SF evidencia que, mesmo em regimes profundamente patriarcais, as mulheres foram capazes de ocupar posições de influência e protagonismo – não porque o fascismo lhes ofereceu espaço, mas porque elas o conquistaram, muitas vezes atuando dentro das contradições do próprio sistema. Ao se apropriarem das estruturas disponíveis, figuras como Pilar Primo de Rivera moldaram e sustentaram o discurso fascista. Esse movimento revela que a presença feminina no fascismo não foi passiva nem secundária, e sim resultado de uma ação política estratégica, ainda que alinhada a um projeto fascista. Reconhecer essa dinâmica é essencial para entender as formas complexas pelas quais gênero, poder e valores se entrelaçam nos processos históricos.

2.3.5 Portugal

A crise pós-Primeira Guerra Mundial causou sérios abalos financeiros em Portugal, o que representou um desafio significativo para o governo republicano, que teve um tempo limitado para governar, uma vez que a monarquia chegou ao fim em 1910. O Partido Democrático, também conhecido como o Partido Republicano Português, enfrentou duras críticas por parte dos militares com tendências mais conservadoras. Em 1926, um golpe militar resultou na queda do governo, marcando o início de um período de ditadura militar em Portugal. O Estado Novo português de António de Oliveira Salazar, conhecido como um dos regimes autoritários mais longos da história (1933-1974), exerceu uma influência decisiva sobre vários aspectos da sociedade portuguesa, tanto durante sua implementação quanto após a Revolução dos Cravos, em 1974.

A situação financeira de Portugal era severamente crítica. Os anos 1920 foram, sucessivamente, difíceis para a economia do país, desencadeando uma violenta crise, conforme explica Rosas¹⁹³:

Os efeitos quase sucessivos das crises de 1921, da valorização do escudo, em 1924, e da Grande Depressão de 1929 tinham afetado gravemente a economia, os negócios e as finanças públicas. Para a oligarquia tradicional, e mesmo para importantes setores das classes médias, o velho Estado republicano-liberal, controlado, sem possibilidade real de alternativa, pelos “bonzos” do PRP, tornara-se sinónimo de “demagogia” e “desordem”, isto é, da instabilidade política e social, de “escândalos”, de incapacidade geral de fazer face à crise.

Em 1928, António de Oliveira Salazar, então professor da Universidade de Coimbra, foi convidado para assumir a posição de ministro das Finanças no governo. Contudo, ele estipulou uma condição para aceitar o cargo: exigia o controle absoluto das despesas do governo. Isso significava que os outros ministros não poderiam efetuar alterações nas despesas de seus respectivos ministérios sem a prévia autorização de Salazar. O general Carmona, que assumiu a chefia da República após o plebiscito de 25 de março de 1928, aceitou essa proposta. Com isso, Salazar obteve uma posição de poder significativamente superior em relação aos demais ministros.

O aceite do cargo de ministro das Finanças permitiu a Salazar a elaboração de uma série de estratégias que visavam alterar o panorama econômico então vigente em Portugal. Foi implementada uma política de austeridade rigorosa, caracterizada pela contenção de despesas, redução dos investimentos em setores como saúde e educação, além do aumento da carga tributária.

António José Telo¹⁹⁴ argumenta que as estratégias econômicas desempenharam um papel fundamental na formulação da política do regime salazarista desde os seus primórdios, contribuindo significativamente para a configuração do regime em questão. No entanto, é importante notar que, apesar do apoio das Forças Armadas a partir de 1929, Salazar enfrentava uma base de apoio social bastante restrita. A política de aumento das exportações desempenhou um papel crucial na resolução das crises em setores industriais e agrícolas específicos, o que teve implicações na evolução do apoio social, especialmente considerando a forte ligação de Portugal com esses setores agrários.

¹⁹³ ROSAS, Fernando. **O Estado Novo**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 217.

¹⁹⁴ TELO, António José. A obra financeira de Salazar: a “ditadura financeira” como caminho para a unidade política, 1928-1932. **Análise Social**, v. 29, n. 128, p. 779-800, 1994. Doi: <https://doi.org/10.31447/AS00032573.1994128.02>.

Com uma série de movimentos políticos e econômicos distintos, Salazar conseguiu estabilizar a economia portuguesa e, a partir de 1931, as estruturas econômico-sociais foram estabelecidas, fornecendo a base para a formação do Estado Novo em 1933. Como afirmou Maria Luisa de Almeida Paschkes¹⁹⁵, Salazar encontrou o país em uma “desordem estabelecida”, abrangendo desordem política, financeira, econômica e social.

Assim, em 1933, a nova Constituição portuguesa proclamou a igualdade entre os cidadãos. No entanto, é importante destacar que a própria Constituição ressalta a diferença entre homens e mulheres, enfatizando “as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família”.¹⁹⁶ O regime salazarista, fundamentado em sua abordagem tradicionalista e conservadora, promoveu um discurso específico sobre o papel das mulheres, que se resumia, principalmente, à sua permanência no ambiente doméstico. Amparado pelo discurso da Igreja Católica, o regime reforçou ainda mais a ideia de que as mulheres estavam intrinsecamente ligadas à natureza, enquanto os homens estavam associados à cultura. Essa distinção de natureza biológica, embora criticada pelo movimento feminista desde os seus primórdios, desempenhou um papel fundamental na formação de um imaginário coletivo sobre o papel social das mulheres.

Historicamente, Portugal tem mantido uma significativa maioria de fiéis cristãos, predominantemente católicos. Durante as décadas de 1930 e 1940, essa característica religiosa permaneceu inalterada. Salazar, líder do regime da época, estabeleceu uma relação estreita com a Igreja Católica, reconhecendo-a como um dos pilares fundamentais do seu governo. Enquanto ele defendia os interesses da Igreja, esta, por sua vez, desempenhava um papel importante na estabilização do seu regime.

Segundo António Costa Pinto¹⁹⁷, a ligação de Salazar com a Igreja Católica desempenhou um papel crucial tanto na fundamentação ideológica quanto na manutenção do seu regime. O autor argumenta que as origens ideológicas e políticas do governo de Salazar podem ser rastreadas nas raízes do conservadorismo radical e do tradicionalismo antiliberal, destacando a importância do catolicismo antiliberal como um elemento unificador da cultura. No entanto, é essencial notar que essa abordagem não resultou em um “Estado confessional”,

¹⁹⁵ PASCHKES, Maria Luisa de Almeida. **A ditadura salazarista**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

¹⁹⁶ COVA, Anne; PINTO, António Costa. O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. **Penélope: Revista de História e Ciências Sociais**, n. 17, p. 71-94, 1997. p. 72.

¹⁹⁷ PINTO, António Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (org.). **O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

como apontado pelo historiador português, uma vez que Salazar concentrou os esforços de aproximação da Igreja, sobretudo, na esfera social, com um foco particular nas áreas rurais, em vez de na esfera política. No entanto, é inegável que o catolicismo desempenhou um papel significativo na definição do discurso em relação às mulheres portuguesas.

2.3.6 Mocidade Portuguesa Feminina

No contexto do Estado Novo em Portugal, sob o governo de António de Oliveira Salazar, foi criada a MP por meio do Decreto-Lei n. 26.611, de 19 de maio de 1936, assinado por António Carneiro Pacheco.¹⁹⁸ Esse mesmo decreto instituiu o Regimento da Junta Nacional da Educação, responsável por questões relacionadas à construção de caráter, educação e formação cultural dos portugueses, sem esquecer o desenvolvimento das habilidades físicas.¹⁹⁹ Enquanto a MP tinha como função a preparação dos jovens do sexo masculino para as obrigações militares, a MPF, uma ala da MP, criada em dezembro de 1937, destinava-se, exclusivamente, à educação moral e doméstica das meninas, consolidando os papéis de gênero promovidos pelo regime.

A MPF foi, assim, uma extensão do projeto educativo e ideológico do Estado Novo, visando formar “a nova mulher portuguesa” para servir à nação e à família.²⁰⁰ A MPF desempenhou um papel central na difusão de valores e ideais, na doutrinação e no controle social da juventude feminina durante os anos de Estado Novo. Inspirada pela juventude hitlerista da Alemanha e pela juventude fascista da Itália, a MPF utilizou-se de uma estrutura ideológica semelhante, embora a aproximação com a juventude hitlerista fosse severamente criticada pela Igreja Católica, enquanto a relação com a juventude fascista não gerava tantas objeções.²⁰¹

¹⁹⁸ NETO, Vítor. Carneiro Pacheco e a Escola: o regresso de Deus. In: GARNEL, Rita; OLIVA, João Luís (org.). **Tempo e história, ideias e políticas: estudos para Fernando Catroga**. Coimbra: Almedina, 2015.

¹⁹⁹ FREITAS, Marcos Maurício Costa. Mocidade Portuguesa: fundação, organização e atuação desta juventude salazarista (1936-1945). **Temporalidades – Revista de História**, v. 12, n. 3, p. 787-813, 2020.

²⁰⁰ MARQUES, Bruno Sousa; GUARDA, Israel Vindeirinho. Tradição e Modernismo na construção da “nova” mulher do Estado Novo português: fotografia e propaganda no Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina (1939-1947). **Estudos Ibero-Americanos**, v. 46, n. 2, 2020.

²⁰¹ KUIN, Simon. A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojetos e instauração de uma organização paramilitar da juventude. **Análise Social**, v. 28, n. 122, p. 555-580, 1993. Doi: <https://doi.org/10.31447/AS00032573.1993122.04>.

A MPF apresentava um caráter elitista, uma vez que seu público principal era formado por jovens das classes média e alta, apesar da intenção declarada de abarcar todas as meninas portuguesas em idade escolar.²⁰² Esse elitismo pode ser atribuído às disparidades no acesso à educação entre áreas urbanas e rurais, além das dificuldades econômicas enfrentadas pelas classes mais baixas. No contexto rural, muitas jovens precisavam contribuir financeiramente para suas famílias trabalhando no campo, o que limitava sua participação ativa nas atividades da MPF.

Portugal, nas décadas de 1930, registrava elevadas taxas de analfabetismo, variando entre 60% e 65%.²⁰³ O analfabetismo e a pobreza agravavam a exclusão de uma parcela significativa das jovens portuguesas, que, fora do ambiente escolar, não participavam plenamente das iniciativas da organização. A MPF, fortemente vinculada ao sistema educacional, acabava por excluir jovens que, devido a esses fatores, não estavam em espaços educacionais. As lideranças da MPF também eram frequentemente ocupadas por jovens de classes sociais mais elevadas, educadas para serem a elite feminina desejada pelo regime salazarista, o que reforçava o caráter seletivo e excludente da organização.

A MPF desenvolveu um sistema próprio para formar suas dirigentes, garantindo que mulheres alinhadas aos valores da organização ocupassem posições de liderança. Em 1938, criou um curso específico para instrutoras de Educação Física, que mais tarde se integrou ao Instituto Nacional de Educação Física (INEF), enfatizando tanto a preparação física quanto a formação moral e patriótica. Posteriormente, em 1943, alunas do Magistério e dos liceus passaram a receber treinamento obrigatório para atuar como líderes em instituições de ensino, e no ano seguinte foi implementado um curso para instrutoras de economia doméstica.

Com o objetivo de garantir que suas líderes fossem plenamente alinhadas à ideologia da organização, a MPF passou a recrutar mulheres graduadas, consideradas as mais aptas para difundir seus princípios. Essas mulheres, formadas em cursos próprios a partir de 1939, tornaram-se uma elite dentro da organização, ocupando cargos de destaque até a queda do Estado Novo, em 1974.²⁰⁴

²⁰² PIMENTEL, Irene Flunser. **Mocidade Portuguesa Feminina**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007.

²⁰³ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. A internacionalização das ideias pedagógicas no início do século XX: da república portuguesa à Espanha republicana. **Ler História**, n. 56, p. 105-127, 2009; GOMES, Pedro; MACHADO, Matilde. A escolarização em Portugal no princípio dos anos 40: uma análise quantitativa. **Ler História**, n. 79, p. 135-164, 2021. Doi: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.9349>.

²⁰⁴ PIMENTEL, Irene Flunser. A Mocidade Portuguesa Feminina nos dez primeiros anos de vida (1937-47). **Penélope: Estudos sobre a História das Mulheres**, n. 19-20, p. 161-187, 1998.

A criação da MPF foi atribuída à OMEN, uma organização feminina que desempenhou papel central na implementação das políticas educacionais e culturais do regime. A OMEN tinha como objetivo principal a promoção da educação moral e cívica das mulheres, alinhando-se com os valores patriarcais e nacionalistas do regime. Com uma estrutura hierárquica e centralizada, a MPF refletia a estrutura da MP. A liderança nacional era exercida por uma Comissária Nacional e, abaixo, havia líderes regionais e locais, responsáveis por implementar as atividades e doutrinas da organização em suas respectivas áreas.

Essa estrutura hierárquica e bem definida refletia a organização centralizada e autoritária do regime do Estado Novo. Dividida em quatro escalões etários, cada qual com atividades e objetivos específicos, a MPF buscava moldar as jovens de acordo com os valores do regime, abrangendo todas as idades: as lusitas, entre 7 e 10 anos; as infantas, entre 10 e 14 anos; as vanguardistas, entre 14 e 17 anos; e as lusas, entre 17 e 25 anos. Cada escalão tinha uniformes e símbolos próprios, que reforçavam o sentimento de pertencimento e disciplina. As atividades eram adaptadas às idades das filiadas, mas todas estavam alinhadas com os princípios de obediência, moralidade e devoção à pátria. A divisão etária permitia um acompanhamento contínuo do desenvolvimento das jovens, desde a infância até a idade adulta, garantindo a internalização dos valores do regime.

Fica nítido, dentro da lógica de um Estado Corporativista, como o salazarista, a organização rígida e a hierarquia aceita naturalmente, onde as mais inexperientes e com menos poder, por isso, são guiadas pelas mais velhas e experientes nas atividades, o mundo de fora, organizado sob a tutela do Estado, adentra os centros e em cada aspecto da vida, assim, naturalizava-se a diferença.²⁰⁵

A MPF também promovia a educação cívica e moral, com ênfase na obediência ao Estado e na lealdade ao regime. As atividades incluíam aulas de economia doméstica, costura, culinária e cuidados infantis, além de palestras sobre os deveres das mulheres na sociedade. Essas iniciativas eram complementadas por eventos culturais e esportivos, que reforçavam os valores de disciplina e cooperação. A MPF desempenhou um papel crucial na construção da imagem da “nova mulher” do Estado, que deveria ser, simultaneamente, moderna e tradicional. Essa dualidade foi explorada em campanhas de propaganda e publicações de *Mocidade*

²⁰⁵ AMARAL, Walter Valdevino do. “O que nós queremos que nossas raparigas sejam”: o boletim da Mocidade Portuguesa Feminina (1939-1947). *Caderno Espaço Feminino*, v. 32, n. 1, p. 127-148, 2019, p. 144. Doi: <https://doi.org/10.14393/CEF-v32n1-2019-6>.

Portuguesa Feminina: Boletim Mensal, periódico oficial da organização e uma das principais fontes desta pesquisa.

A propaganda da MPF enfatizava a importância das mulheres como educadoras destacando sua contribuição para a estabilidade social e política. Ao mesmo tempo, buscava modernizar a imagem das mulheres portuguesas, apresentando-as como ativas e engajadas nas atividades da organização, mas sempre dentro dos limites impostos pelo regime.

Segundo Marques e Guarda²⁰⁶:

A encenação propagandística de cunho modernista encontra-se claramente ao serviço da tradição e dos valores católicos, tidos como elementos fundacionais do Estado Novo. Numa convergência simbólica de temporalidades, ela celebra uma espécie de “enlace” entre tradição e modernidade que se pretende exortar também em discurso imagético, agora levado a cabo mediante uma ousadia estético-formal ante temas tão históricos e fundadores como são os da Fé cristã e da Nação.

A MPF não existia isoladamente, mas fazia parte de uma rede maior de organizações femininas do Estado Novo, como a OMEN e a Legião Portuguesa Feminina. Essas organizações tinham objetivos parecidos, mas públicos e funções diferentes. Enquanto a OMEN focava na educação das mães e na defesa dos valores familiares, a MPF voltava-se para a formação das jovens, preparando-as para os papéis que deveriam ocupar na família e na sociedade. A relação entre essas organizações era coordenada pelo regime, que utilizava cada uma delas para reforçar a ideologia do Estado Novo em diferentes momentos da vida das mulheres. Com isso, conseguia ampliar sua influência sobre a população feminina e consolidar os valores patriarcais e nacionalistas que sustentavam sua base de poder.

A MPF desempenhou um papel fundamental na transformação social das mulheres em Portugal durante o Estado Novo. Alinhada aos valores conservadores, patriarcais e nacionalistas do regime, a organização foi projetada para moldar uma nova identidade feminina. Diferentemente de outras iniciativas educacionais da época, a MPF institucionalizava os papéis tradicionais de gênero por meio de uma estrutura hierárquica e atividades obrigatórias. Essa abordagem visava criar uma geração de mulheres que fossem simultaneamente modernas em suas habilidades práticas e profundamente enraizadas nos valores tradicionais.

Além disso, a MPF influenciou a percepção social do papel das mulheres na sociedade portuguesa, destacando a sua contribuição para a manutenção da ordem social e política do

²⁰⁶ MARQUES, Bruno Sousa; GUARDA, Israel Vindeirinho. Tradição e Modernismo na construção da “nova” mulher do Estado Novo português: fotografia e propaganda no Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina (1939-1947). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 46, n. 2, 2020. p. 4.

regime. A MPF, além de refletir os valores do Estado Novo, os perpetuava, utilizando as mulheres como agentes de transmissão cultural e ideológica dentro das famílias e comunidades.

3 REVISTAS E REGIMES: O PAPEL DA IMPRENSA FEMININA NA CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE MULHER FASCISTA

A imprensa registra fatos e participa da construção das representações sociais de seu tempo. No caso das revistas femininas vinculadas a projetos políticos, como as que compõem o *corpus* desta seção, esse papel se torna ainda mais evidente. Publicações desse tipo ajudam a entender como certas imagens e discursos sobre as mulheres foram promovidos, ajustados e reafirmados.

Partindo dessa perspectiva, esta seção analisa três revistas voltadas ao público feminino, produzidas em contextos específicos de mobilização política. A proposta é tratá-las como fontes históricas que revelam formas de inserção das mulheres na vida pública, os papéis que lhes eram atribuídos e os discursos que buscavam orientá-las. Considerar esses impressos como documentos ativos permite examinar as estratégias por trás da construção dessas representações.

As renovações no estudo da História política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder. Os questionamentos desse campo, imbricados com os aportes da História Cultural, renderam frutos significativos.²⁰⁷

Nesta seção, embora se reconheça que a imprensa selecionada requer uma análise distinta por se tratar de uma imprensa política, optou-se por utilizar as teorias relacionadas ao uso da imprensa como fonte de pesquisa, entendendo que essas abordagens permitem uma compreensão mais aprofundada do material selecionado. Diversos teóricos²⁰⁸ já abordaram a imprensa como fonte de investigação histórica e comunicacional, sendo essa temática amplamente consolidada tanto nos estudos de comunicação e história do jornalismo quanto na historiografia, em que os periódicos são considerados fontes históricas essenciais. Ademais, o estudo sobre a “imprensa feminina” ganhou relevância nas últimas décadas, com a produção de

²⁰⁷ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 128.

²⁰⁸ *Ibid.*; BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira**. São Paulo: Ática, 1990. v. 1; ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**, n. 13, p. 19-29, 1995; BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**: seguido de “A influência do jornalismo” e “Os jogos olímpicos”. Rio de Janeiro: Zahar, 1997; CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto; Edusp, 1988; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007; KARAWCZYK, Mônica. O jornal como documento histórico: breves considerações. **Historiæ**, v. 1, n. 3, p. 131-147, 2010.

pesquisas consolidadas que ampliam o entendimento sobre esse tipo específico de publicação.²⁰⁹

A imprensa feminina, até o século XIX, apresentou um desenvolvimento limitado e ainda não havia se consolidado. Diversos fatores impossibilitavam a consolidação de uma imprensa voltada ao público feminino: as condições de vida adversas enfrentadas pelas mulheres e as restrições econômicas, sociais e educacionais. As poucas publicações que surgiram nesse período eram, em sua maioria, realizadas por homens e tinham um alcance de público e uma circulação muito pequenos. Além disso, eram, em grande parte, produtos pensados pela e para a elite.

Entretanto, no século XX, houve uma transformação significativa, e as revistas femininas começaram a se consolidar como um estilo específico de comunicação. Como afirma Mayara Lobato²¹⁰, algumas mudanças que possibilitaram o aumento das publicações femininas no século XX foram os aprimoramentos de técnicas gráficas, recursos fotográficos e possibilidades de maior tiragem. A utilização de recursos visuais, como fotografias e desenhos, permitiu que muitas mulheres analfabetas (uma realidade comum nos países em análise) também pudessem consumir essas revistas e jornais, acessando suas informações. Esse recurso possibilitou que pessoas sem letramento tivessem acesso ao conteúdo das revistas, ampliando a divulgação das publicações.

Lobato²¹¹ ainda destaca um exemplo notável no Brasil: a *Revista Feminina*. Lançada em 1914, permaneceu em circulação por 21 anos e chegou a ter mais de 30 mil exemplares mensais em todo o território nacional. Esse número reforça sua popularidade e também o sucesso da imprensa feminina como um todo no Brasil.

Nesta pesquisa, optou-se por utilizar o conceito de imprensa feminina, fundamentando-se nos estudos de Dulcília Schroeder Buitoni²¹², que argumenta que a imprensa era rotulada

²⁰⁹ BASSANEZI, Carla. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). **Cadernos Pagu**, n. 1, p. 112-148, 2005; BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Summus Editorial, 2009; LIMA, Sandra Lúcia Lopes. Imprensa feminina, *Revista Feminina: a imprensa feminina no Brasil*. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 35, n. 2, 2007; SOUZA, Lidiane Aparecida Silva de. **Imprensa feminina: a mulher vista nas páginas das revistas**. 2002. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2002.

²¹⁰ LOBATO, Mayara L. A. Correia Maia. **Revistas femininas e espetáculo: Nova e Vogue**. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2012.

²¹¹ *Ibid.*

²¹² BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Editora Ática, 1986; BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Summus Editorial, 2009.

conforme o sexo. As publicações, os conteúdos, as matérias e as propagandas presentes nos periódicos eram pensadas para o público feminino, orientados pelos preceitos e pelas concepções da época sobre o que era considerado de interesse das mulheres. Ao adotar esse conceito, reconhecem-se as limitações e os desafios que essa classificação impõe, mas a escolha de mantê-lo parte da necessidade de situar as revistas dentro do seu contexto político-histórico e cultural.

Revistas representam épocas. [...] só funcionam em perfeita sintonia com seu tempo. Por isso, dá para compreender muito da história e da cultura de um país conhecendo suas revistas. Ali estão os hábitos, as modas, os personagens de cada período, os assuntos que mobilizaram grupos de pessoas.²¹³

Reconhece-se, entretanto, que, com os avanços dos estudos feministas, das relações de gênero e da cultura *queer*, esse conceito passou a ser revisitado e fortemente criticado por simplificar o papel das mulheres como consumidoras de conteúdos específicos, como moda, costura e afazeres domésticos. Essas críticas relacionam-se ao fato de que a categorização da imprensa com base em critérios sexuais desconsidera uma série de interseções, como raça e classe. Ainda assim, optou-se por manter a nomenclatura vigente no período de circulação das revistas analisadas. Segundo Buitoni²¹⁴, “a imprensa feminina é um conceito definitivamente sexuado: o sexo de seu público faz parte de sua natureza”.

A imprensa permite observar os valores sociais estabelecidos na época, assim como os papéis sociais. No que se refere ao público feminino, jornais e revistas têm sido, desde o início do século XIX em diversos países, uma importante forma de comunicação, informação, atualização e conscientização.

Anne Higonnet²¹⁵ afirma que as revistas destinadas ao público feminino começaram a ganhar popularidade a partir de 1830. Embora algumas fossem voltadas, principalmente, para moda ou atividades domésticas, todas reforçavam os limites da feminilidade tradicional. Segundo a autora, essas revistas promoviam a aparência física, a heterossexualidade e o papel central da família. As leitoras eram incentivadas a aprimorar sua aparência, expressar individualidade e administrar seus lares de forma eficiente e carinhosa.

A imprensa feminina está estreitamente ligada ao contexto histórico que cria razões para seu surgimento, e que interfere em cada passo de sua evolução.

²¹³ SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 16.

²¹⁴ BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Editora Ática, 1986. p. 7.

²¹⁵ HIGONNET, Anne. Mulheres, imagens e representações. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1991. v. V: o século XX.

Jornais e revistas femininas funcionam como um termômetro dos costumes de época [...] A movimentação social mais significativa vai sendo registrada.²¹⁶

Além de explorar as mulheres participantes dos movimentos fascistas, esta pesquisa volta-se para a imprensa feminina associada a esses movimentos, marcada por um posicionamento político bem definido. Esta seção, portanto, dedica-se a investigar como essas publicações, alinhadas às diretrizes do fascismo, moldaram discursos e influenciaram mentalidades em um contexto de agitação política e social. No intuito de reforçar os valores atribuídos às mulheres, muitas dessas revistas apropriavam-se de símbolos tradicionalmente ligados ao feminino e os reconfiguravam, reafirmando o papel esperado para as mulheres, tanto no lar quanto em espaços de atuação coletiva.

Para uma análise profunda dos discursos políticos promovidos por esses periódicos, é imprescindível entender as estratégias editoriais e a estrutura organizacional deles. Questões como a composição das equipes, as escolhas visuais e gráficas, as seções voltadas ao público feminino e o perfil das editoras e das autoras dos artigos oferecem pistas sobre o funcionamento dessas revistas como ferramentas de doutrinação. Assim, é por meio dessa análise que se pode identificar o comportamento, os valores e as expectativas projetadas para as mulheres que, segundo esses discursos, deveriam apoiar e perpetuar os princípios fascistas.

A imprensa pode ser amplamente categorizada em dois tipos principais: a imprensa político-partidária e a imprensa comercial. Nesta pesquisa, a análise concentra-se na imprensa político-partidária, uma vez que as revistas examinadas estão vinculadas a regimes e partidos específicos e refletem posicionamentos políticos definidos, no caso, alinhados ao fascismo. Ao utilizar a imprensa como fonte, é essencial reconhecer que a análise de um veículo de comunicação político-partidário apresenta diferenças significativas em relação à análise de um veículo comercial.

A imprensa comercial tem como finalidade primordial a obtenção de lucro, operando dentro de uma lógica de mercado capitalista. Por isso, a imprensa muitas vezes adota uma postura de suposta neutralidade, afirmando-se imparcial em suas publicações, ao passo que se compromete com a disseminação de informações de interesse público. Entretanto, sabe-se que, apesar de sua aparente neutralidade, a imprensa comercial não está isenta de influências e interesses próprios, o que reflete como as notícias são divulgadas. Já a imprensa político-partidária, por sua vez, está intimamente ligada a movimentos ideológicos e tem como objetivo

²¹⁶ BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Editora Ática, 1986. p. 24.

promover a agenda política específica dos movimentos ou partidos políticos aos quais está vinculada.

A imprensa político-partidária se caracteriza por tomar posição explícita no debate público como porta-voz oficial do partido que representa e que a controla; ela está subordinada à cúpula deste partido e dele tira a sua autoridade para falar na esfera pública; as ideias que defende ganham o respaldo da força coletiva do partido e, em determinados casos, é a principal forma de atuação pública deste último.²¹⁷

É pertinente distinguir o conceito de “leitor ideal” ou “leitor modelo”²¹⁸, isto é, aquele para quem a revista direciona seu conteúdo, do leitor empírico, que corresponde ao público real que efetivamente consome a publicação, ainda que o texto não tenha sido concebido especificamente para ele. Nesta investigação, entretanto, a análise segue uma lógica um pouco diferente, uma vez que as revistas analisadas estavam vinculadas a partidos políticos. Assim, presume-se que a maior parte dos leitores e leitoras buscava essas publicações em razão de seu alinhamento ideológico.

Maria Helena Capelato²¹⁹ afirma que:

[...] no que se refere ao estudo da atuação da “grande imprensa” no campo da política, devem-se considerar, primeiramente, as concepções ideológicas de seus proprietários e dos jornalistas responsáveis pela parte redacional do periódico, além dos interesses políticos e econômicos aos quais estão vinculados. Esses elementos são imprescindíveis para uma leitura ampla e aprofundada do jornal. Mas ela também exige um conhecimento igualmente amplo e profundo do contexto histórico referente ao período escolhido para análise, a partir do qual se podem compreender as ideias expostas no periódico.

A análise da imprensa fascista dos países selecionados constitui a principal fonte para identificar e mapear os conceitos que mobilizaram as camadas sociais envolvidas, além de revelar os mecanismos de doutrinação de setores da sociedade, transformando as relações

²¹⁷ MARTINS, Luis Carlos dos Passos. **A grande imprensa “liberal” da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954):** conflito entre projetos de desenvolvimento nacional. 2010. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. p. 23.

²¹⁸ ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**, n. 13, p. 19-29, 1995; ECO, Umberto. **Lector in fabula. A cooperação interpretativa nos textos narrativos.** São Paulo: Perspectiva, 1986.

²¹⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (org.). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas.** São Paulo: Humanitas, 2015. p. 130.

sociais e políticas do período. A imprensa é considerada como uma fonte relevante de pesquisa histórica, uma vez que permite a compreensão dos discursos direcionados às mulheres. O objetivo é propor uma “história conceitual do político” que, em sua dimensão compreensiva, busca suprimir a barreira entre a história política e a filosofia política. Assim, “a compreensão do passado e a interrogação do presente participam de uma mesma empreitada intelectual”.²²⁰

O pensamento político que circulava na sociedade foi mobilizado pela imprensa. Assim, ao analisar o discurso fascista voltado às mulheres, percebe-se que “o universo etéreo das ideias e/ou das instituições se situa no agir e no pensar dos homens, ilustres ou não, e foi ativo no processo de constituição social”.²²¹ A análise do material da imprensa fascista, com seus aspectos metodológicos e conceituais, foi estruturada com o intuito de observar a representação feminina nos periódicos.

Assim, ancorada na noção de cultura política, a investigação parte do pressuposto de que a política exerce influência sobre a cultura e suas construções sociais. O propósito é compreender como os valores e as ideias reproduzidos pela imprensa representaram a sociedade em análise. Para o desenvolvimento e reflexão acerca da representação feminina, recorre-se a um conceito que “permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos”²²², aprofundando o entendimento das dinâmicas sociopolíticas envolvidas.

Os impressos são veículo fundamental na divulgação e disseminação dos valores das diferentes culturas políticas, e são usados propositadamente com tal fim. Nos textos dos livros e jornais, e também nas suas imagens visuais, desfilam heróis (e, tão importante quanto esses, os desprezíveis inimigos), mitos, símbolos e os valores morais do grupo, e nessas publicações muitas pessoas encontraram motivação para identificar-se e aderir.²²³

Diversos estudos têm investigado a maneira como os movimentos fascistas utilizaram a imprensa como ferramenta para a disseminação de sua ideologia. A imprensa fascista desempenhou um papel ativo na promoção desses ideais em diversas partes do mundo,

²²⁰ ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 30, 1995. p. 19.

²²¹ MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História dos conceitos e conceitos na História: a imprensa como fonte/objeto da História conceitual do político. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (org.). **Capítulos de história política: fontes, objetos e abordagens**. São Leopoldo, RS: Oikos, 2018. p. 58.

²²² BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-350.

²²³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 24.

ampliando seu alcance e atraindo um público cada vez maior. Nos países analisados nesta pesquisa, essa dinâmica se repetiu. No caso brasileiro, a AIB destacou-se pela produção de diversos jornais e revistas, sendo a publicação de maior relevância a revista *Anauê!*, que funcionava como um veículo central para a propagação da doutrina integralista.²²⁴

Um exemplo desses estudos é a coletânea *Entre tipos e recortes*²²⁵, que aprofunda a análise da atuação comunicacional da AIB, reunindo trabalhos que exploram os impressos integralistas sob diferentes perspectivas – desde estudos sobre a construção da imagem pública do movimento até reflexões sobre o papel da imprensa na mobilização e organização interna. A obra oferece um panorama consistente sobre como a AIB usou seus periódicos para criar uma identidade própria, dialogar com seus militantes e disputar espaço na esfera pública da época, sendo uma contribuição central para o entendimento do uso político da imprensa por esse movimento.

Em contraste, tanto na Espanha quanto em Portugal, os movimentos fascistas conseguiram consolidar-se como regimes governamentais, estabelecendo-se como ditaduras duradouras. A imprensa foi amplamente utilizada tanto pelo regime quanto pelos historiadores para a análise do período. Durante o Estado Novo português, a imprensa foi utilizada como forma de controle social, propaganda e manutenção do regime.²²⁶ A Espanha, por sua vez, teve sua imprensa modificada de maneira significativa devido às mudanças políticas e sociais do século XX. Já em 1923, com a ditadura de Miguel Primo de Rivera, a imprensa teve sua liberdade cerceada com censuras prévias, limitando as críticas que os periódicos poderiam fazer ao regime.

²²⁴ TRINDADE, Héliogio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difel, 1979; OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009; BERTONHA, João Fabio. **O integralismo e sua história: memória, fontes, historiografia**. Salvador: Editora Pontocom, 2016. Disponível em: https://www.editorapontocom.com.br/livro/41/bertonha-integralismo_41_5694ed68b51c1.pdf.

Acesso em: 20 mar. 2026; GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

²²⁵ GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (org.). **Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista**. Rio de Janeiro: Autografia, 2019. v. 3.

²²⁶ AZEVEDO, Cândido de. **A censura de Salazar e Marcelo Caetano**. Lisboa: Caminho, 1999; GARCIA, José Luís; ALVES, Tânia; LÉONARD, Yves (coord.). **Salazar, o Estado Novo e os media**. Lisboa: Edições 70, 2017; PINTO, António Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; *Id.* (org.). **O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (org.). **O corporativismo em português: Estado, Nação e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; GORJÃO, Vanda. **Mulheres em tempos sombrios: oposição feminina ao Estado Novo**. Lisboa: ICS, 2002.

A imprensa foi usada como fonte de publicidade para o regime, promovendo propagandas políticas e difundindo uma visão positiva das políticas de Primo de Rivera, enfatizando o progresso econômico e social promovido pela ditadura, ao mesmo tempo que silenciava ou marginalizava a oposição. Com a Segunda República Espanhola (1931-1939), os impressos espanhóis puderam, ainda que por pouco tempo, usufruir de maior liberdade de expressão, graças à suspensão da censura. Entretanto, com a Guerra Civil, a Espanha passou a vivenciar uma repressão generalizada que se intensificou exponencialmente.

Exercendo um papel crucial na mobilização da opinião pública, a imprensa refletiu as tensões que existiram durante a guerra e atuou como um instrumento na disputa ideológica e de poder que a Espanha vivenciava. Com a vitória dos rebeldes, instaurou-se uma ditadura marcada por forte controle sobre os meios de comunicação. Em 1938, ainda durante a Guerra Civil, a Lei da Imprensa instituiu a censura prévia, permitindo ao governo fiscalizar, revisar e alterar todas as publicações antes de sua circulação.²²⁷

A relação entre a imprensa e as mulheres envolve questões mais amplas, como o papel social feminino, sua inserção na política, no mercado de trabalho e na educação, entre outros aspectos. Ao ultrapassar uma análise superficial, percebe-se que a imprensa feminina, orientada por determinada ideologia, adota critérios específicos na seleção e edição de seus conteúdos. Essa ideologia, longe de se manifestar apenas em matérias isoladas, permeia a estrutura das publicações como um todo.

Observa-se, assim, que, independentemente do contexto, a imprensa desempenhou uma função dual: tanto como instrumento de controle social quanto como fonte histórica indispensável ao trabalho dos historiadores. A análise dos discursos presentes nas revistas e das percepções sobre valores e papéis sociais atribuídos às mulheres revela a importância da imprensa para a compreensão do momento histórico estudado. Ademais, oferece aos historiadores uma perspectiva mais profunda e crítica, possibilitando uma interpretação mais abrangente do contexto político e social em que essas mulheres estavam inseridas.

Neste estudo, será apresentada uma contextualização histórica das revistas analisadas, incluindo suas criações, organização interna, dinâmica editorial e posicionamento ideológico. É importante lembrar que um periódico, além de ser um meio de comunicação, é também um

²²⁷ CHULIÁ RODRIGO, Elisa. **El poder y la palabra: prensa y poder político en las dictaduras. El régimen de Franco ante la prensa y el periodismo.** Madrid: Biblioteca Nueva, 2001; CARVALHO, Patrícia Dyonisio De. **“Un periódico que nace al amparo de una convicción irrenunciablemente democrática”:** o posicionamento do jornal *El País* diante da transição democrática espanhola (1975-1982). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

artefato cultural que reflete as relações sociais, econômicas e políticas do período em que foi produzido, sendo atravessado por interesses diversos que, muitas vezes, vão além da mera informação ou opinião. Em primeiro lugar, a presença de publicidades e propagandas nas páginas das revistas pode influenciar a linha editorial de forma explícita ou sutil. No caso das revistas desta pesquisa, entende-se que as publicidades tinham menor impacto na linha editorial por se tratar de uma imprensa partidária. Entretanto, é importante destacar que, ao utilizar revistas como fontes primárias, historiadores e historiadoras devem considerar esses aspectos.

Uma teoria pertinente deve ser ressaltada: quando um conceito necessita ser reiterado constantemente em um discurso, isso indica que ele ainda não está plenamente consolidado e se encontra em disputa. Assim, para além da análise das matérias das revistas e de outras fontes documentais, é essencial relacionar e examinar as disputas discursivas que coexistiam no período. Enquanto as revistas que constituem o *corpus* desta pesquisa insistiam em reforçar a concepção de que o papel das mulheres estava circunscrito ao de mãe devota, filha obediente, dona de casa exemplar e militante dedicada, fora desse espaço, os discursos feministas questionavam justamente essas atribuições.

O feminismo europeu do século XX, conforme expõe Karen Offen²²⁸, discutia a obtenção de direitos políticos e sociais e a redefinição do papel das mulheres em um contexto de transformações profundas. Esse movimento foi moldado por uma variedade de fatores, como o avanço do nacionalismo²²⁹, a influência da Igreja Católica na esfera pública²³⁰, a Primeira e a Segunda Guerra Mundial²³¹ e a ascensão de regimes totalitários na Europa no início do século.²³² Essas transformações impactaram significativamente os fundamentos e objetivos do feminismo, tanto em um nível local quanto em uma perspectiva internacional.

As Grandes Guerras exigiram que as feministas reconsiderassem suas estratégias e prioridades. Durante a Primeira Guerra, com o aumento expressivo da presença feminina no mercado de trabalho, as mulheres ganharam maior visibilidade quanto à sua contribuição para a sociedade. Todavia, no pós-guerra, a política de “retorno ao lar”, sustentada por políticas públicas, sociais e propagandas, incentivou muitas a abandonarem suas ocupações. No contexto

²²⁸ OFFEN, Karen. **Feminismos europeus, 1700-1950: una historia política**. Tres Cantos: Akal, 2015.

²²⁹ THOMSON, Jennifer. Gender and Nationalism. **Nationalities Papers**, v. 48, n. 1, p. 3-11, 2019. Doi: <https://doi.org/10.1017/nps.2019.98>.

²³⁰ COSTA, Simone da Silva. A (des)construção do feminismo no discurso católico no início do século XX. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

²³¹ OFFEN, *op. cit.*

²³² GRAZIA, Victoria de. **How Fascism Ruled Women: Italy, 1922-1945**. Berkeley: University of California Press, 1992.

da ascensão do fascismo e de outros regimes totalitários, o movimento feminista passou a ser visto oficialmente como uma ameaça às políticas de Estado. Diante de uma repressão severa, as organizações que defendiam a autonomia feminina ou os direitos das mulheres foram sistematicamente desmanteladas, fomentando o surgimento de movimentos clandestinos. Offen²³³ observa que o chamado “feminismo nacionalista”, alinhado aos interesses estatais, emergiu nesse cenário.

Adicionalmente, as políticas natalistas²³⁴, que incentivavam as mulheres a permanecerem no lar para assegurar a reprodução e o crescimento populacional, consideravam as reivindicações feministas contraproducentes para o fortalecimento demográfico e, conseqüentemente, para o projeto de crescimento da nação dentro da lógica totalitária. Assim, o feminismo, que visava, justamente, à emancipação e à autonomia feminina, passou a ser combatido não apenas como um movimento social, mas como um obstáculo ao ideal nacionalista e autoritário.

Os discursos fascistas em relação às mulheres e os discursos antifeministas configuraram-se como respostas a um movimento em ascensão que questionava a estrutura de poder tradicional e patriarcal. A tentativa constante de reafirmar papéis tradicionais de gênero nas revistas voltadas às mulheres evidencia a percepção de uma ameaça concreta à ordem estabelecida, além de uma tensão interna dos movimentos e regimes. O conflito discursivo entre essas forças revela a complexidade das disputas ideológicas em um período de transição, em que a luta por direitos se entrelaçava com projetos de controle social e político. Essas publicações não apenas reproduziam um discurso autoritário como também serviam como trincheiras ideológicas na batalha pelo controle social, funcionando como um meio de resistência às mudanças progressistas e como instrumentos de manutenção do poder.

O fortalecimento e a repetição dos discursos sobre o papel tradicional das mulheres nos periódicos fascistas revelam a fragilidade de tais discursos diante das mudanças sociais e políticas impulsionadas pelos movimentos feministas. A análise desses periódicos evidencia que a imposição de um modelo rígido de feminilidade e submissão não representava uma realidade consolidada, e sim uma resposta reacionária e defensiva perante as transformações trazidas pelo feminismo. Esses conflitos ideológicos mostram como os discursos de gênero

²³³ OFFEN, Karen. **Feminismos europeos, 1700-1950**: una historia política. Tres Cantos: Akal, 2015.

²³⁴ NASH, Mary. Pronatalismo y maternidad en la España franquista. In: BOCK, Gisela; THANE, Pat (ed.). **Maternidad y políticas de género**: La mujer en los Estados del bienestar europeos, 1880-1950. Madrid: Cátedra, 1996. p. 279-307.

foram usados como ferramentas estratégicas para a subversão e a manutenção de regimes autoritários em momentos de crise e transição.

3.1 AS REVISTAS

Nesta subseção, serão apresentadas as revistas publicadas pelos movimentos fascistas voltadas ao público feminino, um dos principais veículos de comunicação e mobilização política desse período. Essas publicações assumiram um papel fundamental na difusão de ideais, valores e práticas alinhados aos valores fascistas, servindo como meio de recrutamento e formação de identidades vinculadas aos interesses de partidos e organizações. Por meio delas, o fascismo encontrou uma forma eficaz de comunicação que além de ampliar a participação das mulheres também as inseria diretamente no projeto político, moldando suas percepções e papéis sociais de acordo com a visão dos movimentos.

Cada revista apresenta uma história particular, que reflete tanto o contexto específico de seu país de origem (Brasil, Espanha e Portugal) quanto as estratégias de propaganda e doutrinação adotadas pelos movimentos locais. A estrutura editorial dessas publicações será analisada a partir de suas principais seções, das temáticas abordadas e das maneiras pelas quais buscavam construir uma identidade feminina fascista. A organização interna das revistas, com seções dedicadas à política, à família, à educação e à promoção de um ideal de feminilidade, revela uma tentativa sistemática de disciplinar e engajar as mulheres no projeto.

Do mesmo modo, serão explorados aspectos da materialidade e da estética dessas publicações, que se configuram como marcas do estilo de propaganda do período. A composição gráfica, a disposição das imagens e o conteúdo de cada seção oferecem pistas importantes sobre como as mulheres eram incentivadas a perceber seu papel dentro dos movimentos e partidos. Esta análise das revistas visa demonstrar a função informativa dessas publicações e, sobretudo, seu caráter formativo e ideológico, que buscava construir e consolidar uma cultura política específica entre as leitoras, alinhando-as ao projeto fascista.

3.1.1 *Brasil Feminino*

A AIB, assim como diversos movimentos fascistas, utilizou extensivamente os meios impressos para disseminar sua doutrina e consolidar sua presença política no país. Para tal, criou o Departamento Nacional de Propaganda, que posteriormente foi renomeado como Secretaria Nacional de Propaganda. Apesar da mudança nominal, o objetivo permaneceu inalterado:

promover a difusão dos princípios integralistas de forma ampla e organizada entre os brasileiros.

A imprensa integralista, composta por um total de 117 periódicos distribuídos em âmbito nacional, regional e municipal, desempenhou um papel central na mobilização popular e na construção de uma identidade coletiva alinhada aos ideais da AIB.²³⁵ A diversificação dos veículos, incluindo jornais e revistas voltados a diferentes públicos, possibilitou uma difusão ideológica mais ampla, facilitando o alcance e a penetração das ideias do movimento em várias camadas sociais. O uso estratégico dos impressos foi decisivo para o crescimento da AIB e representou o principal instrumento de propaganda e formação política dos membros e simpatizantes do movimento.²³⁶

Devido à significativa diversificação editorial de suas publicações, que apresentavam temáticas variadas e direcionadas a diferentes públicos, incluindo mulheres, jovens e uma elite intelectualizada, a AIB garantia que distintos grupos pudessem consumir seus impressos. Ademais, isso permitia ao movimento adaptar suas mensagens e estratégias comunicativas, garantindo que suas ideias pudessem ser consumidas por variados grupos sociais, ampliando, assim, sua capacidade de mobilização e influência ideológica.²³⁷

É importante destacar que, para os integralistas, os impressos não tinham apenas a função de captar novos membros ou apresentar sua doutrina. A imprensa deveria ir além, desempenhando um papel educativo para a população, promovendo e consolidando os valores e ideais integralistas. Com isso, era essencial que a base política da AIB estivesse bem informada, doutrinada e alinhada com a visão de mundo defendida pelo movimento. Assim, entende-se que os periódicos atuavam como instrumentos de formação ideológica para seus leitores, com seções educativas e textos analíticos sobre temas como nacionalismo, moralidade e o papel do Estado.²³⁸

Entre as publicações criadas pela AIB, a revista *Anauê!* (1935-1937) destaca-se como o principal empreendimento editorial do movimento, funcionando como verdadeiro laboratório de experimentação estética e doutrinária. Publicada no Rio de Janeiro e dirigida, inicialmente, por Eurípedes Cardoso de Menezes, a revista é considerada a “netinha” da AIB. Apresentava-

²³⁵ OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

²³⁶ CAVALARI, Rosa Maria Feteiro. **Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)**. Bauru, SP: Edusc, 1999.

²³⁷ OLIVEIRA, *op. cit.*

²³⁸ *Ibid.*

se como “integralmente integralista – dos integralistas e para os integralistas”, querendo “refletir, na reportagem fotográfica de todas as províncias, a marcha gloriosa das legiões do Sigma”.²³⁹

O surgimento de *Anauê!* marcou uma inflexão no jornalismo integralista. Conforme analisa Rodolfo Fiorucci²⁴⁰, o periódico representou a tentativa da AIB de transitar de uma imprensa essencialmente doutrinária, voltada à formação interna, para um jornalismo de massas, inspirado nas revistas ilustradas que circulavam no Brasil dos anos 1930, como *O Cruzeiro*, *Fon-Fon!* e *Careta*. A publicação combinava seções variadas, uso intenso de fotografias, ilustrações e textos curtos, aproximando-se dos modelos modernos de comunicação visual que visavam atingir leitores não iniciados na doutrina integralista. Essa estratégia correspondia ao momento em que o movimento buscava ampliar sua base eleitoral e projetar-se como partido de massas.²⁴¹

Em seu estudo mais amplo sobre o tema, Fiorucci²⁴² observa que, embora citada como a mais importante revista integralista, *Anauê!* precisa ser analisada com cautela: os altos custos de impressão e a dependência do voluntarismo de seus diretores impediram que alcançasse a dimensão imaginada pela AIB. Mesmo assim, a revista se tornou um instrumento simbólico poderoso, responsável por modelar o imaginário integralista.

Para Rodrigo Santos de Oliveira²⁴³, ela foi “o principal instrumento de propaganda da Ação Integralista”, com função pedagógica e linguagem imagética acessível; enquanto Rogério Souza Silva²⁴⁴ a descreve como uma “porta de entrada imprescindível para quem quer entender o imaginário político criado pelos integralistas”, destacando seu papel na sacralização do movimento e de seu líder.

Nas páginas de *Anauê!*, texto e imagem convergiam para a construção de uma mística política centrada na tríade “Deus, Pátria e Família”. Os editoriais exaltavam Plínio Salgado

²³⁹ *Anauê!* n. 1, jan. 1935.

²⁴⁰ FIORUCCI, Rodolfo. A modernização da imprensa integralista: o caso da revista *Anauê!* em seu primeiro ano de circulação (1935). *Boletim do Tempo Presente*, n. 3, 2015.

²⁴¹ *Ibid.*; Id. **A trajetória da revista *Anauê!* (1935-1937): o jornalismo partidário e ilustrado da Ação Integralista Brasileira – a “netinha” que não cresceu.** 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

²⁴² *Ibid.*

²⁴³ OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **“Perante o Tribunal da História”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937).** 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

²⁴⁴ SILVA, Rogério Souza. A política como espetáculo: a reinvenção da história brasileira e a consolidação dos discursos e das imagens integralistas na revista *Anauê!*. *Revista Brasileira de História*, v. 25, n. 50, p. 61-95, 2005. p. 64. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882005000200004>.

como um “predestinado”, frequentemente comparado a figuras bíblicas como Paulo de Tarso ou o próprio Cristo, numa retórica que transformava o chefe político em redentor nacional. Essa teatralização do poder, que Silva²⁴⁵ define de “política como espetáculo”, expressava-se tanto na iconografia heroica das capas quanto nas seções que apresentavam desfiles, cerimônias e peregrinações dos camisas-verdes.

As representações femininas também tiveram espaço no periódico. Os números iniciais de *Anauê!* revelam uma constante tentativa de enquadrar o papel das mulheres no interior da doutrina integralista, combinando o discurso da maternidade patriótica com o da regeneração moral da pátria. Autores como Fiorucci²⁴⁶ e Manfrinatti²⁴⁷ apontam que, nas páginas da revista, as mulheres apareciam simultaneamente como símbolo e agente moral do movimento: guardiã da família, educadora dos filhos e suporte espiritual do chefe e da nação. Foi nesse contexto e com uma estratégia de comunicação voltada a diversos públicos que a AIB “criou” a revista *Brasil Feminino*.²⁴⁸ Para compreender o processo de compra e o uso ideológico da *Brasil Feminino*, é necessário retornar alguns anos.

Lançada no Rio de Janeiro com distribuição nacional, a revista mensal foi criada pela jornalista e poetisa Iveta Ribeiro (1886-1963) e se afirmava como a única revista para mulheres produzida por mulheres, com o objetivo de promover a literatura feminina brasileira. Segundo Linaia de Vargas Palácio²⁴⁹, a revista tinha cinco diretrizes: reunir intelectuais femininas, promover a troca de ideias entre mulheres, apoiar iniciativas lideradas por mulheres, fomentar um feminismo racional e defender a educação moral e intelectual do público feminino.

A integralista Iveta Ribeiro, idealizadora e diretora de *Brasil Feminino*, era escritora, jornalista, artista e intelectual atuante no cenário cultural brasileiro das primeiras décadas do século XX. Ribeiro construiu uma trajetória marcada pela ocupação de espaços ainda pouco acessíveis às mulheres, especialmente na imprensa e na literatura. Além da atuação como

²⁴⁵ SILVA, Rogério Souza. A política como espetáculo: a reinvenção da história brasileira e a consolidação dos discursos e das imagens integralistas na revista *Anauê!*. **Revista Brasileira de História**, v. 25, n. 50, p. 61-95, 2005. p. 64. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882005000200004>.

²⁴⁶ FIORUCCI, Rodolfo. **A trajetória da revista *Anauê!* (1935-1937): o jornalismo partidário e ilustrado da Ação Integralista Brasileira – a “netinha” que não cresceu**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

²⁴⁷ MANFRINATTI, Mariana Machado. **Mulheres integralistas e o mito da passividade feminina: Nilza Perez e o “feminismo verde” (1932-1937)**. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, PR, 2023.

²⁴⁸ O verbo “criou” foi empregado entre aspas porque a revista já existia.

²⁴⁹ PALACIO, Linaia de Vargas. ***Brasil Feminino*: disputas discursivas, alianças políticas e escrita de mulheres na imprensa entre 1932 e 1937**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

escritora e pintora, esteve vinculada ao rádio e a diferentes iniciativas de intercâmbio intelectual e cultural, inclusive entre Brasil e Portugal.

À frente de *Brasil Feminino*, apresentou a revista como um espaço produzido e dirigido por mulheres, no qual circularam debates relacionados à educação, à atuação intelectual e aos direitos políticos femininos. Sua trajetória, contudo, também evidencia as ambiguidades que atravessaram determinados projetos de emancipação feminina naquele período. Embora o periódico tenha acolhido discussões vinculadas ao sufrágio e à ampliação da participação das mulheres na vida pública, Iveta Ribeiro defendia uma concepção moderada de feminismo, compatível com valores tradicionais de feminilidade.

Em 1937, sua aproximação com a AIB marcou igualmente uma inflexão na orientação política da revista, que passou a conceder maior espaço à circulação do discurso integralista dirigido às mulheres.²⁵⁰

Apesar de sua centralidade na criação e direção de *Brasil Feminino*, a trajetória individual de Iveta Ribeiro não será objeto de uma análise biográfica aprofundada nesta pesquisa. Essa escolha decorre do recorte adotado, que privilegia o periódico enquanto espaço de produção, circulação e disputa de discursos sobre as mulheres e sua atuação política, mais do que a reconstrução da trajetória intelectual de sua diretora.

Uma investigação específica sobre Ribeiro exigiria considerar sua extensa produção literária, artística e jornalística, bem como sua atuação em diferentes espaços culturais, ultrapassando os limites deste estudo. Entretanto, reconhece-se sua importância para a existência e os direcionamentos de *Brasil Feminino*, ao mesmo tempo em que a análise se concentra nas formas pelas quais o periódico incorporou, representou e difundiu discursos relacionados à militância feminina integralista.

Embora Iveta Ribeiro tenha desempenhado papel fundamental na criação e na direção de *Brasil Feminino*, optou-se por não tomá-la como a principal personagem feminina para a análise da militância integralista neste estudo. Essa escolha relaciona-se ao problema central da pesquisa e à natureza distinta das posições ocupadas por Iveta Ribeiro e Carmela Patti Salgado. Enquanto Iveta atuava, sobretudo, como diretora, intelectual e mediadora editorial do periódico, Carmela estava diretamente inserida nas estruturas organizativas da AIB, ocupando cargos no movimento, participando de suas redes de sociabilidade política e produzindo discursos explicitamente direcionados à formação e à mobilização das mulheres integralistas.

²⁵⁰ CAETANO, Vívian Marcello Ferreira. Iveta Ribeiro e a revista *Brasil Feminino*: a conquista de um espaço feminino na imprensa brasileira do século XX. *Anos* 90, v. 32, 2025. Doi: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.145897>.

Dessa forma, sua trajetória permite observar de maneira mais direta a experiência de uma mulher que não apenas contribuiu para a circulação do ideário integralista, mas que se reconhecia e atuava como militante no interior do movimento. A escolha de Carmela, portanto, não diminui a relevância de Iveta Ribeiro para a compreensão de *Brasil Feminino*, mas responde ao recorte desta pesquisa, voltado, prioritariamente, às formas de participação, atuação e produção discursiva das mulheres vinculadas aos movimentos fascistas.

No início, a revista exibiu um discurso contraditório, abordando tanto o espaço privado feminino, como o cuidado com o lar e os filhos, quanto o espaço público, com temas como produção cultural, voto e direitos das mulheres. Outras publicações, como o *Jornal das Moças*, também adotavam essa abordagem. Essa combinação entre temas vistos como progressistas para a época e tópicos ligados ao ambiente doméstico era uma tentativa de encontrar um equilíbrio capaz de atrair um público mais amplo, sem afastar leitoras que se identificavam com papéis mais tradicionais.²⁵¹

A presença de publicidade e propagandas em revistas e jornais exercia uma influência significativa sobre a linha editorial. Um discurso feminista ou radical, conforme os padrões da época, poderia afastar parte do público consumidor. Em *A economia das trocas simbólicas*, Pierre Bourdieu²⁵² analisa como anúncios publicitários, além de serem fontes de financiamento, influenciam o conteúdo e as diretrizes editoriais, equilibrando as demandas informativas com as exigências do mercado.

Essa lógica limita a autonomia do campo jornalístico, pois as pressões comerciais direcionam decisões editoriais e os discursos promovidos. Assim, revistas e jornais precisam atender às expectativas de suas leitoras e também alinhar-se aos interesses dos anunciantes. No caso da *Brasil Feminino*, embora tenha se alinhado ideologicamente à AIB mais tarde, inicialmente a revista buscou equilibrar diferentes vertentes discursivas: em alguns momentos adotando um tom mais progressista em relação às mulheres, em outros, reforçando a imagem tradicional da mulher voltada ao lar, visando um equilíbrio para não comprometer seu público e sua circulação. Em outras palavras, a publicidade é um ator ativo na construção de valores e na definição das pautas, transformando esses veículos em espaços de negociação entre capitais simbólicos e econômicos.

²⁵¹ PALACIO, Linaia de Vargas. *Brasil Feminino: disputas discursivas, alianças políticas e escrita de mulheres na imprensa entre 1932 e 1937*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

²⁵² BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

Embora a *Brasil Feminino* tivesse um público consolidado, enfrentou dificuldades financeiras ao longo dos anos. Manter uma publicação como essa exigia recursos significativos para impressão, distribuição e pagamento dos colaboradores. A falta de alinhamento político claro no início contribuiu para sua vulnerabilidade financeira, e com a ascensão de movimentos como o integralismo, as editoras viram uma oportunidade de se associar a um grupo com estrutura e recursos para manter a revista. Para a AIB, que compreendia a importância dos veículos impressos, a aquisição da *Brasil Feminino* foi uma ação estratégica para alcançar um novo público: as mulheres.

A *Brasil Feminino* já contava com uma base de leitoras bem estabelecida, abordando questões relacionadas ao papel feminino na sociedade. A compra permitiu à AIB usar um meio de comunicação consolidado, moldando-o conforme sua ideologia. O objetivo era reconfigurar a revista para promover os valores integralistas, como a exaltação da maternidade, a valorização do papel das mulheres nos espaços doméstico e público e a defesa de uma organização social hierárquica.

Após a aquisição pela AIB, a *Brasil Feminino* passou a ser uma extensão do projeto político-cultural da AIB, reforçando a imagem de um Brasil disciplinado e hierarquicamente estruturado, onde as mulheres desempenhavam papéis importantes na sustentação desse projeto nacionalista. Com a compra, observou-se uma transformação na estrutura editorial e nas seções apresentadas. Se anteriormente a revista tinha seções bem definidas e relativamente estáveis, a aquisição pela AIB trouxe uma maior flexibilidade e variação nos conteúdos. No entanto, algumas seções se mantiveram recorrentes, desempenhando um papel crucial na disseminação dos ideais integralistas.

Uma das seções mais marcantes abordava o papel das mulheres no movimento integralista, destacando suas responsabilidades cívicas e morais. Esse discurso enfatizava a preservação dos valores familiares e a contribuição das mulheres para a pátria, posicionando-as como defensoras ativas da ideologia nacionalista e âncoras morais do lar. Outra seção recorrente era dedicada a cursos, costura e atividades manuais, que reforçavam a ideia de que o espaço privado da casa era a esfera natural de atuação feminina. A revista também incluía uma seção sobre educação física e saúde, promovendo o cuidado com o corpo como uma extensão do dever moral, necessário para o cumprimento eficaz dos papéis domésticos e sociais.

A revista valorizava as realizações das mulheres da AIB, relatando atividades dos diferentes núcleos organizados localmente. A moda, presente em muitas edições, não era abordada de forma convencional, mas buscava conectar a aparência feminina aos valores do movimento, incluindo dicas de uniformes integralistas que reforçavam a disciplina e

homogeneidade. O trabalho social das mulheres integralistas, especialmente em relação à juventude, era tema frequente. A educação integralista de crianças e jovens era vista como pilar do movimento, e as mulheres eram responsáveis por assegurar uma formação alinhada aos valores integralistas.

Em resumo, após ser adquirida pela AIB, a *Brasil Feminino* transformou suas seções em veículos de propagação dos ideais integralistas, abordando temas como o papel das mulheres na sociedade, educação doméstica, saúde, moda, assistência social e formação da juventude. Esses elementos configuravam uma narrativa que reafirmava a importância das mulheres integralista na manutenção dos valores da família e da nação. A revista não apenas informava, mas também disciplinava, normatizava e mobilizava as mulheres, promovendo a construção de uma nação forte, tradicional e homogênea.

3.1.2 *Y: Revista de la Mujer Nacional Sindicalista/Y: Revista para la Mujer*

Embora a Falange Espanhola tenha sido fundada em 1933 e a SF apenas no ano seguinte, sua criação não foi apenas uma decisão da cúpula partidária. Mulheres alinhadas ao ideário falangista atuaram ativamente para estabelecer um espaço próprio dentro do movimento. A SF nasceu do desejo dessas militantes de participar da construção do projeto fascista, não como figuras passivas, mas como agentes de sua difusão. Mesmo subordinada à estrutura masculina, tornou-se essencial na mobilização política das mulheres, refletindo tanto os interesses do partido quanto a agência feminina na afirmação de seu lugar dentro do fascismo espanhol.

Durante a Guerra Civil, a revista *Y* surgiu como órgão oficial da SF. O nome remetia diretamente ao símbolo da Falange – o “Yugo”, associado a Ysabel la Católica (Isabel I de Castela), enquanto a “flecha” representava Fernando –, reforçando a fusão entre nacionalismo, tradição e ideologia fascista. A publicação veiculava diretrizes do movimento e oferecia às militantes um espaço de expressão e elaboração de um discurso alinhado à sua perspectiva. Antes mesmo da fundação da SF, já havia participação feminina em publicações fascistas, como o artigo sobre mulheres publicado em *El Fascio*, em março de 1933²⁵³, o que mostra o envolvimento ativo das mulheres desde os primeiros momentos do movimento.

Com a simples solidão de uma inicial, marcamos nossa obra; com esta “Y” que tem a forma de uma árvore fecunda. É a “Y” que, sobre as árvores de

²⁵³ MORANT I ARIÑO, Toni. A aprendizagem transnacional e o peso do âmbito nacional: as mulheres da Falange Espanhola no universo fascista do entreguerras. *Análise Social*, v. 59, n. 252, 2024. p. 8. Doi: <https://doi.org/10.31447/202250>.

Castela, atravessou os mares e uniu dois continentes com sua conjunção, sua ligação, para resolver meio planeta na unidade do Império. É a “Y” de Isabel, fundadora materna, pela qual Fernando tomou o Jugo, também símbolo de conjunção, símbolo matrimonial e disciplinar de seu governo, enquanto para Isabel ficaram as Flechas da F, viris, bem atadas em feixe, ao mesmo tempo conciliadas e ofensivas. E a “Y” que hoje colocamos sobre o volume de nossa revista, no início de nossa tarefa, como um brasão heráldico de nossa linhagem, também como uma breve definição e manifesto de nossa política. Porque a “Y” é a letra que une e agrega aquelas coisas medianas que na solidão pereceriam, que, separadas, deixariam o mundo desabitado e as almas secas.²⁵⁴

O envolvimento feminino era visto como estratégico, pois, além de incentivar o apoio moral e doméstico aos combatentes, contribuía para a disseminação ideológica no interior das famílias. A SF se consolidou como ferramenta de comunicação em massa, voltada à formação doutrinária das mulheres, alinhando suas práticas e visões ao projeto falangista. Esse processo moldava uma identidade feminina compatível com os valores do regime.

O subtítulo da revista, *Revista de la Mujer Nacional Sindicalista*, reforçava essa construção simbólica. Mais do que um veículo informativo, ela funcionava como um espaço de adaptação do discurso fascista à realidade das mulheres, incentivando-as a assumir um papel ativo na causa nacionalista. As representações femininas veiculadas delineavam papéis claros: mães e esposas devotas, mas também cidadãs militantes, engajadas na reconstrução da Espanha sob a ótica do fascismo.

Com edições de 50 a 60 páginas, a revista apresentava um cuidado gráfico notável, com páginas coloridas, ilustrações de manequins, fotografias, propagandas, sugestões de leitura e conselhos sobre família e casa. Já na primeira edição, destacou-se a figura de Pilar Primo de Rivera, irmã de José Antonio Primo de Rivera, em matéria assinada por Dionísio Ridruejo, um dos principais intelectuais da Falange, então ligado ao fascismo, mas que, posteriormente, em 1942, romperia com o regime, sendo perseguido por sua crítica ao franquismo e apoio à democracia.²⁵⁵

²⁵⁴ Tradução de: “Con la escueta soledad de una inicial signamos nuestra obra; con esta Y que tiene la forma de un árbol fecundo. Es la Y que, sobre árboles de Castilla, atravesó los mares y puso entre dos continentes su conjunción, su atadura, para resolver medio planeta en la unidad del Imperio. Es la Y de Isabel, maternidad fundadora, por la que Fernando tomó el Yugo, símbolo también de conjunción, símbolo matrimonial y disciplinario de su gobierno, mientras quedaban para Isabel las Flechas de la F, viril, bien trabadas en haz, a un tiempo conciliadas y ofensivas. La Y que ponemos hoy sobre el volumen de nuestra revista, en el inicio de nuestra tarea, a manera de blasón heráldico de nuestro linaje, a manera también de brevísima definición y manifiesto de nuestra política. Porque es la Y letra que une y agrega aquellas cosas medias que en soledad perecerían, que separadas dejarían deshabitado al mundo y secas las almas” (Y: *Revista de la Mujer Nacional Sindicalista*, n. 1, 1938).

²⁵⁵ CUETO, Pedro García. Dionísio Ridruejo, Falangista y Demócrata. *El Ciervo*, año 61, n. 736, p. 32-35, 2012.

A edição publicada em San Sebastián, ainda em 1938, marcou uma virada editorial importante para a revista. A substituição do subtítulo por *Revista para la Mujer* indicava uma ampliação de seu público-alvo, deixando de se dirigir exclusivamente às mulheres nacional-sindicalistas para alcançar, de forma mais direta, todas as mulheres espanholas. Essa mudança refletia o esforço da SF em difundir seus ideais de maneira mais abrangente, dentro do processo de reconstrução nacional sob os moldes falangistas.

A reformulação também trouxe melhorias gráficas e estruturais: páginas coloridas, sumário detalhado, seções fixas e um formato mais próximo das revistas femininas convencionais, mas sempre com conteúdo pautado pela doutrina fascista. Essa nova fase consolidou a revista como um veículo essencial de formação fascista, reafirmando o papel das mulheres como agentes morais e educativas dentro do regime.

Uma das seções mais importantes era a dedicada à nostalgia e à história, geralmente localizada nas primeiras páginas. Essa seção revisava memórias e acontecimentos históricos que recordava da glória e as tradições espanholas, reforçando o nacionalismo associado ao regime fascista. A intenção era conectar o passado ao presente, legitimando as ações do regime com referências a períodos considerados gloriosos da história da Espanha. Os retratos de figuras históricas da monarquia espanhola, com destaque especial para mulheres como Isabel I de Castela, eram uma presença constante. Essas figuras femininas eram exaltadas como exemplos a serem seguidos, estabelecendo uma continuidade histórica de grandeza e valores tradicionais que serviam de inspiração para as leitoras e as encorajavam a abraçar os ideais nacionalistas e de devoção patriótica.

Outra seção recorrente na revista era dedicada à história da SF, redigida por Pilar Primo de Rivera. Esse segmento detalhava a trajetória e as atividades da organização, promovendo a ideologia falangista e exaltando a participação das mulheres na causa. Por meio dessa seção, a revista procurava reiterar a importância das mulheres no movimento, destacando que, apesar de suas contribuições serem frequentemente consideradas secundárias ou de suporte, eram essenciais para o sucesso da causa falangista e para o fortalecimento da nação. A narrativa era cuidadosamente construída para mostrar que o papel das mulheres, embora também centrado no lar e na comunidade, era um pilar fundamental do esforço do regime.

Quase todas as edições da revista dedicavam um espaço significativo a homenagens ao fundador da Falange Espanhola, José Antonio Primo de Rivera, cuja figura era reverenciada como mártir da causa rebelde. Essas homenagens reiteravam seu sacrifício e buscavam fortalecer os laços emocionais dos membros do movimento com a liderança falangista. A figura de Primo de Rivera era representada de forma quase mítica, e o culto à personalidade que se

observava nas páginas da revista era um elemento fundamental para fortalecer a adesão ideológica das leitoras. Além de Primo de Rivera, outras figuras de destaque da Falange Espanhola eram mencionadas e celebradas, sempre com o objetivo de reforçar a fidelidade ao movimento e a unidade em torno dos líderes falangistas.

Entre 1938 e 1939, a revista *Y* passou a incluir uma seção dedicada à Guerra Civil Espanhola, com foco na atuação das mulheres. Os relatos variavam entre histórias de falangistas que atuaram diretamente nas frentes de batalha e narrativas de apoio logístico e comunitário, como serviços de Enfermagem, arrecadação de alimentos, confecção de roupas e organização de redes de solidariedade. Mais do que uma estratégia do regime para legitimar a participação feminina, essa seção expressava o esforço das próprias militantes da SF em afirmar sua presença na vida política do campo rebelde.

Cenarro Lagunas²⁵⁶ demonstra que, ao destacar sua atuação durante a guerra, as falangistas buscavam legitimar sua presença no espaço político rebelde e negociar seu papel na nova ordem franquista. Ao narrarem suas ações como parte da luta patriótica, procuravam afirmar um lugar próprio no projeto nacionalista, sustentando que a guerra não constituía apenas uma obrigação dos homens, mas uma causa coletiva da qual as mulheres também participavam de maneira ativa e politicamente relevante.

A seção de cultura e entretenimento era outro elemento presente em praticamente todas as edições. Esse espaço incluía resenhas cinematográficas que, invariavelmente, visavam uma ligação com os valores e as ideologias do regime. Os filmes recomendados eram quase sempre alinhados com a propaganda estatal e destacavam temas como nacionalismo, heroísmo e virtudes tradicionais que deveriam ser admiradas e emuladas. A crítica cultural tinha como objetivo informar e educar as leitoras, moldando seus gostos e suas preferências culturais sob uma perspectiva nacionalista e doutrinária.

É importante ressaltar que havia uma seção dedicada à moda e à beleza, que discutia temas como tendências da moda feminina, dicas de penteados e conselhos de beleza. Contudo, a estética abordada não se limitava ao universo da moda, uma vez que incorporava elementos do militarismo, enfatizando a influência das roupas militares no vestuário feminino. Essa assimilação do vestuário militar representava uma tentativa de converter a aparência física em um reflexo externo do alinhamento ideológico com a Falange, simbolizando a disciplina, a força e o comprometimento das mulheres com a causa nacionalista.

²⁵⁶ CENARRO LAGUNAS, Ángela. La Falange es un modo de ser (mujer): discursos e identidades de género en las publicaciones de la Sección Femenina (1938-1945). *Historia y Política*, n. 37, p. 91-120, 2017. Doi: <https://doi.org/10.18042/hp.37.04>.

As seções dedicadas ao cuidado doméstico, à higiene e à saúde física também eram recorrentes. Esses temas, frequentemente, eram apresentados de maneira inter-relacionada, destacando a importância de as mulheres desempenharem com excelência suas funções de guardiãs do lar. Havia uma ênfase clara em preparar as mulheres para cuidar da casa e da saúde da família, o que era visto como um reflexo de sua dedicação patriótica. A revista reforçava que a responsabilidade com o lar e com o corpo era uma extensão do compromisso com os ideais falangistas, sendo essa dedicação fundamental para o futuro da nação.

Do mesmo modo, a religião católica ocupava um papel de destaque nas páginas da revista, com artigos sobre festividades e eventos religiosos, promovendo, assim, a devoção como uma característica fundamental para as leitoras. Essa articulação entre espiritualidade e nacionalismo conferia um caráter sagrado ao movimento falangista, sugerindo que a adesão à causa era uma forma de expressar a fé religiosa. A devoção era exaltada como uma virtude necessária, vinculando o papel das mulheres à manutenção dos valores espirituais da nação.

Segundo Rosón Villena²⁵⁷, a produção visual durante o franquismo, inclusive em revistas como a *Y*, fazia parte de uma estratégia de convencimento emocional, utilizando imagens que ajudavam a definir papéis femininos específicos e a moldar comportamentos considerados adequados para as mulheres naquele contexto.

Uma seção voltada ao público infantil era muito presente, com histórias, atividades e artigos que visavam fomentar a formação de crianças e jovens dentro dos moldes falangistas. A revista enfatizava a importância da educação desde cedo como uma forma de assegurar o alinhamento ideológico das futuras gerações aos ideais nacionalistas. O papel das mulheres como mãe era sublinhado de forma contundente, cabendo a ela a responsabilidade de garantir que seus filhos fossem educados com os valores da pátria e que estivessem comprometidos com a causa nacionalista desde a infância. A revista *Y* foi essencial na consolidação de uma imagem de mulheres voltadas ao trabalho reprodutivo e ao lar, atuando como vetor da construção de um ideal.²⁵⁸

A revista incluía ainda uma seção destinada às cartas das leitoras, que não se limitava a publicar suas opiniões, mas apresentava uma análise grafológica, na qual características de personalidade eram inferidas a partir da escrita das correspondentes. Esse tipo de conteúdo

²⁵⁷ ROSÓN VILLENA, María. **Género, memoria y cultura visual en el primer franquismo: materiales cotidianos, más allá del arte**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2016.

²⁵⁸ ARROYO, Madalena Antonelli; SÁ, Ana Carolina; ALVES, Ismael Gonçalves. A Sección Femenina de la Falange Española: o lugar das mulheres no regime franquista. In: JORNADA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS, II, 2018, Criciúma, SC. **Anais [...]**. Criciúma, SC: Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2018.

demonstrava o interesse do regime em incentivar uma autorreflexão dentro dos moldes ideológicos desejados, utilizando a análise pessoal como uma ferramenta de controle e conformidade. A grafologia, ao ser aplicada publicamente, incentivava as leitoras a ajustarem seus comportamentos e crenças de acordo com os padrões esperados pela Falange, funcionando como uma forma velada de doutrinação individualizada.

Havia também uma seção dedicada ao cenário internacional, sempre apresentada sob uma perspectiva alinhada ideologicamente com a Falange. Intitulada “Exterior”, essa seção divulgava informações sobre a Alemanha sob o comando de Adolf Hitler, enfatizando os aspectos mais convenientes ao regime falangista. Além disso, a revista publicava comunicados sobre outros países, como Itália, Portugal e até nações da América Latina, com o objetivo de reforçar a ideia de unidade ideológica entre os países aliados e difundir uma visão internacional afinada com os valores fascistas.²⁵⁹

Dito isso, é notório perceber que a revista *Y* foi uma ferramenta poderosa de doutrinação e propagação ideológica ao longo de sua existência. Embora tenha circulado por apenas sete anos, a publicação reuniu mais de 4.300 páginas dedicadas à informação, à educação e à formação ideológica das mulheres espanholas, articulando seus papéis sociais sob a ótica fascista. Nesse sentido, a publicação difundia os valores da Falange e reconfigurava a identidade feminina em consonância com os interesses do regime, legitimando a participação das mulheres como peças fundamentais na consolidação do projeto nacionalista.

Ao apresentar uma visão idealizada e funcional do papel feminino, a revista contribuiu para fortalecer o vínculo entre a esfera privada e a causa pública, reafirmando que o comprometimento com a pátria começava no lar, mas se estendia para a reconstrução da nação sob os moldes do autoritarismo falangista. Mais do que um reflexo da ideologia da SF, a revista foi um veículo ativo na formação e perpetuação de uma narrativa que buscava moldar o comportamento, a mentalidade e o cotidiano das mulheres espanholas de acordo com o projeto fascista.

3.1.3 *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*

O periódico *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, criado em 1939, funcionava como órgão oficial da organização homônima, tendo como principal função a

²⁵⁹ AMARAL, Walter Valdevino do. “O que nós queremos que nossas raparigas sejam”: o boletim da Mocidade Portuguesa Feminina (1939-1947). *Caderno Espaço Feminino*, v. 32, n. 1, p. 127-148, 2019. Doi: <https://doi.org/10.14393/CEF-v32n1-2019-6>.

divulgação do projeto sociopolítico salazarista.²⁶⁰ Entre as temáticas abordadas, estavam a educação moral e religiosa, educação doméstica, atividades cívicas, o culto à figura de Salazar e o papel esperado das mulheres portuguesas. O boletim, com uma média de 15 a 17 páginas por edição, promovia uma visão estreita sobre o papel feminino, resistindo às tendências modernizadoras que circulavam pela Europa. Essa resistência refletia o conservadorismo em face das mudanças sociais globais, como o aumento dos movimentos feministas e a luta pelo sufrágio em outros países. O boletim expressava uma dualidade, sendo “informativo e dispositivo de normalização, ligado à política e à religião, incentivando o papel de dona de casa e boa cidadã, no espaço privado e público, mas sempre dentro dos limites estabelecidos pelo Estado Novo e pela Igreja”.²⁶¹

Além do boletim, a MPF contava com diversas outras publicações periódicas fundamentais para a estrutura ideológica e organizacional do grupo, como o *Boletim para Dirigentes* (para líderes da MPF), *As Lusitas* (para crianças), *De Mãos Dadas* e *Lavores e Trabalhos Manuais*, voltada especialmente ao público rural.²⁶² Essas publicações serviam como ferramentas essenciais para a difusão dos ideais do Estado Novo entre diferentes faixas etárias e segmentos sociais da MPF.²⁶³

Diversas seções estruturavam o conteúdo das edições, cada uma voltada a um objetivo específico de doutrinação e formação das jovens filiadas. A seção “Lusitas”, destinada às crianças, introduzia-as aos valores da MPF, marcando o início do processo doutrinário e de inserção nos valores da organização. O termo “lusitas” evocava uma ligação com o passado lusitano, refletindo pureza e continuidade nacional. A seção promovia identidade e pertencimento, cultivando desde cedo uma mentalidade nacionalista e tradicionalista.

A seção de “Trabalhos manuais” visava incentivar as filiadas a se tornarem boas donas de casa, reforçando o papel doméstico das mulheres no contexto patriarcal do Estado Novo. A valorização de habilidades como costura e bordado tinha o propósito de preservar as tradições femininas e preparar as mulheres para cuidar de suas famílias, conforme os valores morais do regime.

²⁶⁰ AMARAL, Walter Valdevino do. “O que nós queremos que nossas raparigas sejam”: o boletim da Mocidade Portuguesa Feminina (1939-1947). *Caderno Espaço Feminino*, v. 32, n. 1, p. 127-148, 2019. Doi: <https://doi.org/10.14393/CEF-v32n1-2019-6>.

²⁶¹ *Ibid.*, p. 133.

²⁶² BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond. A Mocidade Portuguesa Feminina e a formação culinária em Menina e Moça (1947-1962). *Cadernos Pagu*, n. 39, p. 201-226, 2016. p. 204.

²⁶³ PIMENTEL, Irene Flunser. A Mocidade Portuguesa Feminina nos dez primeiros anos de vida (1937-47). *Penélope: Estudos sobre a História das Mulheres*, n. 19-20, p. 161-187, 1998.

Outra seção significativa, intitulada “O que nós queremos que as nossas raparigas sejam”, tinha o intuito de orientar as jovens portuguesas a desenvolverem características desejáveis, como verdade, amabilidade, saúde, atividade e elegância.²⁶⁴ A seção funcionava como um manual de conduta, moldando a “mulher perfeita” segundo o modelo salazarista: dedicada ao lar, submissa ao homem, virtuosa e patriota.

A seção destinada aos centros da MPF relatava atividades como exercícios físicos moderados, aulas de economia doméstica, cursos de puericultura e formação moral e cívica. O objetivo era evidenciar o papel desses centros no desenvolvimento das jovens, sempre em conformidade com os princípios salazaristas de ordem, hierarquia e submissão ao Estado e à família.

A seção “Cartas” das filiadas permitia certa interação das jovens, refletindo suas opiniões sobre temas como caridade e eventos do grupo. Embora mediada, essa seção exemplificava o comportamento adequado e a adesão aos ideais da MPF, destacando atitudes que seguiam a moral do Estado Novo.²⁶⁵

A seção “Recordando o passado” destacava a história e as tradições portuguesas, com o objetivo de fortalecer a identidade nacional ao resgatar momentos emblemáticos da trajetória de Portugal. Por meio dessa valorização do passado, buscava instilar nas jovens um profundo orgulho nacional e um respeito pelo patrimônio cultural da nação, apresentando a história como um modelo de virtudes e como fundamento para a construção de um futuro alinhado aos valores tradicionais.

Essas seções, em conjunto, exemplificam como as publicações da MPF foram usadas como instrumentos de doutrinação e controle ideológico, visto que reforçavam a visão das mulheres como uma figuras importante, cujo papel era servir à família, ao Estado e à Igreja. O conteúdo das publicações era cuidadosamente construído para promover conformidade e inculcar nas jovens uma identidade baseada em valores patrióticos e conservadores, moldando suas atuações no espaço doméstico e limitando suas aspirações ao privado. “A educação no ‘amor a Deus, à pátria e à família’ era o primeiro lema dos estatutos da MPF: seu objetivo era formar ‘mulheres portuguesas cristãs’. Como declarou sua principal líder em 1941, a educação moral era a mais importante”.²⁶⁶ A estrutura dessas revistas funcionava como um poderoso

²⁶⁴ AMARAL, Walter Valdevino do. “O que nós queremos que nossas raparigas sejam”: o boletim da Mocidade Portuguesa Feminina (1939-1947). *Caderno Espaço Feminino*, v. 32, n. 1, p. 127-148, 2019. Doi: <https://doi.org/10.14393/CEF-v32n1-2019-6>.

²⁶⁵ *Ibid.*

²⁶⁶ COVA, Anne; PINTO, António Costa. Women under Salazar’s Dictatorship. *Portuguese Journal of Social Science*, v. 1, n. 2, p. 129-146, 2002. p. 137.

mecanismo de controle social, garantindo que as jovens internalizassem e reproduzissem os ideais do regime.

O boletim da MPF foi encerrado em 1947, após a publicação de 96 edições e mais de 1.500 páginas dedicadas à promoção da “nova mulher portuguesa”, alinhada aos valores patrióticos e morais do Estado Novo. No entanto, o fim dessa publicação não interrompeu os esforços do regime em disseminar seus ideais entre as jovens portuguesas. Pelo contrário, o Estado Novo continuou produzindo outros periódicos com o mesmo propósito, como a revista *Menina e Moça*²⁶⁷, que deu continuidade à tarefa de inculcar os princípios salazaristas nas novas gerações, reforçando os papéis tradicionais de gênero e a ideologia nacionalista.

3.2 ANÁLISE COMPARATIVA DOS DISCURSOS DAS REVISTAS SOBRE O PAPEL DAS MULHERES

Nesta subseção, a pesquisa propõe uma análise categorizada das principais vertentes essenciais para compreender o envolvimento das mulheres nos movimentos e partidos fascistas examinados. A partir da observação dos discursos, das práticas e da organização feminina nesses contextos, foram identificadas categorias analíticas que auxiliam na compreensão do papel das mulheres como participantes ativas, mobilizadoras e promotoras das ideologias fascistas em suas respectivas sociedades. Essas categorias foram definidas ao longo da investigação, orientadas pela análise das publicações periódicas e de outros documentos utilizados por esses grupos.

Nesta parte da pesquisa, buscou-se desvendar como essas categorias sugerem uma nova interpretação sobre o papel das mulheres na estruturação e promoção da ideologia fascista. A análise desses elementos é fundamental para a compreensão das especificidades das trajetórias e narrativas femininas no fascismo, tanto no Brasil, na Espanha quanto em Portugal, com ênfase nas dinâmicas culturais e sociais que permitiram o enraizamento desses movimentos entre as mulheres.

É importante ressaltar que, para fins metodológicos e estruturais, as categorias escolhidas foram divididas entre espaço privado e espaço público. No entanto, reconhece-se que essas categorias estão profundamente inter-relacionadas e que, nos regimes fascistas, as esferas pública e privada frequentemente se entrelaçam e se influenciam mutuamente. A divisão

²⁶⁷ BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond. A Mocidade Portuguesa Feminina e a formação culinária em *Menina e Moça* (1947-1962). *Cadernos Pagu*, n. 39, p. 201-226, 2016. p. 204.

apresentada nesta pesquisa visa organizar e clarificar a análise, sendo o foco desta seção o espaço privado (maternidade, religião, corpo e saúde), enquanto a próxima seção se dedicará ao espaço público (trabalho e militância). Essa abordagem busca, portanto, facilitar a compreensão das dinâmicas distintas, sem ignorar que ambas as esferas se interpenetram na prática cotidiana dos movimentos fascistas.

Ao explorar essas categorias, espera-se contribuir para uma compreensão mais profunda e contextualizada do fenômeno, considerando as peculiaridades de cada país e o modo como essas mulheres foram agentes e, simultaneamente, produtos de seus contextos políticos e culturais.

3.2.1 Maternidade

A maternidade constitui um elemento central nas discussões sobre a história das mulheres e as relações de gênero, especialmente no que diz respeito às políticas públicas e aos seus impactos na vida feminina. A interseção entre maternidade, trabalho e políticas estatais revela-se complexa e multifacetada, variando conforme os contextos históricos e geográficos. No caso específico do regime de António de Oliveira Salazar, em Portugal, observa-se uma instrumentalização da maternidade como ferramenta de controle social e reafirmação de valores tradicionais, refletindo a visão conservadora do salazarismo sobre o papel feminino.

Com base no discurso salazarista, as mulheres eram posicionadas como cuidadoras do lar e responsável primária pela criação dos filhos, vistos como o “futuro da nação”. Essa visão estava intrinsecamente ligada à crítica do regime aos “excessos do capitalismo” e à modernização dos costumes, aspectos que eram associados à República e aos efeitos da guerra. Para Salazar e seus apoiadores, a crescente participação feminina no mercado de trabalho ameaçava a estabilidade familiar e, em última instância, a integridade da própria nação.²⁶⁸

O regime disseminava ativamente sua ideologia conservadora por meio de diversos canais, sendo os discursos de Salazar um veículo de propaganda central. Mais do que chefe de Estado, Salazar era visto como a personificação do próprio Estado, o que conferia grande peso e autoridade a suas declarações públicas. Seus pronunciamentos exaltavam a maternidade como a mais nobre vocação feminina, reforçando estereótipos de gênero e promovendo uma visão essencialista do papel social das mulheres. Paralelamente, o salazarismo implementava

²⁶⁸ MÓNICA, Maria Filomena. A evolução dos costumes em Portugal – 1960-1995. In: BARRETO, António (org.). **A situação social em Portugal, 1960-1995**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996. p. 215-231.

políticas públicas que incentivavam o retorno das mulheres ao ambiente doméstico, sustentando a ideia de que o cuidado com os filhos e o lar constituía sua “vocação natural”.²⁶⁹

Em um de seus discursos, Salazar deixou clara sua visão sobre a maternidade, o papel das mulheres e, conseqüentemente, a perspectiva do Estado sobre essas temáticas:

Dentro do lar, a mulher não é uma escrava. Deve ser acarinhada, amada e respeitada, porque a sua função de mãe, de educadora dos seus filhos, não é inferior   do homem. Nos países ou lugares onde a mulher casada concorre com o trabalho do homem – nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios, nas profissões liberais –, a instituição da família, pela qual nos batemos como pedra fundamental duma sociedade bem organizada, ameaça ruína... Deixemos, portanto, o homem a lutar com a vida no exterior, na rua... E a mulher a defendê-la, a traz -la nos seus braços, no interior da casa... Não sei, afinal, qual dos dois terá o papel mais belo, mais alto e útil.²⁷⁰

A edição 10 do periódico *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, de fevereiro de 1940, destaca um artigo de duas páginas que descreve, com riqueza de detalhes, as celebrações organizadas pela MPF em Lisboa e no Porto, cujo objetivo era homenagear as mães, promovendo valores familiares e ressaltando a importância do papel materno na sociedade. Esses eventos foram concebidos para exaltar não apenas a figura da mãe, mas também seu papel essencial na educação moral e cívica das futuras gerações, contribuindo diretamente para o fortalecimento dos alicerces da nação portuguesa.

Em Lisboa, as celebrações incluíram uma série de atividades cuidadosamente planejadas, como exposições de artesanato e a apresentação de presentes confeccionados pelas próprias jovens participantes da Mocidade, além de cerimônias solenes que contaram com a presença de autoridades públicas e dirigentes da organização. O evento, com seu caráter cerimonial, serviu para fortalecer a relação entre as jovens e as lideranças institucionais, reforçando o comprometimento com os valores defendidos pelo regime. Essa atividade esteve conectada a outra organização do Estado Novo, a OMEN.

Criada em 1936 como parte do Estado Novo salazarista, a OMEN tinha como objetivo moldar o papel das mães como principais educadoras dos futuros cidadãos portugueses. A organização promovia valores de moralidade, nacionalismo e religiosidade, alinhando a

²⁶⁹ COVA, Anne; PINTO, Ant nio Costa. O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. **Penélope: Revista de História e Ciências Sociais**, n. 17, p. 71-94, 1997. p. 72.

²⁷⁰ FERRO, Ant nio. **Salazar: o homem e a sua obra**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933. p. 133.

educação familiar aos princípios nacionalistas e conservadores de Salazar, funcionando como uma importante ferramenta de controle social e difusão ideológica do regime.²⁷¹

A articulação entre a OMEN e a MPF evidencia claramente a atuação do Estado Novo português nas diversas esferas da vida privada das mulheres. A OMEN concentrava seus esforços na educação das crianças, exercida, principalmente, pela figura materna, reforçando o papel das mulheres como pilares da formação moral e cívica das novas gerações. Por sua vez, a MPF dedicava-se à formação das jovens portuguesas, moldando-as segundo os valores e princípios ditados pelo regime. Essa divisão de funções entre as duas instituições complementava a estratégia educativa do Estado Novo, buscando garantir uma influência que acompanhava as mulheres desde a infância até a juventude, consolidando o controle ideológico sobre o comportamento feminino ao longo de suas várias fases de vida.

Assim, a complementaridade entre a OMEN e a MPF demonstra como o regime autoritário buscava moldar o comportamento feminino em diferentes etapas da vida, interferindo na esfera privada e impactando diretamente a estrutura social do país.

No Porto, as celebrações da Semana da Mãe envolveram atividades culturais, desfiles e prêmios simbólicos, com o objetivo de estreitar o vínculo entre as jovens, suas famílias e os valores nacionais que deveriam guiar a sociedade portuguesa. Essas comemorações exaltavam o papel da mãe na formação moral e cívica das novas gerações, reiterando a função primordial da MPF na educação das jovens com base nos valores tradicionais do Estado Novo. A Semana da Mãe era descrita como uma manifestação dos ideais de devoção à família e à pátria, reforçando o conceito de que a família constitui a base estrutural da ordem social e da identidade nacional.

²⁷¹ PIMENTEL, Irene Flunser. **Contributos para a história das mulheres no Estado Novo:** as organizações femininas do Estado Novo. A “Obra das Mães pela Educação Nacional” e a “Mocidade Portuguesa Feminina” (1936-1966). 1996. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea – Século XX) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996.

Figura 2 – *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, n. 10, fev. 1940



Fonte: HML.

A edição 11, publicada em 1940, apresenta um artigo que discute o sofrimento das mães finlandesas, compelidas a separar-se de seus filhos em decorrência dos horrores provocados pela guerra. Intitulado “O dia da criança finlandesa”, descreve as adversas circunstâncias enfrentadas pelas crianças durante o período de conflito, enfatizando o sacrifício das mães que, diante da iminente ameaça à integridade de sua nação, optaram por enviar seus filhos para locais mais seguros em países vizinhos, como Suécia e Noruega.

A participação da organização paramilitar feminina Lotta Svärd, ativa entre 1918 e 1944, é destacada nesse artigo. As mulheres que integravam essa organização atuavam como voluntárias no suporte ao exército finlandês, assumindo funções como o cuidado dos feridos, a preparação de alimentos e a confecção de uniformes. O nome “Lotta Svärd” origina-se de um poema finlandês e simbolizava as mulheres dedicadas à defesa da nação. Embora as lottas não participassem diretamente dos combates, seu trabalho foi essencial para o esforço de guerra, contribuindo com tarefas fundamentais, como o cuidado dos soldados e a organização de suprimentos.²⁷²

²⁷² VÄYRYNEN, Tarja. War agency in women's auxiliary military organizations: the case of Lotta Svärd in Finland. *International Feminist Journal of Politics*, v. 25, n. 3, p. 1-20, 2022.

O artigo estabelece um paralelo entre as ações da Lotta Svärd e da MPF, que, em um gesto de cooperação anticomunista internacional, promoveu uma campanha de arrecadação destinada a apoiar as crianças finlandesas. Essa iniciativa demonstra como os laços de colaboração entre nações poderiam ser fortalecidos por meio de ações concretas de apoio das organizações femininas, evidenciando o envolvimento das jovens portuguesas na promoção de valores de assistência social em sentido anticomunista.

Na edição 12, de 1940, encontra-se um artigo de duas páginas intitulado “Curso de Graduadas – impressões da 1ª aula no Abrigo dos Pequeninos”, que aborda o Curso de Graduadas realizado no Abrigo dos Pequeninos, instituição de assistência infantil. O texto relata a visita de jovens pertencentes à MPF ao abrigo, destacando sua introdução às rotinas de cuidado e educação das crianças acolhidas pela instituição. Durante a atividade, as participantes tiveram a oportunidade de aprender sobre a importância de valores como disciplina, dedicação e empatia, elementos centrais para a formação das futuras mães e cuidadoras.

O ambiente do abrigo é descrito como acolhedor e organizado, promovendo atividades educativas e recreativas para as crianças, como brincadeiras e cuidados básicos. A experiência proporcionada pelo abrigo objetivava sensibilizar as jovens para o trabalho social e para o papel das mulheres enquanto cuidadoras e educadoras, refletindo os ideais de responsabilidade social e serviço ao próximo que a organização buscava inculcar. A aula prática no abrigo destaca a ênfase da MPF na formação moral e na preparação das jovens para futuros papéis de liderança, tanto na esfera familiar quanto na sociedade em geral.

Cabe ressaltar que o incentivo ao papel materno por parte da MPF não se limitava à maternidade biológica. Mesmo para aquelas que ainda não eram mães, o regime visava prepará-las para exercer a função que era socialmente esperada: o cuidado. Esse cuidado, em especial o direcionado às crianças, era considerado um elemento fundamental para a contribuição dessas jovens à formação da nação, reforçando, assim, o papel das mulheres na construção dos ideais nacionais.

Figura 3 – *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, n. 12, abr. 1940



Fonte: HML.

A imagem da mãe dedicada transcendia o conceito restrito de “como ser mãe” e se expressava, igualmente, no reconhecimento das atitudes maternas que perpetuavam valores fundamentais para a sociedade. O ideal de mulher-mãe, frequentemente promovido em discursos oficiais e populares, era representado como o símbolo de amor incondicional, sacrifício pessoal e força inabalável. Cabe destacar que se percebia esse sacrifício como essencial para a manutenção da unidade familiar, estando diretamente associado ao ideal de uma família harmoniosa, na qual as mulheres ocupavam um papel central.

Em regimes como o de Salazar, a tríade “Deus, Pátria e Família” tinha um papel fundamental nos discursos que definiam o papel das mulheres enquanto mães, cidadãs e esposas. A função das mulheres-mães era estruturada para conectar esses três elementos: sua relação com Deus, mediada pela Igreja Católica e pelo casamento; sua responsabilidade para com a pátria, expressa no cuidado ao marido e aos filhos, o futuro da nação; e seu papel na

família, vista como um dos principais pilares da nação, fundamental para a estabilidade e continuidade da ordem social estabelecida.²⁷³

Na edição de 21 de janeiro de 1941, um artigo retratava a figura materna como um exemplo de resiliência e altruísmo. A mãe era descrita como aquela que suportava as adversidades com coragem, que aquecia e alegrava o lar com sua presença constante e que provia segurança e conforto aos filhos. A figura materna era comparada ao “sol da família”, simbolizando um centro vital de luz, proteção e calor. A mãe era também associada a elementos da natureza, como o sol e as estrelas, símbolos de luz e vida, sugerindo que seu papel ultrapassava o cuidado, abrangendo também funções de orientação e inspiração para todos ao seu redor.

A autora do texto, Celeste de Sousa Martins, filiada da MPF, sublinhava a importância da mãe na educação moral dos filhos, destacando-a como a fonte de virtude e o modelo exemplar a ser seguido. A mãe era vista como essencial para a construção de uma sociedade forte, moralmente sólida e alinhada aos valores defendidos pelo regime. Seu amor e sua dedicação eram apresentados como elementos fundamentais na formação do caráter das futuras gerações, preparando os filhos para se tornarem cidadãos exemplares e comprometidos com a manutenção dos ideais sociais e nacionais. Desse modo, a figura materna, além de educar e cuidar, era concebida como agente decisiva na formação dos futuros cidadãos e na perpetuação dos valores da nação.

O ideal da mãe dedicada, portanto, não se limitava ao âmbito privado, mas estava profundamente conectado aos objetivos mais amplos de construção e fortalecimento da nação. O papel das mulheres era concebido como fundamental na promoção de uma moralidade pública alinhada aos interesses do regime, e a família, por sua vez, era apresentada como o microcosmo no qual esses valores eram inculcados. “Ao cuidar do lar, a mulher estaria cuidando também da pátria. A casa era como a representação de uma “pátria em miniatura”, que estaria sendo moldada e educada também pelas mulheres”.²⁷⁴

A mãe não era apenas aquela que cuidava e educava; era também quem disseminava valores nacionais e a figura central na transmissão de tradições e princípios que garantiam a continuidade do projeto ideológico do regime. Sua presença simbolizava estabilidade,

²⁷³ MACHADO, Vitória de Almeida. **Para além de bordadeiras:** a representação feminina nos periódicos *Jornal das Moças e Modas e Bordados* durante os Estados Novos (1937–1945). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

²⁷⁴ *Ibid.*

continuidade e a esperança de um futuro sustentado por valores inabaláveis, fazendo da mãe um verdadeiro alicerce do lar e da sociedade.²⁷⁵

Por sua vez, na Espanha, a revista *Y* explorava a temática da maternidade de forma semelhante a outros contextos internacionais, utilizando países como referências para reforçar suas argumentações. O artigo “Futuras madres”²⁷⁶, redigido por um médico, discutia o papel central das mulheres enquanto futuras mães no contexto do Estado, destacando sua relevância para a sustentação e o progresso da sociedade. O autor recorria a citações de Adolf Hitler para reiterar que a mulher-mãe deveria ser considerada a cidadã mais importante, devido à sua contribuição para a criação de filhos saudáveis e numerosos, fundamentais para o fortalecimento da nação, a perpetuação dos valores estatais e a constituição de futuros soldados.²⁷⁷

O médico exaltava as políticas de valorização da maternidade adotadas em países como a Alemanha nazista, a Itália fascista e o Japão imperial, apontando que a Espanha aspirava seguir esse modelo por meio do Auxílio Social e da Falange. A ênfase recaía sobre a construção de uma “nova Espanha” formada por crianças saudáveis e vigorosas, consideradas essenciais para garantir o futuro do país.

Ademais, o artigo apresentava orientações sobre o cuidado com a saúde e a higiene das futuras mães, enfatizando a necessidade de preservar o bem-estar físico e mental das mulheres desde a infância, em um processo contínuo de preparação para a maternidade. A saúde e higiene configuravam temas recorrentes nas publicações da época, com especial atenção à juventude feminina. A educação física e o cuidado com o corpo constituíam eixos centrais nos regimes fascistas e autoritários, amplamente analisados pela historiografia, na medida em que articulavam disciplina corporal, moralização e utilidade social.

No entanto, esse “bem-estar” não deve ser compreendido como um valor orientado à realização individual das mulheres, mas como um princípio funcionalista subordinado aos interesses do Estado. No caso feminino, a ênfase na saúde e na higiene estava diretamente vinculada à capacidade reprodutiva, isto é, à formação de mães aptas a gerar e educar filhos

²⁷⁵ COVA, Anne; PINTO, António Costa. O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. **Penélope: Revista de História e Ciências Sociais**, n. 17, p. 71-94, 1997.

²⁷⁶ *Y*: Revista de la Mujer Nacional Sindicalista, n. 1, 1938.

²⁷⁷ Aqui, pode-se identificar uma aproximação do regime falangista com o nazismo (aspecto que será desenvolvido mais adiante nesta pesquisa), o que o distingue tanto do regime salazarista quanto do movimento integralista brasileiro. A revista *Y* mobilizou, em diversas ocasiões, referências a Adolf Hitler, bem como à juventude e às organizações femininas nazistas, apresentando-as como modelos a serem observados. Em contraste, os periódicos *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal e Brasil Feminino* não reproduzem esse mesmo padrão de referência: nas edições analisadas, não há menções diretas a Hitler nem à experiência nazista como paradigma explícito.

saudáveis, fortes e disciplinados. Assim, o corpo feminino era concebido como um instrumento político, cujo cuidado visava, em última instância, à produção de cidadãos adequados aos projetos nacionais.

Para o autor do artigo, o desenvolvimento físico e mental das jovens era crucial, pois uma mãe saudável garantiria filhos robustos e aptos a contribuir positivamente com o Estado. Esse ideal também se fazia presente em Portugal: o papel das mulheres como mães era considerado fundamental para a construção e sustentação da nação, visto que eram elas que alicerçavam a base de uma nova ordem social que os regimes totalitários desejavam estabelecer.

No contexto do regime de Franco, após a Guerra Civil Espanhola, a maternidade passou a ser exaltada como função essencial da mulher, não apenas como resposta às perdas demográficas do conflito, mas, sobretudo, como parte de um projeto de formação das futuras gerações. A função materna foi promovida como um dever patriótico, preparando filhos física, moral e espiritualmente para servir à “Nova Espanha” e, potencialmente, às futuras guerras. A maternidade era vista menos como reparação e mais como investimento no fortalecimento do regime; passou a ser apresentada como um dever patriótico e essencial para a regeneração nacional.²⁷⁸

A propaganda estatal, os incentivos sociais e as práticas educativas foram mobilizadas para vincular o ato de procriar ao compromisso patriótico e à reconstrução do país. As políticas de natalidade estavam atreladas a práticas de assistência social e benefícios às mães, reforçando a ideia de que o Estado forneceria suporte àquelas que contribuíssem com o projeto nacional de regeneração. Assim, a maternidade tornava-se uma questão de interesse público e de responsabilidade nacional, sendo instrumentalizada para atender aos objetivos do regime de reconstruir e fortalecer a nação.

Com esse planteamento inicial, deu-se especial ênfase à função procriadora da mulher. A própria SF concentrou sua atuação nas tarefas assistenciais, sobretudo no combate à mortalidade infantil, diante da incapacidade do Estado de oferecer serviços de saúde dignos e adequados. Contudo, não se exaltava apenas a condição fisiológica, pois sua missão ia além, uma vez que se

²⁷⁸ MORANT I ARIÑO, Antonio. **Mujeres para una “Nueva Europa”**: las relaciones y visitas entre la Sección Femenina de Falange y las organizaciones femeninas nazis, 1936-1945. 2013. Thesis (Doctorado en Historia Contemporánea) – Universitat de València, València, 2013. p. 271.

considerava constituir o fundamento primário para sustentar o arcabouço socioideológico do regime.²⁷⁹

Figura 4 – Y: *Revista de la Mujer Nacional Sindicalista*, n. 1, 1938, p. 17

futuras madres

En el Estado, la mujer madre ha de ser la ciudadana más importante. Estas fueron las palabras que publicó Hitler en su programa fundamental, y como conocemos toda la razón que le asistía y sabemos la importancia que para nuestro país tiene en los momentos actuales el conseguir una gran cantidad de hijos sanos, procedentes de madres fuertes, queremos no sólo con palabras sino con hechos, cooperar a la consecución de este fin.

Es muy digno de tenerse en cuenta que han sido en el Mundo, precisamente Alemania, Italia y el Japón, es decir los países más espiritualmente unidos a España, los que han hecho una labor científica, política y social en favor de la madre y del hijo. En la España que amanece tras la ingente labor de Falange a través de su Auxilio Social, ya se esboza esta otra por la madre y el hijo, por una España mejor, a la que nosotros queremos ayudar con una serie de consejos a las futuras madres. Se trata de conseguir una abundancia de hijos, pero entiéndase bien que la cosecha además de numerosa ha de ser sana, y para que el fruto no esté contaminado hay que empezar por el árbol. Cathleen Olga Vaughan, al tratar recientemente en Londres, estima que las dificultades por que pasan las madres son en su mayor parte, la consecuencia de la falta de higiene naturalista, impuesta por la vida sedentaria en los países civilizados. Por lo tanto a la futura madre hay que formarla desde la primera infancia, empezando por la buena dirección de la lactancia materna, haciendo más tarde una vida al aire libre y con una constante labor contra la carencia solar.

Creemos nosotros que además de una preocupación por una higiene escolar verdadera, priva ocuparse atentamente de la adolescente y darle a la pubertad toda la atención que merece en ese momento en que la niña se transforma en mujer. Es este último un momento interesantísimo en la vida de la mujer y hay que atacar este problema de frente, tanto en su aspecto biológico como en el psíquico, evitando las fióferias que a nada conducen, pues la realidad es más fuerte que todos los disimulos y ésta llega de un modo innegable; no se puede olvidar que de una pubertad médicamente bien dirigida depende muchas veces todo el porvenir de una mujer: es la edad en que se pone en juego toda la complicada red hormonal y un buen funcionar hará de ella la persona inteligente, hacendosa, femenina que culminará en una madre fuerte que dará la alegría de muchos hijos sanos, en los que se tenga la garantía de que no enfermarán, de que no morirán y de que, a su vez, serán los hijos sanos y fuertes que el Imperio necesita.

Para estos fines nos ocuparemos de todos los problemas de trabajo en relación con la futura madre y, daremos a conocer aquellas enfermedades evitables que pueden tener una repercusión dañosa para el fruto, impidiendo el que éste nazca antes del tiempo de su completa madurez y sin taras, ni lacras hereditarias que dan lugar a un sujeto enfermizo, triste y con pocas condiciones de vida, siendo nuestro ideal llegar a obtener un niño alegre y sano que sea la felicidad del hogar y la promesa de que después será un sujeto fuerte, inteligente, optimista, trabajador, fisiológicamente perfecto, con un sentido religioso y militar de la vida, es decir, un ser que biológica y moralmente sea orgullo de España.

DOCTOR LUQUE.

— 17 —

Biblioteca Nacional de España

Fonte: BNE.

Nos contextos estudados, especialmente na Espanha, a distinção entre o público e o privado era extremamente sutil, quase inexistente. Essa linha que separava os espaços da vida

²⁷⁹ Tradução de: “Con este planteamiento inicial se dio un especial énfasis a la función procreadora de la mujer. La propia SF centró su dedicación a las tareas asistenciales, sobre todo a la lucha contra la mortalidad infantil, dada la incapacidad del Estado para ofrecer unos servicios sanitarios dignos y adecuados. Pero no sólo se alababa la condición fisiológica, sino que su misión iba más allá, ya que se estimaba era el fundamento primario para sustentar el entramado socio-ideológico del régimen” (MANRIQUE ARRIBAS, Juan Carlos. Incidencia del ideal de mujer durante el franquismo en el ámbito de la familia y la actividad física. *Feminismos*, n. 23, 2014. p. 55).

íntima e da vida social era constantemente atravessada pelos regimes e partidos fascistas, particularmente quando o assunto em pauta envolvia a maternidade e a organização familiar. A dinâmica entre o lar e a esfera pública era manipulada para que as atividades femininas se tornassem uma extensão direta das necessidades do Estado. A maternidade era vista como um fenômeno privado e como um componente essencial para o projeto nacional.

Morant i Ariño²⁸⁰ destaca como o regime franquista desenvolveu uma política pró-natalista inspirada em modelos previamente estabelecidos na França e na Itália, os quais serviram como referência para a gestão das questões de gênero e reprodução. O conceito de “família numerosa” e a promoção de uma população crescente tornaram-se centrais para a visão franquista de uma nação forte e estável. A relação da família com o Estado se misturava e se entrelaçava de forma intensa e complexa, gerando uma política que regulava também os valores sociais, os comportamentos individuais e as expectativas em relação aos papéis femininos.

A ditadura iniciou uma política pró-natalista inspirada – para não dizer copiada de – nos modelos legislativos francês e italiano, a qual, como também em ambos os casos, estava legitimada pela *Casti Conubii*, de Pio XI. Contudo, apesar da retórica de respeito estatal à esfera privada e à família, a política do Novo Estado, nesse âmbito, mostrou-se claramente intervencionista na vida privada e nas relações pessoais, tornando mais difusos do que nunca, na história espanhola, os limites entre o público e o privado.²⁸¹

As mulheres tinham suas funções rigidamente definidas com base em justificativas que, em muitos casos, se baseavam em interpretações enviesadas de fundamentos biológicos. Os discursos propagados pelos regimes fascizados em análise, incluindo o franquismo, utilizavam a biologia como um instrumento ideológico para reforçar a ideia de que as mulheres eram naturalmente destinadas à maternidade, à criação dos filhos e à manutenção do lar. Essa perspectiva implicava que o valor das mulheres na sociedade derivava em grande parte de sua capacidade reprodutiva e de seu papel como mães. As mulheres que cumpriam com esse papel tinham, na visão do regime, um *status* distinto e um valor reconhecido no corpo social, sendo retratadas como fundamentais para o futuro da nação.

²⁸⁰ MORANT I ARIÑO, Antonio. **Mujeres para una “Nueva Europa”**: las relaciones y visitas entre la Sección Femenina de Falange y las organizaciones femeninas nazis, 1936-1945. 2013. Tesis (Doctorado en Historia Contemporánea) – Universitat de València, València, 2013.

²⁸¹ Tradução de: “A dictadura inició una política pronatalista inspirada en – por no decir copiada de – los modelos legislativos francés e italiano, y que, como también en ambos casos, estaba legitimada por la *Casti Conubii* de Pío XI. Pero, pese a la retórica de respeto estatal a la esfera privada y a la familia, la política del Nuevo Estado al respecto se mostró claramente intervencionista en lo privado y las relaciones personales, y convirtió en más difusos que nunca en la historia española los límites entre público y privado” (*Ibid.*, p. 272).

É importante sublinhar que a proibição do aborto durante a ditadura franquista não se dava apenas por motivações ligadas à moral cristã e aos valores tradicionais sobre a sacralidade da vida, que eram componentes importantes da retórica oficial. Havia também um fator prático e estratégico: a necessidade de assegurar uma alta taxa de natalidade que garantisse a manutenção e o crescimento demográfico do país. A questão reprodutiva estava diretamente conectada ao projeto político do regime, que almejava a criação de uma população robusta e homogênea, essencial para sustentar tanto a ideologia nacionalista quanto as ambições do Estado franquista, além de futuros soldados e futuras mães.

Do mesmo modo, do outro lado do Atlântico, os integralistas desenvolveram discursos voltados às mulheres. É particularmente interessante perceber que os discursos fascistas e fasticizados, especialmente no Brasil, se estruturaram e se consolidaram por meio dos afetos e das emoções, buscando garantir a participação das mulheres no movimento. A utilização consciente das emoções como ferramenta de mobilização política evidenciou como o fascismo se apropriou dos sentimentos para assegurar a adesão de seus militantes.

O estudo de Begoña Barrera²⁸² sobre a SF da Falange Espanhola é fundamental para entender como regimes como o franquismo operaram a partir de uma pedagogia emocional. A autora mostra que o regime franquista mobilizou valores como sacrifício, modéstia, alegria e altruísmo como pilares da identidade feminina, criando um modelo de feminilidade disciplinado e afetivamente regulado. Essa gestão emocional, além de moldar comportamentos, funcionava como instrumento de controle e adesão política, demonstrando que o fascismo soube instrumentalizar os afetos para estruturar sua base ideológica e garantir a fidelidade das mulheres ao regime.²⁸³ No caso das mulheres, essa instrumentalização se deu por meio da exaltação do papel materno e do cuidado como um dever patriótico e moral.

²⁸² BARRERA, Begoña. La Sección Femenina en perspectiva. Historias y otros relatos sobre las mujeres de Falange. **Historia Contemporánea**, n. 62, p. 265-295, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1387/hc.20029>.

²⁸³ Embora não seja uma fonte acadêmica, a matéria publicada pela *BBC News Mundo* oferece evidências relevantes sobre a forma como o regime franquista controlava os afetos e as relações íntimas de seus cidadãos, especialmente das mulheres. O texto relata a existência de centenas de cartas de amor escritas por mulheres espanholas a soldados marroquinos, combatentes a serviço do exército franquista, que jamais chegaram aos seus destinatários. Essas correspondências foram interceptadas e censuradas pelas autoridades franquistas, que viam essas relações como moralmente perigosas e politicamente inconvenientes. O conteúdo das cartas, repletas de desejo, carinho e esperança, foi considerado uma ameaça à ordem estabelecida e ao ideal feminino promovido pelo regime. Esse controle das emoções e da intimidade evidencia como o franquismo também atuava no plano emocional para manter seu projeto ideológico (ASSERAF, Arthur. Las cartas de amor prohibidas entre mujeres españolas y hombres marroquíes que nunca fueron entregadas por el régimen de Franco. **BBC News Mundo**, 6 fev. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/articles/cg3djmpznwno>. Acesso em: 31 mar. 2026).

Nos discursos da AIB, as mulheres eram retratadas como a principal educadora e formadora do caráter da nação. Essa função, considerada essencial, tinha como base o papel de mãe, esposa e dona de casa. A maternidade não era vista como uma questão meramente privada; para os integralistas, tratava-se de uma questão de interesse público, crucial para a preservação e a renovação dos valores nacionais. Assim, às mulheres cabia a responsabilidade pela formação moral, intelectual e física dos filhos. Por meio da maternidade, as mulheres contribuíam para a formação de uma “raça forte”, preparando as crianças para se tornarem futuros cidadãos integralistas, ou “plinianos”, comprometidos com os ideais do movimento.²⁸⁴

O papel materno era descrito como uma “missão espiritual”, em que as mulheres deveriam se sacrificar para garantir a educação das crianças de acordo com os valores integralistas. Sob o lema “Deus, Pátria e Família”, os integralistas acreditavam que o lar era o local onde se forjaria o caráter do futuro da nação: as crianças. As mulheres, portanto, tinham um papel fundamental nessa formação, visto que eram as principais responsáveis pela educação e pelo desenvolvimento moral dos futuros cidadãos.

O papel materno desempenhado pelas mulheres integralistas estava profundamente vinculado ao de educadora. Essa educação ocorria tanto em âmbitos formais quanto informais, uma vez que as blusas-verdes eram incentivadas a atuar como professoras. Assim, a responsabilidade pela educação das crianças e dos jovens integralistas recaía sobre as mulheres, que tinham o dever de orientá-los tanto no ambiente privado da família quanto no espaço público da escola.

Para a AIB, era essencial que a educação formal estivesse alinhada aos ensinamentos transmitidos no ambiente familiar. A propagação dos ideais integralistas no âmbito doméstico era considerada de extrema importância. Esse papel era tão central que, no organograma do partido, havia uma Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Plinianos (SNAFP). Vale destacar que a secretaria das mulheres também era responsável pela agenda ligada à infância, visto que os plinianos representavam as crianças e os jovens em processo de formação integralista.

O papel das mulheres integralistas também foi investigado por Renata Duarte Simões²⁸⁵, cuja pesquisa se concentrou na análise do jornal *A Offensiva*, enquanto o presente estudo privilegia as revistas femininas como fonte de investigação. Esse jornal, de tiragem diária,

²⁸⁴ SIMÕES, Renata Duarte. O jornal *A Offensiva* e a mulher integralista. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, XVI, 2014, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2014.

²⁸⁵ *Ibid.*

dedicava uma página aos domingos às mulheres, com dicas, conselhos e artigos que eram apresentados como de “interesse feminino”. A análise dessas matérias e dos discursos divulgados confirma o ideal de mulher-mãe que a AIB buscava promover, reforçando o papel das mulheres como guardiãs da moral e dos valores cristãos e nacionalistas que o movimento defendia.

Somente da mãe brasileira depende o engrandecimento da Pátria promissora e bela. É nas mãos de seus filhos que a Pátria se apoiará e ela só será firme, só será grande, só será poderosa se tiver filhos honrados, filhos dignos, filhos trabalhadores.²⁸⁶

É importante destacar que muitas mulheres envolvidas nos movimentos fascistas não se tornaram mães ou esposas, questão que será aprofundada na próxima seção. Contudo, em organizações como a AIB, a SF e a MPF, o conceito de maternar transcendia a experiência biológica de gerar filhos. Mesmo aquelas que não eram mães biológicas eram incumbidas do dever de cuidar e educar as crianças, consideradas a base do futuro da nação idealizada por esses movimentos.

A maternidade, nesses contextos, era concebida de forma simbólica, inserida em um projeto político que buscava disciplinar a sociedade e reforçar valores tradicionais. O papel feminino transcendia a reprodução biológica, abarcando a preservação dos costumes e a transmissão de uma moralidade alinhada aos ideais fascistas. Mulheres eram representadas como agentes morais e educadoras, encarregadas de garantir que as novas gerações assimilassem os valores ideológicos, tanto no espaço privado quanto no público.

As organizações femininas dos regimes fascistas enfatizavam a dimensão educacional como uma extensão das responsabilidades das mulheres. O ideal feminino propagado incluía o papel de ensinar, orientar e moldar futuros cidadãos comprometidos com a causa nacionalista. A SF, na Espanha, a MPF, em Portugal, e a AIB, no Brasil, incentivavam as mulheres a assumirem a liderança na educação moral e cívica das crianças, reforçando que sua influência ultrapassava as tarefas domésticas e alcançava a formação ideológica das futuras gerações. Desse modo, as mulheres atuavam como mediadoras entre a ideologia do movimento e sua aplicação no cotidiano.

²⁸⁶ SANTOS, 1937 *apud* SIMÕES, Renata Duarte. O jornal *A Offensiva* e a mulher integralista. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, XVI, 2014, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2014. p. 15.

Em suma, o papel feminino nos movimentos fascistas ultrapassava os limites da função biológica e assumia uma dimensão política, social e ideológica. As mulheres eram guardiãs da moral e agentes fundamentais na perpetuação dos ideais fascistas também na família, moldando o caráter das futuras gerações e assegurando a continuidade dos projetos.

A instrumentalização da maternidade por esses regimes evidencia uma estratégia ampla de controle social, na qual a figura da mulher-mãe era central para a consolidação de uma nova ordem hierárquica, disciplinada e subordinada ao Estado. Nos contextos de Portugal, Espanha e Brasil, a maternidade foi transformada em ferramenta política, vinculando as mulheres a uma responsabilidade que transcendeu o lar, alinhando-as diretamente à reprodução dos valores nacionalistas. Essa abordagem revela como a maternidade foi utilizada como eixo estratégico de controle estatal, fortalecendo a ordem social autoritária e garantindo a perpetuação dos valores desses regimes.

3.2.2 Religião

A Igreja Católica teve um grande papel no desenvolvimento histórico de Portugal. Com uma população predominantemente católica, Salazar fez da relação com a Igreja um dos principais pilares do seu regime. Por um lado, ele atuava em defesa dos interesses e valores da Igreja Católica, enquanto, por outro, essa aliança era crucial para a legitimação e a manutenção de seu poder político.

Para construir e sustentar o regime salazarista, António Costa Pinto²⁸⁷ destaca que a conexão entre Salazar e a Igreja foi fundamental. O historiador português enfatiza que “é nas origens ideológicas da direita radical e do tradicionalismo antiliberal, na importância do catolicismo antiliberal como cimento cultural, que encontram as origens ideológicas e políticas do regime de Salazar”.²⁸⁸ No entanto, é importante não interpretar essa relação como a formação de um “Estado confessional”. Salazar não incorporou a Igreja ao centro da estrutura política, mas ampliou sua atuação, sobretudo, no campo social, com uma atenção especial à

²⁸⁷ PINTO, António Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (org.). **O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

²⁸⁸ *Ibid.*, p. 25.

população rural. De qualquer forma, a influência do catolicismo foi decisiva na construção do papel social da mulher portuguesa.²⁸⁹

Diante disso, torna-se evidente a relevância da Igreja no desenvolvimento histórico dessa época. Embora sua influência na economia e na política não fosse direta, o impacto no controle e na normatização do comportamento feminino foi intenso. A Igreja funcionou como um instrumento central na definição dos padrões de conduta considerados aceitáveis para as mulheres, de acordo com os preceitos sociais e morais vigentes.

Essa relação entre a Igreja e o regime de Salazar tornou-se evidente na análise dos boletins da MPF utilizados nesta pesquisa. Na primeira edição de *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, publicada em maio de 1939, se observa, na capa, uma homenagem à Nossa Senhora de Fátima. Destaca-se a missão atribuída às filiadas de seguir sob a proteção de Maria e de se tornarem “pedreiras de Portugal”, contribuindo para a construção moral e espiritual da nação. A narrativa enfatiza a importância da fé e da orientação religiosa para as jovens, colocando-as como exemplo de pureza e patriotismo, além de ressaltar o papel de Fátima como símbolo de proteção divina para Portugal e para o mundo.

Na edição 8, especial de Natal, há um artigo que enfatiza a ceia natalina como uma tradição cristã que transcende o mero ato de reunir-se à mesa, assumindo um caráter sagrado e comunitário. A ceia, situada após a missa da meia-noite, é descrita como uma prática que alinha a espiritualidade com o ambiente familiar, em oposição às celebrações “mundanas” e supérfluas que se concentram no prazer fugaz e no consumo excessivo. Esse contraponto revela uma crítica à modernidade e à influência estrangeira, que banalizaria o sentido profundo do Natal.

Ao reforçar a ideia de uma “grande alegria” na reunião familiar, o texto constrói o Natal como um momento de unidade espiritual e introspecção, sugerindo que é neste ambiente íntimo que a fé cristã é verdadeiramente celebrada.

Uma das mais lindas tradições cristãs e familiares é a ceia do Natal, depois da missa da meia-noite. Não a ceia, entre estranhos, num restaurante da moda, ao som do Jazz e com comidas caras e esquisitas, mas a ceia familiar na nossa mesa iluminada apenas pelos Nossos.²⁹⁰

²⁸⁹ MACHADO, Vitória de Almeida. **Para além de bordadeiras:** a representação feminina nos periódicos *Jornal das Moças* e *Modas e Bordados* durante os Estados Novos (1937–1945). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

²⁹⁰ *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, n. 8, dez. 1939.

A crítica ao “som do Jazz” e às “comidas caras e esquisitas” remete à visão da época, na qual a simplicidade e a austeridade eram valorizadas como virtudes essenciais, em oposição a práticas associadas ao antiamericanismo e ao anticapitalismo. Esse discurso visa preservar a autenticidade dos valores cristãos, resistindo às transformações culturais que afetam as práticas tradicionais e comunitárias.

Outro ponto de destaque é o aspecto social e caritativo da celebração. O texto convoca os leitores a incluírem os mais pobres na festa, promovendo o espírito de solidariedade que o Natal simboliza. Essa ideia de caridade como elemento central reforça o papel das mulheres e da família como promotores de harmonia social, alinhado com o ideal cristão de amor ao próximo. Essa perspectiva sobre o Natal não é apenas uma celebração, mas uma oportunidade de reafirmar o compromisso com a moralidade cristã, consolidando o papel da família como núcleo ético e espiritual da sociedade.

A insistência no caráter espiritual e comunitário do Natal, em detrimento de celebrações superficiais e consumistas, ecoa um desejo de resgatar valores perenes em uma sociedade em transformação. Em uma análise mais ampla, essa defesa da tradição cristã reflete um movimento de resistência contra a secularização e a globalização cultural, buscando reafirmar identidades e valores locais. A caridade e o cuidado com os desfavorecidos aparecem como virtudes centrais, reforçando a importância de um ethos moral coletivo, que se torna cada vez mais rarefeito diante das pressões da modernidade. Assim, o Natal se transforma em um momento de reafirmação da fé e também do papel social e espiritual da família cristã, vista como pilar contra as influências desagregadoras do materialismo e da perda de identidade cultural.

Na mesma edição, o artigo “Conversar”²⁹¹ busca inspirar as jovens da Mocidade Portuguesa durante o período das férias de Natal, incentivando-as à autorreflexão e à espiritualidade. Por meio de uma linguagem que valoriza a humildade, a gratidão e a fé, o texto propõe que as jovens revisem seu desempenho escolar com aceitação, celebrando os sucessos com modéstia e enfrentando as dificuldades com resignação. A autora sugere que tanto os méritos quanto as correções constituem presentes de Deus, orientando as jovens a compreenderem o esforço como um ato de serviço pessoal e patriótico.

O artigo “Natal”²⁹², na mesma página, reflete sobre o significado religioso e cultural da data, enfatizando-a como uma celebração profundamente enraizada na tradição cristã e familiar

²⁹¹ Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal, n. 8, dez. 1939.

²⁹² *Ibid.*

portuguesa. A autora descreve o Natal como um momento de sonhos realizados, de encontros familiares e de renovação espiritual, em que a humildade e o nascimento de Jesus Cristo servem como lições de fé e amor ao próximo.

O texto propõe que, durante o Natal, as famílias portuguesas celebrem com simplicidade, mantendo as tradições e cultivando um espírito de caridade e solidariedade. Além disso, destaca o aspecto comunitário dessa data, apontando como as famílias compartilham da alegria e do significado profundo do nascimento de Cristo, algo que simboliza esperança, paz e bondade. A análise do artigo revela a tentativa de associar valores familiares e religiosos ao ideal nacionalista, promovendo uma identidade portuguesa que valoriza a fé e a união familiar como pilares essenciais. Ao mesmo tempo, reforça-se a ideia de submissão e aceitação de uma ordem divina, refletindo as intenções do regime de promover uma juventude alinhada aos ideais conservadores e patrióticos do Estado Novo.

Figura 5 – *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, n. 8, dez. 1939



Fonte: HML.

Por sua vez, na revista *Y*, um artigo²⁹³ celebra a atuação da SF em Zaragoza, ressaltando o papel das mulheres durante a Guerra Civil Espanhola como defensoras do ideal falangista e do apoio ao General Franco. A narrativa começa destacando a preparação para o XIX centenário da chegada da Virgem do Pilar, padroeira de Zaragoza (Saragoça), que simboliza proteção e inspiração divina para o povo local. O texto enfatiza que Zaragoza, conhecida por sua resistência e sofrimento silencioso, foi palco de inúmeros sacrifícios realizados em nome da pátria e da fé, especialmente por parte das mulheres.

Essas mulheres, descritas como portadoras de virtudes como coragem, sacrifício e senso de justiça, eram representadas como o coração espiritual da resistência contra as forças republicanas, frequentemente referidas no texto de forma depreciativa. O relato também destaca o papel das mães e avós, responsáveis por manter a moral elevada e transmitir os valores falangistas às novas gerações, estabelecendo uma continuidade entre a tradição local e os ideais do regime.

O artigo dedica atenção especial ao simbolismo da Virgem do Pilar. Durante o conflito, sua imagem foi interpretada como um emblema de proteção e resistência divina, e as mulheres de Zaragoza, em especial, foram associadas a essa imagem de força resiliente. O papel da Virgem é destacado como central para a moral e a espiritualidade das pessoas, sendo vista como um farol de esperança e uma lembrança constante do propósito nacionalista e religioso da luta.

O texto afirma que o exemplo de Zaragoza e suas mulheres deve ser uma inspiração para toda a Espanha. Ao longo da narrativa, observa-se uma idealização da “mulher falangista” como virtuosa e estoica, que se sacrifica pelo bem maior e atua como âncora moral da sociedade, sendo símbolo de resistência contra o “inimigo vermelho”. A matéria conclui reiterando a importância da fé e da tradição, que se entrelaçam à causa nacionalista, e apresenta as mulheres de Zaragoza como figuras que, na sua fé e em seu compromisso, encarnam o ideal de uma Espanha pura, justa e alinhada aos valores do regime.

Apesar de não ter como caráter principal a religião, a revista *Y* sempre possuiu uma seção específica para a temática religiosa. A revista contava com um assessor religioso, Fray Justo Pérez de Urbel, que supervisionava os conteúdos religiosos e garantia a moralidade da publicação, e dispunha algumas páginas por edição a esse assunto. A temática, muitas vezes,

²⁹³ Y: Revista para la Mujer, n. 23, out. 1939.

A simbiose entre política fascista e religião fica evidente na edição 23, de 1939²⁹⁵, quando a revista dedica seis páginas ao traslado dos restos mortais de José Antonio Primo de Rivera. A cerimônia teve grande importância e foi marcada pela devoção das mulheres da SF. O texto evoca o simbolismo nacionalista e religioso do evento, destacando momentos de oração, salmos e homenagens ao longo do trajeto. Pilar Primo de Rivera, irmã de José Antonio, discursou sobre a importância de seu legado para a unidade e o espírito do povo espanhol. A reverência das mulheres falangistas foi evidenciada em diversos atos, inclusive o transporte de rosas, que simbolizavam sua lealdade e sacrifício. Como aponta Zira Box²⁹⁶:

O traslado do corpo de José Antonio, transformado na emulação nacional de Cristo para seus adeptos, não conseguiu se converter em uma cerimônia própria de uma nação secular e sacralizada a partir da qual se pudesse construir um projeto fascista de Estado na Espanha que saía da guerra.²⁹⁷

A cerimônia, ainda que revestida de forte teatralidade político-religiosa, escancarou os limites do projeto de religião política da Falange perante o domínio simbólico da Igreja.

O artigo ainda aborda a mobilização das mulheres durante o cortejo, destacando sua disciplina, seu ordenamento e seu envolvimento na missão de preservar e honrar a memória do líder falangista. Cada localidade percorrida participou ativamente das homenagens e cerimônias, que combinavam fervor patriótico e reverência ao fundador da Falange. O evento é apresentado como um marco da devoção falangista, exaltando o papel das mulheres na consolidação dos valores do regime franquista.

É significativo que o texto atribua justamente às mulheres o mais elevado grau de disciplina e ordem ao longo do percurso, ao afirmar que “Talvez a nota mais marcante de disciplina, de ordem e de religioso silêncio que observamos ao longo da longa viagem tenha sido oferecida pelas mulheres da Sección Femenina”.²⁹⁸ Tal ênfase deixa claro como essas qualidades eram mobilizadas como atributos exemplares do ideal feminino falangista.

Esse evento e sua cobertura pela SF refletem o papel do culto ao líder na formação da identidade nacionalista e na sustentação da ideologia do regime. As cerimônias reforçam o

²⁹⁵ Y: Revista para la Mujer, n. 23, dez. 1939.

²⁹⁶ BOX, Zira. La mirada sobre Madrid: anticasticismo y castellanismo en el discurso falangista radical de la inmediata posguerra. **Historia y Política**, n. 27, p. 143-166, 2012. p. 194.

²⁹⁷ Tradução de: “El traslado del cuerpo de José Antonio, convertido en la nacional emulación de Cristo para sus particulares adeptos, no logró convertirse en una ceremonia propia de una nación secular y sacralizada desde la que construir un proyecto fascista de Estado en la España que salía de la guerra”.

²⁹⁸ Tradução de: “Talvez la nota más acusada de disciplina, de orden y de religioso silencio que apreciamos en el largo viaje, la ofrecieron las mujeres de la Sección Femenina” (Y: Revista para la Mujer, *op. cit.*).

papel simbólico de José Antonio como mártir e herói nacional, perpetuando uma narrativa de sacrifício e unidade central para o regime. A devoção das mulheres falangistas evidencia a instrumentalização do gênero feminino para fortalecer o nacionalismo e legitimar a autoridade do regime, destacando a importância da memória e do culto aos heróis e líderes no contexto de um governo autoritário. A politização da religião católica foi, portanto, uma das estratégias centrais do regime para garantir sua legitimidade e coesão social.²⁹⁹

As páginas seguintes da revista consistiam em uma série de cenas da vida de Jesus Cristo, ilustradas com pinturas clássicas e acompanhadas por trechos retirados dos Evangelhos de Lucas, Mateus, João e Marcos. As narrativas retratavam diversos episódios da vida de Cristo, como a Anunciação, o nascimento em Belém, a fuga para o Egito, os milagres, a Paixão, a crucificação e a Ressurreição. Essas cenas foram apresentadas de maneira sequencial, oferecendo uma perspectiva cronológica da vida de Jesus e enfatizando valores religiosos fundamentais.

As figuras femininas da narrativa bíblica, como Maria, Isabel e Maria Madalena, são retratadas em contextos de devoção, sacrifício e cuidado. Entre elas, destaca-se, principalmente, Maria, mãe de Jesus, como exemplo máximo de virtude feminina, paciência e obediência à vontade divina. Essa representação reforça a ideia de que o papel primordial das mulheres era o de cuidadoras dos membros da família, consolidando, assim, uma visão que sustenta as expectativas do regime fascista para o papel feminino. Ao vincular essas mulheres à narrativa religiosa, a propaganda fascista não apenas validava como também sacralizava as posições das mulheres na esfera social e privada.

Muitos dos episódios bíblicos apresentados nas páginas da revista destacam a obediência à vontade divina e a aceitação do sofrimento como elementos centrais da moral cristã. Essa mensagem está alinhada com a ideologia fascista, que promove a obediência como uma virtude essencial para a ordem social. A figura de Maria, que aceita de bom grado seu papel como mãe do Salvador, é central nessa narrativa, sendo utilizada para justificar a submissão feminina como uma expressão de grandeza e devoção, reforçando a imagem das mulheres como alicerce moral da família e da sociedade.

²⁹⁹ SAZ, Ismael. Entre el nacionalcatolicismo y el fascismo: las religiones del franquismo. *Storicamente*, Bologna, n. 15, art. 16, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://storicamente.org/sites/default/images/articles/media/2088/saz-religiones-del-franquismo-nacionalcatolicismo.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2026.

Figura 7 – Y: *Revista para la Mujer*, n. 23, dez. 1939


... para que los cuerpos no quedasen en la cruz el sábado (que cabalmente era aquel un sábado muy solemne), suplicaron los judíos a Pilatos que se les quebrasen las piernas a los crucificados y los quitasen de allí.

Vinieron, pues, los soldados y rompieron las piernas del primero y del otro que había sido crucificado con él.

Mas al llegar a Jesús, como le vieron ya muerto, no le quebraron las piernas.

Sino que uno de los soldados con la lanza le abrió el costado, y al instante salió sangre y agua.

Y quien lo vio es el que lo asegura, y su testimonio es verdadero. Y él sabe que dice la verdad y lo atestiguo para que vosotros también lo creáis.

Pues estas cosas sucedieron en cumplimiento de la Escritura: No le quebrarás ni un hueso.

(V. 31 al 36, C. XIX, S. JUAN)

Estaban también allí, a lo lejos, muchas mujeres que habían seguido a Jesús desde Galilea para cuidar de su asistencia.

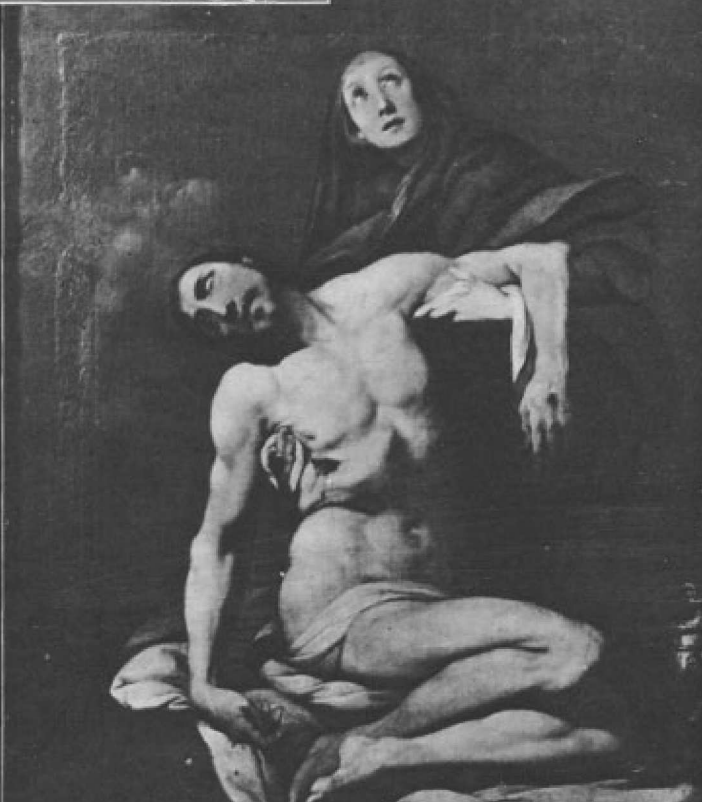
De las cuales eran María Magdalena y María, madre de Santiago y de José, y la madre de los hijos de Zebedeo.

(V. 55 al 56, C. S. MATEO)

Las mujeres que habían seguido a Jesús desde Galilea yendo en pos de José observaron el sepulcro y la manera con que había sido depositado el cuerpo de Jesús.

Y al volverse hicieron provención de aromas y bálsamos: bien que durante el sábado se mantuvieron quietas según el mandato de la ley.

(V. 55 al 56, C. XXII, S. LUCAS)



Fonte: BNE.

Na edição 22³⁰⁰, de novembro do mesmo ano, a revista prestou uma homenagem a José Antonio Primo de Rivera por ocasião do aniversário de sua morte, ocorrida em 20 de novembro de 1936.³⁰¹ Assim como a edição subsequente, que apresentou uma série sobre a vida de Jesus, essa publicação trouxe uma biografia linear e cronológica de José Antonio, narrando sua trajetória e morte. A revista construiu uma narrativa que percorria sua vida desde a infância até a execução, reforçando o culto à sua figura. Um exemplo disso foi a inclusão de seu testamento na última parte da seção, documento redigido enquanto esteve preso na Prisão Provincial de Alicante, onde permaneceu detido após ser capturado pelas forças republicanas no início da Guerra Civil Espanhola, em 1936, sendo posteriormente executado.

Nesse texto, ele aceitava sua condenação à morte com resignação, evocando um aspecto místico ligado ao sacrifício pessoal. Essa aceitação, como um destino inevitável, refletia a apropriação do discurso religioso pelo fascismo, apresentando o líder como um mártir em prol da causa nacional. A publicação dessa homenagem em novembro de 1939, três anos após sua execução e poucos meses após o fim da Guerra Civil, também não é casual, inserindo-se no esforço do regime franquista de consolidar a memória oficial do fundador da Falange como símbolo unificador da “nova Espanha”.

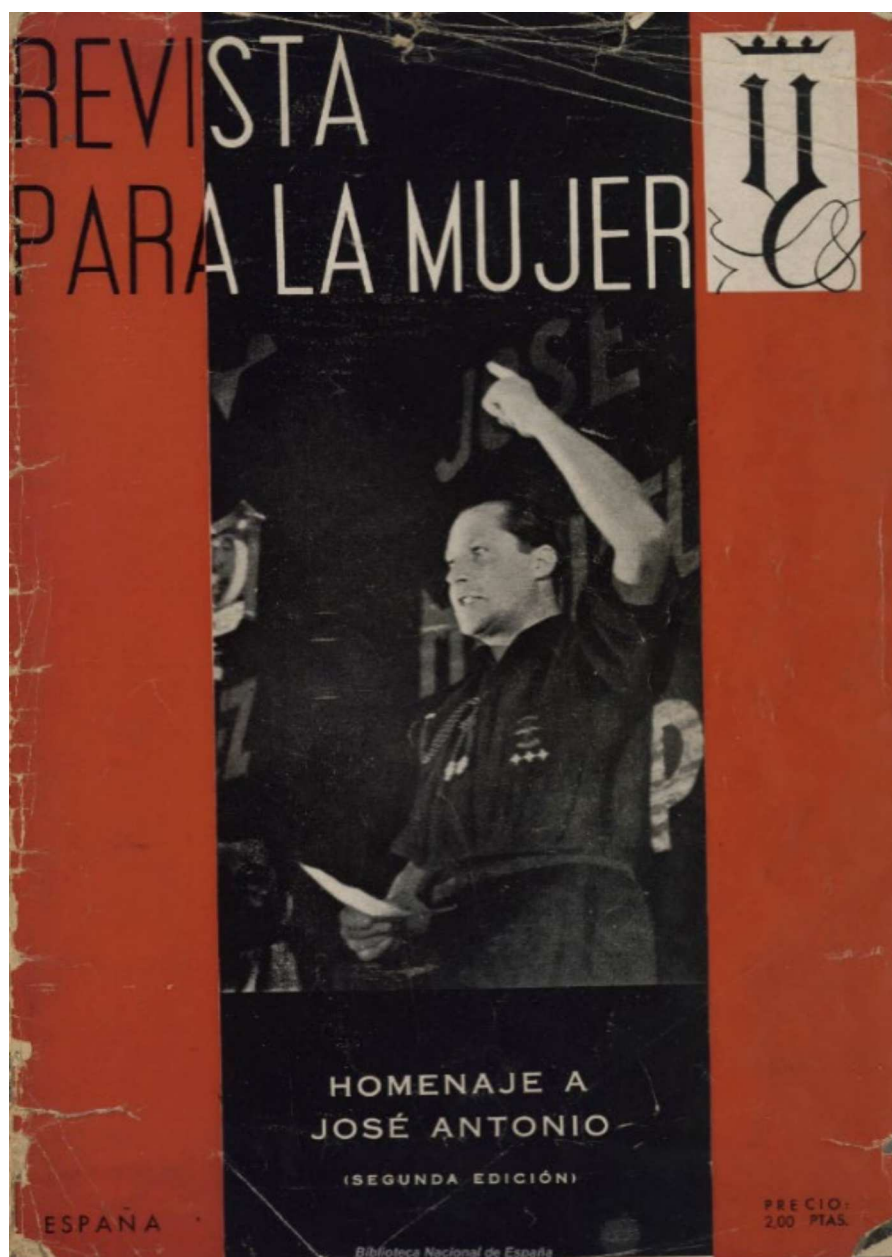
Essa narrativa reforçava a legitimação do sacrifício individual pelo bem coletivo e pela pátria, um elemento central na retórica fascista. O testamento também era um apelo à continuidade da Falange, mesmo após a morte de seu líder. Primo de Rivera reforçava a necessidade de unidade e fidelidade aos princípios falangistas, enfatizando que o movimento deveria transcender a figura individual e centrar-se na causa comum.

No testamento, nota-se uma ênfase significativa na família e na manutenção dos valores religiosos católicos. Primo de Rivera solicitava que seu funeral seguisse os ritos da Igreja Católica e deixava instruções claras sobre a partilha de seus bens entre os familiares.

³⁰⁰ Y: Revista para la Mujer, n. 22, nov. 1939.

³⁰¹ É interessante notar que essa edição específica apresenta um total de 63 páginas, extensão compatível com a média das publicações regulares da revista. No entanto, destaca-se que, dessas 63 páginas, 27 são dedicadas exclusivamente à publicidade. Embora outras edições analisadas também contivessem material publicitário, nenhuma delas alcançou proporção comparável de conteúdo publicitário em relação ao total de páginas.

Figura 8 – *Y: Revista para la Mujer*, n. 22, nov. 1939



Fonte: BNE.

O testamento funcionava como uma forma de propaganda póstuma, na qual Primo de Rivera tentava inspirar seus seguidores ao demonstrar coragem e compromisso com seus ideais até o fim. Ao escrever de maneira serena sobre sua própria morte, ele buscava criar uma imagem de força moral e convicção inabalável, servindo como exemplo para os membros do movimento. Assim, seu testamento tornava-se não apenas uma declaração pessoal, mas um símbolo de compromisso total com a causa, incentivando seus seguidores a continuarem a luta mesmo sem a presença do líder.

Assim, torna-se evidente como a narrativa falangista se apropriava tanto da religião quanto dos símbolos patrióticos para legitimar e fortalecer sua ideologia. As mulheres eram constantemente representadas como pilares espirituais e morais, ora associadas à Virgem do Pilar e à figura de Maria, ora vinculadas ao sacrifício pessoal de José Antonio Primo de Rivera. Com base nessa idealização feminina, o fascismo construiu um modelo de mulher cujo papel primordial consistia em sustentar os valores do regime, seja por meio da devoção religiosa e da preservação dos valores familiares, seja pelo culto ao líder. Essa construção simbólica perpetuava a submissão e o sacrifício como virtudes femininas, além de instrumentalizar as mulheres como um meio de manter coesa a ideologia fascista e garantir a continuidade de seus valores, mesmo diante das adversidades e do declínio inevitável de seus líderes.

No Brasil, a edição 38, de novembro de 1937, da *Brasil Feminino*³⁰², vincula a fé ao ideal patriótico do integralismo. As mensagens enfatizam a busca por uma pátria forte e abençoada, guiada pela proteção divina e pela moralidade cristã. Textos como “A Nossa Maior Glória” exaltam a espiritualidade como o centro de uma sociedade virtuosa, expressando que o verdadeiro patriotismo só pode ser alcançado com a intervenção de Deus e uma adesão à fé. Os autores invocam a imagem de Deus como um guardião do Brasil, mantendo a nação segura e fortalecida em tempos de adversidade.

Os textos apresentam pedidos de paz e força espiritual, destacando a necessidade de união dos cidadãos em torno de um ideal moral elevado. Evidencia-se, assim, a valorização de uma moral integralista, na qual a noção de uma “grandeza moral” é essencial para o desenvolvimento da nação. Essa visão sugere que o fortalecimento nacional depende de uma estrutura política e econômica sólida, assim como de uma fundação religiosa e moral que orienta o comportamento e os valores dos cidadãos. Esse discurso revela como o integralismo buscava consolidar uma identidade nacional que se unisse com o cristianismo e o fervor patriótico. A fé é colocada como um meio para unir e fortalecer a população em torno de um ideal de nação guiada pela moralidade e pela virtude. Essa abordagem levanta questões sobre a instrumentalização da religião para fins políticos e ideológicos, algo que, muitas vezes, gera tensões entre as esferas espiritual e cívica.

A matéria intitulada “O sentido cristão do integralismo”³⁰³, atribuída a Plínio Salgado, destaca a importância da doutrina cristã como fundamento ideológico e moral do movimento integralista. Esse artigo busca justificar o alinhamento do integralismo com os valores cristãos,

³⁰² Brasil Feminino, n. 38, nov. 1937.

³⁰³ Brasil Feminino, n. 37, out. 1937.

posicionando a religião como uma base fundamental da ação política e social integralista. Plínio Salgado começa abordando a concepção do “Estado integral”, que, para ele, não deve ser meramente uma estrutura de poder, e sim um organismo vivo fundado na espiritualidade e na moral cristã. O Estado integral, na visão de Salgado, tem um compromisso profundo com a cultura e os valores do cristianismo, o que o distingue de outras ideologias que promovem materialismo e individualismo. Para ele, o sentido do integralismo está profundamente ligado à restauração da ordem cristã no país. Essa restauração é uma necessidade tanto política quanto espiritual.

No decorrer do artigo, Plínio Salgado argumenta que o integralismo não apenas incorpora o cristianismo como uma de suas inspirações, mas o vê como um fundamento essencial para a vida nacional. Ele afirma que os problemas enfrentados pela sociedade, como a degradação moral, a desordem política e a fragmentação social, são todos sintomas da perda dos valores espirituais que formaram o caráter da civilização ocidental, especialmente os valores cristãos. Assim, o integralismo se apresenta como um movimento que busca combater essa crise espiritual e moral, promovendo uma restauração dos valores tradicionais da fé cristã.

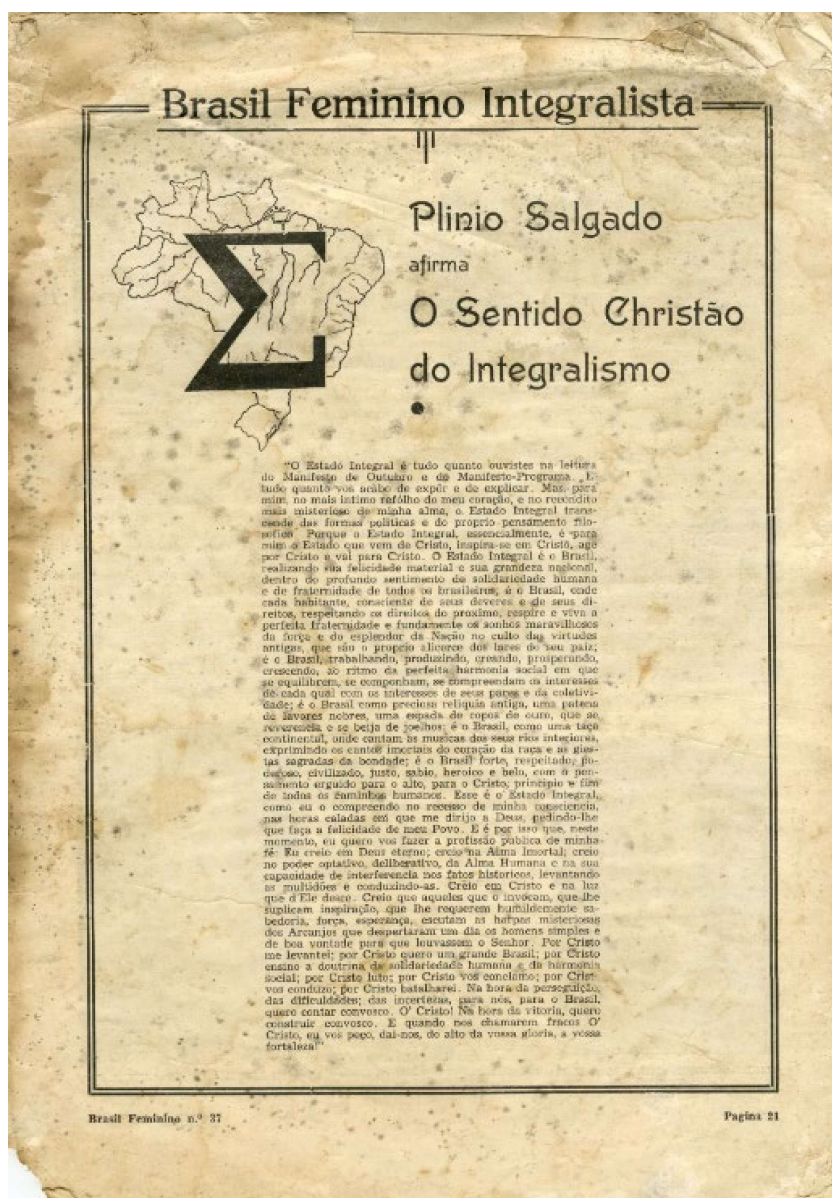
O artigo é repleto de referências à importância da obediência aos princípios de Cristo, que são apresentados como a base para uma sociedade saudável e moralmente íntegra. Plínio Salgado enfatiza que sem o retorno a esses princípios, a sociedade não pode alcançar verdadeira paz e justiça. Ele considera o cristianismo uma força capaz de unir o povo e guiá-lo em direção a um propósito maior, que transcende as preocupações individuais.

Salgado também critica ideologias que considera materialistas, como o liberalismo e o comunismo, afirmando que estas têm como única preocupação o bem-estar material, negligenciando as necessidades espirituais do ser humano. Para ele, o integralismo é uma alternativa a essas ideologias porque defende o desenvolvimento do homem em todas as suas dimensões – física, intelectual, moral e espiritual. O integralismo se coloca, portanto, como um movimento que busca não apenas o fortalecimento do Estado, mas a formação de cidadãos que vivam de acordo com os valores cristãos e possam contribuir positivamente para a construção de uma nação forte e unida.

No final do artigo, Salgado faz um apelo aos integralistas, convocando-os a se comprometerem com o “Cristo do Brasil”, e conclui destacando a missão do movimento de restaurar a ordem e a espiritualidade, guiando o povo brasileiro por um caminho de fé e lealdade aos valores que fizeram parte da construção da nação. O sentido cristão do integralismo é, assim, apresentado como uma fonte de força e como o alicerce de uma sociedade que visa ao bem comum, em oposição ao individualismo e ao materialismo.

Para as leitoras da revista, essa mensagem era especialmente poderosa, pois integra os valores familiares e religiosos às atividades políticas e sociais do movimento. A ênfase na moralidade cristã ressoa com a ideia de que as mulheres deveriam cuidar dos valores espirituais no lar e que seu papel na sociedade é fundamental para a transmissão desses valores às futuras gerações. O cristianismo, portanto, é visto como um componente inseparável da missão feminina e integralista, tanto no âmbito privado quanto no público.

Figura 9 – *Brasil Feminino*, n. 37, 1937, p. 21



Fonte: Delfos.

É interessante perceber que a imagem que acompanha o texto, entretanto, não apresenta elementos cristãos explícitos, como cruzeiros ou referências diretas à religiosidade. Em seu lugar, destaca-se o mapa do Brasil associado ao sigma (Σ), evidenciando uma ênfase na dimensão nacionalista do movimento. Ainda que o discurso textual reforce a centralidade do cristianismo, a composição visual privilegia a construção de uma identidade política e nacional, na qual o religioso aparece de forma indireta, subordinado ao projeto integralista mais amplo.

A religião desempenhou um papel fundamental nos casos analisados, seja reforçando os valores defendidos pelos regimes e movimentos políticos, seja atuando como instrumento de controle sobre os corpos e a vida das mulheres. O discurso religioso encontrado nas três revistas poderia receber uma pesquisa única, visto que a quantidade de artigos sobre o tema é bem representativa nas revistas analisadas. Entretanto, acredita-se que essa seleção ilustra de maneira significativa a postura da revista diante dessa temática, contribuindo para uma melhor compreensão da relação entre fascismo e religião.

No Brasil, por exemplo, a AIB utilizou da simbologia católica juntamente com a simbologia nacionalista para reforçar sua visão de mundo.

Nesse novo aparato político-simbólico, destaca-se, a título de exemplo, o papel fundamental da sacralização da política, confundindo as esferas política e religiosa através da utilização de simbolismos sagrados, que têm uma peculiar força simbólica de tradução e legitimação da ordem política.³⁰⁴

Plínio Salgado desenvolveu intensamente a dimensão religiosa nos ideais integralistas, pois acreditava que homens e mulheres integralistas deveriam passar por uma formação total, voltada tanto ao corpo quanto à mente. Nesse sentido, transformou a “religiosidade espiritual” em “elemento central do discurso e [da] ação do movimento”.³⁰⁵

A articulação entre a religião católica e os movimentos fascistas na Espanha, em Portugal e no Brasil revela uma relação estreita entre as esferas política e religiosa, marcada pela instrumentalização dos valores cristãos para legitimar e promover suas ideais. Salazar, em Portugal, e os movimentos falangista e integralista na Espanha e no Brasil, respectivamente, utilizaram a religião como ferramenta para construir uma identidade nacional que reforçasse a

³⁰⁴ SANTORUM, Andreise Gauterio. **Fascismo à brasileira:** juventude e imprensa como instrumentos de doutrinação da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. p. 78.

³⁰⁵ GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal:** trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 160.

moralidade cristã, a ordem social e o papel das mulheres enquanto guardiãs dos valores familiares e espirituais.

A insistência na tradição, no resgate de valores perenes e na unidade espiritual da família tornava a religião um elemento essencial para a resistência à modernidade e à secularização. Esses regimes mobilizaram simbolismos religiosos, como a figura da Virgem do Pilar e a devoção a Nossa Senhora de Fátima, para conferir uma dimensão sacralizada e nacionalista à sua própria existência e legitimar suas estruturas de poder.

Observa-se que a religiosidade, além de cumprir o papel de suporte à moralidade individual e à vida comunitária, era uma ferramenta crucial na moldagem das expectativas sociais, especialmente em relação ao papel das mulheres e à defesa da tradição. O discurso religioso, apropriado por essas organizações fascistas, contribuiu para a consolidação de uma visão de mundo que conferia à submissão feminina um caráter sagrado e exaltava o sacrifício como virtude suprema, vinculando a figura feminina à proteção moral e à continuidade da nação.

As mulheres foram instrumentalizadas como âncoras morais do regime, associando suas ações cotidianas à proteção dos valores familiares, da religião e da identidade nacional, garantindo, dessa maneira, a perpetuação dos ideais fascistas e a resistência contra influências estrangeiras e transformações culturais.

3.2.3 Corpo e higiene

Seja no fascismo italiano, no nazismo alemão, no franquismo espanhol ou em qualquer regime ditatorial que ganhou espaço político e se consolidou entre as décadas de 1920 e 1940, o corpo e a higiene sempre se destacaram como pautas dos ideais doutrinários. Essa preocupação não era apenas uma questão de saúde pública, mas também fazia parte de um projeto ideológico, profundamente entrelaçado às noções de pureza, ordem e disciplina que esses regimes propagavam.

Nas revistas femininas analisadas nesta pesquisa, a ideia de um corpo saudável e de bons hábitos de higiene aparecia em artigos que incentivavam o cuidado com o corpo por meio do exercício físico e de hábitos saudáveis. A relação entre saúde, corpo e higiene estava muito vinculada ao ideal de maternidade. Além de gerar filhos, as mulheres deveriam manter-se saudáveis e adequar-se aos padrões estéticos propagados pelos regimes.

Essa cultura do corpo, mais do que uma questão estética, estava ligada a uma compreensão hierárquica de pureza racial, em que o cuidado com a aparência e a adoção de

hábitos considerados higiênicos serviam como marcadores de superioridade e pertencimento a um grupo específico. Além disso, a higiene era politizada, uma vez que estava diretamente ligada ao discurso generalizante de que a limpeza dos corpos correspondia a uma limpeza da nação.

As revistas, ao abordarem esses temas, cumpriam um papel pedagógico dentro dos movimentos fascistas: educavam e moldavam as mulheres para que ocupassem um lugar central no projeto de fortificação da nação. É importante destacar que a ideia de pureza, corpo ideal, hábitos de higiene e padrão estético estavam ligados também a um controle social, visto que as mulheres eram responsáveis pela saúde de todos: da família, especialmente dos filhos, e da nação. As crianças deveriam crescer fortes e saudáveis para cumprir com seu dever: servir à nação. Por isso, pode-se afirmar que esses ideais tinham uma dimensão moral e cívica que transcendia o âmbito pessoal. Manter o corpo em conformidade com os padrões do regime era uma obrigação política e patriótica.

Esses ideais não eram publicados de maneira explícita. Pelo contrário, eram disseminados de forma sutil em uma variedade de matérias e artigos. Como pode ser visto no exemplo da revista *Y*, em janeiro de 1939³⁰⁶, na matéria que fala sobre o acampamento de jovens na Andaluzia, os textos ressaltam que os “Campamentos del Sur” propiciavam um ambiente em que as jovens eram expostas a um regime rigoroso de disciplina física e moral. A descrição destaca os efeitos positivos dessa vida controlada, apontando para a camaradagem e a confiança entre as participantes, aspectos que o regime valorizava para formar o caráter das jovens de acordo com os ideais fascistas de força e pureza.

A narrativa também menciona atividades físicas e exercícios como parte das rotinas diárias, associados ao fortalecimento do corpo e à promoção de uma saúde robusta. Esses exercícios faziam parte de uma disciplina física rigorosa, em que a “higiene” não era apenas individual, mas estendia-se a uma espécie de higiene moral e social, buscando moldar as participantes como símbolos de virtude e fidelidade ao ideal do regime. As imagens sugerem momentos de lazer na praia, onde a exposição ao sol e o contato com a natureza – lugar das essências nacionais que ainda não foram corrompidas pela modernidade – são apresentados como parte de um ideal de saúde e vitalidade, além de representar uma valorização do corpo vigoroso, saudável e adaptado à vida ao ar livre.

³⁰⁶ Y: Revista para la Mujer, jan. 1939.

Do mesmo modo, a *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*³⁰⁷ dedicou uma página inteira à equitação, afirmando que “é, para o corpo, um desporto higiênico; e é, para o próprio espírito, um divertimento são”. Grazia³⁰⁸ categorizou esse fenômeno como “cultura de consentimento”, conceito que se refere a um conjunto de práticas culturais aparentemente desprovidas de caráter político, mas que contribuem para reforçar os valores dos regimes. Maurício Drumond³⁰⁹ aponta que os esportes podem ser analisados como parte dessa cultura de consentimento.

A eugenia estava intrinsecamente ligada ao esporte e à higiene como ferramentas de aperfeiçoamento físico e eugênico da juventude, promovendo a regeneração da “raça portuguesa” e funcionando como meio de controle do lazer dos trabalhadores. Por intermédio da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), organizavam-se atividades desportivas a fim de aumentar a produtividade e promover a “distração útil” dos trabalhadores.³¹⁰ Ressalta-se que havia uma distinção clara entre os esportes femininos e masculinos. Para as mulheres, o esporte tinha também uma função estética, visando torná-las “mais belas”, como ressaltava um folheto da organização publicado pelo Secretariado de Propaganda Nacional: “A Educação Física, na M.P.F., tem dois fins: – concorrer para a saúde das filiadas e até – por que não? – para as tornar mais belas, daquela beleza sem artificios que possui um corpo em que as atitudes e movimentos são correctos”.³¹¹

Com o intuito de formar o “novo homem português”, a Mocidade Portuguesa organizava uma série de jogos e incentivava a prática de esportes. Por sua vez, a MPF organizava práticas similares para as mulheres, sempre com o cuidado de promover esportes que preservassem a feminilidade, respeitando as “características femininas”. Assim como em outros regimes semelhantes, o Estado Novo português permitiu que o esporte tivesse papel essencial na construção do consenso e na legitimação do regime, funcionando como um dos pilares da doutrinação do povo português e da consolidação da imagem de Salazar como líder forte e protetor da nação.

Já o integralismo, no Brasil, devido às diferenças climáticas e às questões culturais, desenvolveu o esporte, a higiene e a eugenia de maneira um pouco distinta. Os intelectuais

³⁰⁷ Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal, 1940.

³⁰⁸ GRAZIA, Victoria de. **How Fascism Ruled Women: Italy, 1922-1945**. Berkeley: University of California Press, 1992.

³⁰⁹ DRUMOND, Maurício. Ao bem do desporto e da nação: relações entre esporte e política no Estado Novo português (1933-1945). **Revista Estudos Políticos**, n. 7, p. 298-318, 2013.

³¹⁰ *Ibid.*

³¹¹ MPF *apud* DRUMOND, *Ibid.*, p. 303.

integralistas compreendiam a necessidade de adaptar essas concepções às peculiaridades que o país possuía. O integralismo entendia a educação física como essencial para moldar indivíduos equilibrados e autossuficientes, e a disciplina corporal era associada a uma consciência social. O movimento integrava elementos rituais, simbólicos e prescrições específicas para formar um corpo integralista forte e disciplinado. Para isso, utilizava amplamente o esporte e a educação física tanto na preparação física de seus membros quanto como instrumento ideológico voltado à promoção da identidade integralista e à preparação dos “camisas-verdes” para uma possível luta armada.³¹²

O campo da saúde, higiene e do cuidado com o corpo estava intimamente ligado à maternidade, que ganhava uma atenção prioritária nas atividades do movimento. Núcleos de assistência social e ambulatorios da AIB buscavam orientar mulheres pobres sobre higiene, saúde corporal e cuidados com os filhos. As mulheres integralistas tinham um papel importante na tentativa de controlar a disseminação de doenças, especialmente tuberculose e câncer, que eram grandes causas de mortalidade na época.³¹³

Os ideais de corpo, saúde e higiene promovidos pelos regimes em análise revelam um projeto político-ideológico de controle que mesclava as esferas pública e privada. A ideologia estudada invadia o espaço privado do lar e da individualidade das mulheres que compartilhavam dessa cultura política. O cuidado com o corpo e a promoção de hábitos de higiene não eram meras recomendações de saúde pública, visto que constituíam uma construção simbólica que reforçava o “prestígio da raça” e sustentava os princípios de pureza, disciplina e ordem desejados por esses regimes. A mulher, central nesse discurso, era concebida como a protetora da saúde física e moral da família, assumindo o papel de agente essencial na construção da nação idealizada.

Revistas e jornais serviram como veículos de disseminação da doutrina sobre diversas temáticas, incluindo o corpo. Ainda que cada contexto político, como o franquismo, o salazarismo e o integralismo brasileiro, ajustasse esses preceitos às suas realidades sociais e culturais, o ideal totalitário de conformidade física e de higiene moral e racial constituiu um elemento comum, amplamente presente nas revistas analisadas e nas investigações realizadas.

³¹² SIMÕES, Renata Duarte; GOELLNER, Silvana Vilodre. Educação física e esportes na Ação Integralista Brasileira: Hollanda Loyola e a educação do corpo. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, n. 2, p. 263-272, 2012.

³¹³ SIMÕES, Renata Duarte; SIMÕES, Ricardo Duarte; SILVA, Ticiane Ribeiro. Mulheres integralistas: enfermeiras “blusas-verdes” a serviço da nação. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 21, n. 1, p. 140-149, 2012.

Assim, o corpo feminino tornou-se um instrumento político, controlado e disciplinado para servir aos interesses do Estado, sendo utilizado como símbolo da nação ideal. Percebe-se que os regimes estudados demonstram como a disciplina corporal e os ideais de pureza podem operar como bases para um projeto de identidade nacional, racial e moral, reforçando estruturas de poder que, ainda hoje, permanecem como objetos de reflexão na compreensão da relação entre corpo, política e identidade.

4 A EXTENSÃO DO LAR: TRABALHO, ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO COMO FORMAS DE AGÊNCIA POLÍTICA

A distinção entre espaço público e espaço privado constitui um dos pilares da tradição política liberal, na qual a esfera pública é concebida como o domínio da política, da deliberação e da cidadania, enquanto o espaço privado é associado à vida doméstica, à família e às relações íntimas. Essa separação, profundamente marcada por hierarquias de gênero, historicamente relegou as mulheres ao âmbito privado, excluindo-as formalmente da participação política e da vida pública. No entanto, tal distinção revela-se insuficiente para a compreensão das experiências femininas em contextos autoritários, especialmente nos regimes e movimentos fascistas e fasticizados do século XX.

Nos fascismos e nos Estados fasticizados, a fronteira entre o público e o privado foi, sistematicamente, tensionada e, em muitos aspectos, dissolvida. Os regimes fascistas não se limitaram a governar a esfera política institucional, mas buscaram intervir de maneira abrangente na vida social, cultural e moral dos indivíduos. A família, a educação, a sexualidade, o trabalho e os comportamentos cotidianos passaram a ser entendidos como questões de interesse nacional, sujeitas à vigilância, normatização e pedagogia política. Assim, o que tradicionalmente era concebido como privado tornou-se, profundamente, politizado, enquanto o espaço público foi moralizado e disciplinado segundo os valores do regime ou do movimento.

Essa lógica teve implicações diretas na atuação das mulheres. Ao mesmo tempo em que os discursos reafirmavam a centralidade da domesticidade, da maternidade e da subordinação feminina, o próprio regime e os movimentos convocavam as mulheres a ocupar espaços considerados públicos em nome da defesa da nação, da ordem social e dos valores morais. A militância feminina, o trabalho assistencial, a atuação em organizações partidárias e a produção discursiva em revistas e campanhas não representaram uma ruptura com a ordem de gênero, e sim sua reconfiguração sob a proteção do Estado autoritário. Desse modo, mais do que exercício de cidadania autônoma, a presença feminina no espaço público foi legitimada como extensão politizada das funções atribuídas ao feminino.

Partindo dessa perspectiva, esta seção analisa a atuação das mulheres no interior de um processo no qual o Estado e os movimentos fascistas buscaram penetrar as diversas esferas da vida social. Contudo, essa dinâmica não se deu de forma unidirecional. Ao mesmo tempo em que foram interpeladas por esses projetos políticos, as mulheres também atuaram ativamente na sua construção, difusão e legitimação. A compreensão dessa relação, marcada por tensões entre normatização e ação, é fundamental para analisar a militância feminina nesses contextos.

Embora os regimes fascicizados e os movimentos fascistas tenham criado dispositivos destinados à mobilização feminina, a ocupação do espaço público pelas mulheres não pode ser compreendida exclusivamente como uma concessão masculina ou uma estratégia unilateral do Estado ou partido. Ao contrário, a presença feminina em organizações, campanhas, eventos, publicações e estruturas partidárias foi também resultado de iniciativas concretas, engajamento ativo e processos de reivindicação interna conduzidos pelas próprias mulheres. O espaço público fascista, portanto, não foi apenas um espaço permitido, mas um espaço progressivamente conquistado por meio da ação política feminina.

Essas mulheres não atuaram como sujeitos passivos de um projeto elaborado exclusivamente por lideranças masculinas. Ao ingressarem nos partidos, ao organizarem seções femininas, ao produzirem discursos, ao mobilizarem outras mulheres e ao ocuparem posições intermediárias de liderança, elas contribuíram ativamente para ampliar os limites de sua atuação política.³¹⁴ Essa ampliação ocorreu dentro de parâmetros ideológicos rígidos, marcados pelo antifeminismo e pela hierarquia de gênero, mas ainda assim implicou negociações constantes com as estruturas masculinas de poder, pois “com a difusão insistente e reiterada de outras formas de ser mulher, estavam negociando seu lugar na Falange e na Espanha de Franco”.³¹⁵

A conquista do espaço público não significou, contudo, autonomia plena ou igualdade política. Tratou-se de uma agência situada, condicionada e profundamente imbricada nos valores dos próprios regimes e movimentos. As mulheres legitimaram sua presença pública com base em argumentos que reforçavam a diferença sexual, a complementaridade e a missão moral feminina, apropriando-se desses discursos para justificar sua atuação política. Com isso, a militância feminina não rompeu com a ordem de gênero, e sim a utilizou estrategicamente como recurso de legitimação.

Ao reconhecer esse protagonismo feminino, esta seção afasta interpretações que reduzem a atuação das mulheres fascistas à manipulação ou à instrumentalização total, como vem sendo trabalhado durante toda a pesquisa. Sem ignorar os mecanismos de controle e subordinação, a análise enfatiza que essas mulheres agiram, escolheram, mobilizaram e disputaram espaços, contribuindo para a consolidação e a difusão dos projetos aos quais

³¹⁴ BARRERA, Begoña. La Sección Femenina en perspectiva. Historias y otros relatos sobre las mujeres de Falange. **Historia Contemporánea**, n. 62, p. 265-295, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1387/hc.20029>.

³¹⁵ Tradução de: “con la difusión insistente y reiterada de otras formas de ser mujer estaban negociando su lugar en la Falange y en la España de Franco” (CENARRO LAGUNAS, Ángela. La Falange es un modo de ser (mujer): discursos e identidades de género en las publicaciones de la Sección Femenina (1938-1945). **Historia y Política**, n. 37, p. 91-120, 2017. p. 95. Doi: <https://doi.org/10.18042/hp.37.04>).

aderiram. A presença feminina no espaço público deve, portanto, ser entendida como resultado de uma dinâmica complexa, na qual agência e dominação coexistiram de forma indissociável.

Partindo desse enquadramento, examinam-se as principais frentes de atuação e os eixos discursivos por meio dos quais as mulheres vinculadas a movimentos fascistas e regimes fascicizados construíram sua presença no espaço público. Serão analisadas, em primeiro lugar, as formas de participação feminina nos partidos e nas organizações fascistas, observando tanto suas estruturas institucionais quanto os limites e as possibilidades de atuação política oferecidos às mulheres. Em seguida, abordam-se as relações entre militância, trabalho e serviço à pátria, examinando a inserção feminina em atividades assistenciais, educativas e profissionais, bem como as ambiguidades entre os papéis tradicionais de gênero.

Com isso, entende-se que o anticomunismo é analisado como uma das pautas centrais da militância feminina, compreendido como posicionamento ideológico e, sobretudo, como elemento mobilizador que legitimou a ação política das mulheres em defesa da ordem, da moral e da nação.

4.1 MILITÂNCIA, TRABALHO E SERVIÇO À PÁTRIA: ASSISTÊNCIA, EDUCAÇÃO E ENGAJAMENTO SOCIAL

Os papéis desempenhados pelas mulheres na AIB, na SF da Falange Espanhola e na MPF não foram simplesmente atribuídos de forma vertical pelas lideranças masculinas desses movimentos e regimes, mas conquistados a partir de pautas, demandas e estratégias formuladas pelas próprias mulheres. A participação política feminina, tanto no interior dos movimentos quanto no âmbito dos regimes analisados, manifestou-se de maneira constante e significativa, não podendo ser interpretada como passiva, residual ou meramente instrumental. Conforme destacado ao longo desta pesquisa, a presença das mulheres nesses espaços resultou de um processo de ocupação e negociação que ampliaram, ainda que de forma hierarquizada, as possibilidades de ação política feminina.

As mulheres vinculadas à AIB, à SF e à MPF atuaram de maneira ativa em esferas que, para os padrões políticos e sociais do período, apresentavam-se como relativamente amplas e socialmente visíveis. Ainda que inseridas em movimentos fascistas e regimes fascicizados, essas mulheres desempenharam funções políticas relevantes, contribuindo para a organização, a difusão ideológica e a sustentação cotidiana dos projetos aos quais aderiram. Reconhecer essa atuação não implica ignorar os limites impostos pelas hierarquias de gênero nem equiparar suas

funções às exercidas pelos homens, que continuaram a monopolizar os principais espaços formais de decisão e comando.

Assim, ao mesmo tempo em que se afirma a existência de uma participação política feminina expressiva, é fundamental sublinhar seu caráter específico e diferenciado. As mulheres não ocuparam os mesmos papéis que os homens, nem dispuseram das mesmas prerrogativas de poder, mas construíram formas próprias de intervenção política, articuladas à moral, à educação, à assistência social, à propaganda e à formação das consciências.

Quando comparadas às experiências precedentes de atuação feminina, observa-se uma continuidade de certos repertórios tradicionais e a ampliação e reorganização desses espaços no interior dos movimentos fascistas, que possibilitaram novas formas de visibilidade e inserção política. É nesse enquadramento que esta subseção se propõe a examinar, de maneira comparativa, os principais espaços de atuação e os modos de participação política feminina em espaços tradicionalmente entendidos como públicos nos casos analisados, evidenciando tanto sua agência quanto os limites estruturais que a conformaram.

Uma das principais frentes de atuação política atribuídas e reivindicadas pelas mulheres vinculadas à AIB, à SF e à MPF foi o campo da educação. Não se trata, contudo, de restringir essa atuação à educação formal ou escolarizada. Pelo contrário, a educação foi compreendida e praticada por essas militantes como um processo contínuo, abrangente e multifacetado, exercido em uma ampla variedade de espaços e contextos. A formação integralista, falangista e salazarista não se limitava às instituições de ensino, mas se estendia aos âmbitos familiar, comunitário, associativo e assistencial, operando de maneira permanente tanto em espaços tradicionalmente considerados públicos quanto privados.

A criação de organizações femininas e de juventude não pode ser compreendida apenas como um desdobramento dessas práticas educativas difusas, nem exclusivamente como um instrumento de controle direto do Estado. Sua existência revela, antes, os limites das instâncias tradicionais de socialização, como a escola, a Igreja e a família na formação de uma identidade plenamente alinhada aos valores e objetivos dos movimentos. Essas instituições, embora fundamentais, não eram capazes, por si só, de produzir uma adesão política totalizante e mobilizadora. E isso ocorreu não somente nos casos analisados nesta pesquisa. A Alemanha é um exemplo desse processo:

Para essa tarefa, o nacional-socialismo não podia confiar exclusivamente, nem sequer principalmente, em uma instituição tradicional como a escola, ainda que métodos, conteúdos e professores/as passassem gradualmente a refletir a crescente influência de sua ideologia na sociedade alemã. As demais

instâncias socializadoras tradicionais – a família e as Igrejas – inspiravam ainda menos confiança. Em seu projeto totalitário de enquadramento incondicional de toda a juventude, as três (mas, especialmente, a respectiva Igreja, católica ou protestante) eram vistas como concorrentes dificilmente toleráveis, razão pela qual se buscou limitar tanto sua influência quanto seu prestígio.³¹⁶

Assim, as organizações femininas foram concebidas como espaços específicos de formação ideológica e prática política, voltados à fascistização das mulheres. Por meio de rituais, disciplinas corporais, atividades educativas dirigidas, assistência social e produção de discursos normativos, esses espaços permitiam difundir valores e moldar comportamentos, sensibilidades e formas de pertencimento. Mais do que complementar outras instâncias de socialização, tratava-se de criar um ambiente próprio, no qual a formação feminina pudesse ser orientada de maneira sistemática, intensiva e diretamente vinculada ao projeto político.

Essa concepção ampliada de educação estava profundamente enraizada nas representações de gênero predominantes no período histórico analisado. Para além dos movimentos e regimes fascistizados, a própria sociedade da época tendia a compreender a educação formal como uma extensão do lar e da maternidade, o que contribuiu para naturalizar a presença feminina nesse campo. Não por acaso, a docência figurava entre as principais e socialmente mais aceitas possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho, reforçando a associação entre feminino, cuidado e formação moral.³¹⁷

Nesse enquadramento, atribuía-se às mulheres a responsabilidade de proporcionar, orientar e incentivar uma educação alinhada aos valores considerados legítimos por esses projetos políticos. A atuação feminina no campo educativo foi, assim, fundamental para a difusão dos princípios morais, religiosos e nacionalistas defendidos pela AIB, pela SF e pela MPF. Ao intervir diretamente na formação de crianças e jovens, essas mulheres contribuíram

³¹⁶ Tradução de: “Para dicha tarea el nacionalsocialismo no podía confiar única, pero tampoco principalmente en una institución tradicional como la escuela, aunque métodos, contenidos y maestros/as fueran paulatinamente reflejando la creciente influencia de su ideología en la sociedad alemana. Las restantes instancias socializadoras tradicionales – la familia y las Iglesias – les merecían todavía menos confianza. En su proyecto totalitario de encuadramiento incondicional de toda la juventud, las tres (pero, especialmente, la respectiva Iglesia, católica o protestante) eran vistas como competidoras dificilmente tolerables, por lo cual se intentó limitar tanto su influencia como su prestigio” (MORANT I ARIÑO, Antonio. **Mujeres para una “Nueva Europa”**: las relaciones y visitas entre la Sección Femenina de Falange y las organizaciones femeninas nazis, 1936-1945. 2013. Thesis (Doctorado en Historia Contemporánea) – Universitat de València, València, 2013. p. 241-242).

³¹⁷ BLASCO HERRANZ, Inmaculada. “Sección Femenina” y “Acción Católica”: la movilización de las mujeres durante el franquismo. **Gerónimo de Uztáriz**, n. 21, p. 55-66, 2005.

para a internalização precoce desses valores no cotidiano, desempenhando um papel central na reprodução social e ideológica dos regimes e movimentos ao longo do tempo.

O panorama geral da educação no interior da AIB encontra-se estreitamente articulado ao papel atribuído e exercido pelas mulheres no movimento, ambos ancorados na noção de uma “educação integral para o homem integral”.³¹⁸ Tal proposta pedagógica visava à formação total do indivíduo, contemplando de maneira indissociável as dimensões físicas, intelectual, cívica e espiritual, concebidas como fundamentos para a regeneração moral e política da nação. Nesse contexto, a centralidade atribuída à educação também respondia a demandas políticas do período. No Brasil, o exercício do voto estava proibido para analfabetos, o que conferia à expansão do ensino um caráter estratégico: ao promover a instrução, ampliava-se simultaneamente o número de novos eleitores.³¹⁹

Assim, o investimento educacional não se restringia à formação moral e ideológica dos indivíduos, mas estava diretamente ligado à ampliação da base política do movimento. Com isso, a educação ocupava um lugar central no projeto integralista, não apenas como política social, mas como instrumento de transformação profunda do indivíduo e da coletividade.

A proposta pedagógica da AIB extrapolava amplamente os limites da alfabetização e da instrução escolar formal. A educação era concebida como uma ferramenta essencial para a chamada “revolução espiritual”, entendida como condição necessária para a reconstrução do caráter nacional e para a superação das crises atribuídas ao liberalismo, ao materialismo e ao comunismo.³²⁰ Trata-se, portanto, de uma concepção educativa fortemente marcada por valores morais, religiosos e nacionalistas, na qual o processo formativo assumia um caráter permanente, disciplinador e normativo.

³¹⁸ PALHARES, Lenir. “**Educação integral para o homem integral**”: as escolas integralistas em Minas Gerais (1932-1937). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

³¹⁹ É importante destacar que, em meados da década de 1930, menos de 40% da população em idade escolar tinha acesso à educação formal no Brasil, em um contexto marcado pela precariedade das condições de ensino, pela insuficiência de instituições escolares e pela profunda desigualdade no acesso à escolarização. A exclusão educacional atingia de forma particularmente intensa as camadas populares, a população negra e os grupos socialmente marginalizados, evidenciando que a educação era atravessada por critérios de classe, raça e gênero. O racismo estrutural e as hierarquias sociais vigentes moldavam o acesso à escola, assim como os conteúdos, os métodos pedagógicos e as expectativas em relação aos sujeitos educados, configurando um sistema educacional profundamente excludente (OLIVEIRA, Vilson Jaques de; CASTANHA, André Paulo. O ensino primário na Era Vargas: da necessidade à realidade. **Cadernos de História**, v. 24, n. 40, p. 80-100, 2023).

³²⁰ CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Educação e integralismo**: um estudo sobre estratégias de organização da Ação Integralista Brasileira AIB (1932-1937). 1995. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

A educação integral tinha, para integralistas, o sentido básico de ação doutrinária, posto que entendiam formação como um processo de conversão a uma verdade já estabelecida. Em síntese, eram a concepção doutrinária e, dentro dela, a incorporação da dimensão religiosa à educação escolar as características específicas da educação integral, tal como a entendia o movimento integralista.³²¹

Com base na interpretação de Rosa Cavallari³²², a educação no interior da AIB deve ser compreendida para além de sua dimensão escolar ou formal, configurando-se como uma estratégia abrangente de organização política e de formação ideológica. A autora demonstra que o integralismo mobilizou um conjunto articulado de instrumentos – como a imprensa, os rituais públicos, as práticas doutrinárias e as atividades cotidianas – com o objetivo de moldar comportamentos, disciplinar os militantes e consolidar uma identidade coletiva homogênea.

A educação operava como um mecanismo central de penetração do movimento na vida social, dissolvendo as fronteiras entre público e privado e estendendo a normatização integralista a esferas como a família, a moral e as relações afetivas. Tal perspectiva permite compreender que práticas aparentemente íntimas, como o casamento, não escapavam à lógica de controle e regulação do movimento e eram incorporadas ao seu projeto político mais amplo de formação do “homem novo” e de reorganização da sociedade.

Nesse projeto, o papel das mulheres e da revista *Brasil Feminino* revelavam-se fundamentais. Associadas à missão de educar, cuidar e moralizar, as mulheres integralistas foram mobilizadas como agentes privilegiadas da pedagogia política do movimento, atuando tanto nos espaços formais de ensino quanto, sobretudo, nos âmbitos doméstico, comunitário e associativo.³²³ A educação integral, tal como formulada pela AIB, pressupunha a atuação feminina como mediadora entre o projeto ideológico do movimento e o cotidiano social, reforçando a centralidade das mulheres na formação das novas gerações e na difusão dos valores integralistas. Assim, a educação constituiu-se em um dos principais eixos de legitimação da

³²¹ CAVALIERI, Ana Maria. Anísio Teixeira e a educação integral. *Paidéia*, v. 20, n. 46, p. 249-259, 2010. Doi: [10.1590/S0103-863X2010000200012](https://doi.org/10.1590/S0103-863X2010000200012).

³²² CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Educação e integralismo: um estudo sobre estratégias de organização da Ação Integralista Brasileira AIB (1932-1937)**. 1995. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

³²³ SIMÕES, Renata Duarte. Nem só mãe, esposa e professora: os múltiplos campos de atuação da mulher militante integralista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Anpuh, 2011. p. 1-17.

presença feminina no interior do movimento, ao mesmo tempo em que delimitava os contornos específicos de sua atuação política.³²⁴

A criação da revista *Brasil Feminino* inscreveu-se de maneira estratégica no projeto político-pedagógico da AIB, evidenciando o papel central atribuído às mulheres na difusão e naturalização dos valores do movimento. Longe de se configurar como uma publicação de caráter feminista, o periódico destinava-se a moldar politicamente as mulheres brasileiras dos anos 1930. Nesse processo, a educação feminina era concebida como um instrumento fundamental de contenção do que o movimento identificava como ameaças à ordem social, em especial o comunismo, frequentemente apresentado como resultado da “desorientação moral” das mulheres e da equiparação entre os sexos promovida pela modernidade.

Ao responsabilizar as mulheres pela preservação do lar e pela formação moral das famílias, a *Brasil Feminino* reforçava que a educação deveria ser entendida como prática cotidiana e difusa; razão pela qual constituía uma frente privilegiada de atuação política feminina, essencial para a reprodução social e ideológica do integralismo.³²⁵

No plano pedagógico, a AIB dialogou de forma seletiva com princípios associados à chamada Escola Nova³²⁶, especialmente no que se refere à defesa de uma “escola ativa”, voltada à valorização do esforço individual do aluno e à aprendizagem por meio da vivência e da prática.³²⁷ A interpretação dessa apropriação seletiva de princípios da Escola Nova não é consensual na historiografia.

Giovanny Noceti Viana³²⁸ tende a compreender o integralismo como um amplo movimento educativo, enfatizando seu projeto de transformação interior do indivíduo e a busca por uma formação integral orientada por valores espirituais e nacionais. Nessa leitura, a incorporação de métodos ativos e experiências pedagógicas diversas estaria vinculada a uma

³²⁴ LOPES, Daniel Henrique. **As experiências femininas na AIB, 1932-1938: revendo o passado – gênero e representações**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2007.

³²⁵ GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

³²⁶ Trata-se de um movimento pedagógico surgido entre o final do século XIX e o início do XX, com base em experiências europeias e norte-americanas. No Brasil, ganhou força na década de 1920, tendo como marco o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Defendia a centralidade da criança no processo educativo, o uso de métodos ativos de aprendizagem e a formação integral do indivíduo, em oposição ao ensino tradicional, baseado na memorização. Suas propostas influenciaram diferentes projetos educacionais, sendo apropriadas, inclusive, por movimentos como a Ação Integralista Brasileira (VIANA, Giovanny Noceti. **Orientar e disciplinar a liberdade: um estudo sobre a educação nas milícias juvenis integralistas – 1934/1937**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008).

³²⁷ *Ibid.*, p. 60.

³²⁸ *Ibid.*

preocupação com a eficácia formativa e com a adaptação de modelos educacionais ao contexto brasileiro.

Por outro lado, Andrelise Gauterio Santorum³²⁹ propõe uma leitura mais crítica, ao interpretar essas mesmas práticas como parte de um conjunto de técnicas modernas de controle social. Para a autora, a adoção de métodos associados à Escola Nova revela um paradoxo: instrumentos pedagógicos de caráter progressista são mobilizados para a formação de sujeitos inseridos em uma concepção autoritária, hierárquica e intolerante de sociedade. A educação integralista não pode ser compreendida apenas como projeto formativo, mas como mecanismo de enquadramento político e de fascistização da juventude, no qual educação e doutrinação se encontram profundamente imbricadas.

A educação era concebida como instrumento de disciplinamento moral, político e espiritual, orientado para a construção de um sujeito integralista obediente, hierárquico e fiel aos valores do movimento. O público-alvo da política educacional integralista encontrava-se claramente segmentado: enquanto às massas destinava-se uma formação elementar, centrada na alfabetização básica, no civismo e na moral nacionalista, às elites integralistas reservava-se uma educação mais aprofundada, envolvendo estudos de filosofia, sociologia e direito corporativo, voltados à formação de quadros dirigentes.³³⁰

Essa concepção educacional articulava-se a uma estrutura organizacional específica, consolidada em 1936 com a criação da SNAFP, responsável por centralizar e controlar tanto a educação da juventude quanto a atuação feminina no interior do movimento. Daniel Henrique Lopes³³¹ observa que a SNAFP evidencia a necessidade de o integralismo tentar formatar os comportamentos e os anseios de uma militância que se tornava numerosa e heterogênea, submetendo-a a uma disciplina mais rigorosa.

O papel das mulheres integralistas revelou-se fundamental para a expansão social do Sigma. Representando cerca de 20% da militância em meados da década de 1930³³², as

³²⁹ SANTORUM, Andrelise Gauterio. **Fascismo à brasileira: juventude e imprensa como instrumentos de doutrinação da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

³³⁰ PALHARES, Lenir. “**Educação integral para o homem integral**”: as escolas integralistas em Minas Gerais (1932-1937). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. p. 56.

³³¹ LOPES, Daniel Henrique. **As experiências femininas na AIB, 1932-1938: revendo o passado – gênero e representações**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2007.

³³² BAIRROS, Lilian Tavares de. O integralismo de saia: militância feminina nas fileiras integralistas em Santos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. p. 6.

mulheres foram investidas da missão primordial de educadoras e forjadoras de caráter, concebidas como base da “célula-mãe” da sociedade (a família) e, portanto, como agentes centrais na transmissão dos valores morais, cívicos e espirituais que sustentavam o projeto integralista.

O papel da imprensa feminina integralista revela-se particularmente significativo ao se observar que, na edição 35, de maio de 1937, a revista *Brasil Feminino* explicitou, como parte de seu programa de ação, o objetivo de “propugnar pela educação moral e intelectual da mocidade feminina do Brasil”. Tal formulação evidencia a centralidade atribuída à educação no interior do projeto integralista, sobretudo a consciência que o periódico possuía acerca de sua função pedagógica e formadora. A revista se percebia como agente ativo na construção da intelectualidade feminina, atribuindo a si a responsabilidade de orientar, moldar e elevar a formação das mulheres brasileiras segundo os valores morais, cívicos e espirituais do movimento.

Trata-se, contudo, de uma concepção de intelectualidade claramente dividida: a educação moral e intelectual defendida pela *Brasil Feminino* não se dirigia aos integralistas de modo indistinto, mas especificamente às mulheres, reforçando a distinção entre os horizontes formativos masculino e feminino no interior da AIB. Ao delimitar um projeto educativo próprio para as mulheres, o periódico reafirmava a ideia de que cabia a elas uma formação intelectual diferenciada, orientada para a internalização de valores considerados fundamentais à família, à moral cristã e à regeneração nacional, consolidando, assim, o papel da imprensa como instrumento central da pedagogia política integralista.

É significativo notar que não se identificam iniciativas equivalentes voltadas à orientação feminina sobre a formação dos homens, o que evidencia os limites da autoridade pedagógica atribuída às mulheres e a manutenção de hierarquias de gênero no interior do movimento. Para além da ênfase na educação moral e intelectual da mocidade feminina, o programa de ação apresentado pela *Brasil Feminino* revela um conjunto mais amplo de objetivos, que permitem compreender com maior precisão o lugar atribuído às mulheres no interior do projeto integralista.

Ao afirmar como primeira meta a necessidade de “congregar todos os valores intelectuais femininos do Brasil para elevar, cada vez mais, aos olhos do mundo a personalidade

da mulher brasileira”³³³, a revista explicitava a intenção de construir uma identidade feminina nacional idealizada, capaz de representar o país no plano simbólico e cultural. Essa formulação sugere uma concepção de intelectualidade feminina orientada para a circulação e difusão de um modelo de mulheres brasileiras alinhado aos valores morais, espirituais e nacionalistas defendidos pelo integralismo, reforçando a ideia de que as mulheres deveriam funcionar como emblema da nação.

A segunda diretriz, “trabalhar pelo intercâmbio mental entre as mulheres cultas de todos os países”³³⁴, introduz de forma explícita uma dimensão transnacional no discurso do periódico. Tal proposta deve ser interpretada como a defesa de uma circulação seletiva de ideias entre mulheres consideradas “cultas”, isto é, pertencentes a determinados estratos sociais e ideologicamente compatíveis com o projeto integralista. O intercâmbio mental proposto pela revista operava como mecanismo de legitimação simbólica, ao inserir as mulheres integralistas brasileiras em uma rede imaginada de sociabilidade feminina internacional, ao mesmo tempo em que reforçava hierarquias culturais, políticas e morais. A questão da transnacionalidade da AIB será trabalhada mais adiante.

A terceira pauta era “auxiliar moralmente as iniciativas femininas de qualquer caráter de utilidade”³³⁵, o que evidencia a tentativa de ampliar o alcance social da revista e do movimento, posicionando-se como instância orientadora e legitimadora das ações femininas consideradas socialmente aceitáveis. O critério de “utilidade” funcionava como filtro ideológico, delimitando quais iniciativas mereciam apoio e reconhecimento, ao passo que excluía práticas associadas à emancipação política, ao feminismo autônomo ou à contestação da ordem social. Trata-se de uma estratégia de cooptação e enquadramento da ação feminina, que buscava canalizar iniciativas diversas para um horizonte moral e político convergente com os princípios integralistas. O integralismo demonstra, aqui, seu caráter de transnacionalidade.

A referência à cooperação para o desenvolvimento de um “feminismo racional” explicita a ambiguidade do discurso da *Brasil Feminino*. Ao reivindicar um feminismo adjetivado como racional, o periódico distanciava-se explicitamente das correntes feministas liberais e sufragistas, frequentemente retratadas como excessivas, desagregadoras ou moralmente perigosas. O chamado feminismo racional integralista não visava à igualdade de

³³³ MANCILHA, Virginia Maria Netto. Nas páginas da imprensa feminina: uma análise da revista Brasil Feminino e da participação no movimento do Sigma (1932-1937). In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (org.). **Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p. 216.

³³⁴ *Ibid.*

³³⁵ *Ibid.*

direitos entre homens e mulheres, mas à reafirmação de papéis de gênero, apresentados como naturais e complementares. Assim, o programa de ação da revista delineava um projeto de mobilização feminina que combinava ampliação da participação política das mulheres com o limite delimitado, consolidando a imprensa feminina como instrumento central da pedagogia e da disciplina de gênero no interior da AIB.

Ao repassar para o público feminino todas as diretrizes, estatutos e protocolos disciplinares, a revista serviu como um meio capaz de propagar, noticiar o conteúdo doutrinário e ainda instruir as mulheres na ideologia integralista. Além disso, a revista em busca do sadio feminismo foi capaz também de criar estereótipos, ou seja, o Brasil Feminino promoveu a caracterização feminina em diferentes imagens nas quais buscava resgatar e vangloriar os “dons” genuínos das mulheres, discurso que acabou sendo amplamente divulgado para toda a comunidade integralista.³³⁶

Entende-se que é particularmente significativo que, nessa mesma edição (a primeira da *Brasil Feminino* sob comando integralista), o periódico tenha publicado uma matéria dedicada explicitamente a discutir “o papel da mulher no integralismo”. O caráter inaugural dessa edição permite interpretá-la como um momento de demarcação programática, no qual se fazia necessário explicitar, desde o início, os valores, os limites e as expectativas atribuídas à atuação feminina no interior do movimento. Voltado prioritariamente às mulheres simpatizantes e militantes integralistas, ou potenciais adeptas, o texto operava como um instrumento de orientação e enquadramento, inserido no contexto de consolidação e expansão do movimento, no qual se buscava definir e uniformizar as formas de participação feminina.

Chama a atenção o uso recorrente do singular ao se referir à mulher (“a mulher”, e não “as mulheres”), o que revela a busca deliberada por um modelo normativo e homogêneo de feminilidade integralista. Ao tratar a mulher como uma categoria abstrata e universalizada, a revista apagava diferenças sociais, regionais e individuais, construindo um ideal feminino padronizado, apresentado como natural e desejável. Essa operação discursiva visava ordenar a presença feminina no espaço público e regular o espaço privado, ao definir comportamentos, valores morais e funções sociais consideradas legítimas. Assim, a matéria sobre “o papel da mulher no integralismo” inscrevia-se, mais uma vez, em um esforço mais amplo de disciplinamento de gênero, no qual a imprensa feminina atuava como instrumento central para

³³⁶ MANCILHA, Virginia Maria Netto. Nas páginas da imprensa feminina: uma análise da revista Brasil Feminino e da participação no movimento do Sigma (1932-1937). In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (org.). **Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p. 233.

a normalização das condutas femininas e para a consolidação de uma cultura política que buscava moldar integralmente a vida das mulheres.

A centralidade conferida à educação espiritual e moral revela-se um dos pilares fundamentais desse projeto. O artigo atribui às mulheres a responsabilidade de preservar e difundir valores cristãos, como devoção, disciplina e patriotismo, entendidos como fundamentos indispensáveis para a construção de uma “Grande Nação” moralmente regenerada. Ao enfatizar a necessidade de combater os “excessos” da modernidade associados ao materialismo, ao individualismo e à decadência moral, o texto insere a atuação feminina no cerne da chamada revolução espiritual integralista, reforçando a ideia de que a regeneração da sociedade deveria partir do interior da família e da vida cotidiana, espaços tradicionalmente associados ao feminino.³³⁷

[as mulheres] deveriam, também, lutar para resgatar os valores tradicionais, a ética e a moral, além de exaltar os heróis nacionais e, dessa forma, engrandecer o espírito pátrio. Era dever ainda das militantes cumprir com entusiasmo as obrigações domésticas, maternais e religiosas, além da obrigação para com o movimento político e a nação e o enaltecimento do nacionalismo.³³⁸

Paralelamente, o artigo estabelece um conjunto preciso de deveres e comportamentos esperados da mulher integralista, destacando valores como obediência, perseverança, disciplina e fidelidade ao chefe do movimento, Plínio Salgado – princípios compartilhados por toda a militância, mas que, no caso feminino, eram mobilizados em função de papéis específicos ligados à formação moral e educativa da coletividade.

A figura feminina idealizada pelo integralismo é apresentada como simultaneamente submissa e resiliente: submissa à hierarquia política, religiosa e familiar, mas ativa na execução das tarefas que lhe cabiam no processo de formação moral da coletividade. Ao orientar as mulheres a servirem como exemplos de conduta e como educadoras das gerações futuras, o texto reforça a função pedagógica da militância feminina, concebida como mecanismo essencial de reprodução dos valores integralistas e de rejeição explícita ao individualismo liberal.

³³⁷ PALHARES, Lenir. “**Educação integral para o homem integral**”: as escolas integralistas em Minas Gerais (1932-1937). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. p. 47.

³³⁸ FERREIRA, Lilian Tavares de Bairros. **Blusas-Verdes à beira-mar**: mulheres integralistas – Santos (1932-1937). 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. p. 93.

Conforme analisa Lúcia Possas³³⁹, o discurso integralista sobre o papel feminino buscava se afastar de dois polos considerados indesejáveis. De um lado, rejeitava-se a figura das mulheres associadas ao luxo e a “futilidades” do mundo materialista. De outro, também se recusava a possibilidade de uma atuação feminina que implicasse a assimilação de funções socialmente atribuídas aos homens ou a reivindicação de igualdade nesse âmbito. Com isso, a proposta integralista delineava um modelo específico de feminilidade, que, embora mobilizado politicamente, permanecia ancorado em limites bem definidos quanto às funções e aos espaços de atuação das mulheres.³⁴⁰

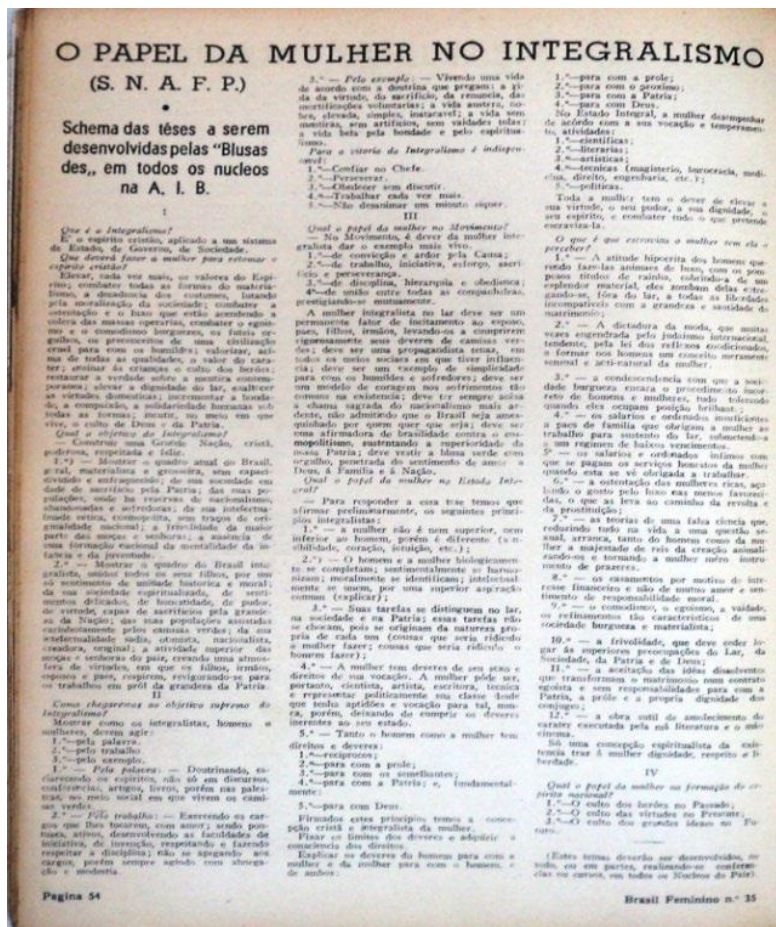
Assim, “O papel da mulher no integralismo” explicita de forma exemplar a lógica de gênero que também estruturava o projeto integralista: ao mesmo tempo em que reconhecia a importância estratégica da atuação feminina e de sua militância, delimitava seus contornos, subordinando-a a um ideal de feminilidade disciplinada, moralizada e politicamente orientada em diálogo com valores presentes na sociedade da época, mas ressignificados no interior do projeto integralista.

Torna-se possível perceber que o principal eixo de atuação das mulheres integralistas esteve profundamente vinculado ao trabalho educativo, entendido em sentido amplo. A novidade não reside propriamente na associação entre mulheres e educação – já presente em outros contextos sociais –, mas na forma como essa atuação foi reorganizada no interior do movimento. Inseridas em estruturas específicas e orientadas por diretrizes políticas claras, essas práticas passaram a se desenvolver em espaços como núcleos locais, iniciativas assistenciais e ações de alfabetização, voltadas tanto a mulheres quanto a potenciais eleitores. A educação exercida por essas militantes incluía ainda a orientação moral dos homens, ampliando o alcance de sua intervenção.

Tal dimensão educativa assumiu caráter explicitamente político ao se articular às estratégias eleitorais da AIB, sobretudo após a conquista do voto feminino em 1932, quando a ampliação do eleitorado feminino passou a constituir um objetivo central de mobilização. A ampliação do sufrágio levou o movimento a orientar suas militantes quanto à importância do voto e da participação eleitoral, especialmente diante das eleições das quais a AIB pretendia participar.

³³⁹ POSSAS, Lúcia Maria Vianna. O integralismo e a mulher. In: POSSAS, Lúcia Maria Vianna; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro (org.). **Integralismo: novos estudos e reinterpretações**. Rio Claro, SP: Arquivo do Município, 2004.

³⁴⁰ POSSAS, Lúcia Maria Vianna; CAVALARI, Rosa M. F. (org.). **Integralismo: novos estudos e reinterpretações**. Rio Claro, SP: Arquivos Público e Histórico do Rio Claro, 2004.

Figura 10 – *Brasil Feminino*, n. 35, maio 1937

Fonte: Delfos.

As integralistas mobilizaram, de maneira sistemática, a atuação feminina como meio de expandir suas bases sociais, utilizando o trabalho educativo das mulheres para ampliar seu contingente de apoiadores e eleitores, particularmente nas eleições municipais de 1936 e na sucessão presidencial prevista para 1938, que não aconteceu devido ao golpe de Estado de Getúlio Vargas no Brasil, em 1937. A militância feminina foi integrada a um projeto eleitoral concreto, no qual educação, moralização e mobilização política se entrelaçavam de forma indissociável.

É possível identificar uma dimensão paradoxal no discurso integralista. Embora o movimento e suas militantes frequentemente criticassem o feminismo (sobretudo aquele associado às lutas por emancipação e igualdade de direitos), muitas das pautas defendidas pelas integralistas, como a alfabetização feminina e a orientação para o exercício do voto, dialogavam de maneira indireta com reivindicações históricas do movimento feminista. A diferença fundamental, contudo, não residia nesses meios, mas nos fins a que se destinavam: enquanto o feminismo os articulava a um projeto de ampliação de direitos e autonomia, no integralismo

tais práticas eram subordinadas a um projeto político, voltado à formação de sujeitos disciplinados e à consolidação de uma ordem moral e nacional específica. Tal constatação não implica, evidentemente, caracterizar as integralistas como feministas, mas permite evidenciar, mais uma vez, que a participação política das mulheres na AIB constituiu um espaço de ação, disputa e protagonismo feminino sem precedentes no cenário político brasileiro da época.

Por outro lado, a Espanha teve elementos distintos do caso brasileiro. Lledó Magnieto Ventura³⁴¹ destaca que a mobilização das mulheres vinculadas à Falange Espanhola apresentou um caráter acentuado pela conjuntura da Guerra Civil Espanhola, que conferiu novos ritmos e sentidos à mobilização feminina. Diferentemente do caso brasileiro, em que a atuação das integralistas se estruturou em torno de projetos de longo prazo voltados à educação, à formação cívica e à ampliação das bases eleitorais do movimento, a militância feminina falangista se mobilizou de maneira intensa e imediata, como resposta à percepção de que a ordem social e moral estava em risco diante das transformações introduzidas durante a Segunda República. A guerra fez com que as mulheres tivessem um compromisso político mais direto, público e urgente, no qual os limites tradicionais da feminilidade foram, temporariamente, flexibilizados em função das necessidades do conflito.

Nos anos que antecederam a Guerra Civil Espanhola, o modelo de atuação das falangistas já se distinguiu daquele observado no integralismo brasileiro. Suas atividades concentravam-se, sobretudo, na assistência e no suporte logístico aos militantes do movimento, envolvendo tarefas como, por exemplo, a confecção de uniformes, o auxílio às famílias de presos políticos e as visitas a encarcerados. Contudo, essa atuação não se restringia a essas funções: as mulheres também participavam de iniciativas de mobilização política, ocupando o espaço público por meio de discursos, atividades de organização e, em alguns casos, ações clandestinas vinculadas à dinâmica de confronto do período.³⁴² Com o início da guerra, essas práticas foram ampliadas e institucionalizadas, e a atuação feminina passou a ser entendida como parte indispensável do esforço bélico e da retaguarda nacionalista.

No que diz respeito às falangistas, o modelo de feminilidade que delinearam durante seus primeiros anos apresenta uma trajetória bastante distinta daquela observada entre as integralistas. Assim, como já assinalado em páginas

³⁴¹ MAGNIETO VENTURA, Lledó. “As mães da nação”: el papel de las fascistas brasileñas y españolas en el proyecto de reconstrucción nacional de Ação Integralista Brasileira y Falange Española. Una mirada desde la prensa (1935-1945). *Anuario de la Escuela de Historia*, Rosario, n. 43, 2025. Doi: <https://doi.org/10.35305/aei.vi43.458>.

³⁴² MORANT I ARIÑO, Toni. “Las mujeres que también fueron fascistas”. Los primeros años de la Sección Femenina de Falange en una mirada transnacional. *Historia del Presente*, n. 32, p. 11-26, 2018. Doi: <https://doi.org/10.5944/hdp.32.2018.40439>.

anteriores, a atuação das mulheres filiadas à Falange, nos anos que antecederam a guerra, concentrou-se na assistência, exercendo uma função complementar à de seus camaradas, por meio da visita a presos, da confecção de uniformes ou do contrabando de armas.³⁴³

Esse enquadramento foi reforçado a partir de 1937, quando a assistência social se tornou obrigatória para as mulheres no território controlado pelos nacionalistas, por meio de decretos que integravam formalmente o trabalho feminino ao projeto de guerra e de reconstrução moral do regime. O cuidado ao próximo, a assistência aos feridos, o apoio espiritual aos combatentes e a organização de serviços sociais passaram a constituir o núcleo da ação política feminina falangista. A militância das mulheres foi, assim, concebida como uma extensão do campo de batalha, ainda que situada fora da frente armada.

A comparação entre os dois casos evidencia, portanto, a centralidade dos contextos na configuração das formas de mobilização feminina. Se, no Brasil, as integralistas conceberam a educação, especialmente a alfabetização e a formação moral, como instrumento estratégico de longo prazo, inclusive com vistas à participação eleitoral e à ampliação do eleitorado, no caso espanhol a atuação das falangistas foi profundamente marcada pela conjuntura da guerra civil, que orientou sua mobilização para responder às exigências imediatas do conflito e da assistência social.

A matéria denominada “El pitillo del soldado”³⁴⁴ (“O cigarro do soldado”), descrita na Y, oferece um exemplo particularmente revelador das formas pelas quais a participação feminina foi mobilizada e enquadrada durante a Guerra Civil Espanhola. Essa ação insere-se em um modelo de engajamento que combinava assistência material, mobilização emocional e pedagogia política, articulando-se de maneira coerente com o ideário da SF.

O discurso presente na campanha enfatiza, em primeiro lugar, o entusiasmo e a disposição das mulheres ao reconhecerem que “a Pátria esperava muito delas”. Essa formulação, além de legitimar a convocação feminina, também atribui sentido político à sua atuação, apresentando-a como resposta natural e espontânea a um chamado nacional. O

³⁴³ Tradução de: “En lo que respecta a las falangistas, el modelo de feminidad que perfilaron durante sus primeros años nos muestra una secuencia bien distinta a la presentada por las integralistas. Así, como señalábamos en páginas anteriores, la labor de las mujeres afiliadas a la Falange en los años previos a la guerra fue la asistencia, la de complemento de sus camaradas a través de la visita a los presos, la confección de uniformes o el contrabando de armas” (MAGNIETO VENTURA, Lledó. “As mães da nação”: el papel de las fascistas brasileñas y españolas en el proyecto de reconstrucción nacional de Ação Integralista Brasileira y Falange Española. Una mirada desde la prensa (1935-1945). **Anuario de la Escuela de Historia**, Rosario, n. 43, 2025. p. 13. Doi: <https://doi.org/10.35305/aeht.vi43.458>).

³⁴⁴ Y: Revista para la Mujer, n. 6-7, 1938.

engajamento é descrito em termos afetivos, reforçando a ideia de que a participação feminina deveria ser vivida como missão moral, e não apenas como militância política.

A própria iniciativa de recolher cigarros para os soldados revela a lógica simbólica que estruturava esse tipo de ação. O cigarro, objeto cotidiano e associado ao descanso, à pausa e à camaradagem masculina, é ressignificado como gesto de cuidado e proximidade, mediado pelas mulheres. Ao organizarem a coleta nas ruas, sobretudo aos domingos, as militantes ocupam o espaço público, convertendo a visibilidade feminina em instrumento de apoio à guerra. Nesse processo, é importante destacar o caráter inovador dessa atuação: jovens, muitas vezes ainda adolescentes, circulavam pelas ruas, abordando desconhecidos e interpelando diretamente a população, prática pouco comum e socialmente marcada para mulheres naquele contexto. Isso deixa nítido tanto a ampliação quanto a reconfiguração dos limites de sua presença no espaço público.

O trabalho realizado nas delegações de frentes e hospitais, envolvendo a contagem, a embalagem e a preparação dos cigarros, acompanhados de licor, é apresentado como atividade disciplinada, meticulosa e altruísta. Trata-se de uma extensão do trabalho doméstico e do cuidado, agora transposto para o esforço de guerra. A assistência material assume, assim, uma dimensão moral: ao proporcionar “descanso” aos combatentes, as mulheres contribuiriam, simbolicamente, para a vitória e para a restauração do que entendiam com ordem nacional.

O texto atribui à iniciativa um significado claramente político, ao apresentá-la como símbolo do compromisso das mulheres com a “cruzada nacional”. A guerra, nesse enquadramento, é travada no campo simbólico, onde as mulheres desempenham papel fundamental como mediadoras entre o lar, a fé e o fronte.

Dialogando com as iniciativas de assistência feminina descritas anteriormente, os testemunhos oficiais publicados pela revista *Y* reforçam e institucionalizam o modelo de participação das mulheres no esforço do ideal nacionalista, como na matéria da edição 9 de 1938. As cartas assinadas por chefes militares, médicos e autoridades vinculadas ao Exército e aos serviços de saúde constituem um reconhecimento formal da atuação feminina, ao mesmo tempo em que delimitam com precisão os contornos dessa participação.

As mulheres são reiteradamente situadas no espaço da retaguarda, concebido como dimensão indispensável da guerra, ainda que estruturalmente subordinadas ao combate armado masculino. Ainda assim, tal definição não esgotava as formas efetivas de atuação feminina. Em diferentes momentos, sobretudo antes e no início do conflito, mulheres participaram de atividades de mobilização política, organização e até ações clandestinas. Isso indica que a

ênfase na retaguarda não ocorria por falta de alternativas, mas como forma de definir e controlar os espaços considerados adequados para a atuação feminina.

O vocabulário mobilizado nesses documentos é revelador. Termos como “abnegação”, “delicadeza”, “carinho” e “espírito de colaboração” aparecem de forma recorrente, associando o trabalho feminino a qualidades morais e afetivas, e não a competências técnicas ou políticas autônomas. Mesmo quando se reconhece a eficácia e a intensidade do esforço das mulheres, especialmente no âmbito hospitalar e assistencial, tal reconhecimento permanece inscrito em uma lógica de complementaridade, na qual a função feminina consiste em sustentar, aliviar e prolongar a capacidade de resistência dos combatentes. Mais do que um simples elogio, esse vocabulário funciona como mecanismo de enquadramento, ao reconhecer a atuação feminina ao mesmo tempo em que define seus limites.

Como observa Ángela Cenarro Lagunas³⁴⁵, categorias como “serviço”, “disciplina” e “abnegação”, além de atributos femininos, eram elementos centrais do “modo de ser” falangista. Esses aspectos eram apropriados pelas mulheres como forma de inserção no projeto político, ainda que codificados por meio de uma linguagem moralizada.

Na interpretação das palavras de José Antonio, o “serviço” era um elemento identitário do “modo de ser” falangista, essencial para contribuir de forma ativa e eficaz para a pátria. Do mesmo modo, a “disciplina” era entendida como o respeito à hierarquia, compartilhado por homens e mulheres, e revestido de uma dimensão criadora, pois “somente assim [a Falange] poderia adquirir a força necessária para alcançar o triunfo”. A “abnegação”, como afirmara José Antonio no célebre encontro com um grupo de mulheres em Don Benito [...], era essa “virtude feminina” que deveria caracterizar todos os falangistas – palavras que adquiriram, para as militantes, um significado fundacional, como se se tratasse de uma revelação. O que estava em jogo não era a subordinação às figuras masculinas em oposição à emancipação, mas a identificação com o “modo de ser” falangista como alternativa a outras formas de feminilidade, associadas à frivolidade ou ao egoísmo, e desvalorizadas na Espanha franquista.³⁴⁶

³⁴⁵ CENARRO LAGUNAS, Ángela. La Falange es un modo de ser (mujer): discursos e identidades de género en las publicaciones de la Sección Femenina (1938-1945). **Historia y Política**, n. 37, p. 91-120, 2017. p. 95. Doi: <https://doi.org/10.18042/hp.37.04>.

³⁴⁶ Tradução de: “En la interpretación de las palabras de José Antonio, el ‘servicio’ era un elemento identitario del ‘modo de ser’ falangista esencial para contribuir activa y eficazmente a la patria. Igualmente, la ‘disciplina’ se entendía como el respeto a la jerarquía, que compartían hombres y mujeres, y que estaba investida de una dimensión creadora, porque ‘únicamente así podía adquirir [la Falange] la fuerza necesaria para conseguir el triunfo’. La ‘abnegación’, como había dicho José Antonio en el famoso encuentro con un grupo de mujeres en Don Benito [...], era esa ‘virtud femenina’ que debía ser la de todos los falangistas, palabras que adquirieron un significado fundacional, como si de una revelación se tratase, para las militantes. Lo que se estaba dirimiendo no era la subordinación a los hombres frente a la emancipación, sino la identificación con el ‘modo de ser’ falangista como alternativa a otras manifestaciones de la feminidad, identificadas con la frivolidad o el egoísmo, devaluadas en la España de Franco” (*Ibid.*, p. 99-100).

Assim, os testemunhos oficiais corroboram as representações difundidas pela imprensa falangista e revelam o processo pelo qual a assistência feminina foi incorporada ao aparato simbólico e institucional do franquismo. A participação das mulheres é celebrada como indispensável à vitória, mas, no plano discursivo, é majoritariamente concebida como apoio, e não como direção; como serviço, mais do que como decisão. Trata-se de uma mobilização que amplia a presença feminina no esforço de guerra sem alterar as hierarquias de gênero que estruturavam o projeto político.

As matérias que abordam a participação feminina na Guerra Civil Espanhola aparecem de forma recorrente nas páginas da revista *Y*, indicando que o engajamento das mulheres constituiu uma pauta constante no discurso falangista. Mais do que enumerar exaustivamente todas as publicações sobre o tema, esta pesquisa busca identificar padrões de representação que permitam compreender como as mulheres espanholas foram apresentadas como militantes no interior do projeto político da Falange.

Nesse conjunto de textos, a atuação feminina é predominantemente associada ao campo do serviço social e da assistência. Durante a guerra, essa participação se materializou, sobretudo, no apoio à frente, por meio de iniciativas voltadas ao cuidado dos combatentes e à sustentação moral do conflito. No pós-guerra, essas mesmas práticas foram ressignificadas e direcionadas à gestão das consequências físicas e morais decorrentes do conflito, atuando na reabilitação dos feridos, no amparo às famílias e na reconstrução simbólica da sociedade espanhola.

Essas atividades, contudo, não se restringiam à dimensão assistencial, estando inseridas em um processo mais amplo de formação política e enquadramento das mulheres no interior da organização falangista. Assim, a recorrência dessas matérias evidencia que a militância feminina, tal como concebida pela Falange, estruturou-se, fundamentalmente, em torno do serviço social, compreendido como espaço também legítimo de engajamento político.³⁴⁷

Por sua vez, ainda no contexto ibérico, o caso português apresenta especificidades próprias. Enquanto a AIB privilegiou a educação cívico-doutrinária, espiritual e moral como

³⁴⁷ É importante destacar que, diferentemente do caso espanhol, no qual o Estado franquista institucionalizou a chamada “nacionalização através do gênero”, por meio de dispositivos obrigatórios e de uma estrutura centralizada, a experiência brasileira apresentou características distintas. Na realidade da AIB, as mulheres integralistas atuaram em um cenário marcado pela ausência de uma máquina estatal plenamente mobilizada em favor do projeto político. Diante dessa condição, as militantes desenvolveram e sustentaram redes próprias de assistência social, educação e alfabetização, articuladas no interior do movimento e voltadas à ampliação de sua base de apoio.

eixo central da mobilização feminina e a SF concentrou sua atuação no serviço social e assistencial, em certa medida condicionado pela experiência da Guerra Civil Espanhola e do pós-guerra, a MPF estruturou sua ação prioritariamente em torno da formação moral e comportamental das jovens. Essa orientação esteve diretamente vinculada ao projeto do Estado Novo salazarista, que concebia a disciplina dos costumes, a religiosidade e a preparação para os papéis familiares como fundamentos da regeneração social e da ordem autoritária em Portugal.

A atuação da MPF esteve profundamente ancorada na moral católica e nos princípios ideológicos do Estado Novo, que articulavam família, religião e nação como eixos estruturantes da ordem social, concebendo as mulheres como futuras mães, esposas e educadoras no interior da família, considerada o núcleo fundamental da ordem social. A sua principal função foi a moralização do cotidiano feminino, por meio da inculcação de valores como disciplina, obediência, religiosidade, modéstia, pureza e devoção à pátria. A educação promovida pela MPF visava à construção de um ideal feminino compatível com o ideal do regime.³⁴⁸

As atividades desenvolvidas pela organização concentraram-se em práticas como instrução doméstica, higiene, puericultura, economia do lar, formação religiosa, educação física e vigilância dos costumes.³⁴⁹ A MPF operou, sobretudo, em um tempo longo de normalização social, orientando sua ação para a formação moral contínua das jovens e para a regulação de comportamentos considerados adequados. Privilegiava práticas regulares e disciplinadoras, voltadas à prevenção do “desvio moral” e à contenção de influências consideradas perigosas, como o feminismo e o comunismo. Essas atividades não se restringiam ao plano formativo, mas integravam um processo mais amplo de enquadramento e socialização política das mulheres no interior do regime.

Embora também tenha desempenhado funções assistenciais, essas ações ocuparam um lugar secundário e fortemente disciplinado, funcionando mais como extensão da pedagogia moral do que como resposta a uma emergência social. A assistência, quando presente, esteve subordinada à lógica da caridade cristã e da formação do caráter, e não à ideia de mobilização feminina extraordinária ou de protagonismo público ampliado. Esse projeto educativo:

³⁴⁸ PIMENTEL, Irene Flunser. **A cada um o seu lugar: a política feminina do Estado Novo**. Porto: Bloco Gráfico, 2011.

³⁴⁹ FAUTH, Elisa; MACHADO, Vitória de Almeida. Educação feminina: o projeto político do Estado Novo português pelas lentes das revistas *Modas e Bordados* e *Eva* (1930-1945). **História e Cultura**, v. 13, n. 1, 2024. Doi: <https://doi.org/10.18223/hiscult.v13i1.4360>.

Possuía quatro vieses educacionais: moral, civismo, física e social. Com o objetivo de estender às colônias portuguesas, o Decreto-lei n. 43.271 (1960) tornou extensiva às colônias portuguesas no continente africano a Seção Feminina da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa.³⁵⁰

Com isso, percebe-se a ambição de moldar integralmente comportamentos, valores e sensibilidades femininas. Tal pretensão não se restringiu ao território metropolitano. A difusão desses ideais ocorreu por meio de diferentes estratégias, como museus itinerantes, atividades teatrais³⁵¹, ações educativas e a própria estrutura organizacional da Mocidade.

No caso espanhol, embora o contexto colonial apresentasse especificidades distintas, também se observa a projeção extraterritorial dos valores defendidos pelo regime franquista. A relação complexa da Espanha com o Marrocos influenciou a política colonial, assim como as representações e os controles sobre gênero e moralidade. Episódios como a censura de correspondências íntimas, incluindo cartas de amor, ilustram a tentativa de o Estado franquista regular afetos, comportamentos e relações pessoais, inclusive em espaços atravessados pela experiência colonial.³⁵² Ainda que não se trate de uma iniciativa diretamente vinculada à SF, esse tipo de intervenção dialoga com o mesmo universo normativo que orientava a atuação feminina no interior do regime.

Ao mencionar esses exemplos, não se pretende aprofundar a análise das dinâmicas coloniais e de gênero – temática que abre um campo enorme de investigação próprio –, mas evidenciar que os projetos políticos e educativos dos regimes ibéricos ultrapassaram amplamente as fronteiras europeias. Tanto em Portugal quanto na Espanha, tratava-se de iniciativas de grande alcance, cuidadosamente organizadas e sustentadas por dispositivos institucionais, culturais e simbólicos, que visavam moldar sujeitos, valores e comportamentos em escala transnacional.

A matéria intitulada “Recordando o passado”³⁵³ permite compreender a centralidade da educação moral e cívica na definição do papel das mulheres no interior do Estado Novo português. Ao recuperar os “primeiros tempos” da organização, o texto constrói uma narrativa

³⁵⁰ GONDIM, Amanda Marques de Carvalho; SILVA, Edson Tenório da. A Mocidade Portuguesa (MP) e a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF): educação e identidade nacional no período salazarista. *Acta Scientiarum. Education*, v. 46, n. 1, 2024. p. 8. Doi: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v46i1.69118>.

³⁵¹ Para um aprofundamento sobre o salazarismo e o teatro, recomenda-se: SANTORUM, Andreise Gauterio. **Palcos do Império: o teatro português em Angola durante o Estado Novo (1930-1950)**. 2023. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

³⁵² MATEO DIESTE, Josep Lluís; MURIEL GARCÍA, Nieves. “**A mi querido Abdelaziz..., de tu Conchita**”: Cartas entre españolas y marroquíes durante el Marruecos colonial. Madrid: Icaria, 2020.

³⁵³ Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal, n. 1, 1939.

memorialística que legitima a origem da MPF e reafirma sua função pedagógica como pilar da ordem autoritária salazarista, conferindo à educação moral um sentido diretamente articulado ao projeto político do regime.

Desde as primeiras linhas, a MPF é apresentada como fruto direto da política educacional do regime, vinculada organicamente ao Ministério da Educação Nacional. A ênfase na criação da organização como parte da OMEN revela a concepção segundo a qual a educação feminina deveria ser simultaneamente nacional, moral e familiar. As mulheres são concebidas como mediadoras entre o Estado e a sociedade, responsáveis por interiorizar e reproduzir valores considerados fundamentais para a segurança e a felicidade da nação.

O artigo insiste na ideia de educação integral, articulada em dimensões morais, cívicas, físicas e sociais, deixando claro que o objetivo não era apenas instruir, mas formar condutas, sensibilidades e disposições morais. O texto publicado indica que a educação promovida pela MPF visava moldar comportamentos femininos ajustados à hierarquia, à obediência e à ordem. Trata-se de um projeto pedagógico que ultrapassa o espaço escolar e se estende ao cotidiano, aos gestos e às práticas públicas das jovens filiadas.

A forte presença da religiosidade no texto reforça o carácter confessional dessa formação. A bênção das bandeiras, a participação do clero e a associação explícita entre Deus, Pátria e Família evidenciam a articulação entre catolicismo e nacionalismo como fundamentos da educação feminina, dialogando diretamente com a AIB no Brasil. As mulheres são apresentadas como zeladoras desses valores, responsáveis por preservá-los e transmiti-los, tanto no espaço doméstico quanto no âmbito da própria organização juvenil, portanto, nos tradicionalmente conhecidos espaços público e privado. Conforme Pimentel³⁵⁴:

Havia, segundo o ministro, uma educação moderna que ele considerava “indispensável” para “formar mulheres capazes para a vida, de corpo e espírito sãos, senso prático, poder de realização, carácter forte, prontas a servir, no mais alto sentido social desta palavra, a Deus, à Pátria e à Família”.

As imagens que acompanham a matéria – com desfiles, uniformes, cerimônias públicas e autoridades religiosas e estatais – complementam esse discurso, ao tornar visível a pedagogia

³⁵⁴ PIMENTEL, Irene. A Mocidade Portuguesa Feminina e a Itália fascista. **Officina della Storia**, 2020. p. 6.

da disciplina, e reforçam a ideia de que a educação feminina se dava sob constante vigilância simbólica e política, mesmo quando atribuída às mulheres. Como destaca Miguel Monteiro³⁵⁵,

a obrigatoriedade do uso da farda tinha como mensagem a ordem, o respeito pelas hierarquias, o orgulho pela pertença àquela organização juvenil representativa da Nação e a unidade em torno dos ideais traçados pelo Estado Novo para as jovens em formação.

Evidencia-se, assim, o papel central dos elementos visuais e materiais como instrumentos de formação, controle e disciplinamento. Também faziam parte da farda: lenços, boinas e chapéus, que não serão aqui analisados, bem como o equipamento exclusivo para a ginástica.

Figura 11 – *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, n. 1, 1938



Fonte: HML.

A seção “Recordando o passado” da edição 5, de 1939, explicita de forma particularmente clara a concepção educativa que orientava a atuação da MPF no interior do Estado Novo português. Sob o pretexto de rememorar uma iniciativa assistencial, isto é, a

³⁵⁵ MONTEIRO, Miguel Maria Santos Correia. **A Mocidade Portuguesa Feminina no Liceu Nacional Infanta D. Maria de Coimbra**: contributo para o estudo da educação em Portugal. 2010. Dissertação (Mestrado em História da Educação) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010. p. 80.

colaboração da organização na Semana da Mãe, promovida pela OMEN, o texto constrói uma narrativa que articula educação moral, caridade cristã e formação feminina como fundamentos da ordem social autoritária.

Desde o início, a participação das jovens da MPF é apresentada como uma expressão natural de sua missão educativa. A assistência às mães pobres, materializada na confecção e distribuição de berços e enxovais, não é descrita apenas como ação solidária, mas também como resultado direto de uma formação moral específica, baseada na disciplina, no sacrifício e na caridade. A ajuda ao próximo surge como uma prática pedagógica, por meio da qual as filiadas aprendiam, na própria ação, os valores que deveriam interiorizar e reproduzir ao longo da vida.

A centralidade da maternidade como pilar estruturante do discurso é igualmente significativa. O berço aparece como objeto simbólico privilegiado, descrito como “símbolo do maior amor”, e como elemento em torno do qual se organiza a família, concebida como núcleo fundamental da nação. Ainda que as jovens da MPF não fossem, necessariamente, mães, eram educadas para reconhecer a maternidade como destino natural e horizonte moral. A formação feminina, assim, antecipava e preparava o papel que essas jovens desempenhariam no futuro, tanto no espaço privado quanto na reprodução dos valores do regime, portanto, o espaço público.

Através de modelos e de imagens associadas a elas, a figura de mãe, mulher do lar, que sabe o seu lugar, como fica patente neste e em outros números do boletim. Assim, dentro da estrutura simbólica na qual estão inseridas, as moças da Mocidade Portuguesa Feminina iriam, pouco a pouco, introjetando em si as características de uma boa esposa e cidadã, sabendo das condições e limitações deste papel.³⁵⁶

A matéria revela a dimensão coletiva e organizada desse projeto educativo. A referência à participação de diferentes centros da MPF, à mobilização de recursos, ao envolvimento de escolas e colégios e à expansão da iniciativa para outras regiões do país indica que se tratava de uma ação sistemática, integrada a uma pedagogia nacional que ultrapassava as fronteiras continentais. A educação das mulheres, para as mulheres e pelas mulheres, não era pensada como experiência individual, mas como prática social destinada a formar sujeitos femininos úteis à estabilidade moral e política do regime.

³⁵⁶ AMARAL, Walter Valdevino do. “O que nós queremos que nossas raparigas sejam”: o boletim da Mocidade Portuguesa Feminina (1939-1947). **Caderno Espaço Feminino**, v. 32, n. 1, p. 127-148, 2019, p. 142. Doi: <https://doi.org/10.14393/CEF-v32n1-2019-6>.

Figura 12 – *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal, n. 5, 1939*

Fonte: HML.

Com isso, pode-se perceber que a militância feminina nos movimentos analisados assumiu formas distintas, ajustadas às especificidades políticas, sociais e históricas de cada contexto nacional, mas ancoradas em um mesmo princípio estruturante: a politização das funções tradicionalmente atribuídas às mulheres. Utilizou-se, ao longo desta subseção, um conjunto de matérias de imprensa e publicações oficiais com o objetivo de exemplificar como educação, assistência e serviço à pátria constituíram os principais eixos de atuação feminina no interior desses projetos autoritários.

A análise das fontes permite concluir que, no caso brasileiro, a AIB privilegiou a educação cívico-doutrinária como espaço central da militância feminina; na Espanha, a SF transformou o cuidado e o serviço social em instrumentos fundamentais de mobilização em um contexto marcado pela excepcionalidade da guerra e do pós-guerra; enquanto, em Portugal, a MPF concentrou-se na formação moral e comportamental das jovens como estratégia de normalização social e de preservação da ordem nacional-católica.

Em comum, essas experiências indicam que a presença das mulheres no espaço público foi apresentada pelos próprios movimentos como compatível com a ordem de gênero vigente, sendo interpretada como sua reconfiguração, e não como ruptura. A saída das mulheres do

âmbito doméstico foi legitimada por meio da promessa de proteger, moralizar e fortalecer a família, concebida como base da nação. Essa formulação, contudo, deve ser compreendida como parte de um esforço discursivo de legitimação, que buscava justificar a ampliação da atuação feminina sem colocar em questão as hierarquias de gênero. As militantes atuaram por meio de práticas educativas, assistenciais e sociais que lhes permitiram intervir cotidianamente na sociedade, convertendo o serviço à pátria em mecanismo de atuação política e de difusão ideológica.

Dessa maneira, fica evidente que a militância feminina nos movimentos analisados operou como uma “revolução espiritual” conduzida no plano do cotidiano, na qual as mulheres assumiram um papel central na sustentação moral da comunidade nacional. Esse esforço formativo e assistencial, longe de ser neutro, esteve orientado por um inimigo comum, que será examinado na subseção seguinte: o comunismo, percebido como ameaça central à família, à ordem social e aos valores que essas organizações buscavam preservar.

4.2 ANTICOMUNISMO E MOBILIZAÇÃO FEMININA: MORAL, FAMÍLIA E DEFESA DA ORDEM

Se o anticomunismo estruturou de maneira ampla os discursos e as práticas dos movimentos e regimes fascistas e fasticizados, sua eficácia política esteve diretamente relacionada à capacidade de se infiltrar nas diferentes esferas da vida social. Nesse processo, a mobilização feminina assumiu um papel estratégico, na medida em que permitiu a difusão desses valores para além dos espaços institucionais formais. Ao articular política, moral e cotidiano, o anticomunismo encontrou nas mulheres um vetor privilegiado de disseminação, capaz de operar tanto na esfera doméstica quanto em espaços organizados de sociabilidade política, ampliando o alcance de suas representações e reforçando sua legitimidade social.

A incorporação das mulheres a esse projeto não se deu de forma marginal, mas como parte constitutiva das estratégias de consolidação desses movimentos e regimes. A partir da associação entre feminilidade, moralidade e responsabilidade familiar, construiu-se um campo específico de atuação política, no qual as mulheres eram chamadas a desempenhar funções consideradas essenciais à preservação da ordem social. O combate ao comunismo foi progressivamente traduzido em termos acessíveis ao universo feminino, vinculando-se à defesa da família, da religião e dos valores sociais, elementos que permitiam transformar uma disputa ideológica em uma questão cotidiana e concreta.

Analisar o anticomunismo com base na mobilização feminina implica deslocar o olhar para além das instâncias tradicionais do poder, evidenciando como sua força residiu na ampla difusão social de suas práticas e na multiplicidade de seus agentes. As mulheres, longe de ocuparem uma posição periférica, participaram ativamente da construção, circulação e legitimação desse discurso, atuando como mediadoras entre os projetos políticos e a vida social. É nesse cruzamento entre gênero, moralidade e política que se insere a presente análise, buscando compreender como o anticomunismo foi apropriado, reformulado e mobilizado no interior das organizações femininas vinculadas a esses movimentos.

4.2.1 O caso brasileiro

O anticomunismo não constituiu um elemento acessório ou circunstancial dos movimentos e regimes fascistas, mas um de seus pilares ideológicos centrais e uma das principais forças motrizes de mobilização política e legitimação autoritária ao longo do século XX. Além de uma posição reativa perante o avanço das esquerdas, o anticomunismo estruturou a visão de mundo fascista, organizando seus discursos, suas práticas políticas e suas estratégias de controle social. Não se tratava, contudo, de um traço exclusivo do fascismo, sendo também amplamente compartilhado por outros regimes autoritários, por ditaduras e movimentos de direita ao longo do período. Com isso, compreender o anticomunismo é fundamental para analisar tanto a consolidação dos regimes fascistas e fascistizados quanto as formas de engajamento feminino no espaço público.

Na historiografia brasileira, a análise de Rodrigo Patto Sá Motta³⁵⁷ oferece uma contribuição fundamental ao evidenciar como o anticomunismo se consolidou como uma matriz política duradoura, capaz de atravessar diferentes regimes, projetos ideológicos e conjunturas históricas ao longo da história. Para o autor, o anticomunismo operou como um sistema de representações profundamente enraizado, mobilizado pelas elites políticas, militares e intelectuais para a defesa de valores considerados básicos da sociedade brasileira, como a religião, a família e a propriedade. Nesse enquadramento, o comunismo foi apresentado como uma ameaça não apenas política, mas civilizacional, associada à dissolução da moral, à destruição da ordem social e à ruptura de uma suposta identidade nacional cristã e ocidental.

³⁵⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O perigo é vermelho e vem de fora: o Brasil e a URSS. **Locus: Revista de História**, v. 13, n. 2, 2007.

Criaram-se, assim, bases para estabelecimento de uma sólida tradição anticomunista na sociedade brasileira, reproduzida ao longo das décadas seguintes através da ação do Estado, de organismos sociais e mesmo de indivíduos, cujo zelo militante levou à constituição de um conjunto de representações sobre o comunismo, um verdadeiro imaginário anticomunista. Tal tradição passou a ser elemento constante nas campanhas e nas lutas políticas, o que não significa que suas manifestações tenham tido sempre a mesma intensidade.³⁵⁸

Um dos elementos centrais dessa construção simbólica foi a produção de representações de barbárie. A imprensa, a propaganda política e a produção editorial desempenharam um papel fundamental na difusão da imagem do comunismo como uma forma de “barbárie oriental” ou de “horda asiática”³⁵⁹, contraposta à ideia de civilização ocidental. Essa retórica buscava desqualificar as narrativas positivas difundidas pela esquerda, que apresentavam a União Soviética como um projeto de justiça social e progresso, substituindo-as pela imagem de um “inferno” marcado pela violência, pela escassez e pela supressão da liberdade. Ao mesmo tempo, o comunismo era recorrentemente caracterizado como um perigo estrangeiro, uma doutrina exótica e infiltrada no país por agentes externos, o que permitia deslegitimar movimentos sociais internos ao classificá-los como meros instrumentos de Moscou, alheios aos interesses nacionais.

Nesse processo, a chamada “Intentona Comunista”³⁶⁰, de 1935, ocupou um papel central. Motta³⁶¹ identifica o levante como um marco fundamental para a consolidação do anticomunismo no Brasil, ao institucionalizar o medo da “ameaça vermelha” e justificar a criação de mecanismos duradouros de repressão, censura e propaganda estatal. A partir de 1935, o anticomunismo deixou de ser apenas um discurso político e passou a estruturar práticas institucionais, contribuindo para a aproximação de setores do governo de Getúlio Vargas com regimes autoritários europeus, inclusive de inspiração fascista e nazista. Esse episódio fortaleceu a associação entre comunismo, subversão e traição nacional, criando um repertório simbólico que seria continuamente reativado nas décadas seguintes.

³⁵⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

³⁵⁹ *Id.* O perigo é vermelho e vem de fora: o Brasil e a URSS. **Locus: Revista de História**, v. 13, n. 2, 2007, p. 231

³⁶⁰ “Intentona comunista” foi o termo difundido por setores anticomunistas para designar o levante de 1935, carregando uma conotação pejorativa. Conforme analisa Rodrigo Patto Sá Motta, a expressão faz parte da construção discursiva do anticomunismo no Brasil (MOTTA, *op. cit.*, 2000).

³⁶¹ *Ibid.*

A Intentona de 1935 deu origem a uma grande onda anticomunista, que não se resumiu apenas à repressão e à censura, mas implicou a criação de mecanismos de propaganda e contrapropaganda, visando erradicar o risco de expansão das ideias revolucionárias no Brasil. As representações e instituições inspiradas na campanha contra o comunismo enraizaram-se e teriam impacto em eventos futuros.³⁶²

O pesquisador destaca que o uso político do anticomunismo teve impactos profundos sobre a democracia brasileira e sobre as formas de militância política. Ao longo do século XX, o anticomunismo serviu como instrumento de legitimação de golpes de Estado, como os de 1937 e 1964, e como justificativa para a restrição do espaço democrático, uma vez que qualquer proposta de transformação social passou a ser interpretada como um prelúdio da revolução soviética. O anticomunismo funcionou, segundo Motta³⁶³, como uma verdadeira “lente de distorção permanente”, por meio da qual conflitos sociais, demandas por direitos e projetos de autonomia nacional eram reinterpretados como ameaças existenciais ao organismo social, legitimando o uso da força e a supressão das liberdades em nome da ordem e da segurança.

Essa leitura encontra diálogo na análise de Carla Luciana Silva³⁶⁴, que desloca a origem desse imaginário para os primeiros anos da década de 1930 e demonstra que a construção do comunismo como “inimigo da nação” antecede os eventos de 1935, sendo resultado de um processo gradual de elaboração discursiva. A autora ainda afirma que o imaginário foi mobilizado como instrumento de legitimação de projetos políticos.

Inserida em um contexto marcado pela consolidação de uma tradição anticomunista, a AIB apropriou-se desse repertório simbólico e o radicalizou, transformando o combate ao comunismo em um dos pilares de sua identidade política, doutrinária e militante. O anticomunismo integralista não pode ser compreendido apenas como reflexo do clima político dos anos 1930, mas como parte constitutiva de um projeto autoritário que articulava nacionalismo, espiritualismo cristão e rejeição explícita à modernidade liberal e socialista.³⁶⁵

No interior da AIB, o comunismo foi concebido como um inimigo absoluto, simultaneamente político e moral. Dialogando com a matriz analisada por Rodrigo Patto Sá Motta³⁶⁶, o discurso integralista reforçou a ideia do comunismo como uma ideologia

³⁶² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O perigo é vermelho e vem de fora: o Brasil e a URSS. **Locus: Revista de História**, v. 13, n. 2, 2007. p. 234.

³⁶³ *Id.* **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

³⁶⁴ SILVA, Carla Luciana. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

³⁶⁵ CRUZ ALVES, Cristiano. O integralismo e sua influência no anticomunismo baiano. **Antíteses**, v. 1, n. 2, p. 407-438, 2008.

³⁶⁶ MOTTA, *op. cit.*, 2000.

estrangeira, artificialmente introduzida no país e incompatível com a formação histórica brasileira. A nação era concebida como um corpo orgânico, dotado de unidade espiritual e histórica, e o comunismo surgia como uma força externa, descrita como prejudicial e corrosiva, responsável por incitar a luta de classes e fragmentar a solidariedade nacional. A produção acadêmica dedicada à AIB demonstra que o anticomunismo exerceu papel fundamental na formação da identidade política dos camisas-verdes, que buscavam se representar como guardiões da ordem e do bem diante da ameaça atribuída às ideias comunistas associadas a Moscou.³⁶⁷

Essa leitura estava profundamente presente nos escritos e discursos de Plínio Salgado, para quem o comunismo representava uma agressão direta à própria ideia de comunidade nacional. Ao defender a existência da luta de classes, o marxismo era acusado de destruir os vínculos orgânicos que sustentariam a vida social, substituindo a colaboração pela discórdia e o dever coletivo pelo antagonismo permanente. Cabe ressaltar, contudo, como observa Ana Júlia Corrêa Ferreira³⁶⁸, que nos materiais doutrinários da AIB não se encontra uma definição conceitual sistemática de comunismo, socialismo ou marxismo. Segundo a autora, na imprensa integralista, esses termos eram mobilizados de forma indistinta, funcionando como sinônimos e instrumentos retóricos de deslegitimação política.

Ainda assim, essa imprecisão conceitual não impediu a formulação de um discurso ideológico, no qual anticomunismo, espiritualismo cristão e nacionalismo se articulavam de maneira orgânica. Essa característica da produção intelectual de Salgado foi analisada por Leandro Pereira Gonçalves³⁶⁹, que destaca os fundamentos morais, autoritários e antimarxistas de sua obra:

Poeta, escritor e político, Salgado imprimiu à sua obra uma densa atmosfera de espiritualismo cristão, moralismo e autoritarismo, circundados por temas sociais. Seu discurso político possui uma tendência conciliatória e uma das bases de sua doutrinação é a negação da luta de classes no Brasil. Esse traço conservador mostra-se no aspecto nacionalista de sua obra, que encara a teoria marxista como uma invasão estrangeira. Do mesmo modo, o liberalismo é visto ao lado do comunismo como duas faces da mesma moeda: o materialismo burguês, antagônico ao espiritualismo integralista. Tal dualidade foi o fundamento dos escritos ao longo de toda a trajetória intelectual.

³⁶⁷ FIORUCCI, Rodolfo. O comunismo nas páginas da revista integralista *Anauê!* (1935–37): o inimigo (inter)nacional. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 11, p. 13-31, 2016.

³⁶⁸ FERREIRA, Ana Júlia Corrêa. O discurso antisemita na Ação Integralista Brasileira. **Manduarisawa: Revista Discente do Curso de História da UFAM**, v. 7, ano 1, p. 113-139, 2023.

³⁶⁹ GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 88.

Outro elemento central do anticomunismo integralista foi o combate ao materialismo, entendido como um traço comum tanto do liberalismo quanto do comunismo. Destaca-se que, para Trindade³⁷⁰, não é apenas uma característica isolada, mas uma evidência da identidade fascista da AIB, inserida em uma estrutura organizacional e ideológica que visava combater o liberalismo e o socialismo na realidade brasileira. Conforme analisado por Sérgio Schargel³⁷¹, o integralismo construiu uma crítica abrangente às doutrinas modernas que, em sua visão, reduziam o ser humano à dimensão econômica e negavam sua natureza espiritual. O comunismo era denunciado como uma ideologia responsável por afastar o homem de Deus e submeter o indivíduo a uma lógica impessoal de Estado, na qual a pessoa perderia sua dignidade moral e espiritual.

O anticomunismo funcionava como uma linguagem de legitimação da militância integralista, justificando a atuação política do movimento como uma batalha em defesa da civilização cristã e da ordem social. Esse anticomunismo, que também tinha caráter religioso, operava como vetor de coesão interna, favorecendo aproximações interconfessionais no interior do integralismo. Gonçalves e Caldeira Neto³⁷² reforçam que “o anticomunismo proporcionou o ecumenismo integralista, gerando unidade religiosa no movimento”.

A radicalização desse discurso atingiu seu ponto máximo na difusão da teoria da conspiração judaico-marxista, especialmente associada à atuação de Gustavo Barroso.³⁷³ Conforme demonstram Pedro Ivo Dias Tanagino³⁷⁴ e Ana Júlia Corrêa Ferreira³⁷⁵, Barroso desempenhou um papel central na introdução e sistematização do antissemitismo no interior do integralismo, difundindo a ideia de que o comunismo fazia parte de um complô internacional

³⁷⁰ TRINDADE, Héglio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1979.

³⁷¹ SCHARGEL, Sergio. O imaginário anticomunista de Plínio Salgado no Manifesto de maio: um fantasma sempre em ronda. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 9, n. 1, 2023. Doi: <https://doi.org/10.15210/rsulacp.v9i1.24930>.

³⁷² GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes**: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

³⁷³ VIEIRA, Newton Colombo de Deus. **Além de Gustavo Barroso**: o antissemitismo na ação integralista brasileira (1932-1937). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012; MAIO, Marcos Chor. **Nem Rothschild Nem Trotsky. O pensamento antissemita de Gustavo Barroso**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

³⁷⁴ TANAGINO, Pedro Ivo Dias. Miguel Reale e a “questão judaica” na Ação Integralista Brasileira: a função do mito político da “conspiração” na propaganda antiliberal e anticomunista da imprensa integralista (1932-1938). In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (org.). **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista. Rio de Janeiro: Autografia, 2019. v. 3. p. 61-92.

³⁷⁵ FERREIRA, Ana Júlia Corrêa. O discurso antissemita na Ação Integralista Brasileira. **Manduarisawa: Revista Discente do Curso de História da UFAM**, v. 7, ano 1, p. 113-139, 2023.

conduzido por judeus, supostamente responsáveis pelo controle do sistema financeiro, da imprensa e dos movimentos revolucionários. Essa narrativa conspiratória permitia personalizar o inimigo e reforçar a percepção de ameaça permanente, funcionando como elemento de coesão interna e radicalização ideológica.

A imprensa integralista desempenhou papel decisivo na difusão desse imaginário anticomunista. Jornais e revistas do movimento recorreram, sistematicamente, a uma retórica, marcada por imagens de caos, violência, doença e degeneração moral. Estudos como os de Rodolfo Fiorucci³⁷⁶ demonstram que publicações integralistas associavam o comunismo à barbárie, à desordem social e à destruição da civilização ocidental, criando um clima de medo e urgência que visava mobilizar a militância e ampliar o alcance do movimento entre a classe média, os militares e os setores religiosos.

O foco era erigir um clima de tensão e medo, sempre alimentando a ideia de que as forças comunistas no país estavam fortes o suficiente para tomar o poder, inclusive já organizadas para tal feito. Ainda que não estivesse entre as temáticas principais de *Anauê!*, o comunismo mostrou-se sempre presente em suas edições, pouco aparecendo como centro dos escritos, mas muitas vezes citado, e necessariamente de forma pejorativa. Em suas 22 edições, entre os 375 textos veiculados, apenas 14 tiveram como mote principal o comunismo. Por outro lado, observando os escritos que citaram questões ideológicas, que por sua vez somam 148 textos, distribuídos nas 22 edições, percebe-se que o comunismo foi o alvo principal.³⁷⁷

Assim, o anticomunismo constituiu um elemento singular no projeto fascista da AIB, articulando nacionalismo, religiosidade, autoritarismo e exclusão e fornecendo a base simbólica e moral que legitimava tanto a militância política quanto as propostas de reorganização da sociedade brasileira.

A consolidação do anticomunismo como um dos elementos fundamentais do integralismo exigiu, contudo, mais do que a definição de um inimigo ideológico e a mobilização discursiva das lideranças do movimento. Esse projeto pressupunha a difusão contínua de valores, comportamentos e sensibilidades capazes de ancorar o combate ao comunismo no cotidiano social. Nesse contexto, a dimensão de gênero revela-se fundamental, uma vez que às mulheres foi atribuído um papel estratégico na preservação da ordem moral, religiosa e familiar apresentada como antítese do comunismo. Assim, o anticomunismo integralista lhes reservou funções específicas na reprodução simbólica e prática desse imaginário no interior da AIB.

³⁷⁶ FIORUCCI, Rodolfo. O comunismo nas páginas da revista integralista *Anauê!* (1935–37): o inimigo (inter)nacional. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 11, p. 13-31, 2016. p. 18.

³⁷⁷ *Ibid.*, p. 18.

Nessa mesma direção, Rodrigo Oliveira³⁷⁸ destaca que o anticomunismo não operava apenas como um elemento retórico, mas constituía uma motivação central para o engajamento dos militantes no movimento. Em sua análise, o autor demonstra que a adesão ao integralismo esteve profundamente vinculada à percepção do comunismo como ameaça difusa e abrangente, articulada por meio de categorias igualmente flexíveis, como a noção de materialismo.

As mulheres integralistas desempenharam um papel central na difusão e na operacionalização da pauta anticomunista da AIB. Longe de ocuparem uma posição meramente auxiliar ou secundária, essas militantes foram concebidas como verdadeiras guardiãs da ordem moral, religiosa e familiar, assumindo a responsabilidade de proteger o cotidiano social brasileiro contra aquilo que o integralismo identificava como o “perigo vermelho”.³⁷⁹ O anticomunismo feminino constituiu uma dimensão fundamental do projeto integralista, articulando política, pedagogia e moralização social.

Um dos eixos centrais dessa atuação foi a defesa da família e do lar. No discurso integralista, o comunismo era apresentado como uma força dissolvente, destinada a destruir a família nuclear cristã, relativizar a autoridade paterna e romper os laços afetivos e religiosos que sustentariam a nação. Às blusas-verdes cabia a missão de preservar a chamada “família bem brasileira”, entendida como espaço privilegiado de reprodução dos valores cristãos e nacionais. O combate ao comunismo, nesse registro, era concebido como um dever de salvação do lar, no qual as mulheres apareciam como responsáveis diretas pela contenção das ideias materialistas consideradas estrangeiras e incompatíveis com a identidade nacional.

Essa concepção das mulheres como guardiãs da família e da ordem moral nacional é reiterada de forma explícita na imprensa feminina integralista.³⁸⁰ Um exemplo significativo encontra-se no texto “Para o Brasil feminino”, publicado na edição 35 da revista *Brasil Feminino*, assinado por Ilka Ribeiro dos Santos. Nele, a autora constrói uma narrativa na qual as mulheres brasileiras são apresentadas como personagens recorrentes dos “momentos decisivos” da história nacional, evocando figuras femininas do passado para legitimar sua atuação política no presente.

³⁷⁸ OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **“Perante o Tribunal da História”**: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

³⁷⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

³⁸⁰ POSSAS, Lúcia M. Vianna. As blusas-verdes e as marchadeiras: movimentos de mulheres e de participação política nos anos 30 e 60. **Revista Nuevas Tendencias en Antropología**, n. 3, p. 20-43, 2012.

Esse uso político do passado opera por meio da seleção e reinterpretação de referências históricas, enquadrando o contexto contemporâneo como uma encruzilhada moral, na qual apenas dois caminhos se apresentariam à nação: de um lado, o “abismo” do comunismo, descrito como força nefasta, estrangeira e anticristã; de outro, o integralismo, identificado como projeto de elevação espiritual, ordem e salvação nacional sob a bênção divina.

Ao convocar as mulheres a assumirem o papel de “atalaias da honra e da dignidade nacional”, o texto atribui à militância feminina uma função de vigilância moral e política, articulando anticomunismo, religiosidade e nacionalismo em um discurso que legitima a presença das mulheres, no que seria socialmente entendido como espaço público, sem romper com a hierarquia de gênero defendida pelo movimento.

A matéria “Esposas e noivas em face do integralismo”³⁸¹ tem grande relevância para a compreensão dos mecanismos de vigilância moral, política e ideológica exercidos pela AIB sobre a vida de suas militantes. Trata-se de um documento particularmente revelador da lógica de intervenção integralista em esferas tradicionalmente consideradas íntimas, ao explicitar como o movimento estendia seu controle para além da militância formal, alcançando decisões afetivas, conjugais e familiares das mulheres vinculadas ao Sigma.

O texto relata a exclusão de uma blusa-verde do núcleo de Florianópolis em razão de seu casamento com um homem identificado como “adversário do Sigma”, justificando a punição como incompatível com os princípios do movimento. Ainda que a matéria não afirme de modo explícito que o noivo fosse comunista, a própria categoria mobilizada (inimigo do Sigma) insere-se plenamente no vocabulário político integralista de identificação do inimigo. No discurso da AIB, tal designação operava de maneira ampla e deliberadamente elástica, englobando comunistas, socialistas, liberais, democratas e todos aqueles percebidos como ameaças à ordem cristã, nacionalista e corporativa defendida pelo movimento.

Conforme observa Possas³⁸², a doutrina e a “cênica espetacular” do integralismo “penetravam as dimensões mais íntimas e privadas do cotidiano, como a regulamentação dos batizados, casamentos, aniversários e falecimentos”. Essa perspectiva permite compreender que o casamento da militante não era concebido como uma esfera desvinculada da política, mas, ao contrário, como um espaço sujeito à vigilância, à normatização e às sanções impostas pelo movimento.

³⁸¹ Brasil Feminino, n. 35, p. 55, 1937.

³⁸² POSSAS, Lúcia M. Vianna. As blusas-verdes e as marchadeiras: movimentos de mulheres e de participação política nos anos 30 e 60. **Revista Nuevas Tendencias en Antropología**, n. 3, p. 20-43, 2012, p. 29.

Com isso, a ausência da nomeação direta do comunismo não enfraquece, e sim reforça o caráter difuso e abrangente do anticomunismo integralista. A matéria sugere, de forma implícita, que o noivo pertencia ao campo ideológico combatido pela AIB, permitindo inferir que sua oposição se situava no espectro político considerado incompatível com o projeto integralista. O anticomunismo, aqui, não aparece como um rótulo fixo, mas como um princípio organizador que estrutura práticas de exclusão e controle, mesmo quando não explicitado discursivamente. Pode-se entender, portanto, que para a AIB, a sociedade era dividida de maneira binário: inimigos e integralistas.

O episódio revela, portanto, a politização do casamento e das relações afetivas, confirmando a argumentação desenvolvida no início desta seção acerca da dissolução das fronteiras entre público e privado. Ao submeter a escolha conjugal de uma militante ao crivo ideológico do movimento, o integralismo reafirmava sua pretensão de regular a atuação política de suas filiadas, mas também suas trajetórias pessoais, afetivas e familiares. O casamento deixava de ser concebido como uma decisão individual ou familiar e passava a ser tratado como um ato político, passível de sanção quando considerado incompatível com os valores do Sigma. Ao analisar o caso da blusa-verde expulsa em Florianópolis, Endrica Geraldo³⁸³ destaca que o movimento buscava reverter opções individuais em favor da coesão ideológica, tratando o casamento como um dispositivo de controle em que a submissão das mulheres aos maridos prefigurava a obediência absoluta de todos os cidadãos ao Estado integral.

Essa matéria evidencia, ainda, a centralidade atribuída às mulheres na manutenção da coerência ideológica do lar integralista. Ao punir a militante pela escolha de seu parceiro, o movimento atribui à mulher a responsabilidade direta pela pureza doutrinária da família. A exclusão funciona, assim, como um mecanismo disciplinador que recai de maneira específica sobre as mulheres, concebidas como guardiãs da moral, da ordem doméstica e da transmissão dos valores integralistas no espaço familiar.

A matéria em análise pode ser compreendida como um verdadeiro documento-chave para a análise das formas pelas quais o integralismo buscou invadir e reorganizar a vida privada de suas militantes, articulando anticomunismo, moralidade e controle social. A matéria oferece um exemplo concreto de como a ideologia integralista se materializava em práticas cotidianas de exclusão, revelando a profundidade com que o fascismo brasileiro pretendeu submeter as relações íntimas às exigências do projeto político autoritário.

³⁸³ GERALDO, Endrica. **Entre a raça e a nação:** a família como alvo dos projetos eugenista e integralista de Nação brasileira nas décadas de 1920 e 1930. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2001. p. 113-114.

A atuação das mulheres integralistas estendeu-se de maneira sistemática ao campo da assistência social e da filantropia, configurando-se como mais uma estratégia de disputa simbólica com o comunismo nas classes populares. Por meio da organização de festividades, campanhas beneficentes e práticas assistenciais, as blusas-verdes buscavam demonstrar que o integralismo seria capaz de oferecer respostas concretas às dificuldades sociais sem recorrer à luta de classes ou à ruptura da ordem social vigente. Essas iniciativas operavam como instrumentos de aproximação cotidiana com o proletariado urbano, permitindo ao movimento ampliar sua presença nos bairros populares e disputar a adesão política e moral desses setores.³⁸⁴

A filantropia integralista contribuiu para a construção da imagem do movimento como alternativa moral e social ao socialismo, sustentada na ideia de harmonia entre as classes e na valorização da solidariedade cristã em oposição ao conflito social. A atuação feminina nas áreas da assistência, da saúde e da moralização do lar era apresentada como prova da superioridade do projeto integralista, concebido como uma missão regeneradora capaz de reformar a sociedade sem o recurso a revoluções consideradas destrutivas.³⁸⁵ Ao mesmo tempo, tais práticas reforçavam a capilaridade do integralismo no espaço urbano, especialmente entre trabalhadores e suas famílias.

Enquanto os camisas-verdes concentravam-se predominantemente na ação política direta, as blusas-verdes foram incumbidas de sustentar o anticomunismo no plano do cotidiano, da educação e da moral. Coube às mulheres integralistas atuarem na preservação dos valores tradicionais, na organização do lar e na formação das consciências, transformando o anticomunismo em uma prática social permanente, incorporada às rotinas familiares e às relações comunitárias.³⁸⁶ Por meio dessas ações, buscava-se “fechar” os lares brasileiros à influência comunista, deslocando o embate ideológico do espaço exclusivamente político para o terreno da vida privada e da moral social.

Essa dimensão cotidiana e moral do anticomunismo encontrava respaldo direto na formulação doutrinária do integralismo, especialmente na centralidade atribuída ao cristianismo como princípio organizador da vida social. A matéria “O sentido cristão do integralismo”,

³⁸⁴ BAIROS, Lilian Tavares de. O integralismo de saia: militância feminina nas fileiras integralistas em Santos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

³⁸⁵ MARQUES, Gabrielle dos Santos. Blusas Verdes: um contramovimento de mulheres na década de 1930. **Plural**, Brasil, v. 31, n. 1, p. 98-118, 2024. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2024.223029>.

³⁸⁶ ALVES, Cristiano Cruz. O integralismo e sua influência no anticomunismo baiano. **Antíteses**, v. 1, n. 2, p. 407-438, 2008.

assinada por Plínio Salgado³⁸⁷ é um exemplo de enquadramento ideológico fundamental para compreender a atuação feminina no campo da assistência e da filantropia. Ao definir o integralismo como uma doutrina essencialmente cristã, Salgado constrói uma oposição estrutural entre o projeto integralista e as correntes políticas associadas ao materialismo, à negação da espiritualidade e à ruptura da ordem moral, categorias que, no léxico do movimento, funcionavam como referências indiretas ao comunismo.

Ainda que o texto não mencione explicitamente o comunismo, a defesa reiterada da harmonia social, da hierarquia e da solidariedade cristã opera como contraponto direto à ideia de luta de classes, concebida como elemento desagregador da nação e da família. O integralismo é apresentado como uma via capaz de resolver os conflitos sociais por meio da cooperação entre os grupos, da subordinação dos interesses individuais ao bem comum e da restauração dos valores espirituais considerados próprios da identidade nacional. Nesse quadro, a ação assistencial das blusas-verdes adquire um sentido político preciso, pois materializava, no plano prático, a promessa integralista de superação do conflito social. Possas³⁸⁸ afirma: “as atividades de caráter político-ideológico deveriam formar uma nova geração de mulheres brasileiras, consolidando, em primeira instância, um tipo de ação social para a defesa e a manutenção dos fundamentos da família cristã brasileira”.

Já a filantropia e a assistência social desenvolvidas pelas mulheres integralistas podem ser compreendidas como extensões do papel feminino tradicional e como parte de uma estratégia consciente de enfrentamento ideológico ao comunismo. Ao atuar nos bairros populares, nos lares e nas instituições de cuidado, as blusas-verdes traduziam em práticas concretas a doutrina cristã defendida por Plínio Salgado, contribuindo para a construção de um anticomunismo difuso, incorporado à vida cotidiana. Assim, o combate ao comunismo deixava de ser apenas um discurso político e passava a se manifestar como uma prática social permanente, ancorada na ação feminina e na sacralização da família como espaço privilegiado de defesa da nação.

O anticomunismo no interior da AIB não se limitou à formulação doutrinária ou à retórica política de suas lideranças, mas constituiu um princípio organizador de práticas sociais, dispositivos pedagógicos e códigos morais que atravessaram a vida cotidiana. Ao articular nacionalismo, religiosidade e rejeição ao conflito de classes, o integralismo produziu um

³⁸⁷ Brasil Feminino, n. 37, p. 21, 1937.

³⁸⁸ POSSAS, Lúcia M. Vianna. As blusas-verdes e as marchadeiras: movimentos de mulheres e de participação política nos anos 30 e 60. **Revista Nuevas Tendencias en Antropología**, n. 3, p. 20-43, 2012. p. 30.

repertório simbólico capaz de legitimar a militância e orientar comportamentos, atribuindo às mulheres um papel central na preservação da ordem moral apresentada como antítese do comunismo. A atuação feminina na educação, na assistência social e na vigilância do lar revela como o combate ao “perigo vermelho” foi traduzido em ações concretas, voltadas à formação das consciências e à moralização da sociedade.

É possível perceber de forma concreta a atuação das militantes integralistas na luta contra o comunismo a partir da matéria publicada na revista *Brasil Feminino*, em 1937.³⁸⁹ O texto relata o episódio envolvendo uma militante do núcleo da Província Fluminense que, diante da tentativa de invasão da sede integralista por comunistas, teria reagido “de arma na mão” para defender o espaço do partido. A narrativa apresenta o acontecimento como expressão legítima da militância feminina e do compromisso absoluto com a causa integralista. A forma como o episódio é construído na matéria evidencia que o anticomunismo era concebido como plano do discurso ou da propaganda e como prática concreta de enfrentamento. O ato de empunhar uma arma é interpretado pela revista como gesto de coragem, fidelidade e amor ao Sigma, sendo explicitamente valorizado como prova da eficácia da ação política feminina. Ao exaltar essa atitude, o artigo sugere que a defesa do integralismo diante do comunismo poderia, quando necessário, assumir a forma de confronto direto, inclusive violento, legitimado em nome da preservação da ordem e da causa nacionalista.

Esse episódio também evidencia o caráter pouco convencional dessa forma de atuação feminina no contexto da época. Ao atribuir legitimidade a uma ação armada protagonizada por uma militante, a narrativa posiciona as mulheres em um papel que extrapola expectativas tradicionais de feminilidade, geralmente associadas ao cuidado, à moderação e à atuação indireta. A valorização desse tipo de comportamento indica que, em situações de conflito político intenso, a participação das mulheres podia assumir contornos mais diretos e confrontativos, incorporando práticas historicamente associadas ao universo masculino.

A matéria revela que a militância feminina era integrada à luta anticomunista de maneira ativa e combativa, ultrapassando a esfera do convencimento moral ou educativo. Ao apresentar as mulheres como capazes de agirem fisicamente contra o inimigo comunista, a revista reforça a ideia de que o combate ao marxismo exigia vigilância permanente e disposição para o sacrifício. Ao final da matéria, é citado o nome de Maria da Conceição³⁹⁰, integralista “cuja morte heroica ficará gravada na história do integralismo, assinalando a primeira mártir

³⁸⁹ *Brasil Feminino*, n. 37, p. 24, 1937.

³⁹⁰ Não foram encontradas informações sobre a morte ou a biografia da militante.

feminina”³⁹¹, o que denota o caráter de sacrifício presente na narrativa. Ainda que a revista não explique as circunstâncias de sua morte, a aproximação, em uma mesma matéria, entre a militante apresentada como mártir e a militante que pegou em armas para lutar contra o inimigo dos integralistas, sugere uma valorização da ação concreta e do sacrifício em defesa do movimento.

À luz das análises apresentadas, torna-se possível afirmar que o anticomunismo desempenhou, no caso brasileiro, um papel estruturante na configuração do integralismo enquanto projeto político autoritário. Mais do que um elemento discursivo ou um recurso conjuntural de mobilização, ele constituiu um princípio organizador capaz de articular ideologia, prática militante e intervenção no cotidiano social. Ao definir o comunismo como inimigo absoluto, a AIB construiu um repertório simbólico que legitimou tanto a repressão e a exclusão quanto a difusão de valores, comportamentos e hierarquias apresentados como naturais e necessários à preservação da nação.

Nesse processo, a mobilização feminina revelou-se decisiva para a consolidação do anticomunismo integralista. Atribuindo às mulheres funções centrais na defesa da família, da moral cristã e da ordem social, o movimento deslocou o combate ao comunismo para além da arena política formal, inscrevendo-o no espaço doméstico, nas práticas assistenciais, na educação e nas relações afetivas. Tal dinâmica confirma que o anticomunismo operou como discurso de enfrentamento ao adversário ideológico e como mecanismo de reorganização social, capaz de atravessar as fronteiras entre público e privado e de transformar a militância em prática cotidiana.

Assim, o caso brasileiro evidencia como o anticomunismo, ao ser apropriado e radicalizado por um movimento de inspiração fascista, contribuiu para a construção de formas específicas de engajamento político, nas quais gênero, moralidade e autoritarismo se articularam de maneira indissociável. Essa constatação oferece uma base analítica fundamental para a compreensão comparativa do fenômeno em outros contextos autoritários do século XX, como os regimes espanhol e português, nos quais o anticomunismo também desempenhou papel central na legitimação do poder e na mobilização social, ainda que articulado a trajetórias históricas e institucionais distintas.

³⁹¹ Brasil Feminino, n. 37, p. 24, 1937.

4.2.2 O caso espanhol

Na Espanha, o anticomunismo começou a se delinear de forma mais clara no contexto das profundas tensões políticas e sociais que marcaram as primeiras décadas do século XX, sendo progressivamente incorporado ao vocabulário político como chave interpretativa para os conflitos sociais em curso. A retórica anticomunista passou a operar como um instrumento de enquadramento e deslegitimação das mobilizações operárias, sindicais e populares, independentemente de sua filiação ideológica específica.

O chamado “perigo vermelho” se constituiu como resposta a organizações comunistas formalmente estruturadas e, também, como uma categoria política e simbólica mais ampla, capaz de condensar medos sociais difusos relacionados à instabilidade política, à transformação das relações de trabalho e à contestação das hierarquias tradicionais.

Durante a ditadura de Miguel Primo de Rivera (1923-1930), o rótulo de “comunista” já era empregado de forma ampla e imprecisa para perseguir diversos grupos de oposição ao regime, incluindo anarquistas, republicanos e setores do movimento operário sem vínculos orgânicos com o comunismo internacional. Nesse contexto, o anticomunismo operou como uma linguagem política genérica de repressão, utilizada para justificar a suspensão de liberdades, a censura e o controle das organizações sociais, antecipando práticas e dispositivos que seriam radicalizados nas décadas seguintes.³⁹²

Assim como no caso brasileiro, as distinções entre setores políticos, linhas ideológicas etc. não eram respeitadas nem destacadas. O caso brasileiro e o caso espanhol falavam sobre comunistas de uma forma generalizada. Na década de 1930, especialmente após a vitória da Frente Popular nas eleições de fevereiro de 1936, o discurso anticomunista assumiu contornos ainda mais alarmistas. Difundiu-se, entre as elites, os setores militares e a hierarquia eclesiástica, a percepção de que a Espanha estaria à beira de uma revolução dirigida por Moscou.³⁹³

A historiografia tem demonstrado, contudo, que o suposto “plano revolucionário soviético” foi, em grande medida, um mito político fabricado e instrumentalizado pelos militares. A construção desse inimigo absoluto permitiu transformar conflitos sociais e disputas

³⁹² GUSMÃO, Ramon Lamoso de. A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) nas páginas do jornal *O Globo*. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 8, n. 1, p. 45-68, 2022.

³⁹³ LÓPEZ ZAPICO, Misael Arturo; MORENO CANTANO, Antonio César. Imágenes de odio y miedo: ¡Así eran los rojos! Una exposición anticomunista en la España franquista (1943). **Historia del Presente**, n. 27, p. 19-33, 2016. Doi: <https://doi.org/10.5944/hdp.27.2016.40591>.

políticas internas em evidências de uma ameaça externa, reforçando a ideia de que a intervenção armada seria não apenas legítima como também necessária.

O regime franquista valeu-se de mitos para perpetuar sua existência e angariar o apoio de uma parcela significativa da população. Durante o conflito bélico e o período do pós-guerra, as exposições de propaganda desempenharam um papel essencial na mobilização das massas em direção a determinadas ações ou opiniões, bem como na tarefa de fazer com que a sociedade “recordasse” os motivos de sua causa, o caráter dela (com especial destaque para a relevância do conceito de *cruzada*) e, sobretudo, contra quem se combatia. Para as autoridades do bando nacional, o esquecimento era um conceito que não tinha lugar em seu vocabulário: era impossível afastar do presente os anos de governo republicano (e anteriores), assim como o papel desempenhado pelos partidos e organizações de esquerda. Esse passado foi manipulado e deturpado em benefício próprio, constituindo-se “memórias inventadas” que se buscou perpetuar por meio de todo tipo de comemorações, monumentos, literatura ou atos públicos de denúncia do inimigo.³⁹⁴

³⁹⁴ Tradução de: “El régimen franquista se sirvió de mitos para perpetuar su existencia y granjearse el apoyo de gran parte de la población. Durante la contienda bélica y la posguerra, las exposiciones de propaganda tuvieron un papel esencial para activar a las masas hacia determinadas acciones u opiniones y para que la sociedad ‘recordase’ los motivos de su causa, el carácter de la misma (la relevancia del concepto de Cruzada) y, sobre todo, contra quién se combatía. Para las autoridades del bando nacional el olvido era un concepto que no tenía cabida en su diccionario, era imposible apartar del presente los años de gobierno republicano (y más allá) así como el papel de los partidos y organizaciones de izquierdas. Este pasado se manipuló, se tergiversó en beneficio propio y se constituyeron «memorias inventadas» que se intentaron perpetuar mediante todo tipo de conmemoraciones, monumentos, literatura o actos públicos de denuncia del enemigo” (LÓPEZ ZAPICO, Misael Arturo; MORENO CANTANO, Antonio César. Imágenes de odio y miedo: ¡Así eran los rojos! Una exposición anticomunista en la España franquista (1943). **Historia del Presente**, n. 27, p. 19-33, 2016. Doi: <https://doi.org/10.5944/hdp.27.2016.40591>).

É a partir desse processo que o anticomunismo assumiu, na Espanha, uma importância comparável à observada no caso brasileiro, ainda que desenvolvido em um contexto marcado por níveis mais elevados de radicalização política e violência.³⁹⁵

Entre as décadas de 1920 e 1940, o anticomunismo consolidou-se como um dos pilares centrais de legitimação do regime franquista, adquirindo progressivamente o estatuto de uma ideologia estatal. Mais do que uma reação defensiva das elites perante o avanço das esquerdas, estruturou-se como princípio organizador da ordem política, social e moral, profundamente associado à noção de “cruzada”. Nesse enquadramento, o combate ao comunismo foi elevado à condição de imperativo histórico e religioso, apresentado como requisito indispensável para a salvação da nação, da fé católica e da própria civilização ocidental.³⁹⁶

O anticomunismo espanhol operou como uma poderosa força de coesão social, capaz de articular setores heterogêneos (militares, hierarquia eclesiástica, burguesia urbana e elites agrárias) em torno de um projeto nacional comum. Essa coesão foi sustentada pela convergência de três eixos fundamentais: catolicismo, nacionalismo e autoritarismo. A Guerra Civil Espanhola desempenhou papel decisivo nesse processo, sendo sistematicamente representada pelos nacionalistas como uma guerra santa da “civilização cristã” contra o ateísmo marxista.

³⁹⁵ É importante ressaltar que, no caso espanhol, o anticomunismo adquiriu contornos particularmente violentos durante a guerra civil e no pós-guerra, quando o conflito resultou em um número expressivo de mortos e na implementação de amplas políticas repressivas. No território controlado pelos falangistas, aqueles identificados como contrários ao novo ordenamento político foram sistematicamente classificados como inimigos a serem eliminados. Anarquistas, socialistas, comunistas, republicanos e demais antifascistas foram alvo de perseguições, prisões arbitrárias e execuções, inserindo o anticomunismo no centro de uma lógica de guerra e de repressão política. Ao comparar os casos brasileiro, espanhol e português, é necessário reconhecer as limitações dessa análise quando se toma a violência como principal critério comparativo. A Guerra Civil Espanhola constituiu um contexto excepcional, marcado por um grau de radicalização e letalidade que não encontra paralelo direto no Brasil ou em Portugal. Ainda que o Estado Novo de Vargas (1937-1945) e o Estado Novo salazarista (1933-1974) também tenham se caracterizado por um forte discurso anticomunista e por práticas de vigilância, repressão e perseguição política, o padrão de violência estatal observado nesses casos foi distinto daquele verificado na Espanha. Esta pesquisa opta por analisar o anticomunismo no interior dos regimes e movimentos, buscando preservar a coerência comparativa. Ainda que o número de vítimas e o grau de repressão variem significativamente entre os três contextos, o foco recai aqui sobre o anticomunismo entendido além de prática repressiva mensurável, mas também como sentimento político, linguagem mobilizadora e repertório estruturante, fundamental para a legitimação dos projetos autoritários e para a definição dos inimigos a serem combatidos nos casos brasileiro, espanhol e português.

³⁹⁶ GRAHAM, Helen. **Guerra Civil Espanhola**. Porto Alegre: L&PM, 2013; CASANOVA RUIZ, Julián, **España partida en dos: breve historia de la Guerra Civil española**. Barcelona: Crítica, 2014; LÓPEZ ZAPICO, Misael Arturo; MORENO CANTANO, Antonio César. Imágenes de odio y miedo: ¡Así eran los rojos! Una exposición anticomunista en la España franquista (1943). **Historia del Presente**, n. 27, p. 19-33, 2016. Doi: <https://doi.org/10.5944/hdp.27.2016.40591>; GIMÉNEZ MARTÍNEZ, Miguel Ángel. El corpus ideológico del franquismo: principios originarios y elementos de renovación. **Estudios Internacionales**, v. 47, n. 180, p. 11-45, 2015. Doi: <https://doi.org/10.5354/0719-3769.2015.36430>.

Nesse discurso, a Segunda República passou a ser identificada como expressão máxima da decadência moral, da desordem social e da ameaça revolucionária.³⁹⁷

A noção de “cruzada” conferiu ao conflito e, posteriormente, ao regime, uma dimensão sacralizada. Sob a liderança de Francisco Franco, o catolicismo tornou-se a coluna vertebral do Estado, legitimando a violência política como instrumento de purificação nacional. A estreita aliança entre o regime e a Igreja Católica permitiu justificar tanto o movimento contra a República quanto a consolidação da ditadura como atos necessários à restauração das “glórias imperiais” e da unidade espiritual da Espanha. O comunismo, nesse quadro, foi construído discursivamente como um adversário político e como um inimigo ontológico, incompatível com a própria essência da nação espanhola.³⁹⁸

Para sustentar a mobilização permanente da sociedade, o franquismo recorreu de forma sistemática à construção de uma lógica do inimigo baseada na ideia de conspiração. O mito do “complô bolchevique-judeu-maçônico” ocupou lugar central na retórica oficial, funcionando como explicação totalizante para os conflitos sociais, a instabilidade política e a própria guerra civil.³⁹⁹ O comunismo foi descrito como uma doutrina externa ao “ser espanhol”, infiltrada no país por agentes estrangeiros e associada a imagens de degradação moral, desumanização e corrupção espiritual.

Após a vitória franquista em 1939, o anticomunismo permaneceu como eixo estruturante do regime, agora articulado a uma política sistemática de controle da memória coletiva. À repressão armada somou-se uma intensa produção simbólica e cultural voltada à “higienização” do passado recente. A propaganda estatal recorreu às artes visuais, às exposições públicas e aos materiais educativos como instrumentos de consolidação de uma narrativa oficial da guerra civil, na qual os vencidos eram retratados como bárbaros, criminosos e inimigos da civilização. Um exemplo emblemático dessa estratégia foi a exposição “¡Así eran los rojos!”⁴⁰⁰ (Assim eram os vermelhos!), realizada em 1943, que apresentou obras pictóricas destinadas a representar a suposta brutalidade republicana, frequentemente associada a imagens de violência extrema. O objetivo era incutir medo, repulsa e ódio sistemático ao inimigo derrotado, convertendo o anticomunismo em componente permanente da cultura política franquista.

³⁹⁷ PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. **Guardai-vos dos falsos profetas: matrizes do discurso anticomunista católico (1935-1937)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, 2010.

³⁹⁸ *Ibid.*

³⁹⁹ VILAR, Pierre. **A guerra da Espanha, 1936-1939**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

⁴⁰⁰ LÓPEZ ZAPICO, Misael Arturo; MORENO CANTANO, Antonio César. Imágenes de odio y miedo: ¡Así eran los rojos! Una exposición anticomunista en la España franquista (1943). **Historia del Presente**, n. 27, p. 19-33, 2016. Doi: <https://doi.org/10.5944/hdp.27.2016.40591>.

Nenhuma imagem, e ainda menos em um regime de natureza fascista, está isenta de intenções, pois todas – com ainda mais razão aquelas que foram encomendadas pelo poder – carregam certo, ou mesmo elevado, grau de intencionalidade política. Nesse tipo de Estado, com pretensões totalitárias, busca-se criar uma “representação coletiva” do passado e do presente, na qual todos os membros da sociedade, incluindo seus diferentes estratos, compartilhem uma mesma imagem acerca de um acontecimento, personagem, ideia etc. Na Espanha dos anos 1940, a ideologia dos vencedores foi difundida por meio de uma multiplicidade de instrumentos.⁴⁰¹

No âmbito da imprensa vinculada à SF, o anticomunismo foi traduzido em uma linguagem própria, profundamente atravessada por categorias de gênero e por uma pedagogia política voltada às mulheres. A matéria “Camisas azules en Italia y Alemania”⁴⁰², publicada na revista *Y* e assinada por M. Josefa Villamata, constitui um dos exemplos desse enquadramento. Nela, o comunismo aparece de forma indireta, mas central, por meio da referência à Rússia como potência expansionista e da afirmação de que a Espanha estaria destinada a se tornar uma “colônia soviética”, não fosse a ação do movimento falangista. Essa construção do inimigo externo associa o comunismo a uma ameaça política e moral, contraposta à defesa da cultura cristã, da tradição espiritual espanhola.

A especificidade do discurso feminino manifesta-se na forma como a matéria atribui às mulheres falangistas um papel ativo nesse combate. Ao relatar a formação das militantes da SF nas organizações femininas da Itália fascista e da Alemanha nazista, o texto apresenta essa experiência como parte de uma estratégia consciente de preparação ideológica diante do “inimigo comunista”, inserida em um circuito de intercâmbios e referências entre Espanha, Alemanha e Itália. A ação feminina é descrita como distinta da luta armada masculina, mas não menos decisiva: trata-se de uma intervenção moral, educativa e simbólica, exercida “sem fuzil, sem pistola”, mas sustentada pelo amor à pátria, pela disciplina e pela preservação da feminilidade.

⁴⁰¹ Tradução de: “Ninguna imagen, y menos aún en un régimen de naturaleza fascista, está libre de intenciones, pues todas – con más razón las que han sido encargadas desde el poder – conllevan cierta, o muchísima, intencionalidad política. En este tipo de Estados con pretensiones totalitarias se aspira a crear una “representación colectiva” del pasado y del presente en la que todos los miembros de la sociedad, incluyendo todos sus estratos, compartan la misma imagen sobre un suceso, personaje, idea, etc. En la España de los años cuarenta la ideología de los vencedores se dosificó mediante multitud de medios” (LÓPEZ ZAPICO, Misael Arturo; MORENO CANTANO, Antonio César. Imágenes de odio y miedo: ¡Así eran los rojos! Una exposición anticomunista en la España franquista (1943). *Historia del Presente*, n. 27, p. 19-33, 2016. p. 23. Doi: <https://doi.org/10.5944/hdp.27.2016.40591>).

⁴⁰² Y: Revista de la Mujer Nacional Sindicalista, fev. 1938, p. 13.

A matéria “Navidades en la ‘zona roja’” (“Natais na ‘zona vermelha’”), de Enrique Jardiel Poncela⁴⁰³, constitui um dos exemplos mais explícitos e sistemáticos do discurso anticomunista veiculado pela revista *Y*, articulando memória, testemunho e denúncia moral para construir uma representação profundamente negativa do comunismo e do campo republicano. Desde o título, a expressão “zona vermelha” é mobilizada como categoria totalizante, que ultrapassa a dimensão geográfica e passa a designar um espaço simbólico de conflito político, social e espiritual. O texto apresenta o comunismo como um regime de violência permanente, associado ao medo cotidiano, à arbitrariedade e à dissolução das normas básicas da convivência social. O anticomunismo organiza a narrativa como eixo estruturante, sustentando uma oposição radical entre a Espanha nacional e o universo “vermelho”.

A matéria estrutura-se em uma sequência de seções numeradas que funcionam como cenas exemplares de um mesmo argumento: a impossibilidade de uma vida moral, segura e ordenada sob o domínio do marxismo. Ao longo do texto, referências a “marxismo”, “vermelhos”, “milicianos”, “checas”⁴⁰⁴ e “brigadas internacionais” são associadas a práticas de delação, interrogatórios e vigilância constante, convertendo o cotidiano urbano em espaço de ameaça permanente. Essa fragmentação narrativa confere ao relato uma aparência de inventário factual, reforçando a pretensão de autenticidade do testemunho e transformando a experiência individual do autor em prova generalizável da natureza violenta e corrosiva do comunismo.

O deslocamento da denúncia para o campo moral e religioso confere a força do discurso anticomunista, sobretudo quando o texto aborda o período do Natal. Tradicionalmente associado à família, à fé cristã e à ordem doméstica, o Natal é apresentado como profundamente desfigurado no espaço “vermelho”, convertido em cenário de medo, escassez e insegurança. Ao sugerir que o comunismo corrompe rituais, valores e temporalidades centrais da cultura cristã, a narrativa reforça a ideia de que o marxismo constitui uma ameaça direta à família e à religião,

⁴⁰³ Enrique Jardiel Poncela (1901-1952) foi escritor, dramaturgo e jornalista espanhol, reconhecido por sua produção teatral de caráter humorístico e satírico nas décadas de 1920 e 1930. Durante a Guerra Civil Espanhola e o primeiro franquismo, alinhou-se ao campo nacional, colaborando com a imprensa vinculada ao regime. Produziu textos de caráter memorialístico e político, nos quais o humor cede lugar a uma narrativa testemunhal e marcadamente anticomunista. Sua participação em periódicos, como a revista *Y*, insere-se no esforço de mobilização simbólica de intelectuais para a legitimação do discurso franquista, conferindo autoridade cultural à representação do comunismo como espaço de violência, desordem moral e ameaça social (PUEO DOMÍNGUEZ, Juan Carlos. La novela de humor y la censura: el caso Jardiel Poncela. **Tropelías: Review of Literary Theory and Comparative Literature**, n. 1, p. 260-267, 2017).

⁴⁰⁴ “Checas” eram centros clandestinos de detenção, interrogatório e repressão utilizados principalmente por grupos republicanos durante a Guerra Civil Espanhola. O termo deriva da polícia política soviética, a Tcheka (Cheka), e foi amplamente empregado pela propaganda franquista de forma pejorativa para associar os republicanos ao comunismo e ao terror político.

pilares fundamentais da retórica franquista e elementos centrais da pedagogia política dirigida às mulheres.

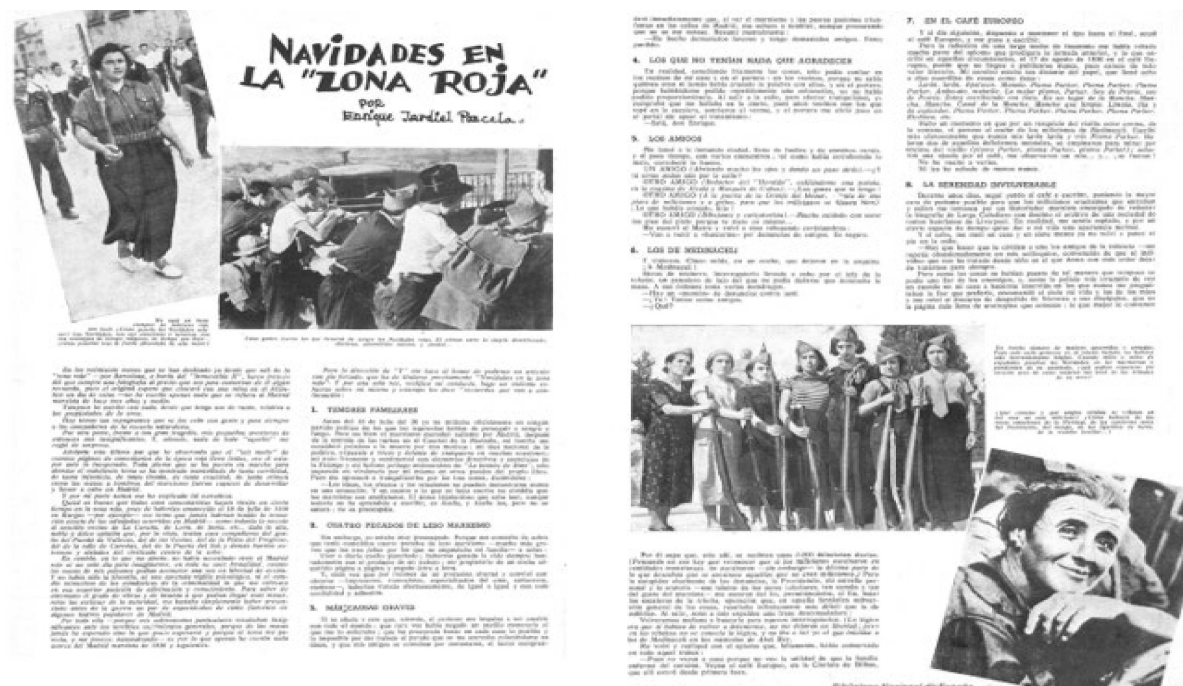
O recurso às fotografias de milicianas armadas pode ser compreendido como uma opção editorial deliberada, inscrita na lógica da propaganda franquista e particularmente eficaz no contexto de uma revista dirigida às mulheres. Ao mobilizar a imagem fotográfica como suposta evidência objetiva, a revista *Y* desloca o anticomunismo do plano do argumento para o plano da percepção, produzindo um efeito de verdade que prescinde de demonstração racional. A fotografia, além de acompanhar o texto, opera como prova visual daquilo que a narrativa afirma: a existência de um “mundo vermelho” marcado pela ruptura da ordem moral e social.

Essa operação visual permite ao discurso anticomunista atuar diretamente sobre o corpo feminino como espaço simbólico de disputa. As milicianas são apresentadas como figuras que corporificam o comunismo, isto é, o inimigo não aparece apenas como ideologia abstrata, mas como corpo feminino transformado, desviado e politizado. O uso recorrente de armas, a postura e a ausência de referências ao cuidado, à maternidade ou à religiosidade produzem uma leitura na qual o engajamento político das mulheres republicanas é interpretado como perda de sensibilidade. Ao lado das fotografias, a matéria reforça essa interpretação ao questionar:

[...] Um belo número de mulheres aguerridas e armadas. Tudo isso seria grotesco se, ao mesmo tempo, não tivesse sido profundamente trágico. Quando milhares e milhares de espanhóis passavam o Natal nas masmorras ou penderes de seu assassinato, o que se poderia esperar do coração seco dessas mulheres, tão distantes das virtudes de seu sexo? [...] Que cinismo e que alegria sórdida se refletem nos olhos dessa miliciana! Como elaalaria das duras emoções do Natal, das canções junto ao Nascimento, do musgo, das figurinhas de barro, da reunião familiar...?⁴⁰⁵

⁴⁰⁵ Tradução de: “[...] Un bonito número de mujeres aguerridas y armadas. Todo esto sería grotesco si, al mismo tiempo, no hubiera sido hondamente trágico. Cuando miles y miles de españoles pasaban las Navidades en las mazmorras o pendientes de su asesinato, ¿qué podían esperarse del corazón seco de estas mujeres tan lejos de las virtudes de su sexo? [...] ¡Qué cinismo y qué alegría sórdida se reflejan en los ojos en esta miliciana! ¿Cómo hablaría de las duras emociones de la Navidad, de las canciones cerca del Nacimiento, del musgo, de las figurillas de barro, de la reunión familiar...?” (*Y: Revista para la Mujer*, dez. 1939).

Figura 13 – Y: Revista para la Mujer, dez. 1939



Fonte: BNE.

Assim, a matéria “Navidades en la ‘zona roja’” permite observar como o discurso anticomunista da revista *Y* se constrói pela conjugação entre relato, moralização e imagem, produzindo uma leitura do comunismo como experiência incompatível com a ordem social e religiosa defendida pelo franquismo. Ao transformar as milicianas em símbolos de uma ruptura intolerável com os valores cristãos e familiares, o texto reafirma, de forma implícita, os limites normativos impostos à atuação das mulheres e contribui para a fixação de um imaginário no qual gênero e política são organizados a partir da exclusão do universo “vermelho”.

A matéria “Mensaje a las madrileñas” (“Mensagem às madrilenashas”)⁴⁰⁶ insere-se em uma etapa distinta da produção discursiva anticomunista da revista *Y*, marcada pela normalização da vitória franquista e pela incorporação do conflito ao passado recente. O comunismo aparece diluído na lembrança do “martírio” vivido por Madri, apresentado como experiência coletiva de dor e privação que antecede a restauração da ordem. Ao recorrer a expressões como “Espanha vermelha” e “barbárie”, o texto mobiliza categorias consolidadas no vocabulário franquista, mas sem desenvolver cenas explícitas de violência, operando, antes, por meio de uma narrativa retrospectiva que transforma o sofrimento em prova da legitimidade do novo regime.

⁴⁰⁶ Y: Revista para la Mujer, n. 15, abr. 1939.

Nesse contexto, o discurso anticomunista articula-se diretamente à construção de um papel específico para as mulheres, concebidas simultaneamente como vítimas do conflito e como agentes da reconstrução moral da nação. As madrilenhas são apresentadas como aquelas que suportaram a escassez, a angústia e a desordem do período “vermelho” no interior dos lares, convertendo a experiência doméstica em capital simbólico para o pós-guerra. Ao deslocar o conflito para o plano da resistência cotidiana e da resignação cristã, a matéria reafirma uma divisão de funções de gênero na qual a atuação feminina se legitima pela ação política direta e pela capacidade de sustentar a ordem familiar e espiritual sob a autoridade do Caudillo.

Vós, frágeis mas heroicas mulheres que padeceste até as mais indizíveis loucuras, porém com exemplar e admirável resignação cristã, a terrível barbárie vermelha; vós, mulheres madrilenhas que hoje beijais os pés do vencedor e chorais agradecidas a Franco; vós, mulheres abnegadas que suportastes o silêncio, o medo e as checas e amargamente sofrestes a violenta solidão pelo triunfo dos Exércitos da Pátria; vós, mulheres madrilenhas que sofrestes e hoje sois tão felizes, vinde com vosso espírito moldado na dor e na esperança engrossar as fileiras da Falange Feminina.⁴⁰⁷

É importante ressaltar que a matéria fala sobre a tomada de Madri pelo exército de Franco. Durante a Guerra Civil Espanhola, Madri ocupou um lugar central tanto do ponto de vista militar quanto simbólico. Capital da República e principal eixo do governo republicano nos primeiros anos do conflito, a cidade tornou-se, desde novembro de 1936, alvo prioritário das forças franquistas. Sua resistência prolongada ao avanço franquista (sintetizada no lema republicano “¡No pasarán!” – “Não passarão!”) converteu Madri em símbolo internacional da luta antifascista. Ao longo de mais de dois anos, a cidade permaneceu sob controle republicano, submetida a cercos, bombardeios aéreos, escassez de alimentos e a um clima permanente de mobilização e violência política, que marcou profundamente a experiência cotidiana de sua população.⁴⁰⁸

A queda de Madri, em março de 1939, ocorreu nos últimos dias da guerra. A entrada das tropas franquistas na capital, em 28 de março de 1939, foi rapidamente apropriada pelo

⁴⁰⁷ Tradução de: “Vosotras, débiles más heroicas mujeres que habéis padecido hasta las indecibles locuras, pero con una ejemplar y admirable resignación cristiana, la terrible barbarie roja; vosotras, mujeres madrileñas que hoy besáis las plantas del vencedor y lloráis agradecidas a Franco; vosotras, mujeres abnegadas que soportasteis el silencio, el miedo y las checas y amargamente sufristeis la violenta soledad por el triunfo de los Ejércitos de la Patria; vosotras, mujeres madrileñas que habéis sufrido y hoy sois tan felices, venid con vuestro espíritu amasado en el dolor y la esperanza a engrosar las filas de la Falange Femenina” (Y: Revista para la Mujer, dez. 1939, p. 7).

⁴⁰⁸ CERVERA GIL, Javier. **Madrid en guerra: la ciudad clandestina, 1936-1939**. 2. ed. Madrid: Alianza Editorial, 2014.

novo regime como marco fundador da chamada “nova Espanha”, sendo apresentada como libertação moral, religiosa e nacional da “Espanha vermelha”.

É nesse contexto que se insere a matéria citada. Ao afirmar que Madri esteve “martirizada” e submetida à “barbárie vermelha”, o discurso franquista apaga deliberadamente sua condição de capital republicana legítima e reinterpreta os anos de resistência como um período de ocupação ilegítima e desordem moral atribuída ao comunismo. A figura do Caudillo emerge, assim, como agente de redenção e restauração da ordem, enquanto a tomada da cidade é ressignificada como reconquista espiritual e política. Dirigido ao público feminino da revista, esse enquadramento permite transformar a experiência da guerra e da derrota republicana em fundamento moral para a adesão ao regime no imediato pós-guerra. Essa operação discursiva torna-se ainda mais evidente quando analisada à luz da construção simbólica do chamado “Madri vermelha”, tal como interpretada por Zira Box.⁴⁰⁹

Segundo a autora, o conceito de “Madri vermelha” emerge no discurso falangista como uma construção simbólica profundamente marcada pela lógica da deslegitimação política e moral do período republicano. Identificada como espaço de difusão do marxismo e da cultura proletária, era frequentemente caricaturada por expressões como “Madridgrado” (em referência à cidade de Leningrado, atual São Petersburgo, Rússia). Nessa representação, Madri surgia como um corpo social corrompido, tomado por uma massa descrita como estrangeira, desordenada e moralmente degradada. Essa retórica associava a cidade a uma dupla dimensão de sujeira, física e simbólica, que justificava a necessidade de sua “limpeza” e regeneração após a vitória franquista em 1939.

Nesse contexto, espaços emblemáticos, como a Puerta del Sol, eram convertidos em símbolos da degeneração republicana, devendo ser transformados para erradicar os “germes políticos” ali supostamente enraizados. Assim, como demonstra Box⁴¹⁰, a construção de “Madri vermelha” não apenas operava como um dispositivo retórico de demonização do inimigo, mas também fundamentava o projeto de reconstrução ideológica da cidade, concebida como uma capital imperial regenerada, alinhada aos valores nacionalistas, católicos e castelhanos do novo regime.

A análise de matérias publicadas em revistas como a *Y* permite perceber que o discurso mobilizado era, em grande medida, produzido por mulheres, dirigido às mulheres e centrado na representação de outras mulheres. No caso do franquismo, assim como nos outros casos em

⁴⁰⁹ BOX, Zira. La mirada sobre Madrid: anticasticismo y castellanismo en el discurso falangista radical de la inmediata posguerra. **Historia y Política**, n. 27, p. 143-166, 2012.

⁴¹⁰ *Ibid.*

análise, observa-se a recorrência de uma lógica discursiva baseada na oposição entre um “nós” e um “elas” fundamental para a construção do inimigo político e moral. Essa estratégia manifesta-se de forma particularmente evidente na necessidade constante de marcar e enfatizar as diferenças entre as mulheres identificadas com o regime, as “azuis”, e aquelas associadas ao campo republicano e de esquerda, as “vermelhas”.

Esse tipo de polarização não se limita a uma simples distinção política, visto que opera como um mecanismo estruturante do discurso fascista, no qual a delimitação clara entre pertencimento e exclusão constitui um dos pilares da legitimação autoritária. Ao definir quem são as mulheres “nossas” e quem são as “outras”, o discurso viabiliza a crítica e a desqualificação de modos alternativos de pensar, agir e se posicionar no mundo. A oposição entre “azuis” e “vermelhas” funciona, assim, como instrumento de disciplinamento simbólico, orientando comportamentos, valores e identidades femininas aceitáveis.

Nesse enquadramento, torna-se evidente que as mulheres vinculadas aos projetos fascistas não podiam ser colocadas no mesmo plano que as mulheres republicanas, socialistas ou comunistas. A diferença não era concebida como pluralidade legítima, mas como hierarquia moral e política, na qual as mulheres fascistas surgiam como modelo positivo, enquanto as demais eram construídas como exemplos de desvio, ameaça ou degeneração. A análise dessas representações permite compreender como o anticomunismo, articulado ao gênero, desempenhou papel central na definição dos limites do pertencimento feminino nos regimes e movimentos fascistas ou fasticizados.

Um claro exemplo, é a matéria “Mujeres verdes, mujeres rojas, mujeres lilas, mujeres grises y mujeres azules” (“Mulheres verdes, mulheres vermelhas, mulheres lilases, mulheres cinzentas e mulheres azuis”).⁴¹¹ A matéria organiza o universo feminino com base em um sistema classificatório que transforma diferenças políticas, morais e comportamentais em tipos fixos de mulher. Ao recorrer a uma tipologia cromática, o texto simplifica a complexidade social e oferece às leitoras uma chave de leitura ordenada da realidade, na qual cada mulher pode ser reconhecida, avaliada e situada. Essa estratégia discursiva, além de descrever comportamentos, estabelece hierarquias claras entre formas legítimas e ilegítimas de feminilidade no contexto do franquismo.

Nesse esquema, as mulheres identificadas como “vermelhas” ocupam posição central como figura do inimigo. Elas são descritas como politicamente ativas, agitadoras, vinculadas à propaganda, à leitura de literatura russa e à defesa de ideias revolucionárias, sendo associadas

⁴¹¹ Y: Revista para la Mujer, jul.-ago. 1938, p. 36.

de maneira direta ao comunismo e à subversão da ordem social. Diferentemente de outras categorias apresentadas no texto, as “vermelhas” são tidas como agentes conscientes de um projeto político percebido como ameaçador. O comunismo, assim, deixa de ser tratado como ideologia abstrata e passa a ser encarnado em corpos femininos específicos, transformando a mulher “vermelha” em síntese do perigo político e moral.

A oposição a esse modelo é construída por meio da exaltação das mulheres “azuis”, apresentadas como referência normativa de comportamento, equilíbrio e pertencimento. As mulheres azuis surgem como aquelas capazes de conciliar disciplina, feminilidade e adesão ao projeto nacional, representando o ideal feminino promovido pela SF. A contraposição entre “azuis” e “vermelhas”, além de estabelecer uma diferença política, define também dois modos antagônicos de ser mulher, nos quais a militância comunista aparece associada à ruptura da ordem moral, enquanto a adesão ao franquismo é apresentada como expressão de maturidade, medida e correção.

A matéria evidencia como o pertencimento político reconfigurava o próprio significado do feminino. Ser fascista ou ser comunista não constituía apenas uma escolha ideológica, mas implicava modos distintos de sentir, agir e existir como mulher. O “ser mulher”, nesse contexto, era profundamente atravessado pelo posicionamento político, de modo que a identidade feminina se redefinia a partir do alinhamento ideológico, tornando o gênero indissociável da militância.

As demais categorias mencionadas na matéria, como as “mulheres verdes, lilases e cinzentas”, desempenham uma função intermediária e claramente pedagógica. Elas representam mulheres ainda não plenamente definidas, marcadas pela indecisão, pelo sentimentalismo ou pela superficialidade, portanto, permanecem passíveis de orientação e correção. Ao incluí-las na tipologia, o texto amplia seu alcance para além das militantes convencidas, dirigindo-se também às leitoras em processo de formação política. A classificação funciona como instrumento de autoavaliação e disciplinamento, indicando quais trajetórias femininas são aceitáveis e quais devem ser evitadas.

Essa leitura encontra forte consonância com a análise de Ángela Cenarro Lagunas⁴¹², para quem a feminilidade no franquismo foi construída como um modo específico de pertencimento político. Como argumenta a autora, ser falangista significava adotar um “modo de ser mulher”, no qual identidade de gênero e militância política se tornavam indissociáveis.

⁴¹² CENARRO LAGUNAS, Ángela. La Falange es un modo de ser (mujer): discursos e identidades de género en las publicaciones de la Sección Femenina (1938-1945). *Historia y Política*, n. 37, p. 91-120, 2017. Doi: <https://doi.org/10.18042/hp.37.04>.

Essa perspectiva reforça a interpretação das matérias da revista *Y*, nas quais o feminino aparece reconfigurado a partir do alinhamento ideológico, evidenciando que o “ser mulher” variava conforme o posicionamento político assumido.

A oposição recorrente entre mulheres “azuis” e “vermelhas”, observada nas fontes, confirma a ideia destacada pela pesquisadora de que a definição da feminilidade normativa se dava, sobretudo, por contraste com outras mulheres consideradas inimigas. Nesse enquadramento, a adesão ao projeto nacional era associada à maturidade, à disciplina e à correção moral, enquanto as militâncias de esquerda eram construídas como formas desviantes de viver e agir como mulher. Assim, o anticomunismo operava como princípio organizador das identidades femininas no interior do franquismo.

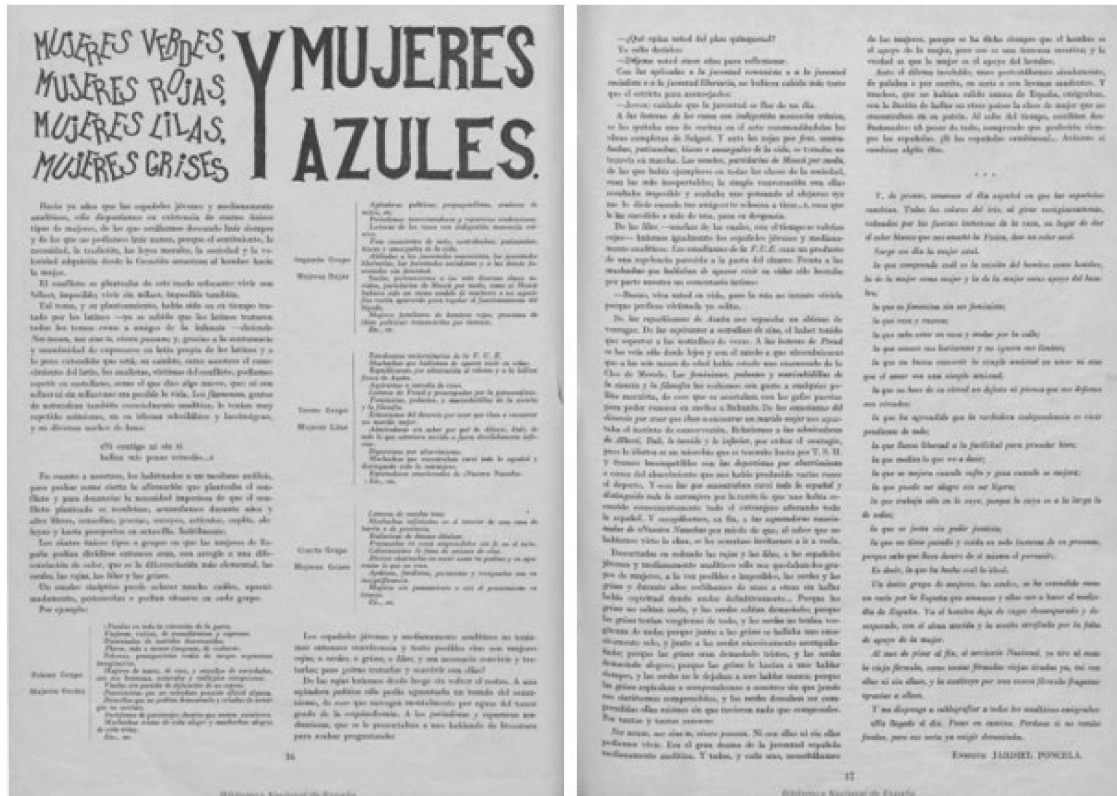
Na continuação da matéria, o autor aprofunda o caráter normativo da tipologia feminina anteriormente apresentada, deslocando o foco da simples classificação para a prescrição explícita de um modelo ideal de mulher. A oposição entre juventude comunista, juventude liberal e juventude falangista reaparece como eixo interpretativo central. A juventude associada às esquerdas era representada como excessivamente politizada, influenciada por leituras estrangeiras e por discursos considerados corrosivos da ordem social. As referências recorrentes a autoras, pensadores e correntes intelectuais vinculadas ao marxismo, à psicanálise ou às vanguardas artísticas funcionavam como marcadores de um universo cultural percebido como alheio à identidade nacional e, portanto, incompatível com a Espanha que o regime pretendia construir.

Nesse contexto, o texto reforça a ideia de que a politização feminina à esquerda conduziria inevitavelmente à ruptura dos vínculos afetivos, familiares e sociais. As mulheres associadas ao comunismo e ao feminismo são descritas como incapazes de estabelecer relações duradouras, inclinadas ao isolamento, à instabilidade emocional e à rejeição do matrimônio, configurando um retrato no qual a militância política aparece como fator de desagregação da vida privada.

As leitoras de Freud reuniam-se em casa falando de Cleo de Merode. As feministas, pedantes e pretensamente eruditas da ciência e da filosofia entregavam-se com gosto a qualquer político marxista, desses que se deitam com os óculos postos para poder acreditar na própria observação. As entusiastas do divórcio acreditavam que encontrariam um marido melhor separando-se do primeiro. As admiradoras de Alberti, de Dalí, do torto e do inferior, evitavam o contágio, e éramos incompatíveis com as esportistas por tédio, em razão do aborrecimento que o esporte já nos havia causado diversas vezes. E com aquelas que achavam tudo o que era espanhol “cafona”, por considerarem que não haviam percorrido suficientemente o estrangeiro, discutíamos sempre. Acabávamos, enfim, como espectadoras emocionais e

Nuestra Natasha, com receio de que, ao saberem que não tínhamos visto a peça, escapassem para ir vê-la.⁴¹³

Figura 14 – Y: Revista para la Mujer, jul.-ago. 1938, p. 36



Fonte: BNE.

O anticomunismo opera, assim, como crítica moral e existencial, sugerindo que determinadas escolhas ideológicas produzem não apenas erros políticos, mas trajetórias pessoais fracassadas e afetivamente empobrecidas dentro da perspectiva do regime. A própria materialidade gráfica da página reforça essa hierarquia simbólica: enquanto as diferentes categorias femininas são apresentadas por meio de uma tipografia irregular e menos estruturada, a expressão “mujeres azules” destaca-se visualmente em letras grandes, uniformes e centrais, sugerindo ordem, unidade e superioridade moral associadas ao ideal feminino falangista.

⁴¹³ Tradução de: “Las lectoras de Freud se encontraban en la casa hablando de la Cleo de Merode. Las feministas, pedantes y marisabidillas de la ciencia y la filosofía, se dedicaban con gusto a cualquier político marxista, de esos que se acostaban con las gafas puestas para poder creer en su observación. Las entusiastas del divorcio creían que iban a encontrar un marido mejor separándose del primero. Las admiradoras de Alberti, Dalí, de lo torcido y lo inferior, por evitar el contagio, y éramos incompatibles con las deportistas por aburrimiento a causa del aburrimiento que nos había producido varias veces el deporte. Y con las que encontraban cursi todo lo español discutido exteriormente por la razón de que no había recorrido suficientemente todo el extranjero adornado todo lo español. Y acabábamos, en fin, las espectadoras emocionales de ‘Nuestra Natasha’ por miedo de que, al saber que no habíamos visto la obra, se escurriesen e irían a verla” (Y: Revista para la Mujer, jul.-ago. 1938, p. 37).

Em síntese, o exame das matérias da revista *Y* evidencia que o anticomunismo, ao ser traduzido para uma imprensa feminina vinculada à SF, operava como uma pedagogia de gênero: um dispositivo de classificação, hierarquização e normatização do feminino. Ao construir a “zona vermelha” como espaço moralmente inviolável, ao converter a miliciana em signo visual de desvio e ao organizar tipologias cromáticas que opõem “azuis” e “vermelhas” como modos antagônicos de existir, a revista consolidava a figura do inimigo republicano e redefinía os limites do que podia ser reconhecido como mulheres legítimas no horizonte nacional-católico.

Nessa gramática, a fronteira ideológica torna-se fronteira identitária: a política atravessa o corpo, as sensibilidades, as virtudes e as expectativas de vida, e a adesão ao franquismo aparece como critério de maturidade, ordem e pertença, enquanto a militância de esquerda é figurada como desagregação do vínculo familiar e da moral cristã.

4.2.3 O caso português

O anticomunismo constituiu um elemento permanente e estruturante do salazarismo desde a consolidação do Estado Novo na década de 1930, integrando-se de forma orgânica ao projeto autoritário liderado por António de Oliveira Salazar. Desde seus primeiros momentos, o regime identificou o comunismo como um inimigo político, social e moral, mobilizando essa categoria para justificar a limitação das liberdades, a repressão à oposição e a construção de uma ordem assentada na hierarquia, na disciplina e na autoridade. Ainda que essa retórica tenha adquirido maior intensidade e visibilidade no contexto da Segunda Guerra Mundial e do pós-1945, é fundamental destacar que o anticomunismo não surgiu como reação tardia ou conjuntural, mas como um dos pilares ideológicos fundadores do Estado Novo português.

Essa centralidade do anticomunismo é confirmada pela interpretação de António Costa Pinto⁴¹⁴, para quem a colaboração entre o Estado e a Igreja Católica expressava a existência de um núcleo ideológico e político comum, de caráter corporativista, antiliberal e explicitamente anticomunista. Segundo o autor, o anticomunismo funcionou como linguagem compartilhada e como base de legitimidade do regime, permitindo articular repressão política, moralização da vida social e defesa de uma ordem concebida como natural e cristã. Ainda que o cientista político identifique, após 1945, a consolidação do catolicismo e do anticomunismo como os dois pilares ideológicos centrais para a sobrevivência do regime, tal reforço deve ser

⁴¹⁴ PINTO, António Costa. El “Estado Nuevo” de Salazar: las paradojas de la hibridación en la era fascista. In: GÓMEZ BRAVO, Gutmaro (org.). **Civilización o barbarie. El totalitarismo y la construcción de la Europa moderna**. Madrid: Editorial Pablo Iglesias, 2016.

compreendido como uma intensificação de elementos plenamente operantes desde os anos 1930.

O regime não apenas utilizou o simbolismo católico com a aprovação explícita da Igreja, como também desenvolveu uma política efetiva de cristianização das instituições e do sistema escolar. Essa colaboração tão estreita entre Igreja e Estado reflete mais do que uma mera convergência de interesses: tratava-se da expressão de um núcleo ideológico e político comum, de caráter corporativista, antiliberal e anticomunista.⁴¹⁵

Ao longo dessa década, o anticomunismo foi progressivamente institucionalizado por meio de dispositivos repressivos e de mobilização política, operando de maneira coordenada entre o Estado e a Igreja Católica com o objetivo de “normalizar” a sociedade e preservar a ordem estabelecida. Nesse enquadramento, o comunismo era apresentado como uma ameaça difusa e permanente, associada à desagregação da nação, à negação da religião e à ruptura das hierarquias sociais consideradas naturais. Tal construção discursiva permitiu ao regime ampliar seu controle sobre a sociedade, transformando o combate ao comunismo em fundamento legitimador da autoridade política e da intervenção estatal nos diferentes domínios da vida social.

Temos, a partir de então, a publicação [o Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina] que está inserida dentro do projeto de sociedade que emerge em um governo autoritário e que busca controlar ou pelos menos esquadrihar cada aspecto da sociedade portuguesa, similarmente ao que ocorria na vizinha Espanha, dominada após a Guerra Civil em 1937, por grupos conservadores, e Alemanha e Itália, que eram os maiores exemplos de sociedades fechadas.⁴¹⁶

Entre as principais formas de instrumentalização do anticomunismo no período, destaca-se a criação de milícias e órgãos repressivos. Em 1936, foi instituída a Legião Portuguesa, definida explicitamente como uma milícia anticomunista, com funções paramilitares e de

⁴¹⁵ Tradução de: “El régimen no solo utilizó el simbolismo católico con la aprobación explícita de la Iglesia, sino que también desarrolló una política real de cristianización de las instituciones y del sistema escolar. Esta colaboración tan estrecha entre Iglesia y Estado refleja más que una mera convergencia de intereses: era la expresión de un núcleo ideológico y político común corporativista, antiliberal y anticomunista” (PINTO, António Costa. El “Estado Nuevo” de Salazar: las paradojas de la hibridación en la era fascista. In: GÓMEZ BRAVO, Gutmaro (org.). **Civilización o barbarie. El totalitarismo y la construcción de la Europa moderna**. Madrid: Editorial Pablo Iglesias, 2016. p. 148).

⁴¹⁶ AMARAL, Walter Valdevino do. **Purificando corpos e normalizando mentes: mulheres católicas e imprensa no Brasil e em Portugal, 1937-1945**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

vigilância política. Conforme assinala Costa Pinto⁴¹⁷, sua criação esteve diretamente relacionada à percepção da chamada “ameaça vermelha”, intensificada pela Guerra Civil Espanhola, e visava enquadrar a sociedade sob um discurso de defesa da pátria, da ordem e da civilização cristã.

Paralelamente, a atuação da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), posteriormente substituída pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), consolidou o anticomunismo como justificativa central para a ampliação de seus poderes repressivos, recorrendo, frequentemente, à amplificação ou mesmo à fabricação de ameaças comunistas para legitimar a perseguição a diferentes formas de oposição ao regime.

Esse órgão usava do levantamento de dados, torturas físicas e psicológicas e de outras estratégias para intimidar ou fazer desaparecer do cenário social a oposição. Utilizava encarceramento, como o presídio localizado na então colônia de Cabo Verde, sendo os comunistas ou pessoas de esquerda as principais vítimas dessa política de policiamento. O regime também reprimia professores/as e funcionários/as públicos para evitar as possíveis críticas ao governo. Assim, perseguições e demissões de indivíduos considerados suspeitos eram frequentes de tempos em tempos.⁴¹⁸

As interpretações de Fernando Rosas⁴¹⁹ permitem compreender o anticomunismo no salazarismo como parte de um projeto mais amplo de transformação moral e subjetiva da sociedade portuguesa. Para o historiador, o Estado Novo estruturou-se em torno de um programa de “resgate das almas”, voltado à fabricação de um novo tipo de sujeito político e social, disciplinado, obediente e integrado a uma ordem concebida como natural, orgânica e imutável. Nesse quadro, o comunismo foi representado como ameaça direta às chamadas “verdades indiscutíveis” do regime: Deus, Pátria e Família, sendo associado à dissolução das hierarquias sociais, à corrosão da moral cristã e à negação da própria ideia de comunidade nacional.

Segundo o político português, o combate à chamada “contaminação marxista” justificava a defesa de uma hierarquia social apresentada como expressão da natureza e da

⁴¹⁷ COSTA PINTO, António. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (org.). **O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008. p. 33.

⁴¹⁸ AMARAL, Walter Valdevino do. **Purificando corpos e normalizando mentes: mulheres católicas e imprensa no Brasil e em Portugal, 1937-1945**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. p. 42.

⁴¹⁹ ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social**, v. 35, n. 157, p. 1.031-1.054, 2001.

tradição, e não como construção histórica. O anticomunismo, assim, operava como mecanismo de legitimação da desigualdade e da subordinação, ao mesmo tempo em que interditava qualquer forma de contestação social ou política. A recusa do marxismo não se limitava à esfera política estrita e se estendia ao plano cultural, moral e comportamental, permitindo ao regime enquadrar como subversiva toda prática que desafiasse a autoridade, a disciplina ou a harmonia social corporativa.

Esse ser renovado, expurgado dos vícios do liberalismo, do racionalismo e da contaminação marxista, esse ser reintegrado, por ação tutelar e condutora do Estado, no verdadeiro “espírito da Nação”, haveria de ser temente a Deus, respeitador da ordem estabelecida e das hierarquias sociais e políticas como decorrências do organicismo natural e imutável das sociedades, pronto a servir a pátria e o império, cumpridor dos seus deveres na família e no trabalho, destituído de “ambições doentias” e “antinaturais” e satisfeito com a sua honrada modéstia. Tais eram as “virtudes da raça”, expressão mesma desse referencial essencial da ruralidade, dessa terra regada pelo suor dos que sobre ela labutavam, mãe da riqueza, da temperança e da ordem.⁴²⁰

As contribuições de José Barreto⁴²¹ complementam essa análise ao focalizar a aplicação prática do anticomunismo no mundo do trabalho, especialmente no interior do sistema corporativo. O autor demonstra como a imprensa vinculada aos sindicatos corporativos difundia de forma obsessiva um discurso antimarxista, destinado a neutralizar a consciência de classe e a assegurar a submissão dos trabalhadores ao Estado. Nesse registro, o anticomunismo deslegitimava o movimento operário autônomo, assim como reforçava a ideia de que o Estado corporativo possuía uma missão histórica e moral de mediação dos conflitos sociais.

Através da sua imprensa, os sindicatos corporativos patenteavam, sim, um discurso profundamente politizado, isto é, marcadamente salazarista, alinhado de modo transparente pelos interesses e preocupações do Estado e do regime. Um discurso obsessivamente antimarxista, mas que para esse fim não precisava de recorrer aos argumentos da religião.⁴²²

O sociólogo destaca que essa ofensiva discursiva estava profundamente articulada à ação educativa e religiosa promovida conjuntamente pelo Estado e pela Igreja Católica. O objetivo declarado era “arrebatar” os trabalhadores da influência considerada “pestífera” do

⁴²⁰ ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, v. 35, n. 157, p. 1.031-1.054, 2001. p. 1.037.

⁴²¹ BARRETO, José. Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar. *Análise Social*, v. 29, n. 125-126, p. 287-317, 1994. Doi: <https://doi.org/10.31447/AS00032573.1994125.11>.

⁴²² *Ibid.*, p. 297.

comunismo, integrando-os à suposta harmonia social do corporativismo. O anticomunismo assumia, assim, um caráter salvacionista, no qual a adesão à ordem autoritária era apresentada como caminho para a redenção moral e espiritual das classes trabalhadoras.⁴²³

Nesse contexto, a MPF não permaneceu à margem da lógica anticomunista que estruturava o Estado Novo. Ainda que, em comparação com os casos brasileiro e espanhol, suas publicações e seus discursos apresentassem uma retórica menos direta e menos combativa contra os inimigos identificados com a esquerda, isso não implicou ausência de engajamento ideológico. Fortemente vinculada à Igreja Católica, a MPF partilhava da compreensão do comunismo como um perigo moral, social e espiritual, incompatível com os valores que o regime pretendia preservar e com a própria definição de feminilidade promovida pelo salazarismo.

Criada em 1937, a MPF concebia o comunismo como uma das maiores ameaças à integridade da nação e àquilo que definia como a “alma” das mulheres portuguesas. No discurso institucional, o comunismo era descrito como adversário político, uma ideologia “ateia” e “desnacionalizante”, capaz de corroer os fundamentos morais e religiosos sintetizados na tríade Deus, Pátria e Família. “Ideologicamente, a elite dirigente da MPF defendeu o ideário nacionalista e a doutrina católica e, além de compartilhar os mesmos inimigos do Estado Novo – o liberalismo e o comunismo –, erigiu como adversário específico o feminismo”.⁴²⁴ Essa leitura conferia ao anticomunismo um caráter eminentemente pedagógico, deslocando o combate do plano da militância política direta para o campo da formação moral e da vida cotidiana.

No interior dessa concepção, o enfrentamento ao comunismo assumiu formas específicas, coerentes com o lugar social e simbólico atribuído às mulheres no projeto salazarista. Às jovens da MPF cabia a atuação no âmbito do cotidiano, da moral e da vida privada. A defesa do lar emergia, assim, como espaço privilegiado de contenção da chamada “contaminação” ideológica, transformando a casa e a família em trincheiras centrais da luta anticomunista. Ao manter o comunismo afastado do espaço doméstico, as mulheres portuguesas eram investidas de uma missão pedagógica e moral, responsável por garantir a reprodução dos valores cristãos, hierárquicos e nacionais que sustentavam o Estado Novo.

⁴²³ BARRETO, José. Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar. *Análise Social*, v. 29, n. 125-126, p. 287-317, 1994. p. 306. Doi: <https://doi.org/10.31447/AS00032573.1994125.11>.

⁴²⁴ PIMENTEL, Irene Flunser. **Mocidade Portuguesa Feminina**: educada para ser boa esposa, boa mãe, católica e obediente. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008. p. 17.

Pode-se pensar que um regime autoritário, conservador e baseado em uma cultura paternalista como foi o regime salazarista em Portugal não voltaria a sua atenção para um discurso específico às mulheres. Entretanto, Salazar utiliza a mulher para que, dentro do espaço que a ela era reservado, ela pudesse contribuir com a pátria. O lar, sendo uma pátria em miniatura, precisava ser organizado e cabia à mulher mantê-lo em ordem. Cabia à mulher também o bem-estar do marido que estava formando a pátria no presente e a educação dos jovens, que formariam a pátria no futuro. Para o regime, a importância da mulher na sociedade era essa e muitas mulheres compartilhavam desse pensamento.⁴²⁵

Essa orientação doutrinária articulava-se à defesa de um modelo de feminilidade baseado na religiosidade e na maternidade. A mulher ideal era apresentada como guardiã do lar.

Entretanto, a centralidade do discurso anticomunista não impediu a existência de formas de resistência feminina ao regime. A análise de Sofia Bellato⁴²⁶ oferece um exemplo particularmente elucidativo do uso do rótulo do comunismo como instrumento de repressão ideológica contra mulheres, sobretudo aquelas envolvidas em iniciativas pacifistas e em projetos de emancipação feminina. Em sua investigação sobre a representação das mulheres nas revistas femininas, a autora demonstra como o regime salazarista associava, sistematicamente, o pensamento independente, a ação cívica e as reivindicações por direitos civis à ameaça comunista, ainda que tais iniciativas não possuíssem vínculos orgânicos com o marxismo.

O caso da Associação Feminina Portuguesa para a Paz (AFPP) constitui, segundo a pesquisadora, um dos exemplos mais diretos e reveladores dessa lógica repressiva. A associação, voltada à alfabetização, à dignificação feminina e à promoção da paz, foi suprimida em 1952 sob a justificativa de que defender a paz equivaleria a “favorecer a propaganda comunista”. Tal enquadramento evidencia a elasticidade do anticomunismo salazarista, capaz de transformar uma prática cívica e humanitária em ameaça política, legitimando sua repressão em nome da defesa da ordem nacional.

⁴²⁵ MACHADO, Vitória de Almeida. **Para além de bordadeiras:** a representação feminina nos periódicos *Jornal das Moças e Modas e Bordados* durante os Estados Novos (1937–1945). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. p. 80.

⁴²⁶ BELLATO, Sofia. **A representação da mulher nas revistas femininas portuguesas durante o Estado Novo (1933-1974):** um estudo exploratório. Tesi di Laurea (Corso di Laurea Magistrale in Lingue e Letterature Europee, Americane e Postcoloniali) – Università Ca’ Foscari Venezia, Veneza, 2021/2022. p. 17.

Bellato⁴²⁷ ressalta que, no interior dessa racionalidade, o regime passou a encarar a emancipação feminina e o pensamento crítico como perigos potenciais à estabilidade do Estado Novo. A atuação da polícia política foi central nesse processo, operando a vigilância e a perseguição de mulheres engajadas em causas sociais, civis ou políticas, independentemente de sua filiação ideológica concreta. O rótulo do comunismo funcionava, assim, como categoria repressiva abrangente, permitindo silenciar dissidências, desarticular organizações e conter qualquer forma de contestação feminina à ordem estabelecida.

Um fenômeno particularmente revelador das ambiguidades do anticomunismo salazarista manifestou-se no interior de organizações operárias católicas, como a Juventude Operária Católica. Militantes engajadas em pautas de justiça social e obreirismo cristão passaram a ser pejorativamente classificadas como “comunistas da Igreja”, apesar de atuarem, inicialmente, com base em referenciais religiosos e anticomunistas. A repressão estatal e o distanciamento da hierarquia eclesiástica contribuíram, sobretudo a partir das décadas de 1960 e 1970, para que parte dessas mulheres migrasse para campos marxistas ou para a esquerda revolucionária, evidenciando os limites do projeto de controle ideológico do regime.⁴²⁸

A matéria publicada no periódico *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, n. 18, de outubro de 1940, apresenta-se como um texto de caráter doutrinário e pedagógico, organizado em torno do lema “Deus, Pátria e Família”⁴²⁹, definido como síntese moral e espiritual da identidade nacional portuguesa. O texto estrutura-se a partir da exaltação desses três princípios, apresentados como fundamentos indissociáveis da civilização, do verdadeiro progresso e da formação da juventude feminina. A narrativa assume um tom normativo, afirmando que tais valores constituem verdades universais destinadas a orientar a vida individual, familiar e coletiva.

Ao longo da matéria, o boletim estabelece uma oposição clara entre esses pilares e um conjunto de “ideias” ou “ideologias” caracterizadas como nocivas, responsáveis por afastar os indivíduos da religião cristã, por fragilizar os laços familiares e por corromper o sentimento patriótico. Ainda que o texto não nomeie explicitamente o comunismo, o socialismo ou o marxismo, a crítica dirige-se a correntes de pensamento associadas ao materialismo, ao

⁴²⁷ BELLATO, Sofia. **A representação da mulher nas revistas femininas portuguesas durante o Estado Novo (1933-1974): um estudo exploratório.** Tesi di Laurea (Corso di Laurea Magistrale in Lingue e Letterature Europee, Americane e Postcoloniali) – Università Ca’ Foscari Venezia, Veneza, 2021/2022. p. 17.

⁴²⁸ BARRETO, José. Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar. **Análise Social**, v. 29, n. 125-126, p. 287-317, 1994. p. 308. Doi: <https://doi.org/10.31447/AS00032573.1994125.11>.

⁴²⁹ *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, n. 18, out. 1940.

secularismo e à negação do sagrado, descritas como forças que conduzem à desordem moral e à decadência espiritual. Essas ideologias são apresentadas como agentes de desagregação, capazes de comprometer tanto o destino individual quanto o futuro da nação.

A matéria atribui especial responsabilidade às jovens filiadas à MPF na defesa desses valores. O texto insiste que cabe às mulheres preservarem, no cotidiano, a centralidade da religião, a coesão da família e o amor à pátria, transformando esses princípios em prática constante. A adesão aos ideais de Deus, Pátria e Família é, assim, apresentada como missão feminina, vinculada à educação dos filhos, à moralização do lar e à vigilância permanente sobre influências consideradas perigosas ou estrangeiras à tradição nacional.

É nesse enquadramento que se evidencia o caráter velado do anticomunismo presente na documentação produzida pela MPF. O inimigo ideológico é construído de forma indireta, por meio de um vocabulário moral, religioso e nacionalista que dispensa a nomeação explícita. A matéria em análise constitui um exemplo particularmente elucidativo de um anticomunismo difuso, característico do salazarismo, no qual o comunismo aparece como uma ameaça. Ao definir esses três princípios como “três palavras, três símbolos, um ideal”, o texto estabelece um núcleo normativo incontestável, apresentado como fundamento natural da identidade portuguesa e da formação das jovens filiadas.

A análise sistemática do boletim da MPF revela um dado que, longe de constituir uma limitação da fonte, adquire grande relevância interpretativa: a quase ausência de referências explícitas ao comunismo, ao socialismo ou ao marxismo ao longo de grande parte das matérias publicadas. Diferentemente de outros órgãos de propaganda do Estado Novo, nos quais o inimigo ideológico é frequentemente nomeado e combatido de forma direta, o boletim da MPF opta, na maioria das vezes, por um discurso que prescinde da designação explícita do adversário político. Essa opção editorial não deve ser compreendida como neutralidade ou indiferença em relação ao anticomunismo, mas como parte de uma estratégia discursiva específica, ajustada ao público feminino juvenil e à função pedagógica atribuída à organização.

Ressalta-se que não falar de comunismo também diz muito sobre a revista. Ao centrar suas páginas na exaltação da moral cristã, da obediência, da disciplina, da harmonia social, da resignação e da vida doméstica, o boletim constrói um universo normativo que se coloca, de maneira implícita, em oposição frontal a qualquer ideologia que questione a ordem social vigente, as hierarquias estabelecidas, a propriedade ou as relações de trabalho. A insistência na aceitação do lugar social, na valorização do sacrifício individual e na naturalização das desigualdades opera como um verdadeiro escudo simbólico contra leituras críticas da sociedade, especialmente aquelas associadas ao marxismo e às tradições socialistas.

O combate ao comunismo no boletim da MPF manifesta-se, assim, por meio da educação moral e cívica, da sacralização do lar e da atribuição às mulheres de um papel central na preservação da ordem social. Ao apresentar a família cristã como núcleo natural e indiscutível da nação, a revista transforma a vida doméstica em uma verdadeira trincheira ideológica. As mulheres, concebidas como mães, esposas e educadoras, são investidas da responsabilidade de impedir que ideias consideradas “estrangeiras”, “materialistas” ou “desnacionalizantes” encontrem espaço no interior dos lares. Nessa perspectiva, cada ensinamento sobre bons costumes, cada exortação à obediência e cada elogio da submissão feminina funcionam como mecanismos de contenção preventiva contra o avanço das ideologias de esquerda.

Essa lógica torna-se particularmente evidente na forma como a pobreza é representada no boletim. Quando abordada, a miséria aparece quase sempre por meio de um registro moral e afetivo, frequentemente marcado pela figura dos “pobrezinhos”, apresentados como objetos de compaixão e caridade, e não como sujeitos inseridos em estruturas históricas de exclusão social. Em nenhum momento a revista propõe uma reflexão sobre as causas econômicas ou sociais da pobreza, nem problematiza os mecanismos que produzem a desigualdade e a exploração. Ao contrário, orienta as jovens filiadas a agir por meio da ajuda individualizada (doações de alimentos, roupas e cuidados básicos), reforçando uma lógica assistencialista profundamente ancorada na moral cristã do auxílio ao próximo e, obviamente, a negação da luta de classes.

Ao deslocar o enfrentamento da miséria do campo político para o plano da virtude individual, o boletim esvazia qualquer possibilidade de crítica estrutural à ordem social e neutraliza discursos que associam a pobreza à injustiça ou à exploração do trabalho. Essa concepção de ajuda, fundada na caridade e na benevolência, reafirma o papel das mulheres como mediadoras morais da pobreza e dialoga diretamente com a subseção que analisa a participação feminina no assistencialismo, evidenciando como essas práticas funcionaram simultaneamente como ação social e como instrumento de contenção ideológica.

O periódico *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal* integrava o universo da chamada “boa imprensa”, concebida pelo Estado Novo e pela Igreja Católica como instrumento de combate à “má imprensa”, associada ao liberalismo, ao laicismo e ao marxismo. Esses periódicos não tinham como objetivo principal polemizar diretamente com o comunismo, mas normalizar mentalidades, formar sujeitos dóceis, obedientes e moralmente disciplinados, reduzindo as possibilidades de contestação social e política. A ausência do termo “comunismo”, portanto, não indica desconhecimento ou irrelevância do inimigo, mas revela a adoção de um

anticomunismo preventivo, cotidiano e silencioso, incorporado às práticas mais banais da vida social.

Nesse sentido, para a Igreja Católica, a segunda parte foi dedicada à questão da “boa imprensa”, destacando que esta era necessária para difundir na sociedade a “luz da verdade e virtude” através das publicações impressas. Nesse contexto, os escritos deveriam ser combatidos pelos escritos, pois seriam instrumentos de salvação e edificação de homens e mulheres, servindo-lhes como “remédio e antídoto”⁴³⁰

A análise dos casos brasileiro, espanhol e português permite afirmar que o anticomunismo constituiu um elemento importante comum aos casos analisados, ainda que assumindo formas discursivas e operacionais distintas em cada contexto nacional. Mais do que uma reação circunstancial ao avanço das esquerdas, o anticomunismo operou como uma gramática política transversal, capaz de articular repressão, mobilização social e legitimação do poder. Em todos os casos, o comunismo foi construído como um inimigo absoluto, frequentemente descrito como ameaça moral, espiritual e social, o que possibilitou desqualificar conflitos sociais, reivindicações trabalhistas e projetos de transformação política ao enquadrá-los como expressões de um perigo externo, estrangeiro e corrosivo da ordem nacional.

Ao mesmo tempo, ao analisar as fontes, evidencia-se que o anticomunismo não se manifestou apenas por meio da nomeação explícita do inimigo ou da propaganda direta, mas por práticas cotidianas, dispositivos pedagógicos e códigos morais que moldaram comportamentos, sensibilidades e identidades. Nesse processo, as mulheres ocuparam um lugar estratégico, sendo vistas como agentes privilegiadas da reprodução da ordem social, da moral cristã e da estabilidade familiar, apresentada como antítese do comunismo. Com isso, o anticomunismo acabou se tornando uma espécie de princípio organizacional da vida em sociedade. Conseguindo passar facilmente entre o que é público e o que é privado, enraizando-se de maneira forte nas experiências do cotidiano das pessoas. Essa característica é muito importante para entender como os regimes e movimentos estudados conseguiram manter seus projetos autoritários por mais tempo e espalhar suas ideias de forma ampla, tema que orienta a continuidade da análise nesta seção.

Com isso, é possível concluir que o anticomunismo, nos três contextos analisados, ultrapassou amplamente o campo da disputa política formal para se consolidar como uma

⁴³⁰ AMARAL, Walter Valdevino do. **Purificando corpos e normalizando mentes: mulheres católicas e imprensa no Brasil e em Portugal, 1937-1945**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. p. 107.

política transversal, capaz de organizar discursos, práticas e formas de intervenção sobre a vida das mulheres. O anticomunismo operou como uma lente permanente de distorção da realidade social, construindo o comunismo como um inimigo absoluto, ontológico e incompatível com a própria essência da nação.

Ainda que assumisse tonalidades distintas (a retórica da Cruzada na Espanha, a missão pedagógica e moral no Brasil e o caráter preventivo e implícito em Portugal), o objetivo convergiu nos três casos: legitimar a ampliação do controle estatal e partidário sobre comportamentos, afetos e relações privadas. Nesse processo, a mobilização feminina revelou-se estratégica. Ao serem investidas da função de proteger a família, concebida como base da sociedade, as mulheres tornaram-se mediadoras centrais da difusão do anticomunismo.

A atuação dessas militantes contribuiu, decisivamente, para a dissolução das fronteiras entre o público e o privado. O policiamento do casamento e das relações afetivas no Brasil, a vigilância sobre rituais, sentimentos e representações femininas na Espanha e o controle das leituras, da formação moral e da imprensa em Portugal demonstram que, sob o signo do anticomunismo, não havia espaço neutro. O lar, a educação dos filhos, a religiosidade e até as emoções passaram a ser compreendidos como territórios estratégicos da luta ideológica.

Com isso, entende-se que o anticomunismo desempenhou um papel central na definição de uma identidade feminina legítima. A figura da militante “correta” foi construída sempre em oposição a uma alteridade negativa (as “vermelhas”, as milicianas, as mulheres politicamente autônomas) associadas ao desvio moral, à masculinização e à desordem espiritual. Assim, a identidade das mulheres vinculadas aos projetos fascistas ou fasticizados não se afirmava apenas por seus valores positivos, mas pelo contraste sistemático com aquelas identificadas como inimigas internas.

O anticomunismo funcionou como um verdadeiro dispositivo de higienização ideológica, no qual as mulheres foram convocadas a atuar como guardiãs da ordem moral, encarregadas de detectar, neutralizar e prevenir qualquer ameaça à família cristã e à estabilidade social. Esse mesmo movimento ajuda a compreender por que, nos discursos analisados, o comunismo e a emancipação feminina autônoma frequentemente aparecem associados: ambos eram percebidos como forças corrosivas da hierarquia, da autoridade e da ordem natural.

É precisamente a partir dessa convergência que se abre o próximo eixo de análise. O antifeminismo emerge aqui como desdobramento lógico de um anticomunismo que enxergava na autonomia feminina um risco político e moral e um desdobramento sobre a ideia de “nós x elas”. A próxima seção aprofundará essa articulação, examinando seus componentes transnacionais, os diálogos entre mulheres vinculadas a movimentos fascistas, a circulação de

ideias, modelos e práticas, bem como o papel de figuras femininas de destaque, as viagens, os contatos e as trocas que contribuíram para a construção de um repertório antifeminista compartilhado no espaço ibérico e latino-americano.

5 AMBIGUIDADES, LIDERANÇAS E TRANSNACIONALISMO

Nesta seção, pretende-se aprofundar a análise das redes de sociabilidade política feminina constituídas no interior dos casos em análise, com especial atenção à sua dimensão transnacional. Parte-se do entendimento de que a mobilização feminina nesses contextos não se restringiu aos limites nacionais ou regionais, tampouco se desenvolveu de forma isolada. Ela esteve inserida em circuitos de interação que conectaram mulheres, lideranças, organizações e experiências distintas, permitindo a circulação de ideias, modelos organizativos, práticas políticas e referências simbólicas.

A investigação concentra-se, inicialmente, nos encontros, nos congressos, nas visitas oficiais e nos intercâmbios que possibilitaram o estabelecimento de vínculos entre mulheres vinculadas a diferentes movimentos e partidos, bem como na existência de redes formais e informais de sociabilidade entre lideranças femininas. Dedicase uma atenção especial à atuação de figuras centrais, como Pilar Primo de Rivera e Carmela Salgado, e o papel que desempenharam na legitimação e difusão dos projetos políticos.

Além das interações pessoais e institucionais, esta seção examina o papel desempenhado pelas revistas femininas como veículos privilegiados de circulação transnacional. Essas publicações possibilitaram a reprodução de imagens, textos, discursos e referências estrangeiras, contribuindo para a incorporação explícita ou implícita de outras experiências fascistas e/ou fanticizadas apresentadas como modelos de sucesso. Por meio da imprensa, consolidou-se um repertório compartilhado, no qual práticas, valores e representações circulavam e eram adaptados às especificidades de cada contexto nacional.

A análise estende-se, ainda, à dimensão estética e ritual da sociabilidade política feminina. Essas mulheres transformaram uniformes, insígnias, saudações, cerimônias e desfiles em elementos centrais de sua atuação política, utilizando essas práticas para construir e reforçar uma estética autoritária comum, que estruturava identidades políticas femininas baseadas na disciplina, na hierarquia e no pertencimento coletivo.

Ao articular redes de sociabilidade, circulação transnacional, lideranças e estética política, busca-se demonstrar que a atuação feminina foi central para a consolidação e a difusão de uma cultura política compartilhada no espaço ibérico e latino-americano, evidenciando o papel das mulheres como agentes ativas na mediação e na naturalização de valores e ideais no plano político e do cotidiano.

5.1 REDES DE SOCIABILIDADE E CIRCULAÇÃO TRANSNACIONAL

A participação feminina em movimentos políticos, partidos e regimes não pode ser compreendida exclusivamente a partir de sua dimensão institucional ou estritamente política. Para além da militância formal, essas organizações configuraram instâncias de socialização política, articuladas a uma determinada cultura política, na medida em que reuniam mulheres portadoras de visões de mundo, valores morais e posicionamentos ideológicos compartilhados. Nesse contexto, a adesão a tais movimentos implicava o engajamento em um projeto político específico, associado à inserção em redes de sociabilidade que conferiam sentido, identidade e reconhecimento às trajetórias individuais, favorecendo experiências de convivência, pertencimento e ação coletiva.

Como reiterado ao longo desta pesquisa, parte-se do pressuposto de que as mulheres que atuaram nos movimentos, partidos e regimes aqui analisados o fizeram por opção política consciente. Sua participação não pode ser reduzida à influência de figuras masculinas nem interpretada exclusivamente como reflexo de coerção ou instrumentalização. Ao contrário, essas mulheres acreditavam nos ideais defendidos por essas organizações e desejaram colaborar ativamente com seus projetos, encontrando nesses espaços possibilidades concretas de atuação, sociabilidade e afirmação identitária.

Percebe-se que reuniões, congressos, atividades assistenciais, viagens, cursos de formação e a produção de imprensa feminina funcionaram como dispositivos de aproximação e coesão, permitindo que essas mulheres se reconhecessem como parte de uma comunidade política específica. A militância, assim, articulava engajamento ideológico e experiência social, reforçando laços de solidariedade e pertencimento entre as participantes.

Embora esta pesquisa não se insira propriamente no campo da História Intelectual, considera-se que o conceito de redes de sociabilidade, tal como formulado por Jean-François Sirinelli⁴³¹, oferece uma ferramenta analítica importante para compreender a importância desses movimentos e partidos na vida das mulheres. Ao deslocar o foco da análise do indivíduo isolado para as tramas relacionais que estruturam a ação coletiva, o conceito permite compreender como o engajamento feminino se construiu em diálogo com espaços de convivência, afinidades ideológicas e experiências compartilhadas. Assim, mesmo fora de seu

⁴³¹ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 234-241.

enquadramento disciplinar original, a noção de sociabilidade contribui para iluminar as formas pelas quais as mulheres se inseriram, atuaram e encontraram sentido político nesses projetos.

Sirinelli⁴³² propôs o conceito de redes de sociabilidade como uma ferramenta analítica fundamental para compreender a produção, a circulação e a eficácia social das ideias. Para o autor, os intelectuais não atuam de forma isolada, e sim inseridos em tramas relacionais que condicionam suas trajetórias, escolhas políticas e formas de intervenção pública. A sociabilidade é um componente formador da vida intelectual e política.

O historiador francês ainda define as redes de sociabilidade a partir da articulação de três elementos centrais. O primeiro refere-se à existência de uma sensibilidade ideológica, política ou cultural comum, entendida como um conjunto compartilhado de valores e referências simbólicas que conferem identidade ao grupo. Essa sensibilidade não pressupõe homogeneidade absoluta, mas estabelece um horizonte comum de expectativas e significados que torna possível a ação coletiva. Trata-se de um “cimento” que sustenta a coesão do grupo ao longo do tempo.

O segundo elemento diz respeito às afinidades difusas, isto é, vínculos nem sempre explicitados ou formalizados, mas decisivos para a estruturação das redes. Essas afinidades podem decorrer de experiências geracionais compartilhadas, trajetórias sociais semelhantes, formação intelectual comum ou pertencimento a determinados meios culturais e institucionais. Embora muitas vezes difíceis de perceber documentalmente, elas desempenham papel fundamental na manutenção da rede, operando como mecanismos de reconhecimento, confiança e legitimação mútua entre seus integrantes.

O terceiro pilar das redes de sociabilidade, segundo o pesquisador, é a vontade e o gosto de conviver. Esse aspecto enfatiza a dimensão relacional e afetiva da sociabilidade, expressa na busca por espaços de encontro, troca e convivência regular. Salões, cafés, associações, revistas, congressos e círculos culturais funcionam, em diferentes contextos históricos, como arenas privilegiadas de interação, nas quais os indivíduos se situam simbolicamente no mundo e perante seus pares. A sociabilidade, portanto, implica presença, contato e participação ativa em espaços coletivos. Nesta pesquisa, utilizam-se diferentes formas de sociabilidade, como eventos promovidos pelos movimentos e partidos, congressos, encontros e as revistas analisadas, que permitem identificar os vínculos e as conexões apontados pelo autor.

⁴³² SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 234-241.

As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtemem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão [...] uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade.⁴³³

Um aspecto central da abordagem de Sirinelli⁴³⁴ é a insistência na historicidade dessas estruturas. As redes de sociabilidade não são universais nem imutáveis, mas variam conforme as conjunturas políticas, os aspectos culturais e os meios de comunicação disponíveis. Determinados espaços e práticas que desempenharam papel central em um período histórico podem perder relevância em outro, sendo substituídos por novos dispositivos de sociabilidade. Para o historiador, reconhecer essa mutabilidade é essencial para evitar análises anacrônicas e para compreender como as ideias se adaptam, circulam e ganham eficácia em contextos específicos. Um exemplo contemporâneo seriam as revistas aqui analisadas. Na primeira metade do século XX, as revistas partidárias ou de movimentos políticos possuíam um caráter extremamente importante na formação de opiniões e formas de pensar. Entretanto, atualmente, as revistas não possuem mais esse peso, mas poderiam ser comparadas com páginas nas redes sociais ou outras mídias digitais.

Com base nessa definição, é possível compreender o transnacionalismo como uma ampliação espacial das redes de sociabilidade, na qual os vínculos ideológicos, afetivos e organizacionais extrapolam as fronteiras do Estado-nação. Quando grupos compartilham uma sensibilidade comum e mantêm contatos regulares por meio de viagens, correspondências, congressos ou imprensa periódica, essas redes passam a operar em escala transnacional. O transnacionalismo não se opõe à lógica das redes de sociabilidade, mas constitui uma de suas expressões possíveis, marcada pela circulação de ideias, modelos e práticas entre diferentes contextos nacionais. Ao deslocar o foco da análise exclusivamente nacional ou regional para os fluxos, as conexões e os intercâmbios, o historiador pode perceber de maneira mais precisa como projetos políticos e culturais se constroem para além das fronteiras.

A partir desse enquadramento teórico, é possível explicitar de maneira mais direta como o conceito de sociabilidade é operacionalizado nesta pesquisa. No caso em análise, as redes de sociabilidade são apreendidas por meio de diferentes espaços e práticas concretas de convivência promovidas pelos movimentos e partidos estudados. Eventos públicos, congressos,

⁴³³ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 234-241. p. 249.

⁴³⁴ *Ibid.*

encontros formais e informais, cerimônias, atividades assistenciais e momentos de formação política constituíram ocasiões privilegiadas de encontro regular entre mulheres.

Paralelamente, as revistas femininas analisadas são compreendidas como dispositivos centrais de sociabilidade, ainda que mediada. Longe de funcionarem apenas como instrumentos de propaganda ou difusão doutrinária, essas publicações operaram como espaços simbólicos de encontro, reconhecimento e identificação entre suas leitoras. Por meio de textos, imagens, seções fixas, cartas, modelos de conduta e narrativas exemplares, as revistas contribuíam para a construção de uma comunidade imaginada feminina, na qual se produziam laços de afinidade, cumplicidade e reconhecimento mútuo, mesmo na ausência do contato físico direto.

Outro conceito importante para a pesquisa é a noção de “mulheres públicas”, tal como elaborada por Michelle Perrot⁴³⁵, que oferece uma análise interpretativa importante para a leitura da atuação feminina aqui estudada. Embora essas mulheres não tenham se inserido no espaço público a partir de uma pauta emancipatória tradicional, como as feministas da época, sua presença visível, organizada e regular em espaços coletivos tensionou as fronteiras tradicionais entre o privado e o público. Integralistas, falangistas e militantes da MPF ocuparam espaços de circulação, sociabilidade e intervenção que as retiraram da condição de invisibilidade doméstica, convertendo-as em sujeitos ativos no interior de projetos políticos.

O conceito da historiadora francesa permite compreender que essas mulheres se tornaram “públicas” não apenas pelo fato de aparecerem em desfiles, cerimônias, ações assistenciais, viagens ou páginas de revistas, mas porque passaram a atuar de forma reconhecida e legitimada em nome de uma causa coletiva. Anteriormente, o termo possuía uma conotação negativa, associada à vergonha e à desordem moral. Contudo, sua presença pública foi ressignificada pelos próprios movimentos como expressão de honra, sacrifício e missão. Ainda assim, essa legitimação permaneceu profundamente marcada pela assimetria de gênero: a visibilidade feminina foi aceita na medida em que se mantinha subordinada a valores como disciplina, moralidade, serviço e abnegação.

A articulação com o conceito de redes de sociabilidade, conforme proposto por Sirinelli⁴³⁶, permite aprofundar essa análise. Essas mulheres passaram a ocupar o espaço público de maneira organizada e coletiva, impondo sua presença por meio de estruturas de convivência, o engajamento político e a identificação mútua.

⁴³⁵ PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Unesp, 1998.

⁴³⁶ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 234-241.

As revistas femininas analisadas nesta pesquisa desempenharam papel central nesse processo, operando como formas de sociabilidade mediada. Por meio da circulação regular de textos, imagens, discursos e modelos de conduta, essas publicações criaram comunidades femininas, nas quais as leitoras se reconheciam como parte de um coletivo político e moralmente homogêneo. Assim, estabeleciam-se laços de pertencimento, reconhecimento e identificação, reforçando o engajamento e ampliando o alcance das redes de sociabilidade para além dos encontros presenciais.

Essa articulação entre Perrot e Sirinelli permite, portanto, compreender que as mulheres integralistas, falangistas e da MPF não apenas romperam parcialmente o silêncio histórico que confinava o feminino ao espaço privado, já tensionado anteriormente pelo movimento feminista, mas o fizeram por meio de redes densas de sociabilidade política. Essas mulheres se afirmaram como “públicas” no interior desses projetos políticos, no qual a visibilidade era cuidadosamente regulada e funcionalizada em favor do projeto político. Essas mulheres integraram coletivos organizados, sustentados por múltiplos espaços de convivência e interação, que garantiram estabilidade, continuidade e eficácia à sua atuação no espaço público.

Dessa forma, ao articular o conceito de mulheres públicas com o de redes de sociabilidade, é possível superar leituras que reduziriam essas trajetórias a meros instrumentos passivos de regimes ou partidos. O que se observa, ao contrário, é a constituição de uma presença pública feminina estruturada, coletiva e relacional. Presença pública essa que, muitas vezes, fora questionada pelos militantes de seus movimentos. Como apresenta Morant i Ariño⁴³⁷, “para filiar-se, muitas integralistas e falangistas tiveram justamente de superar resistências masculina”.

Nessa perspectiva, os trabalhos de Maria Izilda Santos de Matos⁴³⁸ também oferecem uma contribuição importante para compreender a atuação feminina em contextos trabalhados. Ao discutir a necessidade de reconhecer as mulheres como sujeitos históricos, a autora questiona interpretações que as restringem à passividade, ao silêncio ou ao confinamento doméstico. Mesmo em regimes marcados por forte controle social e político, como a ditadura civil militar do Brasil, a pesquisadora demonstra que as mulheres ocuparam espaços públicos, construíram formas de participação e negociaram sua inserção em estruturas de poder. Tal perspectiva é relevante para esta pesquisa, pois permite compreender as mulheres não como

⁴³⁷ MORANT I ARIÑO, Toni. Uma primeira aproximação comparada ao fascismo feminino no Brasil e na Espanha, 1932-1937. **Locus: Revista de História**, v. 25, n. 2, 2019. Doi: <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2019.v25.28563>.

⁴³⁸ MATOS, Maria Izilda Santos de. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**, v. 19, n. 19, p. 5-15, 2024.

simples extensões da autoridade masculina, mas como agentes que disputaram legitimidade, visibilidade e protagonismo político no interior de movimentos e regimes autoritários.

Além dos conceitos anteriormente mobilizados, a perspectiva da história transnacional revela-se fundamental para a compreensão das relações estabelecidas pelas mulheres nos casos aqui analisados. Conforme discutido nas seções anteriores, o enfoque transnacional permite ultrapassar os limites do Estado-nação como unidade exclusiva de análise, possibilitando compreender como ideias, práticas, modelos organizativos e repertórios simbólicos circularam entre diferentes contextos. No âmbito desta pesquisa, tal abordagem evidencia que tanto os fascismos como os processos de fascistização assumiram uma dimensão transnacional que contou, principalmente, com a atuação feminina.

Nos contextos brasileiro, espanhol e português, as mulheres militantes ocuparam espaços de circulação que não se restringiam às fronteiras geográficas nacionais. Essa circulação manifestou-se por meio de deslocamentos físicos, cuja frequência, quando observada, evidencia a consistência e a regularidade dessas conexões, e por intermédio de trocas simbólicas, institucionais e discursivas, como a circulação de impressos, imagens, discursos, referências estrangeiras e modelos considerados exemplares. Desse modo, a inserção feminina no transnacionalismo não pode ser mensurada exclusivamente pelo número de viagens internacionais realizadas, mas deve ser compreendida a partir da diversidade de canais por meio dos quais essas conexões se estabeleceram.

No entanto, impõe-se uma cautela metodológica em relação às comparações diretas entre os casos. A frequência e a amplitude das viagens realizadas por integrantes da SF e da MPF não podem ser contrastadas de maneira linear com a experiência das brasileiras. Um elemento central para essa diferenciação reside no fato de que, nos casos espanhol e português, tais deslocamentos ocorreram, sobretudo, após a consolidação desses movimentos no interior das estruturas de poder estatal, o que possibilitou a mobilização de recursos institucionais, logísticos e diplomáticos.

Em contrapartida, no Brasil, a AIB não chegou a ocupar o poder, o que limitou significativamente as condições de realização de viagens internacionais por suas militantes. Embora fatores territoriais e logísticos também tenham desempenhado um papel relevante, a relação com o Estado constitui um elemento decisivo para compreender as diferenças observadas.

Ao analisar o transnacionalismo feminino, esta pesquisa propõe deslocar o foco de uma contabilidade de viagens para uma compreensão mais ampla dos processos de circulação e apropriação. Ainda que as viagens internacionais, os encontros oficiais e as trocas diretas com

outros movimentos femininos sejam devidamente examinados, é fundamental reconhecer que a menor frequência de deslocamentos internacionais das brasileiras não implica uma participação menos relevante nos circuitos transnacionais. Ao contrário, sua atuação contribuiu para a construção e a difusão de um repertório compartilhado, adaptado às especificidades locais, demonstrando que o transnacionalismo operou também por meio de conexões indiretas, mediações culturais e redes simbólicas.

Como apresenta Toni Morant i Ariño⁴³⁹, o caso brasileiro apresenta especificidades importantes. O transnacionalismo se fez presente na trajetória das mulheres da AIB, visto que compartilhavam com as falangistas espanholas não apenas referências doutrinárias comuns, mas também desafios semelhantes, como a necessidade de negociar sua inserção em estruturas partidárias marcadamente masculinas.

As mulheres, ao estruturarem suas próprias formas de organização, buscaram aprimorar sua atuação por meio da observação e da inspiração de experiências estrangeiras, ainda que mediadas pela distância geográfica, pelas condições materiais e pelas particularidades do contexto nacional. A comparação entre esses casos permite identificar padrões transnacionais de mobilização feminina, sem perder de vista as assimetrias concretas que moldaram suas possibilidades de circulação.

5.2 FIGURAS FEMININAS DE DESTAQUE NOS PARTIDOS E MOVIMENTOS

Tanto a SF, na Espanha, quanto a MPF, em Portugal, e a Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina (SNAF), no Brasil, tiveram, em sua constituição, a atuação decisiva de mulheres fundamentais para sua consolidação. O papel feminino nesses movimentos e regimes foi, sem dúvida, central para a formulação, difusão e sustentação de seus ideais. Nesta pesquisa, defende-se que, independentemente das classificações, nos três movimentos estudados, bem como outras derivações debatidas pela historiografia, a presença feminina foi significativa e estruturante.

Sustenta-se que é impossível analisar o fascismo sem considerar a atuação dessas mulheres, uma vez que elas foram agentes fundamentais tanto na organização interna quanto, no caso ibérico, nos processos de consolidação e legitimação dos regimes. Defende-se, portanto, a noção de um fascismo feminino como dimensão constitutiva desses projetos políticos.

⁴³⁹ MORANT I ARIÑO, Toni. Uma primeira aproximação comparada ao fascismo feminino no Brasil e na Espanha, 1932-1937. **Locus: Revista de História**, v. 25, n. 2, 2019. Doi: <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2019.v25.28563>.

Entretanto, é igualmente necessário reconhecer que tais espaços foram permanentemente marcados por disputas. As funções desempenhadas pelas mulheres nesses contextos não foram simplesmente concedidas por lideranças masculinas, tampouco resultaram de uma suposta benevolência dos dirigentes. Ao contrário, esses espaços foram conquistados e constantemente negociados por mulheres que, inseridas naquele contexto histórico, podem ser compreendidas como protagonistas políticas.

Os papéis por elas ocupados derivaram de escolhas políticas conscientes, vinculadas ao compartilhamento de uma mesma cultura política com seus pares masculinos. Ao mesmo tempo, havia a percepção, explícita ou implícita, de que tais conquistas eram instáveis e poderiam ser revogadas a qualquer momento, o que reforça o caráter tenso e contingente dessas inserções.

Nesse processo, algumas figuras femininas adquiriram maior visibilidade. Não se pretende, contudo, construir uma narrativa centrada exclusivamente em grandes nomes ou lideranças individuais. Pelo contrário, ao privilegiar a análise da participação feminina nesses movimentos, parte-se do pressuposto de que o fazer histórico deve buscar compreender criticamente as múltiplas experiências e práticas que conformaram esses projetos políticos. Ainda assim, é inegável que determinadas trajetórias se destacam, especialmente no que diz respeito à disputa por espaços em estruturas marcadamente masculinistas.

Diante disso, apresentam-se duas mulheres cuja atuação se revelou particularmente relevante, tanto para a consolidação ideológica quanto para a difusão transnacional e transregional dos movimentos aos quais estiveram vinculadas.

5.2.1 Pilar Primo de Rivera

Pilar Primo de Rivera (1907-1991) ocupou uma posição singular na história do fascismo espanhol e no interior das redes transnacionais que articularam organizações femininas em diferentes regimes europeus. Filha do ditador Miguel Primo de Rivera e irmã de José Antonio Primo de Rivera, fundador da Falange Espanhola, sua trajetória política foi profundamente marcada por esse capital familiar e simbólico. Após a execução de José Antonio, em novembro de 1936, Pilar converteu-se em uma das principais guardiãs de sua memória, assumindo a tarefa de preservar e difundir o legado do irmão no interior do universo falangista.⁴⁴⁰ Nesse processo,

⁴⁴⁰ MORANT I ARIÑO, Toni. “Por tierras del país hermano”. Las visitas de Pilar Primo de Rivera a la Alemania nazi, 1938-1943. **Anuario de la Escuela de Historia**, n. 43, 2025. Doi: <https://doi.org/10.35305/ach.vi43.461>.

a revista *Y* desempenhou papel central, funcionando como espaço de elaboração de um culto político que reiterava continuamente a figura de José Antonio e consolidava Pilar como depositária privilegiada dessa herança.

No entanto, sua relevância não se restringiu à dimensão memorial ou simbólica. Em 1934, Pilar fundou a SF e permaneceu à frente da organização até sua extinção, em 1977. Essa longa permanência conferiu-lhe notável estabilidade institucional e fez dela uma das figuras femininas mais duradouras do franquismo, garantindo-lhe continuidade política, além da capacidade de moldar, ao longo de décadas, os contornos da atuação feminina no interior do regime. Sob sua direção, a SF transformou-se em um dos principais órgãos do franquismo, responsável pela formação moral, social e política das mulheres, bem como pela difusão de valores alinhados ao nacional-sindicalismo e à moral católica.

A Sección Femenina da FET (a partir de agora SF) foi fundada em 1934 como uma extensão da Falange Espanhola. Pilar Primo de Rivera, irmã de José Antonio Primo de Rivera e filha de Miguel Primo de Rivera, criou e dirigiu essa Sección Femenina ao longo de seus 43 anos de existência (1934-1977). A SF iniciou sua atuação em abril de 1937 como a única organização feminina secular na Espanha de Franco e empregava uma rede de delegadas profissionais, provinciais e locais em todo o país, responsável por administrar seus programas e políticas. Durante os sete anos seguintes, a SF aproveitou sua posição como organização nacional para assumir o controle da maioria das instituições e associações nas quais trabalhavam mulheres, monopolizando, entre outros espaços, o Sindicato Español Universitario (feminino), SEU; os sindicatos de professoras e enfermeiras e o Serviço Social da Mulher.⁴⁴¹

A SF consolidou-se como um instrumento central do regime. A obrigatoriedade do Serviço Social para mulheres, por exemplo, evidencia o alcance dessa estrutura, ao submeter milhares de espanholas a um processo de formação. É importante destacar que o serviço social

⁴⁴¹ Tradução de: “LA Sección Femenina de la FET (de ahora en adelante la SF) se fundó en 1934 como una extensión de la Falange Española. Pilar Primo de Rivera, hermana de José Antonio, fundador de Falange, e hija de Miguel, dictador de España (1923-1930), creó y lideró esta Sección Femenina durante sus 43 años de existencia (1934-1977). La SF empezó su andadura en abril de 1937 como la única organización femenina secular en la España de Franco y empleaba a una red de delegados profesionales, provinciales y locales en todo el país que administraba sus programas y políticas. Durante los siete años siguientes, la SF aprovechó su posición de organización nacional para hacerse con el control de la mayoría de las instituciones y asociaciones donde trabajaban mujeres, y monopolizó, entre otros, el Sindicato Español Universitario (femenino), SEU; los sindicatos de profesoras y enfermeras, y el Servicio Social de la Mujer” (INBAL OFER. La legislación de género de la Sección Femenina de la FET. Acortando distancias entre la política de élite y la de masas. *Historia y Política*, n. 15, 2008).

era, para as mulheres, o que o serviço militar era para os homens.⁴⁴² A atuação de Pilar ultrapassou a esfera organizativa, projetando-se como uma liderança capaz de articular poder institucional, pedagogia política, relações exteriores e diplomacia.

Sua liderança também se afirmou por meio de disputas internas no interior do próprio campo franquista. A rivalidade com Mercedes Sanz Bachiller, fundadora e Delegada Nacional do Auxílio Social durante seus primeiros anos, expressou um conflito decisivo pelo controle da assistência e da formação política das mulheres na nova Espanha. Pilar defendia que a SF deveria deter o monopólio da educação moral e política feminina, enquanto outras lideranças femininas buscavam preservar esferas próprias de atuação. “Duas mulheres que, por caminhos distintos, não estavam dispostas a renunciar ao poder e ao controle que haviam conquistado em suas respectivas organizações”.⁴⁴³ Assim, sua autoridade não resultou apenas de sua origem familiar ou de concessões masculinas, mas também de uma intensa disputa pela centralização institucional do poder feminino dentro do regime.

Essa capacidade de articulação não se limitou ao plano interno. Pilar também projetou sua liderança para além das fronteiras espanholas, inserindo-se em circuitos de aproximação entre regimes autoritários, fascistas e fascizados europeus. Antes de adentrar propriamente na análise dessas experiências, cabe destacar que suas viagens e seus contatos internacionais serão examinados de maneira mais detida na subseção seguinte. Neste momento, pretende-se evidenciar como essa dimensão exterior integrava sua atuação política e reforçava sua posição no interior do franquismo.

Pilar pode ser compreendida como uma agente ativa na construção de vínculos transnacionais entre organizações femininas fascistas, visto que atuava como mediadora entre a Espanha e outros países. No caso da Alemanha nazista, essa relação foi particularmente intensa: entre 1938 e 1943, realizou seis viagens oficiais ao país, sendo recebida por Adolf Hitler já em sua primeira visita. Esses encontros evidenciam a inserção da SF em um circuito internacional de intercâmbio institucional, especialmente com organizações nazistas.⁴⁴⁴

⁴⁴² RICHMOND, Kathleen. **Las Mujeres en el Fascismo Español: la Sección Femenina** de Falange, 1934-1959. Madrid: Alianza, 2004.

⁴⁴³ Tradução de: “Dos mujeres que, por distintos caminos, no estaban dispuestas a renunciar al poder y control que habían conseguido en sus respectivas organizaciones” (ALFONSO SÁNCHEZ, José Manuel; SÁNCHEZ BLANCO, Laura. Las mujeres del nacional-sindicalismo. Poder y rivalidad entre Pilar Primo de Rivera y Mercedes Sanz Bachiller. **Historia de la Educación**, v. 27, 2009).

⁴⁴⁴ MORANT I ARIÑO, Antonio. **Mujeres para una “Nueva Europa”**: las relaciones y visitas entre la Sección Femenina de Falange y las organizaciones femeninas nazis, 1936-1945. 2013. Thesis (Doctorado en Historia Contemporánea) – Universitat de València, València, 2013.

As relações com a Itália fascista e com Portugal também foram significativas. Em dezembro de 1939, Pilar foi recebida por Benito Mussolini, enquanto, no caso português, a SF exerceu influência direta sobre a MPF, funcionando como modelo organizativo e pedagógico. Essas aproximações evidenciam a tentativa de construção de um espaço político compartilhado entre organizações femininas alinhadas aos regimes autoritários do período.

Esse protagonismo extrapolou a dimensão bilateral e alcançou espaços de coordenação mais amplos. Em 1942, em Viena, Pilar integrou uma estrutura internacional voltada à educação da juventude feminina na chamada “Nova Europa”, participando de uma presidência tripartida ao lado de suas homólogas da Alemanha e da Itália.⁴⁴⁵ Tal inserção indica que sua atuação não se restringia ao contexto espanhol, mas a posicionava como uma das principais lideranças femininas no interior das redes políticas do fascismo europeu.

O modelo normativo de feminilidade no franquismo constituiu um projeto político, pedagógico e discursivo central para a legitimação da hierarquia de gênero no interior do regime, tendo em Pilar sua principal encarnação simbólica. Esse modelo operava como um dispositivo de disciplinamento social, orientado à formação de subjetividades femininas compatíveis com o projeto nacional-católico. Tratava-se, portanto, de uma construção ativa, produzida e reiterada por meio de diferentes instâncias institucionais e veículos de propaganda, entre os quais se destaca a revista *Y*, responsável por difundir e naturalizar esse ideal. Entretanto, é importante reforçar que esse projeto era um processo marcado por tensões, mudanças e negociações das mulheres.

Como supramencionado, no interior desse projeto, destacam-se valores como disciplina, sacrifício, abnegação e obediência, articulados a uma verdadeira pedagogia do sacrifício. A imprensa feminina falangista desempenhava papel decisivo nesse processo ao ensinar as mulheres a reconhecer tais atributos como qualidades inerentes à sua própria natureza. Nesse contexto, o trabalho feminino era valorizado, sobretudo, em sua dimensão invisível: a grandeza das mulheres residia na capacidade de servir sem reivindicar, de cuidar sem reconhecimento e de se sacrificar sem ostentação, reforçando uma ética de discrição e renúncia.

Neste jogo de tensões, o resultado foi uma aposta na valorização da superioridade da mulher falangista, pois ela havia escolhido a disciplina em vez da liberdade, a abnegação em vez do egoísmo e o serviço em vez do conforto, bem como em relação à habitual frivolidade que dela decorria, em

⁴⁴⁵ MORANT I ARIÑO, Toni. “Por tierras del país hermano”. Las visitas de Pilar Primo de Rivera a la Alemania nazi, 1938-1943. **Anuario de la Escuela de Historia**, n. 43, 2025. p. 15. Doi: <https://doi.org/10.35305/ach.vi43.461>.

um exercício de resignificação das dicotomias que sustentavam a feminilidade ideal a partir dos conceitos essenciais da doutrina falangista.⁴⁴⁶

Esse conjunto de valores articulava-se a uma concepção essencialista da feminilidade, na qual as mulheres eram definidas quase como guardiãs da moral, da tradição e da estabilidade familiar. A maternidade era elevada à condição de missão simultaneamente divina e patriótica, enquanto o casamento era apresentado como espaço privilegiado de realização do dever cristão. O lar convertia-se em núcleo fundamental da ordem franquista, sendo atribuído às mulheres o papel de preservar e transmitir os valores considerados autênticos da nação às gerações futuras. A esfera doméstica, longe de ser despolitizada, era concebida como um espaço estratégico de reprodução ideológica.

Entretanto, a dimensão mais instigante desse processo reside justamente na ruptura encarnada pela própria Pilar Primo de Rivera. Se, por um lado, o modelo normativo de feminilidade franquista estava ancorado na valorização do espaço doméstico, da maternidade e da subordinação ao lar, por outro, a trajetória de Pilar tensionava continuamente esses limites. Ela não se casou, não teve filhos e construiu sua vida no interior da esfera pública, ocupando funções de direção política, articulando redes institucionais e participando ativamente da organização social do regime.

Essa aparente contradição revela uma dinâmica fundamental: Pilar não apenas formulava e difundia um ideal feminino tradicional como, simultaneamente, o ultrapassava em sua prática. Em um contexto histórico no qual a atuação feminina era majoritariamente restrita ao espaço tradicionalmente privado, sua presença constante na política, sua liderança institucional e sua intensa circulação internacional a colocavam em uma posição absolutamente diferenciada. Sua rotina de viagens, compromissos oficiais e articulações políticas a aproximava mais de figuras masculinas do alto escalão do regime do que do modelo doméstico que a própria SF promovia.

É inegável que o franquismo, assim como outros regimes fascistas, havia previsto um “mundo pequeno” para as mulheres, em contraste com o “mundo grande” dos homens. No entanto, nas páginas dessas publicações femininas,

⁴⁴⁶ Tradução de: “En este juego de tensiones, el resultado fue una apuesta por la consideración de la superioridad de la mujer falangista porque había elegido la disciplina frente a la libertad, la abnegación frente al egoísmo y el servicio frente a la comodidad, así como a la habitual frivolidad que se derivaba de ella, en un ejercicio de resignificación de las dicotomías que sustentaban la feminidad ideal a partir de los conceptos esenciales de la doctrina falangista” (CENARRO LAGUNAS, Ángela. *La Falange es un modo de ser (mujer): discursos e identidades de género en las publicaciones de la Sección Femenina (1938-1945)*. **Historia y Política**, n. 37, p. 91-120, 2017. p. 99. Doi: <https://doi.org/10.18042/hp.37.04>).

elas buscaram ampliá-lo na medida de suas possibilidades e, com suas contradições entre essa normatividade prescrita como a única válida e a riqueza de nuances que emergiam dos inúmeros reportagens, entrevistas e relatos, permitiram, muito provavelmente, que as leitoras, receptoras dessas mensagens ambivalentes, pudessem reconsiderar seu lugar nesse contexto excludente que lhes coube viver e que muitas delas, além disso, haviam contribuído para construir.⁴⁴⁷

É fundamental, portanto, evitar leituras anacrônicas que a classifiquem simplesmente como conservadora ou tradicional. Para o contexto das décadas de 1930 e 1940, Pilar representava, em muitos aspectos, uma mulher “moderna”, no sentido de ocupar espaços inéditos para mulheres de sua época, exercer poder político direto e atuar como liderança pública reconhecida nacional e internacionalmente. Espaços esses que, muitas vezes, as mulheres republicanas não possuíam. Trata-se, contudo, de uma “modernidade” específica, profundamente marcada por sua inserção em um projeto político. Sua atuação não se orientava pela ampliação de direitos ou pela emancipação feminina nos termos do feminismo liberal, mas pela construção de um projeto político fascista.

Assim, a figura de Pilar Primo de Rivera evidencia de forma particularmente clara a tensão entre discurso e prática no interior dos regimes fascistas: ao mesmo tempo em que consolidava um modelo feminino disciplinado e doméstico, sua própria trajetória demonstrava que a participação política das mulheres podia ultrapassar esses limites, ainda que dentro dos marcos ideológicos do regime.

A imagem de Pilar Primo de Rivera aparece de forma recorrente tanto na revista *Y* quanto no boletim da MPF, sendo constantemente associada a atributos como correção moral, exemplaridade e liderança. Essa construção a projetava como modelo a ser seguido, ultrapassando o contexto espanhol e alcançando, inclusive, o universo feminino do Estado Novo português. Desse modo, sua imagem operava como uma referência normativa e pedagógica, orientando comportamentos e consolidando um ideal de atuação feminina alinhado aos valores dos regimes autoritários ibéricos.

⁴⁴⁷ Tradução de: “Es innegable que el franquismo, al igual que otros regímenes fascistas, había previsto un ‘mundo pequeño’ para las mujeres, frente al ‘mundo grande’ de los hombres. Pero desde las páginas de estas publicaciones femeninas ellas intentaron ensancharlo en la medida de sus posibilidades y, con sus contradicciones entre esa normatividad que se prescribía como única válida y la riqueza de matices que emergían de los innumerables reportajes, entrevistas y relatos, permitieron, con toda probabilidad, que las lectoras, receptoras de esos mensajes ambivalentes, pudieran reconsiderar su lugar en ese contexto excluyente que les había tocado vivir y que muchas de ellas, además, habían contribuido a forjar” (CENARRO LAGUNAS, Ángela. *La Falange es un modo de ser (mujer): discursos e identidades de género en las publicaciones de la Sección Femenina (1938-1945)*. *Historia y Política*, n. 37, p. 91-120, 2017. p. 117. Doi: <https://doi.org/10.18042/hp.37.04>).

A forma como Pilar era representada nesses periódicos sugere a elaboração de uma imagem de liderança ativa, quase como uma figura que se colocava “à frente” na condução das mulheres falangistas. Mais do que uma dirigente administrativa, ela era apresentada como alguém que encarnava e impulsionava a presença feminina no interior do regime, conferindo sentido político à atuação das mulheres e legitimando sua inserção em determinados espaços. Essa representação contribui para a percepção de que Pilar exercia uma liderança simultaneamente simbólica e institucional. Ao mesmo tempo em que dirigia efetivamente a SF, sua figura operava como referência central na construção de um movimento feminino inserido em uma estrutura hierárquica e patriarcal, no interior da qual mulheres disputavam e negociavam seus lugares no franquismo.

No caso brasileiro, não foram encontradas referências diretas a Pilar nas fontes analisadas, como a revista *Brasil Feminino*. Ainda assim, considerando os padrões discursivos observados nos periódicos espanhol e português, é plausível supor que, caso sua imagem tivesse sido mobilizada, ela seria igualmente apresentada como exemplo a ser seguido, reiterando atributos de liderança, disciplina e compromisso com o projeto político. Essa ausência, portanto, não invalida a comparação, mas abre possibilidades interpretativas sobre os diferentes modos de circulação de determinadas figuras no interior dessas redes transnacionais.

Um exemplo que pode ser citado é a matéria do boletim da MPF de 1940, que relata uma visita de Pilar a Portugal como um acontecimento político de forte valor simbólico, inserido no contexto de aproximação entre organizações femininas de regimes autoritários ibéricos. O texto inicia destacando a presença de Pilar em Portugal, e a recepção pelas lideranças portuguesas é apresentada como cordial e significativa, evidenciando uma relação de reconhecimento mútuo entre as organizações. A troca de gestos simbólicos, como o envio de fotografia autografada por Pilar à MPF, reforça essa dimensão de proximidade e construção de vínculos.

Ao longo da matéria, observa-se um esforço discursivo de construção de afinidade ideológica entre a Falange Espanhola e a MPF. Ambas são descritas como participantes de uma mesma “obra de fé e confiança”, comprometidas com a formação de um “espírito novo” feminino voltado para a regeneração moral e nacional. Outro elemento central do texto é a ideia de colaboração futura. A visita de Pilar é apresentada como um passo para o estabelecimento de uma relação ainda mais estreita entre as duas instituições, baseada em amizade, cooperação e intercâmbio. Essa projeção para o futuro indica que a viagem não era apenas protocolar, mas parte de uma estratégia mais ampla de articulação internacional entre organizações femininas alinhadas a regimes autoritários.

Na segunda parte da matéria, que reproduz uma mensagem assinada por Pilar Primo de Rivera, esse caráter político se aprofunda. Pilar elogia a MPF, destacando seu papel na formação moral e patriótica das jovens e na valorização da família. A família aparece como núcleo fundamental da ordem social, sendo associada diretamente à preservação dos valores cristãos, que era um elemento central tanto no franquismo quanto no salazarismo. Além disso, Pilar enfatiza a importância do conhecimento mútuo e do intercâmbio entre as duas nações, sugerindo a construção de uma comunidade política baseada em valores comuns. A mensagem culmina em exaltações diretas aos regimes (“Viva Salazar! Viva Franco!”), evidenciando de forma explícita o alinhamento ideológico e a dimensão propagandística do texto.

Figura 15 – *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, n. 20, 1940

PILAR PRIMO DE RIVERA

PILAR Primo de Rivera, do Conselho Nacional da Falange, esteve em Portugal, acompanhada pela sua Secretária particular, Maria Antónia San Román, e a Chefe de propaganda exterior, Maria Ontiveros.

Durante a semana que passaram entre nós foram hospedas da Senhora Condessa de Monte Real, Presidente da Junta Central da O. M. E. N.

De regresso a Espanha, Pilar Primo de Rivera enviou-nos, com as palavras que abaixo publicamos, a sua fotografia, oferecida à M. P. F.

Foi um modo gentil de nos fazer sentir a sua simpatia. Simpatia que sinceramente retribuimos.

A *Falange* e a *Mocidade* não poderiam deixar de se compreender e apreciar, porque ambas são da parte dos seus fundadores e dirigentes uma obra de fé e confiança, que deseja criar na mulher um espírito novo que corresponda a uma renovação de princípios e de vida, de que resulte o engrandecimento da Nação.

E porque o ideal é o mesmo, está naturalmente indicado que, como o deseja Pilar Primo de Rivera e como nós o desejamos também, entre as duas organizações se estabeleça uma colaboração estreita, apoiada numa forte amizade.

Esta visita a Portugal foi o primeiro passo. Outros se lhe seguirão para uma aproximação proveitosa tanto para a *Falange* como para a *Mocidade*.

Para el Boletim de las Jovenes de la Mocidad Portuguesa con afectos a la M. P. F.
Pilar Primo de Rivera

DEPOIS de visitar a Mocidade Portuguesa Feminina, vi como esta Organização da Nação irmã se ocupa, como a nossa, antes de mais nada, da formação moral e patriótica das suas filiadas.

Vi também como a Obra das Mães se dedica exemplarmente as famílias numerosas e como se ocupa dos pequeninos, mesmo antes do seu nascimento.

Assim deve ser, porque só conservando integralmente á família todo o seu sentido cristão, se fazem grandes as nações.

Que proveitosa foi para nós esta viagem a Portugal! Tivemos ocasião de ver de perto e de admirar esta Nação que tem uma história tão gloriosa, e que, apesar de estarmos tão próximos, não conhecíamos ainda bem.

Mas, desde agora, isto não voltará a acontecer, porque iremos nós lá e vireis vós aqui, para que o conhecimento mútuo seja cada vez mais estreito e mais forte a nossa amizade, já que a nossa fé tem o mesmo entusiasmo ambicioso de saltar a civilização cristã e já que as duas Nações tem uns Chefes capazes de triunfar com as empresas mais arrojadas.

Viva Salazar! Viva Franco! Viva Portugal! Arriba Espanha!

Madrid, 12 de Novembro de 1940

Pilar Primo de Rivera

Fonte: HML.

O artigo constitui apenas um exemplo da centralidade da figura de Pilar, uma vez que, na revista *Y*, sua imagem foi reiteradamente mobilizada em diferentes contextos e temáticas, sempre associada à exemplaridade, à liderança e à correção moral. A opção por incluir um texto do boletim da MPF permite evidenciar, de forma ainda mais nítida, o alcance dessa construção simbólica para além do contexto espanhol, demonstrando que Pilar também operava como referência normativa no universo feminino do Estado Novo português.

No caso espanhol, não causa surpresa que a Falange Espanhola tenha investido na construção e difusão da imagem de Pilar como modelo feminino a ser seguido. Já o caso português apresenta um dado particularmente significativo: ao longo da pesquisa, não foram identificadas, na imprensa da MPF, figuras femininas com o mesmo peso simbólico, recorrência ou centralidade que Pilar, ou mesmo Carmela, possuía no contexto espanhol. Essa ausência sugere que, ao menos no plano discursivo, o regime português não produziu uma liderança feminina equivalente, dotada da mesma capacidade de personificar o ideal feminino defendido pelo regime.

É possível interpretar que a MPF, em certa medida, “apropriou-se” da figura de Pilar Primo de Rivera como modelo externo de referência. Tal operação torna-se ainda mais evidente quando se observa que, no lugar de lideranças femininas políticas nacionais, a imprensa portuguesa recorria com maior frequência a figuras religiosas como referências de conduta, reforçando um ideal feminino mais espiritualizado do que politicamente ativo. Dessa forma, a circulação da imagem de Pilar no contexto português revela as assimetrias na construção de lideranças femininas entre os regimes ibéricos, indicando que o modelo espanhol exerceu influência concreta na elaboração dos referenciais femininos do salazarismo.

Na análise das edições consultadas, verificou-se que o nome de Maria Guardiola, comissária nacional da MPF, aparece de forma pontual em algumas publicações. Contudo, diferentemente do que se observa no caso de Pilar Primo de Rivera, não foram identificadas matérias de destaque ou discursos que a projetassem como figura central ou simbólica. Esse dado sugere que, embora houvesse mulheres em posições de liderança dentro da MPF, tais figuras não foram mobilizadas pela revista como referências públicas de autoridade ou como modelos exemplares de feminilidade política.

Essa constatação abre uma possibilidade interpretativa: a ausência de uma liderança feminina fortemente personificada no caso português pode não ser apenas coincidência, mas, sim, resultado de uma estratégia discursiva mais ampla do salazarismo. É pertinente considerar a hipótese de que o regime português privilegiava a valorização de figuras religiosas e de um ideal feminino associado à espiritualidade, à moral cristã e à domesticidade, em detrimento da

promoção de lideranças femininas dotadas de maior visibilidade política. Tal orientação contribuiria para manter a atuação das mulheres mais estreitamente vinculada a uma dimensão moral e pedagógica, evitando sua associação direta com o exercício da política.

5.2.2 Carmela Patti Salgado e Maria Amélia Salgado Loureiro

No caso brasileiro, observa-se a mobilização da figura de Carmela Patti Salgado como referência feminina no interior do integralismo. Filha de proprietários de terras no interior paulista, Carmela já desempenhava papel ativo no movimento antes mesmo de seu casamento com Plínio Salgado, líder da AIB. Em agosto de 1934, quando Plínio visitou a fazenda de sua família, Carmela atuava como diretora da seção feminina do núcleo integralista local.⁴⁴⁸ Nesse mesmo contexto, ocupava o cargo de presidente do Departamento de Arregimentação Feminina no município e mantinha assídua correspondência com o “chefe nacional”, evidenciando a proximidade política e inserção ativa nas redes organizativas do movimento. “Ela, como militante integralista, era presidente do Departamento de Arregimentação Feminina do núcleo local da cidade e mantinha com Plínio Salgado ‘assídua correspondência’”, afirma Lídia Maria Vianna Possas.⁴⁴⁹

O encontro entre ambos, portanto, não foi casual nem decorrente de uma aproximação exclusivamente pessoal, mas fruto direto de seu engajamento prévio com as ideias integralistas, no contexto das viagens de doutrinação realizadas por Plínio pelo interior paulista. O casamento, celebrado em 13 de abril de 1936, em Aparecida do Norte/SP, deve ser compreendido como um desdobramento de sua trajetória política.

Esse dado é particularmente relevante, pois permite tensionar interpretações que associam a participação feminina nesses movimentos apenas à mediação de figuras masculinas. No caso de Carmela, sua atuação anterior ao casamento reforça a compreensão de que muitas mulheres optaram pela inserção política por afinidade ideológica e engajamento próprio. Ainda que sua união com Plínio Salgado tenha ampliado sua visibilidade e projeção, sua trajetória evidencia um protagonismo que não pode ser reduzido a vínculos familiares.

⁴⁴⁸ GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 73.

⁴⁴⁹ POSSAS, Lídia Maria Vianna. Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado (1932-1938). In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de Si. Escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 257-277. p. 269.

Assim como Pilar Primo de Rivera no contexto espanhol, Carmela passou a operar como uma figura de referência para as mulheres vinculadas ao movimento, sendo mobilizada como exemplo de conduta, disciplina e compromisso com o projeto integralista. Sua imagem contribuía para a construção de um ideal feminino que articulava valores tradicionais, como a centralidade da família, com a participação ativa na organização política, evidenciando, mais uma vez, as tensões entre norma e prática que marcaram a experiência feminina nos movimentos de inspiração fascista.

Em publicação da *Brasil Feminino*⁴⁵⁰, Carmela aparece não apenas como dirigente, mas como sujeito de enunciação, assinando o texto intitulado “Sonhar e agir”. Tal elemento é particularmente significativo, pois desloca a análise do plano da representação para o da produção discursiva: não se trata apenas de uma figura mobilizada simbolicamente, mas de uma agente que participa ativamente da formulação e difusão do ideário integralista entre as mulheres.

O texto dirigia-se àqueles que consideravam o integralismo uma utopia. Nele, Carmela faz uma defesa baseada na fé, na disciplina e na ação. Diante disso, observa-se a construção de uma ética militante que associa o engajamento feminino à superação da inércia e à aceitação de um conjunto de deveres morais. A “Mulher do sigma” é apresentada como aquela que desperta, que abandona a passividade e que assume uma postura ativa diante da vida política, ainda que essa ação esteja rigidamente orientada por valores como sacrifício, obediência e religiosidade.

O discurso define o que as mulheres devem fazer e, sobretudo, como devem ser. Ao enfatizar a renúncia aos “prazeres e egoísmos” e a valorização do heroísmo cotidiano, o texto constrói um ideal feminino que combina elementos tradicionais, como a moral cristã e a centralidade da família, com uma ética de mobilização e disciplina coletiva. A própria composição visual da página reforça essa operação. O retrato individual de Carmela, em uniforme, com o símbolo do sigma visível, associa sua imagem a uma estética de autoridade e pertencimento político. Ao mesmo tempo, a fotografia coletiva das auxiliares da secretaria provincial explicita a dimensão organizativa e a existência de uma rede feminina estruturada. A uniformização das vestimentas e das posturas sugere um processo de padrão simbólico, no qual se constrói uma identidade coletiva.

⁴⁵⁰ Brasil Feminino, n. 35, maio 1937.

Figura 16 – *Brasil Feminino*, n. 35, 1937, p. 29

Fonte: Delfos.

No entanto, é precisamente nesse ponto que emergem as tensões anteriormente apontadas. Se, por um lado, o discurso normativo delimita funções e comportamentos, por outro, a própria existência de mulheres escrevendo, dirigindo departamentos e ocupando posições de liderança indica uma prática que extrapola os limites tradicionalmente atribuídos ao feminino. Carmela, ao mesmo tempo em que encarna o ideal proposto, o tensiona, ao atuar como dirigente, articuladora e produtora de discurso político.

Além disso, as integralistas ocuparam um espaço significativo inclusive após a ilegalidade. Daniela Moraes Traldi⁴⁵¹ defende que as integralistas souberam se reinventar, inclusive, anos mais tarde, no golpe civil-militar de 1964 que o Brasil sofreu, instaurando a ditadura. Carmela defendeu abertamente a intervenção militar, chamando-a de “revolução” e atribuindo seu sucesso ao trabalho doutrinário de seu marido.

Ao se reinventarem ao longo do tempo, as mulheres integralistas tornaram-se referências de uma política de extrema direita em constante movimento, na qual atuaram tanto como criadoras quanto como integrantes de grupos que produziram narrativas marcadas por gênero e racialização, responsáveis por moldar grande parte da dinâmica do país. As mulheres integralistas, por exemplo, foram capazes de se transformar em influenciadoras sociopolíticas de destaque, estabelecendo normas e costumes que, gradualmente, se inscreveram no cotidiano dos brasileiros.⁴⁵²

Outras figuras femininas integralistas também adquiriram visibilidade significativa no interior da revista, seja por meio da publicação de fotografias e matérias de caráter elogioso, seja pela concessão de espaço para a produção e difusão de seus próprios textos. Tal presença evidencia que a inserção dessas mulheres não se limitou a um papel secundário ou meramente decorativo, mas constituiu um elemento ativo na circulação e consolidação dos ideais integralistas.

Com isso, os espaços ocupados por essas militantes mostraram-se fundamentais para a difusão das diretrizes do movimento em seu contexto imediato, para a sua permanência e ressignificação ao longo do tempo. A trajetória de Carmela Salgado é particularmente ilustrativa desse processo, ao evidenciar que a atuação feminina no integralismo, assim como nos casos da SF e da MPF, não pode ser reduzida a uma extensão da influência masculina. Ao contrário, revela a existência de uma identidade política própria, construída e afirmada por essas mulheres no interior dos movimentos autoritários aos quais estavam vinculadas.

⁴⁵¹ TRALDI, Daniela Moraes. **God, Fatherland, Family: Integralismo and the Making of the Far-Right in Twentieth Century Brazil**. 2024. Thesis (Doctorate in History) – University of New York, New York, 2024. p. 13).

⁴⁵² Tradução de: “By reinventing themselves over time, Integralista women became trendsetters of a far-right politics that was constantly on the move, in which they operated as both creators and members of groups that produced gender-based and racialized narratives that determined much of the country’s dynamic. Integralista women, for instance, were able to transform themselves into high profile socio-political influencers who established norms and customs that were gradually inscribed into the everyday lives of Brazilians” (TRALDI, Daniela Moraes. **God, Fatherland, Family: Integralismo and the Making of the Far-Right in Twentieth Century Brazil**. 2024. Thesis (Doctorate in History) – University of New York, New York, 2024. p. 13).

Outra figura significativa para a AIB foi Maria Amélia Salgado Loureiro⁴⁵³, filha de Plínio Salgado. A jovem ocupava uma posição singular no interior do universo integralista, na medida em que articulava vínculos familiares e engajamento político direto. Maria Amélia foi herdeira simbólica da trajetória paterna e militante inserida nas dinâmicas do próprio movimento.⁴⁵⁴ Sua atuação ganhou maior visibilidade, contudo, no período posterior, especialmente no que se refere à preservação e à elaboração da memória de Plínio Salgado. Nesse sentido, destaca-se a publicação da obra *Plínio Salgado, meu pai*, na qual Maria Amélia⁴⁵⁵ figura como autora e organizadora. O livro apresenta-se como um esforço de reabilitação da imagem do líder integralista, construindo uma narrativa marcada por forte dimensão afetiva e por uma leitura defensiva de sua trajetória política, na qual se observa, inclusive, a tentativa de dissociar o integralismo de suas conexões com o fascismo europeu.

Do ponto de vista historiográfico, a obra suscita questionamentos quanto ao seu estatuto enquanto fonte, uma vez que críticos apontam a predominância de um olhar pouco distanciado, ancorado em uma perspectiva familiar e militante. Embora assinada por Maria Amélia, a biografia é, em grande medida, composta por anotações deixadas por Plínio Salgado e por correspondências trocadas com sua filha e seu genro durante o período de exílio em Portugal (1939-1946), o que reforça seu caráter de organização documental. Essas cartas revelam Maria Amélia como interlocutora privilegiada, a quem o líder integralista confiava impressões sobre sua vida em Lisboa, incluindo referências ao cansaço diante das exigências sociais e à recepção de suas obras literárias. Ainda assim, a narrativa construída tende a silenciar aspectos controversos de sua trajetória, como os contatos estabelecidos com agentes alemães e italianos na década de 1940, configurando-se, portanto, como um testemunho marcado por uma perspectiva unívoca.

Em contrapartida, a obra de Leandro Pereira Gonçalves⁴⁵⁶ também se debruça sobre o período do exílio (1939-1945), oferecendo uma análise mais aprofundada e criticamente distanciada da trajetória de Plínio Salgado. No entanto, é inegável que Maria Amélia teve sua participação ativa como agente central na preservação do acervo e na elaboração de uma

⁴⁵³ Seu nome de registro era Maria Virgília Salgado. Após a morte da mãe, Maria Amélia Pereira Salgado, primeira esposa de Plínio, foi batizada como Maria Amélia, em forma de homenagem (GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012).

⁴⁵⁴ BERTONHA, João Fábio; POSSAS, Lúcia M. Vianna. Plínio Salgado e o seu perfil biográfico, embates entre memória e história. **Tempo**, n. 16, p. 207-211, 2004.

⁴⁵⁵ LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. **Plínio Salgado: meu pai**. São Paulo: GRD, 2001.

⁴⁵⁶ GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

memória biográfica fortemente marcada por vínculos familiares e engajamento político. Sua atuação pode ser compreendida à luz das disputas em torno dos usos do passado⁴⁵⁷, uma vez que contribui para a construção de uma narrativa que seleciona, reorganiza e atribui sentidos específicos à trajetória do líder integralista. Dessa forma, sua intervenção insere-se em um processo mais amplo de produção de memória, no qual diferentes interpretações concorrem pela definição dos significados do integralismo no pós-guerra.

Além de sua atuação na preservação memorialística, a trajetória de Maria Amélia no pós-guerra evidencia um conjunto mais amplo de estratégias de reinvenção do integralismo, especialmente no que se refere à sua inserção em novos espaços de sociabilidade e influência. Conforme demonstrado por Daniela Traldi⁴⁵⁸, essa reinserção passou, em grande medida, pela ocupação de espaços “soft power”, como organizações religiosas, filantrópicas e associações voluntárias. Nesses ambientes, a atuação de Maria Amélia e de outras lideranças femininas assumiu uma linguagem e uma estética compatíveis com o conservadorismo católico tradicional, o que permitiu diluir os vínculos explícitos com o fascismo dos anos 1930 e facilitar a circulação dessas militantes em círculos sociais mais amplos, especialmente entre as elites urbanas.⁴⁵⁹

Apesar de fora do recorte cronológico desta pesquisa, é importante destacar que Traldi⁴⁶⁰ apresenta o papel de Maria Amélia na reconfiguração da linguagem política dirigida às mulheres, especialmente na participação no jornal *Correio Feminino*, em 1948. Nesse periódico, a historiadora observou a mobilização de uma retórica de gênero que define como “reciclada”, na qual o conceito de um “feminismo real” era utilizado para reafirmar os papéis tradicionais de mãe e esposa como funções cívicas essenciais à preservação da ordem social e nacional.

Por fim, sua atuação também se estendeu à consolidação de uma política de memória no interior do movimento. Em articulação com outras figuras, como Carmela Salgado, Maria

⁴⁵⁷ O conceito de usos políticos do passado refere-se à mobilização e à instrumentalização de narrativas históricas e memórias, com vistas à intervenção em disputas do presente. Nesse sentido, a história deixa de ser compreendida apenas como um campo de investigação sobre o passado, para constituir-se também como um recurso de legitimação, contestação ou imposição de determinadas posições políticas e ideológicas (BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. **Varia Historia**, v. 32, n. 60, p. 807-835, 2016. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752016000300009>).

⁴⁵⁸ TRALDI, Daniela Moraes. **God, Fatherland, Family: Integralismo and the Making of the Far-Right in Twentieth Century Brazil**. 2024. Thesis (Doctorate in History) – University of New York, New York, 2024.

⁴⁵⁹ *Ibid.*, p. 213-214.

⁴⁶⁰ *Ibid.*

Amélia desempenhou papel central na criação de associações e iniciativas editoriais voltadas à preservação e difusão do legado de Plínio Salgado, especialmente após sua morte, em 1975. Nesse sentido, sua trajetória confirma a centralidade das mulheres na militância e na longevidade do integralismo, atuando como mediadoras entre passado e presente. Com base nessa perspectiva, a historiadora a caracteriza como uma das “perfeitas fascistas”, cuja atuação contribuiu decisivamente para a reconfiguração e a permanência da extrema direita brasileira no pós-guerra, particularmente por meio de sua articulação com o catolicismo social.

5.3 CIRCULAÇÃO TRANSNACIONAL

A constituição das mulheres como sujeitos políticos visíveis nos movimentos fascistas e nos processos de fascistização das décadas de 1930 deve ser compreendida à luz de um momento histórico global, marcado pela radicalização das crises do entreguerras e pela subsequente difusão de projetos políticos que se apresentavam como alternativas à ordem liberal. Nesse contexto, a mobilização feminina organizada não se configurou como um fenômeno isolado ou exclusivamente nacional, mas como parte de uma dinâmica mais ampla, observável em diferentes países e continentes, ainda que modulada por ritmos políticos, estruturas institucionais e tradições autoritárias específicas. Conforme observa Morant i Ariño⁴⁶¹:

A proximidade não só cronológica como também ideológica entre estes acontecimentos (a formação de partidos fascistas e a incorporação de mulheres em suas fileiras de forma consciente e voluntária, quando não diretamente entusiasta) revela tendências paralelas apesar dos milhares de quilômetros que os (e as) separavam. Este paralelismo não foi nenhuma coincidência, mas, sim, algo que demarca e explica a ascensão das ideias fascistas dentro mas também fora da Europa.

Brasil, Espanha e Portugal compartilham uma forma significativa no modo como a presença feminina foi progressivamente incorporada aos projetos políticos em consolidação. Ainda que os contextos políticos apresentassem diferenças importantes, como a radicalização partidária no Brasil, a Guerra Civil Espanhola na Espanha e a institucionalização de uma ditadura em Portugal, observa-se uma convergência quanto ao papel estratégico e voluntário atribuído às mulheres nos projetos políticos em disputa.

⁴⁶¹ MORANT I ARIÑO, Toni. Uma primeira aproximação comparada ao fascismo feminino no Brasil e na Espanha, 1932-1937. **Locus: Revista de História**, v. 25, n. 2, 2019. Doi: <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2019.v25.28563>.

O discurso estabelecido nos três países se assemelhava: era necessário o “novo”, algo que regenerasse a nação. O liberalismo, o parlamentarismo e as experiências democráticas foram representados como expressões de decadência, fragmentação e desordem moral. Em contraposição, os projetos apresentavam-se como forças jovens, disciplinadas e regeneradoras.⁴⁶² As mulheres se posicionaram como agentes fundamentais desse processo, assumindo a responsabilidade pela formação de corpos, consciências e ideais alinhados aos movimentos e partidos em seus casos.

Conforme discutido anteriormente, o transnacionalismo desempenhou um papel central na consolidação dos movimentos fascistas, contribuindo, significativamente, para a ampliação de sua base de identificação e apoio social. A circulação de modelos, discursos e práticas entre diferentes contextos nacionais não apenas reforçou a legitimidade desses movimentos como também favoreceu a construção de uma comunidade política de caráter internacional, capaz de mobilizar sujeitos para além de suas fronteiras imediatas.⁴⁶³

Para Grecco e Gonçalves⁴⁶⁴, o transnacionalismo constitui uma ferramenta analítica fundamental para a compreensão dos fascismos para além de suas delimitações nacionais, funcionando como uma lente interpretativa capaz de evidenciar conexões, circulações e apropriações que escapam às abordagens estritamente nacionais. A adoção dessa perspectiva permite compreender os projetos fascistas e os processos de fascistização como fenômenos profundamente interligados, marcados por trocas de ideias, práticas e modelos organizacionais.

No caso dos contextos analisados, essa circulação operava por múltiplos canais. Se, por um lado, intelectuais integralistas brasileiros mantinham interlocução com pensadores portugueses⁴⁶⁵, por exemplo, contribuindo para a difusão no espaço luso-brasileiro, por outro,

⁴⁶² Para melhor compreensão, indica-se: MAZOWER, Mark. **La Europa negra: desde la Gran Guerra hasta la caída del comunismo**. El Puig (Valencia): Barlin Libros, 2017. Mazower argumenta que, no período entreguerras, a democracia liberal deixou de ser concebida como o destino inevitável da civilização europeia, passando a ser representada como um sistema esgotado e incapaz de responder às demandas da chamada “era das massas”. Nesse contexto, o parlamentarismo tornou-se alvo recorrente de críticas que o associavam à fragmentação política e à ineficiência legislativa, sendo frequentemente apresentado como expressão da decadência dos valores oitocentistas. Em contrapartida, projetos autoritários e fascistas ganharam força ao se afirmarem como alternativas de regeneração política e moral.

⁴⁶³ BAUERKÄMPER, Arnd; ROSSOLIŃSKI-LIEBE, Grzegorz. Introduction. In: BAUERKÄMPER, Arnd; ROSSOLIŃSKI-LIEBE, Grzegorz (ed.). **Fascism without Borders: Transnational Connections and Cooperation between Movements and Regimes in Europe, 1918-1945**. New York: Berghahn, 2017. p. 1-38.

⁴⁶⁴ GRECCO, Gabriela de Lima; GONÇALVES, Leandro Pereira (ed.). **Fascismos ibero-americanos**. Madrid: Alianza Editorial, 2022.

⁴⁶⁵ CAZETTA, Felipe. Reflexões sobre a história intelectual através de movimentos extremistas de direita: integralismo lusitano e Ação Integralista Brasileira. **Tempos Históricos**, v. 22, n. 2, p. 498-519, 2019.

as mulheres dos movimentos e das organizações desempenharam um papel ativo e estratégico em sua consolidação.

A atuação feminina não pode ser compreendida como periférica. Ao contrário, as militantes participaram de forma significativa de viagens, congressos, intercâmbios e visitas oficiais a organizações semelhantes, estabelecendo redes de contato que possibilitaram a circulação de práticas pedagógicas, modelos organizacionais e referenciais ideológicos, atuando como verdadeiras agentes do internacionalismo.

Nesse sentido, como argumenta Jessica Reinisch⁴⁶⁶, esses agentes não devem ser analisados apenas a partir de registros institucionais formais, mas também como indivíduos inseridos em redes pessoais e profissionais que viabilizaram a prática concreta do internacionalismo. A autora destaca, ainda, que a atuação em circuitos internacionais se mostrou relevante para grupos frequentemente excluídos dos canais políticos nacionais, como as mulheres, que encontraram nesses espaços possibilidades ampliadas de intervenção e influência. Assim, a circulação de ideias, modelos e experiências desempenhou papel decisivo na constituição dessas militantes como protagonistas de projetos políticos e sociais que ultrapassavam as fronteiras nacionais.

No caso da SF, por exemplo, as visitas às instituições femininas da Alemanha nazista e da Itália fascista constituíram momentos privilegiados de aprendizado e adaptação, posteriormente incorporados ao contexto espanhol. Dinâmicas semelhantes, ainda que com menor intensidade, podem ser observadas no Brasil e em Portugal, sobretudo por meio da circulação de impressos, discursos e referências simbólicas.

Dessa forma, sustenta-se, nesta pesquisa, que a expansão e a difusão de projetos como o integralismo brasileiro, o franquismo e o salazarismo não podem ser plenamente compreendidas sem considerar o protagonismo feminino nesses processos. A amplitude alcançada por esses projetos políticos deveu-se também, e de maneira significativa, à atuação das mulheres, que contribuíram para ampliar seu alcance e sua eficácia para além das fronteiras geográficas.

Por essa razão, o conceito de transnacionalismo assume grande importância nesta pesquisa. Este estudo dialoga com as reflexões de Toni Morant i Ariño⁴⁶⁷, para quem a centralidade da perspectiva transnacional reside na possibilidade de compreender o fascismo

⁴⁶⁶ REINISCH, Jessica. Introduction: Agents of Internationalism. **Contemporary European History**, v. 25, Issue 2, p. 195-205, 2016. Doi: <https://doi.org/10.1017/S0960777316000035>.

⁴⁶⁷ MORANT I ARIÑO, Toni. Uma primeira aproximação comparada ao fascismo feminino no Brasil e na Espanha, 1932-1937. **Locus: Revista de História**, v. 25, n. 2, 2019. Doi: <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2019.v25.28563>.

para além das fronteiras nacionais, interpretando-o como uma cultura política de alcance global, profundamente interconectada e constitutiva do contexto histórico da época. Nessa chave analítica, os diferentes movimentos fascistas deixam de ser concebidos como experiências isoladas e passam a ser entendidos como parte de um universo político compartilhado, marcado por referências comuns, circulações constantes e processos de adaptação local.

Um dos aspectos fundamentais destacados pela historiografia, conforme argumentam Constantin Iordachi⁴⁶⁸ e Toni Morant i Ariño⁴⁶⁹, reside na necessidade de superar o enquadramento estritamente nacional por meio de um movimento de “desnaturalização” das experiências históricas. Ao adotar uma abordagem comparada e transnacional, torna-se possível questionar a aparente singularidade dos casos nacionais, evidenciando que muitos de seus elementos se inserem em uma forma mais ampla de circulação fascista. O fascismo pode ser compreendido como um “ponto de referência inexcusável” em escala internacional, operando como um horizonte político e ideológico compartilhado, frequentemente associado à centralidade da experiência italiana, mas dotado de pretensões universalizantes.⁴⁷⁰

Arnd Bauerkämper e Grzegorz Rossoliński-Liebe⁴⁷¹, do mesmo modo, destacam que aquilo que, à primeira vista, poderia ser interpretado como uma contradição – a coexistência entre ultranacionalismo e cooperação internacional – revela-se, sob análise mais aprofundada, um dos elementos constitutivos do próprio fenômeno.

Embora os movimentos estivessem fortemente orientados para o fortalecimento de seus respectivos Estados-nação, frequentemente articulando projetos expansionistas e discursos de superioridade nacional, isso não impediu a construção de vínculos e trocas com experiências similares em outros países. Pelo contrário, esses movimentos compartilhavam um horizonte ideológico comum que favorecia o reconhecimento mútuo e a circulação de referências políticas, organizacionais e culturais.

⁴⁶⁸ IORDACHI, Constantin (ed.). **Comparative Fascist Studies: New Perspectives**. London: Routledge, 2010.

⁴⁶⁹ MORANT I ARIÑO, Toni. Uma primeira aproximação comparada ao fascismo feminino no Brasil e na Espanha, 1932-1937. **Locus: Revista de História**, v. 25, n. 2, 2019. Doi: <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2019.v25.28563>.

⁴⁷⁰ SAZ, Ismael. El franquismo. ¿Régimen autoritario o dictadura fascista? In: TUSELL, Javier; SUEIRO, Susana; MARIN, José Maria; CASANOVA, Marina (ed.). **El régimen de Franco (1936-1975). Política y relaciones exteriores**. Madrid: UNED, 1993. p. 192.

⁴⁷¹ BAUERKÄMPER, Arnd; ROSSOLIŃSKI-LIEBE, Grzegorz. Introduction. In: BAUERKÄMPER, Arnd; ROSSOLIŃSKI-LIEBE, Grzegorz (ed.). **Fascism without Borders: Transnational Connections and Cooperation between Movements and Regimes in Europe, 1918-1945**. New York: Berghahn, 2017. p. 1-38.

Diante disso, a prática fascista ou fasticizada incorporava, de forma recorrente, intercâmbios transnacionais que faziam parte do cotidiano de suas lideranças e militantes. Assim, longe de representar uma incoerência, a articulação entre nacionalismo exacerbado e interação internacional evidencia a característica relacional do fenômeno. Essas dinâmicas de cooperação transnacional manifestaram-se de maneira concreta em diferentes experiências europeias, evidenciando a densidade das conexões estabelecidas entre organizações fascistas. Um exemplo particularmente elucidativo é analisado por Toni Morant i Ariño⁴⁷², ao investigar as relações ideológicas e institucionais entre a SF e as organizações femininas da Alemanha nazista no período compreendido entre 1936 e 1945.⁴⁷³

O historiador espanhol demonstra que essas interações ultrapassavam em muito o plano apenas da diplomacia. As falangistas espanholas realizavam viagens sistemáticas à Alemanha com o objetivo de observar, aprender e adaptar modelos de mobilização feminina. Tratava-se, portanto, de um processo estruturado de circulação e apropriação de práticas, no qual a experiência estrangeira era incorporada de forma seletiva e ajustada às necessidades do projeto falangista espanhol.

As visitas tinham um objetivo direto, compartilhado tanto pela parte espanhola quanto pela alemã: observar o trabalho, teórico e prático, das organizações alemãs, que possuíam uma trajetória mais longa, estruturas e atividades mais consolidadas e números de filiação mais elevados (dois milhões no caso da NSF; dois milhões e meio no do BDM). O interesse das falangistas se traduzia na finalidade formativa que essas viagens tinham para elas, como se evidencia tanto em fontes publicadas quanto internas: antes da partida, as integrantes de cada grupo recebiam “um roteiro no qual lhes eram especificadas as matérias que deveriam estudar”, enquanto, ao retornarem, deveriam redigir um “relatório detalhado”, explicitando aquilo que, “a seu juízo, poderia servir de guia ou norma” para a SF.⁴⁷⁴

⁴⁷² MORANT I ARIÑO, Antonio. **Mujeres para una “Nueva Europa”**: las relaciones y visitas entre la Sección Femenina de Falange y las organizaciones femeninas nazis, 1936-1945. 2013. Thesis (Doctorado en Historia Contemporánea) – Universitat de València, València, 2013.

⁴⁷³ Para uma melhor compreensão das principais hipóteses, indica-se: MORANT I ARIÑO, Toni. Estado totalitario y género: el referente alemán para la *Sección Femenina* de Falange, 1936-1945. **Alcores**, n. 13, p. 63-83, 2012. Doi: <https://doi.org/10.69791/rahc.145>.

⁴⁷⁴ Tradução de: “Las visitas tenían un objetivo directo, compartido tanto por parte española como alemana: observar el trabajo, teórico y práctico, de las organizaciones alemanas, con una trayectoria de más años, unas estructuras y actividades más consolidadas y unas cifras de afiliación mayores (dos millones en el caso de la NSF; dos y medio, en el del BDM). El interés de las falangistas se traduce en la finalidad formativa que para ellas tenían estos viajes, reflejada tanto en fuentes publicadas como internas: antes de la partida las integrantes de cada grupo recibían ‘un guion en el que se les especificaba las materias que deben estudiar’, mientras que a su vuelta debían redactar un ‘informe detallado’, concretando lo que ‘a su juicio podría servir de guía o norma’ para la SF” (*Ibid.*).

A matéria intitulada “Cartas de Alemanha”⁴⁷⁵ constitui uma fonte extremamente rica para a análise da circulação transnacional de modelos femininos. Estruturada como um relato de experiência em primeira pessoa, a narrativa evidencia o papel das mulheres como mediadoras ativas na observação, interpretação e difusão de práticas estrangeiras. Longe de se limitar a uma descrição neutra, o texto atua como um instrumento de tradução cultural e política, no qual a experiência vivida no exterior é reelaborada e apresentada como referência possível para outros contextos nacionais.

A descrição de um evento musical organizado pela Bund Deutscher Mädel (BDM)⁴⁷⁶ permite identificar a centralidade de elementos como disciplina, ordem e uniformidade na construção do ideal nazista. A ênfase na harmonia dos movimentos, na padronização das vestimentas e na estética cuidadosamente organizada do ambiente revela a importância atribuída à conformação dos corpos e dos comportamentos. Portanto, entende-se que as práticas culturais aparentemente despolitizadas, como apresentações musicais, são mobilizadas como instrumentos de formação ideológica.

Outro elemento importante é a construção de uma imagem de modernidade. A descrição do espaço como luminoso, organizado e elegante sugere uma associação entre o regime nazista e as ideias de progresso, eficiência e sofisticação. No entanto, essa modernidade é profundamente ambígua: ela não se vincula à autonomia individual, mas a um modelo de sociedade altamente controlado e normatizado. Cabe aqui uma observação importante acerca da noção de modernidade mobilizada por essas mulheres. Ainda que inseridas em movimentos de caráter fascista, elas se percebiam como modernas, inovadoras e “à frente” de seu tempo. Sua participação em atividades como as aqui analisadas contribuía para a construção dessa autoimagem, sobretudo em um contexto no qual a maioria das mulheres ainda estava restrita ao espaço doméstico.

A questão da uniformidade merece atenção especial. As jovens são descritas de maneira homogênea, tanto nas vestimentas quanto nos comportamentos, o que aponta para um processo de apagamento das individualidades em favor de uma identidade coletiva disciplinada. Essa característica não constitui novidade quando se analisam regimes como o nazismo, o fascismo italiano ou o franquismo, nos quais a padronização estética e comportamental operava como instrumento de formação política. Ainda que esse processo seja apresentado de forma positiva

⁴⁷⁵ Revista Y: de la Mujer Nacional Sindicalista, n. 2, p. 54, mar. 1938.

⁴⁷⁶ A BDM foi a organização juvenil feminina do regime nazista, vinculada diretamente à Hitlerjugend (Juventude Hitlerista), da qual constituía a seção destinada às meninas e às jovens mulheres.

nas fontes, é possível identificar, em uma leitura crítica, sua função política: produzir sujeitos alinhados ao projeto do Estado, capazes de internalizar e reproduzir seus valores.

Contudo, é fundamental considerar que, ao analisar esses regimes e movimentos, o historiador se depara com uma tensão constante entre discurso normativo e práticas efetivas. A homogeneização aparece de maneira recorrente nas revistas, nos manuais e na documentação institucional, como parte de um ideal prescritivo sobre o “dever ser” feminino. Entretanto, tal ideal não se realizava de maneira plena e uniforme na experiência concreta das mulheres. A análise não pode se limitar à dimensão discursiva, sob o risco de reiterar a própria lógica normativa produzida pelos regimes.

A trajetória de Pilar Primo de Rivera constitui um exemplo particularmente elucidativo dessas tensões. Embora estivesse à frente de uma organização que enfatizava o casamento, a maternidade e a centralidade do lar como destinos naturais das mulheres, Pilar, como dito anteriormente, não se casou nem teve filhos, dedicando sua vida à atuação política. Ainda que as vestimentas e os símbolos visuais reforçassem uma aparência de uniformidade, as trajetórias individuais podiam revelar práticas que escapavam, tensionavam ou mesmo contradiziam os modelos prescritos.

Dessa forma, nesta pesquisa, buscou-se analisar os movimentos e regimes em sua dimensão estruturante sem perder de vista as nuances e contradições que emergem das experiências individuais. Reconhecer essas tensões não implica negar a força do projeto político fascista; ao contrário, permite compreendê-lo em sua complexidade, evidenciando os limites e as distâncias entre a norma e a prática. Com isso, entende-se que a revista *Y* configura-se como um espaço privilegiado de circulação transnacional de ideias. Desde sua primeira edição, em fevereiro de 1938, torna-se evidente a presença de conteúdos que articulam experiências estrangeiras, evidenciando a inserção da SF em uma rede mais ampla de intercâmbios políticos e culturais no interior do universo fascista.

Na matéria “Camisas azules en Italia y Alemania”⁴⁷⁷, percebe-se claramente as dinâmicas de circulação transnacional no interior do universo fascista, ao evidenciar tanto os mecanismos de intercâmbio entre regimes quanto o papel ativo desempenhado pelas mulheres nesses processos. Ao relatar as relações estabelecidas entre Espanha, Itália e Alemanha, o texto constrói uma narrativa que enfatiza a cooperação política e simbólica entre esses contextos, apresentando-os como partes integrantes de um mesmo projeto civilizacional, fundamentado em valores compartilhados e em uma identidade política comum.

⁴⁷⁷ Revista *Y*: de la Mujer Nacional Sindicalista, n. 1, p. 13, fev. 1938.

A referência à atuação de Pilar é central nesse processo, na medida em que deixa claro as iniciativas deliberadas de envio de jovens falangistas ao exterior com o objetivo de observar, aprender e, posteriormente, aplicar modelos organizacionais e pedagógicos estrangeiros. Tal dinâmica exemplifica que essas experiências não se restringiam a contatos diplomáticos formais, mas envolviam práticas sistemáticas de intercâmbio, nas quais as militantes atuavam como mediadoras na apropriação, tradução e adaptação de referências internacionais. A circulação não se dava de forma passiva, mas implicava um processo ativo de seleção e reinterpretação de modelos considerados exemplares.

O texto destaca, ainda, a construção de uma comunidade política transnacional baseada na ideia de solidariedade entre nações que compartilhavam valores comuns, especialmente no que se refere à oposição ao comunismo e à defesa de uma ordem social hierárquica e nacionalista. A cooperação entre mulheres de diferentes países é apresentada como elemento fundamental para o fortalecimento desses projetos, reforçando a noção de pertencimento a uma causa que ultrapassava os limites nacionais e inscrevia essas militantes em uma rede mais ampla de sociabilidade política.

Entretanto, é possível perceber que essas relações não se estruturavam de forma plenamente horizontal. A maneira como as experiências italianas e, sobretudo, alemãs são descritas sugere a existência de uma hierarquia no interior dessas trocas, em que determinados contextos eram tomados como modelos normativos. A Alemanha nazista, em particular, aparece como referência privilegiada de organização e disciplina, funcionando como parâmetro a partir do qual outras experiências deveriam se orientar. As falangistas parecem procurar legitimação por meio de sua aproximação com esses centros considerados mais avançados do fascismo europeu.

A admiração que a Alemanha nazista despertava entre as espanholas era percebida pelos líderes nazistas, que não deixavam de aproveitar essa oportunidade. Morant i Ariño⁴⁷⁸ afirma que o embaixador alemão enviou falangistas à Alemanha mais de trinta vezes: “Concluía, assim, a última das mais de trinta visitas realizadas, desde o verão de 1937 até o outono de 1943 (ou seja, ao longo de quase seis anos e meio), entre as organizações femininas, juvenil e adulta, do NSDAP e a SF da Falange”.

⁴⁷⁸ Tradução de: “Concluía así la última de las más de treinta de visitas que tuvieron lugar desde el verano de 1937 hasta el otoño de 1943 (es decir, a lo largo de casi seis años y medio) entre las organizaciones femeninas, juvenil y adulta, del NSDAP y la SF de Falange” (MORANT I ARIÑO, Antonio. **Mujeres para una “Nueva Europa”**: las relaciones y visitas entre la Sección Femenina de Falange y las organizaciones femeninas nazis, 1936-1945. 2013. Thesis (Doctorado en Historia Contemporánea) – Universitat de València, València, 2013).

Essas viagens comprovam que a circulação de ideias e valores não se restringia ao plano teórico, constituindo uma prática constante que envolvia, inclusive, formas de aprendizado empírico. Além disso, as dinâmicas de intercâmbio e aproximação institucional se manifestavam em visitas oficiais de lideranças femininas a outros regimes. Um exemplo significativo pode ser observado na matéria intitulada “Pilar Primo de Rivera en Alemania”⁴⁷⁹, que descreve a viagem da dirigente da SF à Alemanha nazista e os eventos organizados em sua homenagem. A narrativa enfatiza a recepção concedida à delegação espanhola, bem como os encontros realizados com autoridades políticas e representantes das organizações femininas do regime.

O encontro entre Pilar Primo de Rivera e Adolf Hitler é apresentado no texto como um momento de grande significado político e simbólico. A reportagem descreve a audiência com o nazista como um gesto de reconhecimento e prestígio, reforçando a importância atribuída à SF no interior das redes que conectavam os regimes autoritários e totalitários europeus. A troca de presentes entre as duas lideranças é narrada como demonstração de amizade entre os dois países, evidenciando a dimensão diplomática dessas interações.

Além do encontro com Hitler, a matéria destaca uma série de atividades realizadas durante a estadia da delegação espanhola, como visitas a instituições culturais, universidades e organizações femininas alemãs. Essas atividades revelam a dimensão pedagógica dessas viagens. Ao visitar instituições e observar o funcionamento das organizações nazistas, as falangistas tinham a oportunidade de conhecer diretamente os modelos de mobilização social, organização feminina e formação ideológica que poderiam ser, posteriormente, adaptados ao contexto espanhol.

A matéria reforça a compreensão de que essas viagens funcionavam como gestos diplomáticos, além de espaços privilegiados de observação e aprendizado. Ao narrar a visita de Pilar Primo de Rivera à Alemanha em termos de honra, reconhecimento e admiração, a revista *Y* contribuía para consolidar a imagem do nazismo como referência organizacional e política, reafirmando a posição da Alemanha como um dos polos centrais do universo político europeu. Ao mesmo tempo, a presença de Pilar nesses encontros evidencia o papel ativo desempenhado pelas lideranças femininas na construção e manutenção dessas redes transnacionais.

Pilar Primo de Rivera desempenhou um papel fundamental na projeção internacional do regime. A revista *Y* a apresentava como representante legítima do país em espaços de prestígio – universidades, fóruns diplomáticos ou atos oficiais –, como no oferecimento de um presente típico espanhol a

⁴⁷⁹ Revista *Y: para la Mujer*, n. 4, p. 38, maio 1938.

Hitler em nome das mulheres da Sección Femenina. Pilar ocupa, assim, uma posição singular: sem romper com os limites impostos às mulheres, soube reinterpretá-los, projetando-se como agente ativa da representação externa do movimento. Sua trajetória internacional evidencia uma forma concreta de atuação política, ainda que não institucionalizada nos moldes masculinos, e permite compreender como algumas mulheres conquistaram espaços de influência estratégica, inclusive no cenário europeu.⁴⁸⁰

A interpretação dessa matéria encontra respaldo na análise historiográfica desenvolvida por Toni Morant i Ariño⁴⁸¹, que demonstra que essas visitas não se limitavam a gestos protocolares, mas integravam um programa sistemático de intercâmbio voltado à observação direta das estruturas organizacionais, dos métodos pedagógicos e das formas de mobilização feminina implementadas na Alemanha. A cobertura da revista *Y* sobre a viagem de Pilar Primo de Rivera confirma esse caráter pedagógico e político das visitas, ao enfatizar tanto o prestígio diplomático atribuído à dirigente falangista quanto o interesse demonstrado pelas instituições e pelas práticas observadas durante a estadia.

Assim, a leitura da fonte reforça a interpretação do historiador ao evidenciar que essas viagens integravam uma rede mais ampla de circulação de modelos, práticas e referências. Entretanto, ele afirma que, embora houvesse pontos de convergência, nazistas e falangistas apresentavam divergências significativas. Se, para as nazistas, a questão racial era primordial, para as falangistas esse elemento não encontrava a mesma centralidade em seus ideais, sendo, no máximo, substituído por uma ênfase na nacionalidade, como exemplificado no caso das cartas aos marroquinos que não eram entregues.⁴⁸² Por outro lado, para as falangistas, a religião

⁴⁸⁰ Tradução de: “Pilar Primo de Rivera desempeñó un papel fundamental en la proyección internacional del régimen. La revista *Y* la presentaba como representante legítima del país en espacios de prestigio – universidades, foros diplomáticos o actos oficiales –, como el ofrecimiento de un obsequio típico español a Hitler en nombre de las mujeres de la Sección Femenina. Pilar ocupa, así, una posición singular: sin romper con los límites impuestos a las mujeres, supo reinterpretarlos, proyectándose como agente activa de la representación exterior del movimiento. Su trayectoria internacional evidencia una forma concreta de actuación política, aunque no institucionalizada en moldes masculinos, y permite comprender cómo algunas mujeres conquistaron espacios de influencia estratégica, incluso en el escenario europeo” (ALMEIDA MACHADO, Vitória de. *Pilar Primo de Rivera y el ideal femenino en la revista Y: discurso, política y pedagogía en la Sección Femenina de la Falange*. **Anuario de la Escuela de Historia**, n. 43, 2025. Doi: <https://doi.org/10.35305/aeH.vi43.459>).

⁴⁸¹ *Id.* “Por tierras del país hermano”. Las visitas de Pilar Primo de Rivera a la Alemania nazi, 1938-1943. **Anuario de la Escuela de Historia**, n. 43, 2025. Doi: <https://doi.org/10.35305/aeH.vi43.461>.

⁴⁸² MATEO DIESTE, Josep Lluís; MURIEL GARCÍA, Nieves. “**A mi querido Abdelaziz..., de tu Conchita**”: Cartas entre españolas y marroquíes durante el Marruecos colonial. Madrid: Icaria, 2020.

constituía um eixo fundamental do regime, o que “Devia causar em suas homólogas nazistas certa estranheza, quando não incômodo”.⁴⁸³

Se, na Espanha, a Alemanha nazista era frequentemente apresentada como referência organizacional e política, a SF passou, por sua vez, a desempenhar papel semelhante em relação à MPF em Portugal. Essa dinâmica evidencia que os processos de circulação de ideias e modelos não se restringiam às grandes potências fascistas, tampouco se limitavam exclusivamente ao interior desse campo político, mas se reproduziam em diferentes escalas entre regimes e organizações ideologicamente próximos. Nesse sentido, a abordagem transnacional permite compreender o fascismo para além da Itália e da Europa. Desse modo, as experiências espanholas passaram a ocupar uma posição de destaque no imaginário político português, funcionando como referência para a organização e para a formação das jovens vinculadas ao regime salazarista.

A matéria intitulada “Falange Espanhola Feminina” ilustra de maneira expressiva esse processo de aproximação, reconhecimento e circulação de modelos entre os regimes ibéricos. Ao apresentar a atuação das mulheres falangistas durante a Guerra Civil Espanhola, o texto constrói uma narrativa marcada pela exaltação do sacrifício, da disciplina e do patriotismo feminino. As militantes da organização são descritas como protagonistas de um vasto esforço de mobilização social, responsável por apoiar os combatentes por meio de atividades de assistência, arrecadação de donativos, confecção de roupas, cuidado com feridos e organização de serviços de apoio na retaguarda.

Essas ações são apresentadas como demonstrações de dedicação absoluta à pátria, reforçando a ideia de que a vitória nacionalista também teria sido resultado do empenho e do sacrifício das mulheres. Ao mesmo tempo, essa participação é estruturada discursivamente a partir de valores como disciplina, abnegação e serviço, compondo uma imagem de atuação feminina organizada e politicamente orientada.

A figura de Pilar assume um papel central na narrativa. Apresentada como delegada nacional da SF, sua liderança é associada à capacidade de orientar e organizar a participação feminina dentro do projeto político franquista. O discurso atribuído a ela, reproduzido na matéria, reafirma que o esforço realizado pelas mulheres durante a guerra deveria converter-se, no período de paz, em uma nova missão: a reconstrução moral da sociedade espanhola. A

⁴⁸³ Tradução de: “debía de causar en sus homólogas nazis cierta extrañeza, cuando no incomodidad” (MORANT I ARIÑO, Toni. “Por tierras del país hermano”. Las visitas de Pilar Primo de Rivera a la Alemania nazi, 1938-1943. **Anuario de la Escuela de Historia**, n. 43, 2025. Doi: <https://doi.org/10.35305/ach.vi43.461>).

formação de boas mães e esposas, a educação dos filhos no amor a Deus e à pátria e o fortalecimento da vida familiar aparecem, assim, como elementos fundamentais para a consolidação da nova ordem política.

A comparação estabelecida pelo texto entre a SF e a MPF reforça ainda mais esse quadro de convergências ideológicas. Ao afirmar que os programas das duas organizações seriam praticamente idênticos, a matéria sugere a existência de uma comunidade política e cultural compartilhada entre os regimes ibéricos. Essa aproximação não se manifesta apenas no conteúdo, mas também na própria formulação do título da matéria “Falange Espanhola Feminina”, que age como uma espécie de espelhamento nominal em relação à MPF. Conclui-se, assim, que essa escolha tem a finalidade de causar ainda mais identificação e pertencimento.

A preparação das jovens para o lar, a valorização da maternidade e a formação de futuras gerações de cidadãos nacionalistas são apresentadas como objetivos comuns, evidenciando a circulação de princípios pedagógicos e de modelos organizacionais entre Espanha e Portugal. Morant i Ariño⁴⁸⁴ destaca que Pilar, após suas visitas à Alemanha, passou a concentrar-se em viagens a outros países:

Certamente, isso a levava a recomendar ampliar o intercâmbio com outros países (católicos, por exemplo, como Itália, Hungria ou Portugal), sobre os quais – afirmava – seria necessário tentar influir. Ao mesmo tempo, porém, ressaltava as – mais numerosas – coincidências, que tornavam, a seus olhos, recomendável e necessário continuar colaborando com a Alemanha nazista.⁴⁸⁵

Contudo, como observa o historiador, entre as diversas conexões estabelecidas pela SF no cenário europeu, a relação com a Alemanha nazista foi, sem dúvida, a mais intensa e estruturada no plano transnacional. Segundo o autor, os vínculos estabelecidos entre as organizações femininas falangistas e as instituições femininas do regime de Adolf Hitler configuraram a cooperação internacional mais consistente desenvolvida pela organização espanhola durante o período.

Essa proximidade não se limitou aos contatos diplomáticos, manifestando-se em declarações públicas de afinidade ideológica e em uma série de intercâmbios concretos entre

⁴⁸⁴ MORANT I ARIÑO, Toni. “Por tierras del país hermano”. Las visitas de Pilar Primo de Rivera a la Alemania nazi, 1938-1943. *Anuario de la Escuela de Historia*, n. 43, 2025. Doi: <https://doi.org/10.35305/aeH.vi43.461>.

⁴⁸⁵ Tradução de: “Ciertamente, esto la llevaba a recomendar ampliar el intercambio con otros países (católicos, por ejemplo, Italia, Hungría o Portugal) sobre los que – afirmaba – habría que intentar influir. Pero, al mismo tiempo, remarcaba las – más numerosas – coincidencias, que hacían a sus ojos recomendable y necesario continuar colaborando con la Alemania nazi”.

militantes e dirigentes das duas organizações. A própria trajetória de Pilar evidencia a intensidade dessas relações. Entre o final da década de 1930 e o início da década de 1940, a dirigente falangista realizou diversas viagens à Alemanha, tendo visitado o país seis vezes ao longo de um período de aproximadamente cinco anos. Essas visitas incluíam encontros com autoridades do regime, participação em eventos políticos e institucionais e observação direta das estruturas organizacionais do nacional-socialismo.

Por fim, com seis visitas em cinco anos, ela viajou à Alemanha com muito mais frequência não apenas do que à Itália ou a Portugal, mas também do que à Itália e a Portugal somados. Assim, tornou-se a autoridade franquista de mais alta hierarquia que mais frequentemente visitou a Alemanha naquele período, sendo também a última a fazê-lo de forma oficial.⁴⁸⁶

Tais deslocamentos revelam que o intercâmbio entre as organizações ultrapassava o plano simbólico, configurando um processo sistemático de aproximação e aprendizado mútuo. Ao frequentar instituições, participar de reuniões e estabelecer contatos com dirigentes femininas alemãs, Pilar consolidava sua posição como mediadora entre diferentes experiências autoritárias, contribuindo para a circulação de modelos organizacionais. Com isso, a difusão de sua imagem no contexto português revela as assimetrias na construção de lideranças femininas entre os regimes ibéricos, indicando que o modelo espanhol exerceu influência concreta na elaboração dos referenciais femininos do salazarismo.

⁴⁸⁶ Tradução de: “Al final, con seis visitas en cinco años, viajó a Alemania con mucha mayor frecuencia no sólo que a Italia o Portugal, sino también que a Italia y Portugal juntas. Fue así la más alta jerarquía franquista que visitó Alemania con más frecuencia en aquellos años, y también la última que lo hizo de forma oficial” (MORANT I ARIÑO, Toni. “Por tierras del país hermano”. Las visitas de Pilar Primo de Rivera a la Alemania nazi, 1938-1943. **Anuario de la Escuela de Historia**, n. 43, 2025. p. 24. Doi: <https://doi.org/10.35305/aeH.vi43.461>).

Figura 17 – *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, n. 3, jul. 1939

FALANGE ESPANHOLA FEMININA

A secção feminina da Falange Espanhola realizou em Medina del-Campo uma grande concentração que foi uma das festas da Vitória mais emocionantes.

As mulheres de Espanha também quiseram prestar a sua homenagem ao Exército, oferecendo ao general Franco "bandeiras, louros e rosas e todos os frutos que produz a Pátria, esta Pátria que vos pertence, disse Pilar Primo de Rivera, porque a haveis conquistado com as vossas armas".

Todas as províncias espanholas, representadas por raparigas vestidas com trajes regionais, desfilaram perante o Chefe do Estado a quem entregaram os seus dons: flores de Sevilha, laranjas de Valença, trigo de Castela, azeite de Córdova, vinho de Toledo... Todas as riquezas do solo Pátrio que durante os anos de guerra foi tão abundantemente regado com sangue e lágrimas!

Pilar Primo de Rivera, delegada Nacional da Falange, pronunciou nessa ocasião um discurso em que se referiu ao que foi a acção das mulheres e das raparigas da Falange durante a guerra, o que foi o seu esforço de caridade e de sacrifício ao serviço da Pátria e a que ponto chegou a sua generosidade e a sua imolação pela causa de Deus.

Mas as suas palavras breves ficaram longe de relatar dum modo suficiente o que foram os serviços da Falange — e é justiça dizê-lo bem alto ao mundo inteiro!

Se os soldados nacionalistas receberam na frente da batalha certos mimos que adoçaram essas horas amargas, foi porque as raparigas e as mulheres da Falange estenderam incansavelmente a mão para recolherem donativos em dinheiro e em espécie.

Tabaco, bolos, licores, chocolates, etc., tudo elas enviavam aos combatentes, em pacotes carinhosamente enfeitados, para que, com êsses presentes, os soldados recebessem também o afago fraternal das que pensavam neles!

E se milhares de crianças não sentiram tão dura a sua orfandade, foi porque as raparigas e as mulheres da Falange cuidaram delas, recolhendo as abandonadas e dando de comer às que tinham fome.

E se a terra espanhola continuou a dar pão, foi porque as raparigas e mulheres da Falange lançaram mãos dos instrumentos agrícolas que os homens abandonaram para pegar em armas.

E se não faltou quem tratasse dos feridos, foi ainda porque as raparigas e as mulheres da Falange deixaram a sua casa para prestar serviços nos



PILAR PRIMO DE RIVERA
Chefe Nacional da Secção Feminina da Falange Espanhola

hospitais e até nos campos de batalha onde choviam as granadas e onde tantos morreram na sua heróica missão!

E se os combatentes tiveram fardas e tiveram roupa para vestir, foi porque muitas mulheres e raparigas da Falange não largaram a agulha durante todo o tempo da guerra, trabalhando sem descanso!

E se os combatentes puderam, numa campanha que durou anos, conservar o azeite indispensável à saúde e ao bem-estar, foi porque muitas raparigas e mulheres da Falange lavaram a sua roupa e a coseram, a remendaram e passaram a ferro!

E se em horas de tréguas e durante as licenças os combatentes esgotados que recolhiam à retaguarda encontravam lugares de repouso, bibliotecas e distrações, meios de refazer as forças e distrair o espírito, foi ainda porque as raparigas e mulheres da Falange criaram para eles a "Obra do descanso do soldado".

E quem poderá contar todas as modalidades que tomou a sua caridade? Obra admirável e abençoada que,

sob outros aspectos, se continuará na paz.

A guerra, como não poderia deixar de ser, atirou a mulher e a rapariga espanhola para a acção exterior e até para o campo da batalha, multiplicando a sua actividade em todos êstes serviços extraordinários, mas Pilar Primo de Rivera disse no seu discurso de Medina del-Campo que, chegada a hora da paz, a mulher e a rapariga da Falange voltam ao lar.

E traçou o plano da sua futura actividade: bendita tarefa a favor da família.

Pilar Primo de Rivera prometeu ao general Franco que "a Falange procurará tornar tão agradável ao homem a vida de família que dentro da casa encontrem tudo aquilo que dantes lhes faltava..."

"Ensinaremos a mulher a cuidar dos filhos e a formá-los no amor de Deus..."

"Ensinar-lhe-emos também a cuidar do arranjo da casa e dar-lhe-emos o gosto pelos labores artísticos e pela música..."

Foi com o maior prazer que vimos que o programa da Falange Espanhola é idêntico ao da Mocidade Portuguesa Feminina: "a reconquista do lar e a formação dos filhos e das mulheres espanholas", como disse o General Franco respondendo ao discurso de Pilar Primo de Rivera.

Também nós temos a preocupação da família, também nós orientamos para o lar a formação das nossas raparigas.

Ensino doméstico e puericultura, princípios de ordem e economia, cultura artística e educação física, formação moral e religiosa, tudo tem como fim na "Mocidade" preparar boas mães, boas esposas e boas donas de casa, e, se as nossas raparigas ficarem solteiras, mulheres sãs e úteis, com carácter e com ideal.

Parece-nos que não ficam mal ao lado das promessas de Pilar Primo de Rivera as afirmações da Mocidade Portuguesa Feminina. O mesmo "bom espírito" inspirou os dois movimentos nacionalistas.

E', pois, com a maior simpatia e o mais profundo respeito que nos sentimos felizes em prestar nas páginas do nosso Boletim esta pequenina homenagem a Pilar Primo de Rivera, ilustre presidente da secção feminina da Falange Espanhola, a quem fraternalmente estendemos as mãos, unidas no mesmo ideal que ao serviço da Pátria — cada um dentro das suas fronteiras — e ao serviço de Deus — sob a mesma bandeira — faz de todas nós irmãs!

M. J.

Fonte: HML.

No caso brasileiro, a situação apresentou algumas especificidades, que merecem ser consideradas. A comparação direta com as viagens internacionais das lideranças femininas da Espanha e de Portugal pode resultar em interpretações distorcidas, uma vez que a ausência de registros sistemáticos de deslocamentos internacionais por parte das integralistas não implica menor participação na circulação de ideias.

Esse aspecto pode ser interpretado a partir de dois fatores. Por um lado, as dimensões territoriais do Brasil favoreciam formas de circulação interna de grande alcance. Assim, uma viagem realizada por Pilar Primo de Rivera à Alemanha, embora internacional, poderia envolver distâncias e tempos de deslocamento comparáveis àqueles enfrentados por uma integralista que se deslocasse, por exemplo, do Rio de Janeiro para outros estados brasileiros.

Entende-se que limitar a análise do transnacionalismo apenas às viagens entre países pode apagar dinâmicas importantes de circulação política e cultural.

Por outro, e de maneira decisiva, a AIB não chegou ao poder, diferentemente dos casos espanhol e português. A inserção estatal dessas organizações viabilizou recursos e estruturas que possibilitaram intercâmbios internacionais mais seguidos. Portanto, a ausência de experiências semelhantes no caso brasileiro está menos relacionada às limitações das militantes e mais às condições políticas específicas do movimento.

Diante disso, ainda que o presente estudo se proponha a analisar as conexões transnacionais entre movimentos fascistas, optou-se por considerar as viagens e trocas realizadas pelas integralistas no interior do território brasileiro, entendidas não como experiências transnacionais, mas como práticas de circulação e articulação política em escala nacional, fundamentais para a consolidação do movimento. Esses deslocamentos favoreceram o intercâmbio de experiências, a difusão de discursos e práticas políticas e a formação de redes de sociabilidade entre diferentes núcleos integralistas.

A revista *Brasil Feminino* expressava de forma explícita a intenção de promover o que denominava de “intercâmbio mental entre as mulheres cultas de todos os países”.⁴⁸⁷ Essa formulação revela que, mesmo em um contexto no qual não se observam registros abundantes de viagens internacionais coletivas de militantes integralistas, havia um esforço deliberado de inserção em circuitos mais amplos de circulação de ideias.

O periódico mencionava a existência de correspondentes no exterior, responsáveis por acompanhar e transmitir informações sobre experiências femininas em outros países.⁴⁸⁸ A presença dessas colaboradoras sugere a formação de uma rede de contatos internacionais mediada pela imprensa, por meio da qual se buscava estabelecer vínculos simbólicos e intelectuais com mulheres ligadas a projetos políticos e culturais semelhantes. Com isso, ainda que as fontes disponíveis não indiquem excursões frequentes ou sistemáticas de integralistas para o estrangeiro, a revista evidencia que a circulação de referências, discursos e modelos organizativos ocorria por canais editoriais e cartas.

Assim, a revista funcionava como um espaço privilegiado de articulação dessas conexões, permitindo que ideias, experiências e representações sobre o papel das mulheres circulassem para além das fronteiras nacionais. A própria defesa do “intercâmbio mental” evidencia uma compreensão de que a construção de uma identidade feminina alinhada ao

⁴⁸⁷ *Brasil Feminino*, n. 35, p. 2, 1935.

⁴⁸⁸ *Brasil Feminino*, n. 35, p. 2, 1935.

integralismo se alimentava de referências internacionais, ainda que mediadas, principalmente, pela imprensa.

A experiência do exílio constitui outro elemento importante para a compreensão das conexões internacionais estabelecidas no interior do integralismo. Após o levante integralista de 1938 e a consequente repressão ao movimento pelo Estado Novo, a AIB foi dissolvida, e seu líder, Plínio Salgado, partiu para o exílio em Portugal.⁴⁸⁹ Esse deslocamento, ainda que motivado por circunstâncias políticas adversas, inseriu a liderança integralista em um contexto internacional, estabelecendo novos canais de contato entre militantes brasileiros e o exterior.

Ademais, a esposa do líder integralista, Carmela Patti Salgado, manteve correspondência com militantes integralistas no Brasil. Essas trocas epistolares sugerem que a família do líder permaneceu como um ponto de referência simbólica e organizativa para parte da militância, mesmo após o desmantelamento formal da AIB. A circulação dessas cartas revela, portanto, a continuidade de vínculos políticos e afetivos entre o núcleo dirigente exilado e as bases integralistas no país.⁴⁹⁰

A experiência do exílio produziu novas formas de conexão e circulação de ideias. Ainda que não se trate de viagens organizadas de militantes, o contato entre o líder exilado, sua família e simpatizantes no Brasil indica a existência de uma rede de comunicação que ultrapassava as fronteiras nacionais. A figura de Carmela Patti Salgado, nesse contexto, é muito importante, pois sua atuação nas redes de correspondência revela o valor das mediações femininas na manutenção desses vínculos.⁴⁹¹

Ainda no caso brasileiro, além das viagens realizadas entre diferentes estados, os congressos integralistas constituíram momentos particularmente relevantes para a mobilização feminina e para a consolidação de redes de sociabilidade entre as militantes. Esses encontros funcionavam como espaços privilegiados de articulação política, circulação de discursos e fortalecimento identitário, permitindo que mulheres vinculadas ao movimento se encontrassem presencialmente, trocassem experiências e reforçassem sua inserção na estrutura integralista.⁴⁹²

⁴⁸⁹ GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil** (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

⁴⁹⁰ FERREIRA, Lilian Tavares de Bairros. **Blusas-Verdes à beira-mar: mulheres integralistas – Santos (1932-1937)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. p. 106.

⁴⁹¹ POSSAS, Lídia Maria Vianna. As cartas femininas: relações de gênero na escrita das blusas-verdes. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – O LUGAR DA HISTÓRIA, XVII, Campinas, SP, 2004. **Anais [...]**. Campinas, SP, 2004.

⁴⁹² MORANT I ARIÑO, Toni. Uma primeira aproximação comparada ao fascismo feminino no Brasil e na Espanha, 1932-1937. **Locus: Revista de História**, v. 25, n. 2, 2019. Doi: <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2019.v25.28563>.

Um exemplo significativo foi o Congresso Integralista realizado no Rio de Janeiro em outubro de 1936. O evento tornou-se um marco na mobilização das blusas-verdes, ao reunir delegações femininas provenientes de pelo menos onze estados brasileiros. A participação nesse encontro exigiu um esforço logístico considerável por parte das militantes, que precisaram percorrer grandes distâncias, desse país de dimensões continentais, e permanecer afastadas de seus lares por vários dias. Esse deslocamento coletivo evidencia o grau de comprometimento dessas mulheres com o movimento e revela a existência de uma estrutura organizativa capaz de articular núcleos integralistas espalhados pelo território nacional.

Por um lado, sua atividade política e a necessidade de se formar, coordenar-se e organizar-se levaram muitas destas fascistas a viajar. As integralistas organizaram dois congressos, um no Rio de Janeiro e outro em Petrópolis, cidade serrana do mesmo estado. O evento realizado no Rio de Janeiro, em outubro de 1936, contou com participantes de, ao menos, onze estados; isso, em muitos casos, significou percorrer centos (quando não milhares) de quilômetros e, conseqüentemente, sua ausência em seus lares durante vários dias.⁴⁹³

Um exemplo que ilustra essa dinâmica é o da chefe provincial de São Paulo, Margarida Cavalcante de Albuquerque Corbisier, cuja trajetória evidencia como esses encontros funcionavam como espaços de projeção e legitimação de lideranças femininas no interior do movimento. Corbisier participou ativamente do Congresso Nacional Feminino integralista e, no mesmo período, desenvolveu intensa produção intelectual no interior da AIB. Em 1935, publicou o artigo “Conceito de vida heroica”.

A atuação de Corbisier demonstra que determinadas lideranças femininas extrapolavam os limites de uma militância restrita às mulheres. Seus textos circularam em diferentes veículos de divulgação do integralismo, alcançando até mesmo o público masculino do movimento. Desse modo, sua presença em congressos e sua produção escrita revelam como algumas militantes desempenharam papéis relevantes na difusão ideológica do integralismo, contribuindo para a formação política dos quadros do movimento e para a consolidação de sua cultura política.⁴⁹⁴

⁴⁹³ MORANT I ARIÑO, Toni. Uma primeira aproximação comparada ao fascismo feminino no Brasil e na Espanha, 1932-1937. **Locus: Revista de História**, v. 25, n. 2, 2019. Doi: <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2019.v25.28563>.

⁴⁹⁴ FERREIRA, Lilian Tavares de Bairros. **Blusas-Verdes à beira-mar: mulheres integralistas** – Santos (1932-1937). 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. p. 116.

Assim, ainda que o caso brasileiro apresente menor evidência de viagens internacionais sistemáticas entre as militantes, eventos como os congressos demonstram que a circulação de pessoas, ideias e experiências se realizava de maneira intensa no interior do território nacional. Esses encontros permitiam a criação de redes de contato entre diferentes núcleos integralistas, contribuindo para a coesão do movimento e para a consolidação de uma cultura política compartilhada entre as mulheres.

Cabe destacar que, embora esta pesquisa tenha como principal *corpus* documental as revistas analisadas, também foram mobilizadas fontes provenientes do Archivo General de la Administración (AGA), em Madri, consultadas durante o período de doutorado sanduíche na Universitat de València, com financiamento da Capes.

Inicialmente, partiu-se da hipótese de localizar correspondências (como cartas trocadas entre mulheres vinculadas aos partidos ou movimentos estudados) que pudessem evidenciar, de forma direta, as redes de sociabilidade e circulação de ideias. Contudo, esse tipo de documentação não foi identificado no acervo consultado. Ainda assim, foram encontrados outros conjuntos documentais que, embora extrapolem o escopo estrito das revistas, contribuem, significativamente, para a sustentação da análise, ao oferecer elementos que corroboram e ampliam a compreensão da tese defendida.

Um exemplo é a carta datada de 12 de junho de 1939⁴⁹⁵ e enviada de San Sebastián ao delegado provincial no Rio de Janeiro, que se insere no contexto imediato do pós-Guerra Civil Espanhola, reafirmando a vitória franquista e delineando estratégias de atuação no exterior. O documento destaca a necessidade de intensificar a produção e difusão de propaganda favorável ao novo regime entre os espanhóis residentes fora da Espanha. Parte-se do diagnóstico de que persistem discursos “tendenciosos” e desinformação sobre a realidade espanhola, o que exigiria uma ação organizada para restaurar a “verdade” sobre a guerra.

Com isso, enfatiza-se o papel central da imprensa como instrumento político, recomendando a criação de serviços de informação e propaganda, bem como a publicação periódica de revistas alinhadas ao movimento. A carta ainda orienta que a propaganda não se limite a veículos próprios e que busque inserção em jornais de grande circulação nos países de acolhimento, ampliando o alcance das ideias falangistas. Sugere-se a divulgação sistemática de discursos oficiais, realizações governamentais, legislação social, estatísticas de trabalho e

⁴⁹⁵ ARCHIVO GENERAL DE LA ADMINISTRACIÓN (AGA). Alcalá de Henares (Madrid). Signatura: AGA, 51, 21079.

produção, bem como outros elementos que projetem uma imagem positiva do regime franquista no cenário internacional.

Além disso, o documento evidencia a importância de mobilizar intelectuais e escritores simpatizantes nos países estrangeiros, incentivando-os a produzir conteúdos favoráveis à Espanha de Franco. Essa estratégia revela uma dimensão transnacional da propaganda, articulando redes de apoio fora do território espanhol.

Outro exemplo, que dialoga diretamente com essa orientação propagandística é a carta datada de 15 de junho de 1939⁴⁹⁶, também enviada de San Sebastián ao chefe provincial no Rio de Janeiro. Enquanto o documento anterior enfatizava a centralidade da imprensa e da produção de conteúdos como instrumentos de legitimação internacional do regime, esta nova comunicação aprofunda a dimensão dessa estratégia, ao estabelecer diretrizes concretas para a estruturação das Falanges no exterior. Nela, determina-se que a atuação das seções estrangeiras deveria seguir rigorosamente os princípios da doutrina nacional-sindicalista, ainda que adaptada às especificidades locais, ao mesmo tempo em que se reforça a necessidade de difundir entre os espanhóis expatriados os valores do novo Estado franquista.

Além disso, a carta insiste na subordinação das iniciativas locais à Delegação Nacional do Serviço Exterior, evidenciando um esforço de centralização e controle que complementa a política de propaganda anteriormente descrita. Ao prever o envio de materiais padronizados e a realização de censos dos membros, o documento revela uma preocupação com a consolidação institucional dessas redes no exterior. Dessa forma, em diálogo com a carta de 12 de junho, este segundo documento evidencia que a expansão do franquismo, além das fronteiras espanholas, se apoiava em uma dupla estratégia: por um lado, a produção e circulação de discursos legitimadores e, por outro, a construção de uma estrutura organizativa capaz de sustentar e ampliar essa presença transnacional.

Já o documento datado de 22 de agosto de 1939⁴⁹⁷ e emitido pela Secretaria-Geral da FET y de las JONS, constitui uma fonte importante para a compreensão das dinâmicas de atuação da SF ao fim da guerra civil. Embora se trate, à primeira vista, de um expediente administrativo referente ao reembolso de despesas realizadas no exterior, seu conteúdo permite iluminar aspectos centrais da inserção das mulheres falangistas em circuitos transnacionais, bem como os limites institucionais que condicionavam essa atuação.

⁴⁹⁶ ARCHIVO GENERAL DE LA ADMINISTRACIÓN (AGA). Alcalá de Henares (Madrid).
 Signatura: AGA, 51, 21079.

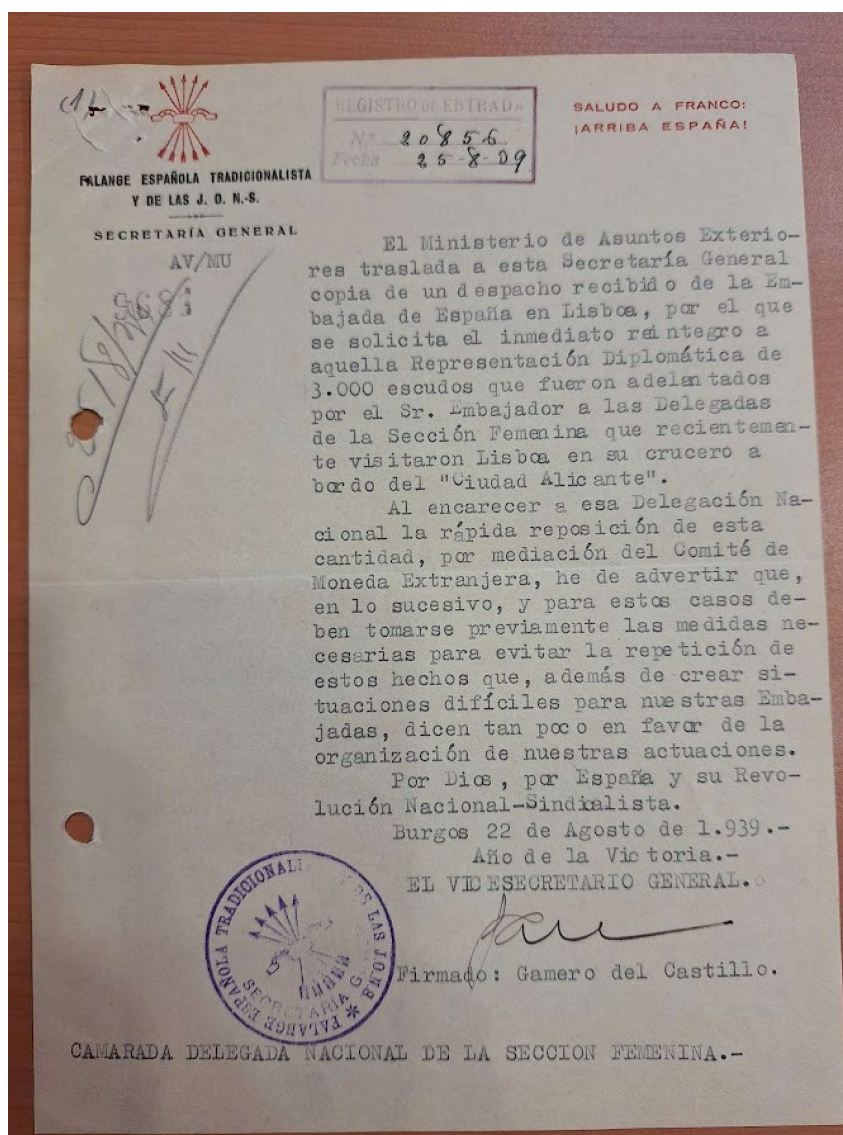
⁴⁹⁷ *Ibid.*

O ofício informa que delegadas da SF estiveram em Lisboa, tendo recebido adiantamento financeiro do embaixador espanhol para custear sua estadia, valor este posteriormente reclamado pelo Ministério de Assuntos Exteriores. Tal menção evidencia, em primeiro lugar, a existência de uma circulação internacional efetiva dessas militantes, inserindo a organização feminina falangista em redes que ultrapassavam o espaço nacional espanhol. O documento confirma que a atuação da SF no exterior se articulava, ainda que de forma mediada, com a estrutura diplomática do regime franquista. A necessidade de intervenção da embaixada em Lisboa e a subsequente comunicação com instâncias centrais da Falange indicam que essas viagens estavam integradas a uma lógica de projeção internacional do franquismo, na qual as mulheres eram mobilizadas como agentes de representação.

Por outro lado, a referência ao Comitê de Moeda Estrangeira não indica, necessariamente, um funcionamento institucionalizado dessas práticas. Conforme sugere o próprio documento, a visita em questão não foi previamente comunicada às autoridades diplomáticas espanholas, o que gerou uma situação de improviso, na qual a embaixada precisou intervir, inclusive com apoio financeiro às falangistas. Esse episódio mostra que, embora inserida em circuitos administrativos estatais, a atuação externa da SF era marcada por tensões, descoordenação e limites na articulação com as instâncias diplomáticas.

O trabalho do historiador, em muitos momentos, aproxima-se de uma investigação quase detetivesca. Após a localização desse documento, iniciou-se uma busca nas revistas que pudessem dialogar com ele. Nesse processo, foram encontradas duas matérias que parecem se referir ao mesmo acontecimento: uma no boletim da MPF, de outubro de 1939, intitulada “As falangistas em Lisboa”, e outra na revista *Y*. Ambas indicam, possivelmente, a viagem realizada em agosto do mesmo ano, mencionada no ofício da Secretaria-Geral.

Figura 18 – Ofício da Secretaria-Geral



Fonte: AGA.

O texto do boletim da MPF⁴⁹⁸ descreve a chegada de, aproximadamente, 180 jovens falangistas a Lisboa, destacando sua recepção calorosa por parte de autoridades e dirigentes da MPF. Desde as primeiras linhas, a linguagem mobilizada enfatiza elementos como “admiração”, “ternura” e “generosidade”. Essa retórica evidencia um esforço deliberado de produzir uma imagem de harmonia e afinidade entre os dois regimes.

A narrativa destaca a participação ativa de dirigentes portuguesas, como Maria Guardiola e outras representantes da MPF, evidenciando a existência de uma estrutura institucional preparada para receber e interagir com delegações estrangeiras. Além disso, um

⁴⁹⁸ Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal, out. 1939.

dos elementos centrais do texto é a construção da ideia de fraternidade luso-espanhola. A matéria insiste na noção de que os laços entre os dois países são profundos e históricos, sendo reforçados pela experiência compartilhada de defesa da “civilização cristã”. Essa formulação deve ser compreendida no contexto do pós-Guerra Civil Espanhola, no qual o franquismo buscava consolidar sua legitimidade internacional, enquanto o Estado Novo português se afirmava como aliado ideológico.

Figura 19 – *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, out. 1939



Fonte: HML.

Em outubro, na revista *Y*, foi localizada a matéria intitulada “Misión y estilo del crucero”, assinada por Mercedes Werner, que faz referência à viagem supramencionada.⁴⁹⁹ Ao descrever a realização do cruzeiro organizado para militantes, o texto revela que tais iniciativas ultrapassavam a dimensão recreativa, configurando-se como instrumentos de formação ideológica e de consolidação de redes de sociabilidade feminina alinhadas ao regime franquista. Desde o início, o documento atribui à experiência um caráter explicitamente missionário, ao afirmar que o cruzeiro cumpria uma “missão de um espírito”⁵⁰⁰, marcada pela disciplina e pelo sentido de homenagem. O uso do termo “misión” não apenas reforça a ideia de engajamento

⁴⁹⁹ *Y*: Revista para la Mujer n. 21, out. 1938.

⁵⁰⁰ Tradução de: “misión de un espíritu” (*Y*: Revista para la Mujer n. 21, out. 1938).

ativo das participantes como sugere a internalização de um papel quase vocacional, no qual as mulheres são chamadas a incorporar e difundir os valores do regime.

O texto destaca, ainda, a organização de atividades sistemáticas ao longo da viagem, como conferências diárias sobre a doutrina falangista, aprendizado de canções regionais e momentos de formação cultural. A aprendizagem de canções provenientes de diferentes regiões da Espanha, por exemplo, é apresentada como um esforço de síntese da diversidade cultural em uma identidade nacional unificada, evidenciando o papel das mulheres na difusão de uma cultura política homogênea e nacional.

Paralelamente, a matéria enfatiza a convivência entre participantes oriundas de distintas partes do território espanhol, reforçando a dimensão integradora da experiência. Ao promover o encontro entre essas mulheres, o cruzeiro contribuía para a formação de uma comunidade política feminina, baseada na partilha de valores, práticas e símbolos comuns. Essa sociabilidade, além de fortalecer os vínculos internos do movimento, consolidava a inserção das mulheres na estrutura organizativa da Falange, evidenciando seu papel ativo na reprodução do projeto ideológico franquista.

Um dos aspectos mais relevantes do documento, especialmente para uma análise transnacional, é a descrição das visitas a Portugal. A narrativa menciona a recepção das militantes por autoridades locais e o contato com a MPF. Esses encontros são descritos como manifestações de uma amizade espiritual e política entre Espanha e Portugal, sustentada por valores compartilhados, como o catolicismo, o anticomunismo e a defesa de seus respectivos regimes. Dessa forma, o cruzeiro pode ser entendido com uma função diplomática, na qual as mulheres atuam como mediadoras.

As imagens que acompanham a matéria desempenham igualmente um papel significativo na construção dessa narrativa. Fotografias de mulheres em formação coletiva, realizando a saudação fascista e participando de atividades educativas, contribuem para a naturalização de valores tanto do franquismo como do salazarismo.

Por fim, o documento ressalta a dimensão emocional da mobilização promovida pela SF. A recorrência de referências a práticas como cantar, rezar e compartilhar experiências coletivas indica que a formação dessas mulheres não se limitava ao plano racional, mas envolvia a construção de vínculos afetivos e espirituais. O cruzeiro era, portanto, um ritual político no qual se articulavam disciplina, emoção e sentimento de pertencimento.

Figura 20 – Y: *Revista para la Mujer*, n. 21, out. 1939

Fonte: AGA.

Outro documento encontrado no AGA, datado de junho de 1939, trata da organização de um intercâmbio feminino entre a SF e a Alemanha nazista. O documento consiste em uma comunicação interna da própria estrutura organizacional, por meio da qual se articulava o intercâmbio internacional. Nele, informa-se que, a convite da *Deutsche Frauenschaft*⁵⁰¹, seria enviado um grupo de dezoito militantes espanholas à Alemanha, com o objetivo de estudar em profundidade a organização das chamadas “Escuelas del Hogar”. Tal finalidade não é secundária: demonstra a centralidade da formação doméstica como eixo estruturante do projeto político feminino, indicando que o aprendizado dessas práticas no exterior deveria, posteriormente, ser adaptado e implementado no interior da SF.

O texto explicita a dimensão organizativa dessa iniciativa ao mobilizar diferentes chefias provinciais e locais (Madri, Barcelona, Sevilha e Valência), às quais se atribui a responsabilidade de viabilizar o deslocamento das participantes até Burgos, ponto de partida

⁵⁰¹ A organização feminina do regime nazista era oficialmente denominada *Nationalsozialistische Frauenschaft* (NSF). O uso da expressão “*Deutsche Frauenschaft*”, no documento, provavelmente corresponde a uma forma simplificada ou adaptada do nome, aproximando-a da lógica de denominação da própria SF.

para a viagem. Essa articulação demonstra a existência de uma rede territorial consolidada, capaz de coordenar ações de escala nacional. Além disso, o documento apresenta detalhes financeiros, indicando a necessidade de obtenção de divisas no valor de 9.000 pesetas⁵⁰², bem como a contribuição parcial da Delegação Nacional e o custeio, por parte do Partido Nazista, das despesas de viagem e estadia.

Ainda no que se refere aos intercâmbios e às bolsas de estudo, foram localizados registros que comprovam o envio de jovens latino-americanas à Espanha para formação na SF. Entre as nacionalidades mencionadas, destacam-se chilenas, argentinas, equatorianas e mexicanas, comprovando a amplitude geográfica dessas iniciativas. Esses intercâmbios, contudo, inserem-se em um momento posterior, já no contexto do pós-guerra e da Guerra Fria, indicando, em certo sentido, a continuidade, ainda que sob novas condições políticas, das dinâmicas de circulação feminina analisadas. Essas experiências inserem-se em uma dinâmica mais ampla de circulação feminina, na qual a formação no Castillo de la Mota⁵⁰³ se configurava como eixo importante de um projeto pedagógico e político voltado à difusão de modelos e valores ideológicos.⁵⁰⁴

Entretanto, esses casos específicos não serão objeto de análise aprofundada neste trabalho, uma vez que se situam fora do recorte temporal delimitado, por serem de 1953. Ainda assim, sua menção se faz necessária por dois motivos. Primeiro, como indícios importantes da continuidade e da consolidação dessas práticas ao longo do tempo, apontando para a permanência de estratégias já delineadas em décadas anteriores. E em segundo lugar, para destacar as possibilidades de novas pesquisas sobre a temática.

Dessa forma, mesmo extrapolando o período central da pesquisa, os documentos reforçam a interpretação de que havia um esforço deliberado por parte da SF para transformar seu projeto político em uma iniciativa de alcance transnacional. Nesse processo, constituíam-se redes de articulação que transcendiam fronteiras nacionais.

Além das matérias apresentadas que evidenciam as relações entre os regimes, o boletim da MPF demonstra a relação de Portugal com suas colônias no continente africano. A matéria com título “A viagem presidencial à África” oferece um rico material para análise no interior

⁵⁰² A peseta foi a moeda oficial da Espanha entre 1868 e 2001, quando foi substituída pelo euro.

⁵⁰³ Localizado na cidade de Medina del Campo, constituiu-se como o principal centro de formação da SF.

⁵⁰⁴ Para melhor compreensão sobre as bolsas de estudos e a relação da SF com o Serviço Exterior, indique-se: TESSADA SEPÚLVEDA, Vanessa. El Servicio Exterior y la Sección Femenina de FET y de las JONS. Intentos de acercamiento con América Latina (1938-1950). *Historia* 396, v. 9, n. 3, p. 19-40, 2019.

das dinâmicas de propaganda, mobilização e construção de identidades no contexto do Estado Novo português. Trata-se de um texto que articula, de maneira bastante evidente, elementos de exaltação nacional, pedagogia política e incorporação das mulheres ao projeto político.

Em primeiro lugar, é possível identificar na matéria que a viagem foi um evento carregado de significado político e simbólico. O texto insiste na ideia de que se trata de uma missão histórica, capaz de reforçar os laços entre metrópole e império, mobilizando uma linguagem emocional que contribui para a sacralização da autoridade estatal. A matéria insere-se em uma lógica mais ampla de legitimação do império colonial português, apresentando-o como uma realidade coesa, harmoniosa e consensual. As descrições das recepções festivas, das multidões e das manifestações de apoio funcionam como dispositivos narrativos que ocultam tensões coloniais e reforçam a ideia de unidade entre diferentes territórios sob o domínio do Estado Novo. Trata-se, portanto, de uma representação idealizada do império, característica da propaganda oficial do período.

Outro aspecto central diz respeito ao papel atribuído às jovens da MPF. As imagens e descrições das moças embarcadas, uniformizadas, sorridentes e engajadas nas cerimônias revelam a construção de um modelo feminino específico: disciplinado, patriótico e integrado ao projeto nacional. Essas jovens aparecem como mediadoras do Estado e da sociedade, pois eram vistas como um instrumento de socialização política feminina. A participação dessas jovens em eventos oficiais, como a viagem presidencial, demonstra que sua atuação extrapolava o espaço tradicionalmente privado.

Além disso, a matéria reforça, por meio de fotografias, valores como ordem, alegria e pertencimento, contribuindo para a naturalização da participação feminina no projeto imperial e para a difusão de um ideal de juventude engajada e participativa. Por fim, é importante destacar que esse tipo de narrativa pode ser interpretado dentro de uma perspectiva transnacional. Ainda que centrada no caso português, a articulação entre juventude feminina, mobilização política e propaganda estatal dialogava com experiências observadas em outros regimes autoritários europeus.

Figura 21 – *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, n. 3, jul. 1939



Fonte: HML.

Ao analisar os documentos do Serviço Exterior encontrados no AGA, foram localizadas matérias sobre o Brasil provenientes de jornais espanhóis. Entretanto, não foi possível identificar com precisão qual periódico veiculou a notícia referente ao Estado Novo de Vargas.

O artigo intitulado “Dictadura en Brasil”⁵⁰⁵, assinado por Jesús Huarte, constitui um exemplo significativo da forma como o contexto político brasileiro foi interpretado e apropriado por setores vinculados ao universo ideológico falangista. O texto parte da premissa de que o Brasil atravessava um momento de transformação profunda, caracterizado como uma ruptura com o liberalismo e como uma possível transição para um modelo de organização política de tipo autoritário e corporativo. Dito isso, a experiência brasileira do Estado Novo de Vargas é lida por meio de categorias próprias do fascismo europeu, o que revela um processo de enquadramento ideológico que tende a projetar, sobre a realidade latino-americana, expectativas e modelos externos.⁵⁰⁶

⁵⁰⁵ ARCHIVO GENERAL DE LA ADMINISTRACIÓN (AGA). Alcalá de Henares (Madrid). Signatura: AGA, 51, 21079.

⁵⁰⁶ PÉREZ CLIMENT, Borja. Saludo, brazo en alto, al estado totalitario brasileño: la construcción del Estado Novo interpretada por la prensa falangista. *Estudios Históricos*, v. 38, n. 87, 2025. Doi: <https://doi.org/10.1590/S2178-149420250703>.

Dentro dessa leitura, a AIB, ocupa um lugar central. O movimento é apresentado como a principal força capaz de conduzir o país a uma reorganização política alinhada aos princípios defendidos pela Falange Espanhola. Ao destacar sua capacidade de mobilização e sua estrutura organizativa, o texto sugere uma equivalência simbólica entre o integralismo e os movimentos fascistas europeus, reconhecendo-o como parte de um mesmo campo ideológico. Essa aproximação não é apenas descritiva, mas normativa, na medida em que expressa uma expectativa de que o Brasil possa integrar uma espécie de comunidade política de alcance transnacional.

Tal perspectiva se torna ainda mais evidente na ênfase conferida ao anticomunismo, apresentado como elemento de coesão entre diferentes experiências nacionais. A afirmação de uma “irmandade na luta contra o comunismo” indica a construção de uma identidade política compartilhada que transcende fronteiras, articulando Espanha e Brasil em um mesmo horizonte de combate.

Paralelamente, o autor dedica atenção às dimensões econômicas e geopolíticas, destacando o potencial do Brasil em termos de recursos naturais e criticando a influência de potências estrangeiras, especialmente dos Estados Unidos. Essa crítica se insere em uma retórica típica do fascismo, que combina nacionalismo econômico com rejeição ao liberalismo e ao capitalismo internacional.

Assim, o documento revela a percepção estrangeira sobre o Brasil nos anos 1930 e evidencia a existência de um olhar transnacional voltado à identificação, legitimação e integração de diferentes experiências políticas em um mesmo projeto ideológico. Ao interpretar o Brasil com base nas categorias falangistas, o texto mostra as conexões efetivas entre esses universos, os limites e as tensões desse processo de circulação de ideias, no qual a realidade local é frequentemente moldada por expectativas externas.

Dito isso, é possível afirmar que as dinâmicas analisadas ao longo desta seção evidenciam que a atuação feminina nos movimentos fascistas e nos processos de fascistização esteve profundamente articulada a redes de circulação de ideias, práticas e modelos organizacionais que ultrapassavam as fronteiras nacionais.

As mulheres participaram ativamente da construção dessas conexões, seja por meio de viagens, intercâmbios, congressos, correspondências ou da circulação de impressos. Sua atuação como mediadoras culturais e políticas foi fundamental para a adaptação e difusão de referenciais estrangeiros e regionais nos diferentes contextos analisados. Tal protagonismo reforça a necessidade de compreender o fascismo não apenas como fenômeno nacional, mas

como uma cultura política transnacional, na qual as mulheres desempenharam papel estratégico na consolidação e expansão desses projetos.

Por outro lado, a análise permite evidenciar que essas circulações não se deram de forma homogênea ou isenta de tensões. As trocas estabelecidas entre diferentes organizações femininas revelam tanto processos de apropriação seletiva quanto a existência de hierarquias no interior dessas redes, nas quais determinados regimes, especialmente o nazista, foram frequentemente tomados como modelos normativos, apesar de divergências em alguns pontos. Ao mesmo tempo, os casos brasileiro, espanhol e português demonstram que essas referências foram constantemente reinterpretadas à luz de contextos locais específicos. Assim, ao articular perspectiva comparada e transnacional, esta seção buscou contribuir para uma compreensão mais complexa do fenômeno, defendendo que o papel desempenhado pelas mulheres foi tão importante quanto o dos homens.

6 CONCLUSÃO

O interesse pela história das mulheres acompanha minha trajetória acadêmica desde a graduação. Tanto no trabalho de conclusão de curso quanto na dissertação de mestrado, debruicei-me sobre essa temática, que permanece central em minhas investigações. A presente tese de doutorado, nesse sentido, representa um aprofundamento desse percurso.

Foi, contudo, durante a pesquisa de mestrado, na qual analisei a representação feminina nos Estados Novos de Getúlio Vargas, no Brasil, e de António de Oliveira Salazar, em Portugal, que me deparei com um elemento que tensionou profundamente meu olhar: a presença de mulheres atuantes e favoráveis a esses regimes. Até então, minha atenção voltava-se, majoritariamente, às formas de resistência e militância feminina contra estruturas autoritárias. Assim, ao analisar as revistas que compuseram o *corpus* da dissertação, encontrei mulheres que não apenas aderiam a esses projetos políticos, mas também participavam ativamente de sua sustentação.

Para a tese de doutorado, optei por investigar de forma mais sistemática a participação feminina nos contextos do Brasil, da Espanha e de Portugal. Se, na seção 5, busquei discutir as contradições vivenciadas por essas mulheres – que defendiam a maternidade sem necessariamente serem mães, o casamento sem necessariamente se casarem e uma atuação restrita ao espaço tradicionalmente associado ao privado enquanto exerciam funções no campo político –, foi ao longo de toda a pesquisa que me deparei com minhas próprias tensões interpretativas. Estudar mulheres fascistas, engajadas, com discursos que reforçavam limites às próprias mulheres e, ao mesmo tempo, reconhecer que sua atuação política foi significativa e, em muitos casos, sem precedentes, colocou-me diante de um constante exercício de reflexão.

Em diversos momentos da pesquisa e da escrita, tornou-se necessário problematizar não apenas o que afirmar, mas como afirmar. Nas discussões e orientações com os professores orientadores, compreendi que essa experiência não era isolada: o estudo do fascismo, em suas múltiplas dimensões, frequentemente, coloca o pesquisador diante de dilemas analíticos, marcados por ambiguidades e contradições inerentes ao próprio objeto de investigação. Esse percurso mostrou que o desafio da pesquisa não foi apenas descrever a atuação dessas mulheres, mas compreender como sua participação política se articulava a estruturas que reforçavam limites de gênero. Mais do que um problema a ser resolvido, essa tensão foi parte central da própria análise, o que me exigiu um olhar atento para um objeto marcado por contradições, no qual agência e restrição aparecem lado a lado.

Ao longo da pesquisa, seja nos arquivos consultados em Madri, com destaque para o AGA, nas hemerotecas e bibliotecas portuguesas, como a HML e a BNP, ou ainda em acervos brasileiros, como o Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS, o Fundo Plínio Salgado, sob guarda do APHRC, a hemeroteca da BN e o repositório do LAHPS da UFJF, tornou-se progressivamente evidente, a cada documento analisado, a confirmação da hipótese que orientou este estudo: as mulheres não apenas participaram desses movimentos como o fizeram de maneira consciente, engajada e politicamente orientada, evidenciando níveis significativos de autonomia.

Essas militantes atuaram como “mulheres públicas”, inserindo-se em espaços de visibilidade e legitimidade política em nome de uma causa coletiva, ainda que em contextos marcados por fortes hierarquias de gênero. As fontes analisadas demonstram, de forma consistente, que esse fascismo feminino não apenas existiu como constituiu um dos pilares fundamentais para a sustentação, difusão e consolidação dos movimentos e regimes investigados. A atuação dessas mulheres foi decisiva para o alcance e a permanência dessas formas de organização nos contextos estudados.

Ao final da segunda seção, foi possível afirmar que a articulação entre o debate historiográfico e a contextualização dos casos analisados permitiu revisar interpretações consolidadas, assim como também reposicionar o papel das mulheres na compreensão dos fascismos no Brasil, na Espanha e em Portugal. Procurei evidenciar os limites de uma abordagem tradicional centrada em sujeitos masculinos. A seção demonstrou que as organizações femininas constituíram espaços fundamentais de mobilização, formação e difusão ideológica, nos quais se estruturaram práticas e discursos centrais para a consolidação desses projetos políticos. A partir da definição de fascismo adotada e do uso do conceito de fascistização para os contextos ibéricos, busquei compreender essas experiências como parte de uma cultura política mais ampla, marcada pela circulação de modelos, valores e estratégias para além das fronteiras nacionais.

Já na seção 3, concluí que a imprensa feminina vinculada aos movimentos e regimes analisados constituiu um dos principais dispositivos de formação política e de normatização das identidades de gênero. Mais do que veículos de difusão ideológica, essas publicações formaram a construção de um modelo feminino que articulava domesticidade e engajamento político, transformando práticas cotidianas em elementos centrais de suas atuações. A análise das revistas revelou que temas como maternidade, religião e cuidado com o corpo foram mobilizados de forma estratégica, sendo ressignificados como deveres patrióticos e instrumentos de fortalecimento da nação. Além disso, o espaço tradicionalmente privado deixou

de ser concebido como esfera apartada da política, passando a integrar diretamente o projeto de organização social dos regimes e movimentos. A transformação do espaço doméstico em dever patriótico foi fundamental para o processo de fascistização. Ao atribuir um sentido político às práticas do dia a dia, esses movimentos conseguiram ultrapassar o âmbito das instituições e alcançar o interior das famílias.

Assim, a ideologia não se limitava a discursos ou normas do Estado, mas passava a ser vivida e reproduzida no cotidiano. Ao mesmo tempo, a recorrência de discursos, imagens e referências comuns entre os diferentes contextos analisados evidenciou a existência de uma linguagem compartilhada, que ultrapassava fronteiras nacionais e reforçava o caráter transnacional dessas experiências. Desse modo, busquei demonstrar que a imprensa feminina participou da construção e consolidação de um ideal de mulher fascista e um ideal fascista de mulher, como explicou Barrachina⁵⁰⁷, fundamental para a sustentação desses projetos políticos.

Ao final da quarta seção, procurei mostrar que a atuação feminina nos movimentos e regimes analisados esteve profundamente vinculada a um processo de reconfiguração das fronteiras entre os espaços público e privado, no qual a inserção das mulheres na esfera tradicionalmente pública não significou uma ruptura com os papéis tradicionais, e sim uma ressignificação em chave política. A militância feminina estruturou-se, sobretudo, em torno de práticas como a educação e a assistência social, concebidas como instrumentos de intervenção ideológica e de organização da sociedade, permitindo que essas mulheres atuassem diretamente na formação moral, cívica e política da população. É nesse contexto que o anticomunismo emergiu como eixo central de mobilização, sendo um verdadeiro mecanismo de definição identitária e de vigilância cotidiana.

Ao construir a figura das mulheres como guardiã da ordem, responsável pela proteção da família, da religião e da nação, as militantes tiveram o papel de mediadoras entre o projeto político e a vida privada, transformando o lar em espaço estratégico de combate ideológico. Assim, a identidade feminina foi sendo moldada em oposição a um inimigo comum: as mulheres “desviadas”, vinculadas ao comunismo, à desordem e à ruptura moral. Isso revela que sua atuação política se organizava a partir de uma lógica constante de diferenciação, baseada na construção de um “nós” contra “elas”. Essa lógica de diferenciação não organizava apenas o discurso, mas também fortalecia o grupo. Ao construir uma imagem negativa da “outra”, que era associada à desordem, ao comunismo e à ruptura dos papéis femininos, essas mulheres

⁵⁰⁷ BARRACHINA, Marie-Aline. **Ideal de la mujer falangista. Ideal falangista de la mujer**. Madrid: Ministerio de Cultura e Instituto de la Mujer, 1991.

reforçavam sua própria identidade. Trata-se, portanto, de um mecanismo de exclusão que ajudava a sustentar tanto a mobilização política quanto a vigilância no cotidiano.

Foi possível concluir, na quinta seção, que a mobilização feminina nos contextos analisados não pode ser compreendida como um fenômeno isolado ou restrito a dinâmicas nacionais, mas como parte de redes de sociabilidade política que articularam diferentes espaços, atores e experiências em uma dimensão transnacional, configurando-se como uma característica distintiva da própria cultura política fascista. Por meio de revistas, encontros, viagens e intercâmbios, essas redes possibilitaram a construção de formas de pertencimento coletivo e de identificação política que ultrapassavam fronteiras, contribuindo para a circulação de modelos organizativos, práticas pedagógicas e referências ideológicas.

Com isso, emergiram lideranças como Pilar Primo de Rivera, Carmela Salgado e Maria Amélia Salgado, cujas trajetórias evidenciam uma estratégia política deliberada. Ao mesmo tempo em que defendiam ideais de domesticidade, subordinação e centralidade do lar, essas mulheres ocuparam posições de poder, visibilidade e autoridade, atuando precisamente na interseção entre o público e o privado. Essa articulação permitiu legitimar sua atuação política, na medida em que sua presença no espaço público era constantemente justificada por uma linguagem e por valores associados ao universo doméstico, convertendo-o, assim, em um espaço politicamente mobilizável. A presença dessas lideranças no espaço público não contrariava o modelo que defendiam, mas ajudava a sustentá-lo. Ao ocuparem posições de destaque, elas reforçavam um projeto que, ao mesmo tempo, destinava às demais mulheres um lugar central no lar. Assim, sua atuação mostra que esse “fascismo feminino” não se baseava apenas na submissão, mas também no exercício de poder.

A comparação entre Pilar Primo de Rivera e Carmela Salgado evidencia a construção de lideranças femininas como modelos de conduta e as distintas bases de legitimação de sua autoridade política. No caso espanhol, a projeção de Pilar articulou-se fortemente ao capital simbólico associado à sua origem familiar e à centralidade dos núcleos dirigentes do franquismo, posteriormente consolidada por sua atuação institucional. Já no caso brasileiro, a trajetória de Carmela revela uma legitimidade construída a partir do engajamento político prévio e da experiência organizativa no interior do movimento integralista, indicando uma forma distinta de inserção e reconhecimento, apesar de a AIB nunca ter chegado ao poder.

Em contraste, o caso português apresenta uma configuração específica, na qual a MPF permaneceu mais vinculada à estrutura estatal, restringindo o surgimento de lideranças femininas com projeção individual como nos outros casos. Essa diferença reforça que as possibilidades de atuação e visibilidade feminina estavam diretamente relacionadas às formas

de organização política e aos graus de institucionalização de cada regime. A seção demonstra que o chamado fascismo feminino se estruturou como um fenômeno relacional e estrategicamente articulado, no qual as mulheres atuaram como protagonistas na constituição e difusão de uma cultura política fascista em escala internacional.

Além disso, foi possível estabelecer um diálogo consistente entre passado e presente, com base nas experiências analisadas. As mulheres que hoje se fazem visíveis em atos públicos, rituais de memória ou manifestações políticas de viés autoritário não configuram uma ruptura, e sim a reatualização de práticas e formas de identificação presentes nas décadas de 1930 e 1940. Nas páginas de *Brasil Feminino, Y e Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*, essas militantes afirmavam sua adesão a um projeto coletivo, construindo sentidos de pertencimento que ultrapassavam o plano individual e se inscreviam em uma cultura política compartilhada.

A observação dessas experiências permite compreender que tais formas de engajamento não desapareceram, apenas se reorganizaram em diferentes contextos históricos, assumindo novas linguagens e estratégias. Trata-se, portanto, menos de uma repetição direta e mais de um processo de permanência e transformação, no qual determinadas ideias e práticas continuam sendo mobilizadas, ainda que ressignificadas.

A partir dos resultados apresentados, entende-se que esta tese contribui para a historiografia de gênero ao propor uma reinterpretação substantiva da participação feminina nos fascismos, deslocando-a de uma posição tradicionalmente marginal, passiva ou subordinada para o centro das dinâmicas de mobilização, difusão e sustentação desses projetos políticos. Ao evidenciar a existência de um fascismo feminino, compreendido não como uma categoria homogênea, mas como um campo de atuação no qual as mulheres se engajaram de forma consciente, ativa e politicamente orientada, esta pesquisa tensiona leituras consolidadas que, por muito tempo, privilegiaram a centralidade masculina na análise desses movimentos e regimes.

Nesse sentido, a pesquisa não apenas amplia o escopo dos estudos sobre fascismo como também contribui para o aprofundamento dos estudos de gênero ao demonstrar que a atuação feminina em contextos autoritários não pode ser reduzida à passividade, à manipulação ou à mera reprodução de discursos, exigindo uma abordagem capaz de apreender suas ambiguidades, estratégias e formas específicas de inserção política.

Ao mesmo tempo, ao adotar uma perspectiva comparada e transnacional, a tese demonstra que essas experiências não se desenvolveram de maneira isolada, uma vez que integraram redes de circulação de ideias, práticas, modelos organizativos e referências

simbólicas que conectaram diferentes contextos nacionais. Essa abordagem permite compreender a mobilização feminina como parte constitutiva de uma cultura política fascista mais ampla, marcada pela circulação, apropriação e adaptação de repertórios comuns. Com isso, o trabalho contribui para o fortalecimento de uma agenda historiográfica que busca superar os limites de análises estritamente nacionais, evidenciando a importância das conexões, dos intercâmbios e das redes de sociabilidade na compreensão dos fascismos do século XX.

Por fim, os resultados desta pesquisa apontam para a necessidade de aprofundamento e ampliação dos estudos sobre mulheres em diversos contextos, especialmente no entreguerras, indicando caminhos possíveis para investigações futuras. Entre estes, destacam-se a incorporação de novas tipologias documentais, como correspondências pessoais, trajetórias individuais e práticas cotidianas; a ampliação do recorte geográfico para outros contextos nacionais ainda pouco explorados, especialmente fora da Europa; e o aprofundamento das relações entre gênero, cultura política em diferentes temporalidades.

Além disso, é fundamental avançar na análise das permanências, transformações e reatualizações dessas formas de engajamento feminino no tempo presente, investigando como determinadas práticas, discursos e identificações políticas continuam sendo mobilizados, ressignificados e disputados. Por essa razão, a tese contribui para a compreensão histórica dos fascismos e aponta para a centralidade da dimensão de gênero como chave interpretativa indispensável para a análise do fascismo, no passado e no presente.

Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que essas continuidades se inserem em dinâmicas históricas mais amplas, marcadas por permanências, adaptações e reinterpretações. Escrever sobre essas mulheres, no passado e no presente, foi também um exercício constante de reflexão, não apenas sobre o objeto de estudo, mas igualmente sobre as formas de interpretá-lo. Por isso, investigar o fascismo, a participação feminina e seus desdobramentos não significa apenas olhar para trás, mas também buscar compreender o presente em sua complexidade, reconhecendo que determinadas ideias, longe de desaparecerem, continuam encontrando formas de existir, circular e mobilizar.

REFERÊNCIAS

FONTES

Anauê!, 1935-1937.

Brasil Feminino, 1937.

Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal, 1939-1940.

Y: Revista de la Mujer Nacional Sindicalista, 1938.

Y: Revista para la Mujer, 1938-1939.

ACERVOS

Acervo Documental AIB/PRP-Delfos-PUCRS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Archivo General de la Administración (AGA).

Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (APHRC): Fundo Plínio Salgado.

Biblioteca Nacional [do Brasil] (BN).

Biblioteca Nacional de España (BNE).

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).

Hemeroteca Municipal de Lisboa (HML).

Repositório do Laboratório de História Política e Social (LAHPS-UFJF).

BIBLIOGRAFIA

“HÁ DIREITOS que os homens têm que eu não quero” e outras frases pelas quais a única deputada do Chega, Rita Matias, tem sido criticada. **Visão**, 13 jul. 2022. Disponível em: <https://visao.pt/atualidade/politica/2022-07-13-ha-direitos-que-os-homens-tem-que-eu-nao-queiro-e-outras-frases-pelas-quais-a-unica-deputada-do-chega-rita-matias-tem-sido-criticada/>. Acesso em: 23 mar. 2026.

ALFONSO SÁNCHEZ, José Manuel; SÁNCHEZ BLANCO, Laura. Las mujeres del nacional-sindicalismo. Poder y rivalidad entre Pilar Primo de Rivera y Mercedes Sanz Bachiller. **Historia de la Educación**, v. 27, 2009.

ALMEIDA MACHADO, Vitória de. Pilar Primo de Rivera y el ideal femenino en la revista Y: discurso, política y pedagogía en la Sección Femenina de la Falange. **Anuario de la Escuela de Historia**, n. 43, 2025. Doi: <https://doi.org/10.35305/aeH.vi43.459>.

ALVES, Cristiano Cruz. O Integralismo e sua influência no anticomunismo baiano. **Antíteses**, v. 1, n. 2, p. 407-438, 2008.

AMARAL, Walter Valdevino do. “O que nós queremos que nossas raparigas sejam”: o boletim da Mocidade Portuguesa Feminina (1939-1947). **Caderno Espaço Feminino**, v. 32, n. 1, p. 127-148, 2019. Doi: <https://doi.org/10.14393/CEF-v32n1-2019-6>.

AMARAL, Walter Valdevino do. **Purificando corpos e normalizando mentes: mulheres católicas e imprensa no Brasil e em Portugal, 1937-1945**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

ARCE PINEDO, Rebeca. De la mujer social a la mujer azul: la reconstrucción de la feminidad por las derechas españolas durante el primer tercio del siglo XX. **Ayer**, n. 57, p. 247-272, 2005.

ARROYO, Madalena Antonelli; SÁ, Ana Carolina; ALVES, Ismael Gonçalves. A Sección Femenina de la Falange Española: o lugar das mulheres no regime franquista. In: JORNADA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS, II, 2018, Criciúma, SC. **Anais [...]**. Criciúma, SC: Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2018.

AZEVEDO, Cândido de. **A censura de Salazar e Marcelo Caetano**. Lisboa: Caminho, 1999.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira**. São Paulo: Ática, 1990. v. 1.

BAIROS, Lilian Tavares de. O integralismo de saia: militância feminina nas fileiras integralistas em Santos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

BARRACHINA, Marie-Aline. **Ideal de la mujer falangista. Ideal falangista de la mujer**. Madrid: Ministerio de Cultura e Instituto de la Mujer, 1991.

BARRERA, Begoña. La Sección Femenina en perspectiva. Historias y otros relatos sobre las mujeres de Falange. **Historia Contemporánea**, n. 62, p. 265-295, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1387/hc.20029>.

BARRETO, José. Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar. **Análise Social**, v. 29, n. 125-126, p. 287-317, 1994. Doi: <https://doi.org/10.31447/AS00032573.1994125.11>.

BARROS, José D'Assunção. História comparada: um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, v. 1, n. 1, p. 1-30, 2007.

BASSANEZI, Carla. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). **Cadernos Pagu**, n. 1, p. 112-148, 2005.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. **Varia Historia**, v. 32, n. 60, p. 807-835, 2016. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752016000300009>.

BAUERKÄMPER, Arnd; ROSSOLIŃSKI-LIEBE, Grzegorz. Introduction. In: BAUERKÄMPER, Arnd; ROSSOLIŃSKI-LIEBE, Grzegorz (ed.). **Fascism without Borders: Transnational Connections and Cooperation between Movements and Regimes in Europe, 1918-1945**. New York: Berghahn, 2017. p. 1-38.

BELLATO, Sofia. **A representação da mulher nas revistas femininas portuguesas durante o Estado Novo (1933-1974): um estudo exploratório**. Tesi di Laurea (Corso di Laurea Magistrale in Lingue e Letterature Europee, Americane e Postcoloniali) – Università Ca' Foscari Venezia, Veneza, 2021/2022.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

BERTONHA, João Fabio. **O Integralismo e sua história: memória, fontes, historiografia**. Salvador: Editora Pontocom, 2016. Disponível em: https://www.editorapontocom.com.br/livro/41/berthonha-integralismo_41_5694ed68b51c1.pdf. Acesso em: 20 mar. 2026.

BERTONHA, João Fábio; POSSAS, Lúcia M. Vianna. Plínio Salgado e o seu perfil biográfico, embates entre memória e história. **Tempo**, n. 16, p. 207-211, 2004.

BIANCHI, Álvaro. Fascismos: ideologia e história. **Novos Estudos – CEBRAP**, v. 43, n. 1, p. 45-63, 2024.

BLASCO HERRANZ, Inmaculada. “Sección Femenina” y “Acción Católica”: la movilización de las mujeres durante el franquismo. **Gerónimo de Uztáriz**, n. 21, p. 55-66, 2005.

BLASCO HERRANZ, Inmaculada. Género y franquismo: un balance historiográfico. In: LEÓN ÁLVAREZ, Aarón (coord.). **El franquismo en Canarias**. Tenerife: Le Canarien Ediciones, 2014. p. 69-88.

BLIGNAUT, Charl. Doing gender is unavoidable: Women's participation in the core activities of the Ossewa-Brandwag, 1938-1943. **História**, v. 58, n. 2, p. 1-18, 2013.

BLOCH, Marc. Comparaison. **Bulletin du Centre International de Synthèse**, n. 9, Paris, p. 17-35, 1930.

BOISARD, Stéphane. Pensando as direitas na América Latina objeto científico, sujeitos e temporalidades? **Varia História**, v. 30, n. 52, p. 85-100, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**: seguido de “A influência do jornalismo” e “Os jogos olímpicos”. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOX, Zira. La mirada sobre Madrid: anticasticismo y castellanismo en el discurso falangista radical de la inmediata posguerra. **Historia y Política**, n. 27, p. 143-166, 2012.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond. A Mocidade Portuguesa Feminina e a formação culinária em Menina e Moça (1947-1962). **Cadernos Pagu**, n. 39, p. 201-226, 2016.

BITTONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

BITTONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus Editorial, 2009.

CAETANO, Vivian Marcello Ferreira. Iveta Ribeiro e a revista *Brasil Feminino*: a conquista de um espaço feminino na imprensa brasileira do século XX. **Anos 90**, v. 32, 2025. Doi: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.145897>.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (org.). **História das Américas**: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas, 2015.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto; Edusp, 1988.

CARABÍAS ÁLVARO, Mónica. **Imágenes de una metáfora circunstancial**: la mujer falangista como mujer moderna (Y. Revista para la Mujer, 1938-1940). 2003. Tese (Doctorado en Geografía e Historia) – Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2003.

CARVALHO, Patrícia Dyonisio De. “**Un periódico que nace al amparo de una convicción irrenunciablemente democrática**”: o posicionamento do jornal *El País* diante da transição democrática espanhola (1975-1982). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CASANOVA RUIZ, Julián, **España partida en dos**: breve historia de la Guerra Civil española. Barcelona: Crítica, 2014.

CASANOVA RUIZ, Julián. **España partida en dos**: breve historia de la Guerra Civil española. Barcelona: Crítica, 2013.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Educação e integralismo**: um estudo sobre estratégias de organização da Ação Integralista Brasileira AIB (1932-1937). 1995. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru, SP: Edusc, 1999.

CAVALIERI, Ana Maria. Anísio Teixeira e a educação integral. **Paidéia**, v. 20, n. 46, p. 249-259, 2010. Doi: [10.1590/S0103-863X2010000200012](https://doi.org/10.1590/S0103-863X2010000200012).

CAZETTA, Felipe. Reflexões sobre a história intelectual através de movimentos extremistas de direita: integralismo lusitano e Ação Integralista Brasileira. **Tempos Históricos**, v. 22, n. 2, p. 498-519, 2019.

CENARRO LAGUNAS, Ángela. La Falange es un modo de ser (mujer): discursos e identidades de género en las publicaciones de la Sección Femenina (1938-1945). **Historia y Política**, n. 37, p. 91-120, 2017. Doi: <https://doi.org/10.18042/hp.37.04>.

CERVERA GIL, Javier. **Madrid en guerra: la ciudad clandestina, 1936-1939**. 2. ed. Madrid: Alianza Editorial, 2014.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHULIÁ RODRIGO, Elisa. **El poder y la palabra: prensa y poder político en las dictaduras. El régimen de Franco ante la prensa y el periodismo**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2001.

COSTA PINTO, António. El “Estado Nuevo” de Salazar: las paradojas de la hibridación en la era fascista. In: GÓMEZ BRAVO, Gutmaro (org.). **Civilización o barbarie. El totalitarismo y la construcción de la Europa moderna**. Madrid: Editorial Pablo Iglesias, 2016.

COSTA PINTO, António. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (org.). **O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

COSTA, Simone da Silva. A (des)construção do feminismo no discurso católico no início do século XX. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

COVA, Anne; PINTO, António Costa. O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. **Penélope: Revista de História e Ciências Sociais**, n. 17, p. 71-94, 1997.

COVA, Anne; PINTO, António Costa. Women under Salazar’s Dictatorship. **Portuguese Journal of Social Science**, v. 1, n. 2, p. 129-146, 2002.

CRUZ ALVES, Cristiano. O Integralismo e sua influência no anticomunismo baiano. **Antíteses**, v. 1, n. 2, p. 407-438, 2008.

CUETO, Pedro García. Dionisio Ridruejo, Falangista y Demócrata. **El Ciervo**, año 61, n. 736, p. 32-35, 2012.

DAMARES e Integralismo: candidata diz se identificar com movimento de extrema direita inspirado no fascismo italiano. **O Globo**, 26 set. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/damares-e-integralismo-candidata-diz-se-identificar-com-movimento-de-extrema-direita-inspirado-no-fascismo-italiano.ghtml>. Acesso em: 23 mar. 2026.

DE FELICE, Renzo. **Entrevista sobre o fascismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

DE LA TORRE, Carlos. **Populism and Fascism**. Cambridge University Press, 2025.

DEUTSCH, Sandra McGee. Christians, homemakers, and transgressors: extreme right-wing women in twentieth-century Brazil. **Journal of Women’s History**, v. 16, n. 3, p. 124-137, 2004.

DRUMOND, Maurício. Ao bem do desporto e da nação: relações entre esporte e política no Estado Novo português (1933-1945). **Revista Estudos Políticos**, n. 7, p. 298-318, 2013.

ECO, Umberto. **Lector in fabula. A cooperação interpretativa nos textos narrativos**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**, n. 13, p. 19-29, 1995.

ESPAÑA. **Constitución de la República Española, 9 de diciembre de 1931**. Disponível em: https://www.congreso.es/docu/constituciones/1931/1931_cd.pdf. Acesso em: 22 mar. 2026.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

FAUTH, Elisa; MACHADO, Vitória de Almeida. Educação feminina: o projeto político do Estado Novo português pelas lentes das revistas Modas e Bordados e Eva (1930-1945). **História e Cultura**, v. 13, n. 1, 2024. Doi: <https://doi.org/10.18223/hiscult.v13i1.4360>.

FERREIRA, Ana Júlia Corrêa. O discurso antissemita na Ação Integralista Brasileira. **Manduarisawa: Revista Discente do Curso de História da UFAM**, v. 7, ano 1, p. 113-139, 2023.

FERREIRA, Lilian Tavares de Bairros. **Blusas-verdes à beira-mar: mulheres integralistas – Santos (1932-1937)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

FERRO, António. **Salazar: o homem e a sua obra**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933.

FILE: Mural del “Guernica” de Picasso.jpg. 7 out. 2024. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mural_del_%22Guernica%22_de_Picasso.jpg. Acesso em: 20 mar. 2026.

FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na História**. São Paulo: Almedina Brasil, 2019.

FIORUCCI, Rodolfo. A modernização da imprensa integralista: o caso da revista *Anauê!* em seu primeiro ano de circulação (1935). **Boletim do Tempo Presente**, n. 3, 2015.

FIORUCCI, Rodolfo. **A trajetória da revista Anauê! (1935-1937): o jornalismo partidário e ilustrado da Ação Integralista Brasileira – a “netinha” que não cresceu**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

FIORUCCI, Rodolfo. O comunismo nas páginas da revista integralista *Anauê!* (1935–37): o inimigo (inter)nacional. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 11, p. 13-31, 2016.

FREITAS, Marcos Maurício Costa. Mocidade Portuguesa: fundação, organização e atuação desta juventude salazarista (1936-1945). **Temporalidades – Revista de História**, v. 12, n. 3, p. 787-813, 2020.

GAHETE MUÑOZ, Soraya. La Sección Femenina de Falange. Discursos y prácticas en Madrid. *Arenal. Revista de Historia de las Mujeres*, v. 22, n. 2, p. 389-411, 2015. Doi: <https://doi.org/10.30827/arenal.v22i2.3863>.

GAHETE MUÑOZ, Soraya. La *Sección Femenina* de Falange: Discursos y prácticas en Madrid. *Arenal*, v. 13, n. 2, p. 285-308, 2006.

GAHETE MUÑOZ, Soraya. Las mujeres como transmisoras de la ideología falangista. *Cuadernos Kóre*, n. 8, p. 17-43, 2013.

GARCÍA CUETO, Pedro. Dionisio Ridruejo falangista y demócrata. *El Ciervo*, año 61, n. 736, p. 32-35, 2012.

GARCIA, José Luís; ALVES, Tânia; LÉONARD, Yves (coord.). *Salazar, o Estado Novo e os media*. Lisboa: Edições 70, 2017.

GENTILE, Emilio. *Fascismo: historia e interpretación*. Madrid: Alianza, 2002.

GENTILE, Emilio. *Quién es fascista (Chi è fascista)*. Madrid: Alianza Editorial, 2021.

GERALDO, Endrica. *Entre a raça e a nação: a família como alvo dos projetos eugenista e integralista de Nação brasileira nas décadas de 1920 e 1930*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2001.

GIMÉNEZ MARTÍNEZ, Miguel Ángel. El corpus ideológico del franquismo: principios originarios y elementos de renovación. *Estudios Internacionales*, v. 47, n. 180, p. 11-45, 2015. Doi: <https://doi.org/10.5354/0719-3769.2015.36430>.

GIMÉNEZ MUÑOZ, María Carmen. La instrucción de enfermeras como labor ideológica de la *Sección Femenina* (1936-1953). *Arenal: Revista de Historia de las Mujeres*, v. 23, n. 2, p. 267-286, 2016. Doi: <https://doi.org/10.30827/arenal.v23i2.3047>.

GOMES, Pedro; MACHADO, Matilde. A escolarização em Portugal no princípio dos anos 40: uma análise quantitativa. *Ler História*, n. 79, p. 135-164, 2021. Doi: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.9349>.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

GONÇALVES, Leandro Pereira. O exílio de Plínio Salgado em Portugal: a vida de Jesus e a composição do apostolado político. *Projeto História*, n. 52, p. 140-177, 2015.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GONÇALVES, Leandro Pereira; PAREDES, Marçal de Menezes (org.). **Depois dos Cravos:** liberdades e independências. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (org.). **Entre tipos e recortes:** histórias da imprensa integralista. Rio de Janeiro: Autografia, 2019. v. 3.

GONDIM, Amanda Marques de Carvalho; SILVA, Edson Tenório da. A Mocidade Portuguesa (MP) e a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF): educação e identidade nacional no período salazarista. **Acta Scientiarum. Education**, v. 46, n. 1, 2024. Doi: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v46i1.69118>.

GONZÁLEZ CUEVAS, Pedro Carlos. Derechas y fascismo en la obra de Stanley G. **Payne La Albolafia: Revista de Humanidades y Cultura**, v. 11, p. 63-78, 2017.

GORJÃO, Vanda. **Mulheres em tempos sombrios:** oposição feminina ao Estado Novo. Lisboa: ICS, 2002.

GRAHAM, Helen. **Guerra Civil Espanhola**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

GRAZIA, Victoria de. **How Fascism Ruled Women:** Italy, 1922-1945. Berkeley: University of California Press, 1992.

GRECCO, Gabriela de Lima. Fascismo além das fronteiras europeias? Ação Integralista Brasileira e o fascismo no Brasil. **Locus: Revista de História Juiz de Fora**, v. 28, n. 2, p. 202-222, 2022. Doi: <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2022.v28.37336>.

GRECCO, Gabriela de Lima; GONÇALVES, Leandro Pereira (ed.). **Fascismos ibero-americanos**. Madrid: Alianza Editorial, 2022.

GRECCO, Gabriela de Lima; GONÇALVES, Leandro Pereira. A recepção da Falange nos fascismos latino-americanos: o caso da Ação Integralista Brasileira. **Análise Social**, v. 59, n. 252, e2249, 2024. Doi: <https://doi.org/10.31447/202249>.

GRIFFIN, Roger. **Modernismo y fascismo:** la sensación de comienzo bajo Mussolini y Hitler. Madrid: Ediciones Akal, 2010.

GRIFFIN, Roger. **The nature of fascism**. Londres: Routledge, 2018.

GUSMÃO, Ramon Lamoso de. A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) nas páginas do jornal *O Globo*. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 8, n. 1, p. 45-68, 2022.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAHNER, June E. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HAILER, Marcelo. Parece as tias do zap? Mulher choca TV inglesa: “Não sou drogada, sou fascista”. **Fórum**, 10 jun. 2024. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/global/2024/6/10/video-parece-as-tias-do-zap-mulher-choca-tv-inglesa-no-sou-drogada-sou-fascista-160249.html>. Acesso em: 23 mar. 2026.

HIGONNET, Anne. Mulheres, imagens e representações. *In*: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1991. v. V: o século XX.

INBAL OFER. La legislación de género de la Sección Femenina de la FET. Acortando distancias entre la política de élite y la de masas. **Historia y Política**, n. 15, 2008.

INOCÊNCIO, Adalberto Ferdnando; HILDEBRAND GALETTI, Camila Carolina. Gênero e neoliberalismo: uma cartografia do lugar da mulher na política brasileira das novas direitas. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, v. 4, n. 1, p. 62-78, 2020.

IORDACHI, Constantin (ed.). **Comparative Fascist Studies: New Perspectives**. London: Routledge, 2010.

KARAWCZYK, Mônica. O jornal como documento histórico: breves considerações. **Historiæ**, v. 1, n. 3, p. 131-147, 2010.

KUIN, Simon. A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojetos e instauração de uma organização paramilitar da juventude. **Análise Social**, v. 28, n. 122, p. 555-580, 1993. Doi: <https://doi.org/10.31447/AS00032573.1993122.04>.

LEAL, Carine de Souza. **Imprensa Integralista (1932-1937): propaganda ideológica e imprensa partidária de um movimento fascista no Brasil dos anos 30**. 2006. Monografia (Graduação em Comunicação Social: Habilitação em Jornalismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. Imprensa feminina, *Revista Feminina*: a imprensa feminina no Brasil. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 35, n. 2, 2007.

LOBATO, Mayara L. A. Correia Maia. **Revistas femininas e espetáculo: Nova e Vogue**. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2012.

LOPES, Daniel Henrique. **As experiências femininas na AIB, 1932-1938: revendo o passado – gênero e representações**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2007.

LÓPEZ ZAPICO, Misael Arturo; MORENO CANTANO, Antonio César. Imágenes de odio y miedo: ¡Así eran los rojos! Una exposición anticomunista en la España franquista (1943). **Historia del Presente**, n. 27, p. 19-33, 2016. Doi: <https://doi.org/10.5944/hdp.27.2016.40591>.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. **Plínio Salgado: meu pai**. São Paulo: GRD, 2001.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Vitória de Almeida. **Para além de bordadeiras: a representação feminina nos periódicos *Jornal das Moças* e *Modas e Bordados* durante os Estados Novos (1937–1945)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MAGNIETO VENTURA, Lledó. “As mães da nação”: el papel de las fascistas brasileñas y españolas en el proyecto de reconstrucción nacional de Ação Integralista Brasileira y Falange Española. Una mirada desde la prensa (1935-1945). **Anuario de la Escuela de Historia**, Rosario, n. 43, 2025. Doi: <https://doi.org/10.35305/aeH.vi43.458>.

MAIO, Marcos Chor. **Nem Rothschild Nem Trotsky. O pensamento antisemita de Gustavo Barroso**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

MANCILHA, Virginia Maria Netto. Nas páginas da imprensa feminina: uma análise da revista Brasil Feminino e da participação no movimento do Sigma (1932-1937). In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (org.). **Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

MANCILHA, Virginia Maria Netto. Nas páginas da imprensa feminina: uma análise da revista Brasil Feminino e da participação no movimento do Sigma (1932-1937). In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (org.). **Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

MANFRINATTI, Mariana Machado. **Mulheres integralistas e o mito da passividade feminina: Nilza Perez e o “feminismo verde” (1932-1937)**. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, PR, 2023.

MANN, Michael. **Fascistas**. Lisboa: Edições 70, 2011.

MANRIQUE ARRIBAS, Juan Carlos. Incidencia del ideal de mujer durante el franquismo en el ámbito de la familia y la actividad física. **Feminismos**, n. 23, 2014.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **As origens do fascismo**. São Paulo: Editora Alameda, 2010.

MARINHO, Cláudia Guiomar; MOREIRA, Fernando Alberto Torres. “O que nós queremos que as nossas raparigas sejam”, de Hilda Correia, ou o arquétipo da mulher ideal no Estado Novo. **Revista de Letras UTAD/Ciências da Cultura**, v. 2, n. 1, p. 65-87, 2025. Doi: <https://doi.org/10.58155/revistadeletras.v2i1.563>.

MARQUES, Bruno Sousa; GUARDA, Israel Vindeirinho. Tradição e Modernismo na construção da “nova” mulher do Estado Novo português: fotografia e propaganda no Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina (1939-1947). **Estudos Ibero-Americanos**, v. 46, n. 2, 2020.

MARQUES, Gabrielle dos Santos. Blusas Verdes: um contramovimento de mulheres na década de 1930. **Plural**, Brasil, v. 31, n. 1, p. 98-118, 2024. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2024.223029>.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (org.). **O corporativismo em português: Estado, Nação e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. **A grande imprensa “liberal” da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História dos conceitos e conceitos na História: a imprensa como fonte/objeto da História conceitual do político. *In*: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (org.). **Capítulos de história política: fontes, objetos e abordagens**. São Leopoldo, RS: Oikos, 2018. p. 53-74.

MATEO DIESTE, Josep Lluís; MURIEL GARCÍA, Nieves. “**A mi querido Abdelaziz..., de tu Conchita**”: Cartas entre españolas y marroquíes durante el Marruecos colonial. Madrid: Icaria, 2020.

MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma história da mulher**. Bauru, SP: Edusc, 2000.

MATOS, Maria Izilda Santos de. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**, v. 19, n. 19, p. 5-15, 2024.

MAZOWER, Mark. **La Europa negra**: desde la Gran Guerra hasta la caída del comunismo. El Puig (Valencia): Barlin Libros, 2017.

MÓNICA, Maria Filomena. A evolução dos costumes em Portugal – 1960-1995. *In*: BARRETO, António (org.). **A situação social em Portugal, 1960-1995**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996. p. 215-231.

MONTEIRO, Miguel Maria Santos Correia. **A Mocidade Portuguesa Feminina no Liceu Nacional Infanta D. Maria de Coimbra**: contributo para o estudo da educação em Portugal. 2010. Dissertação (Mestrado em História da Educação) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

MORANT I ARIÑO, Antonio. **Mujeres para una “Nueva Europa”**: las relaciones y visitas entre la Sección Femenina de Falange y las organizaciones femeninas nazis, 1936-1945. 2013. Thesis (Doctorado en Historia Contemporánea) – Universitat de València, València, 2013.

MORANT I ARIÑO, Toni. “Las mujeres que también fueron fascistas”. Los primeros años de la Sección Femenina de Falange en una mirada transnacional. **Historia del Presente**, n. 32, p. 11-26, 2018. Doi: <https://doi.org/10.5944/hdp.32.2018.40439>.

MORANT I ARIÑO, Toni. “Por tierras del país hermano”. Las visitas de Pilar Primo de Rivera a la Alemania nazi, 1938-1943. **Anuario de la Escuela de Historia**, n. 43, 2025. Doi: <https://doi.org/10.35305/ae.h.vi43.461>.

MORANT I ARIÑO, Toni. A aprendizagem transnacional e o peso do âmbito nacional: as mulheres da Falange Espanhola no universo fascista do entreguerras. **Análise Social**, v. 59, n. 252, 2024. Doi: <https://doi.org/10.31447/202250>.

MORANT I ARIÑO, Toni. Estado totalitario y género: el referente alemán para la *Sección Femenina* de Falange, 1936-1945. **Alcores**, n. 13, p. 63-83, 2012. Doi: <https://doi.org/10.69791/rahc.145>.

MORANT I ARIÑO, Toni. Gender and nation for fascist women in Italy, Germany, Brazil and Spain in the 1930s and 1940s. *In*: MORANT I ARIÑO, Toni; SANZ, Julián; SAZ, Ismael (org.). **The Right and the Nation. Transnational Perspectives**. London: Routledge, 2023. v. 1.

MORANT I ARIÑO, Toni. Para influir en la vida del Estado futuro: discurso – y práctica – falangista sobre el papel de la mujer y la feminidad, 1933-1945. **Historia y Política**, n. 27, p. 113-141, 2012.

MORANT I ARIÑO, Toni. Spanish Fascist Women's Transnational Relations during the Second World War: Between Ideology and Realpolitik. **Journal of Contemporary History**, v. 54, n. 4, p. 834-857, 2019. Doi: <https://doi.org/10.1177/0022009418798440>.

MORANT I ARIÑO, Toni. Uma primeira aproximação comparada ao fascismo feminino no Brasil e na Espanha, 1932-1937. **Locus: Revista de História**, v. 25, n. 2, 2019. Doi: <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2019.v25.28563>.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O perigo é vermelho e vem de fora: o Brasil e a URSS. **Locus: Revista de História**, v. 13, n. 2, 2007.

NASH, Mary. Pronatalismo y maternidad en la España franquista. In: BOCK, Gisela; THANE, Pat (ed.). **Maternidad y políticas de género**: La mujer en los Estados del bienestar europeos, 1880-1950. Madrid: Cátedra, 1996. p. 279-307.

NETO, Vítor. Carneiro Pacheco e a Escola: o regresso de Deus. In: GARNEL, Rita; OLIVA, João Luís (org.). **Tempo e história, ideias e políticas**: estudos para Fernando Catroga. Coimbra: Almedina, 2015.

OFFEN, Karen. **Feminismos europeos, 1700-1950**: una historia política. Tres Cantos: Akal, 2015.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **“Perante o Tribunal da História”**: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, Vilson Jaques de; CASTANHA, André Paulo. O ensino primário na Era Vargas: da necessidade à realidade. **Cadernos de História**, v. 24, n. 40, p. 80-100, 2023.

PALACIO, Linaia de Vargas. **Brasil Feminino**: disputas discursivas, alianças políticas e escrita de mulheres na imprensa entre 1932 e 1937. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

PALHARES, Lenir. **“Educação integral para o homem integral”**: as escolas integralistas em Minas Gerais (1932-1937). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

- PASCHKES, Maria Luisa de Almeida. **A ditadura salazarista**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PAXTON, Robert. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- PAYNE, Stanley G. **El fascismo**. Madrid: Alianza Editorial, 2014.
- PAYNE, Stanley G. **Historia del fascismo**. Barcelona: Planeta, 1995.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22, p. 270-283, 2011. Doi: <https://doi.org/10.1590/2237-101X012022015>.
- PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. **Guardai-vos dos falsos profetas: matrizes do discurso anticomunista católico (1935-1937)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, 2010.
- PÉREZ CLIMENT, Borja. Saludo, brazo en alto, al estado totalitario brasileño: la construcción del Estado Novo interpretada por la prensa falangista. **Estudios Históricos**, v. 38, n. 87, 2025. Doi: <https://doi.org/10.1590/S2178-149420250703>.
- PERROT, Michelle. **As mulheres e os silêncios da história**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Unesp, 1998.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PIMENTEL, Irene Flunser. **A cada um o seu lugar: a política feminina do Estado Novo**. Porto: Bloco Gráfico, 2011.
- PIMENTEL, Irene Flunser. A Mocidade Portuguesa Feminina nos dez primeiros anos de vida (1937-47). **Penélope: Estudos sobre a História das Mulheres**, n. 19-20, p. 161-187, 1998.
- PIMENTEL, Irene Flunser. **Contributos para a história das mulheres no Estado Novo: as organizações femininas do Estado Novo. A “Obra das Mães pela Educação Nacional” e a “Mocidade Portuguesa Feminina” (1936-1966)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea – Século XX) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996.
- PIMENTEL, Irene Flunser. **História das organizações femininas do Estado Novo**. Lisboa: Temas e Debates, 2001.
- PIMENTEL, Irene Flunser. La Mocidade Portuguesa Feminina y la *Sección Femenina* de la Falange Española. Un análisis comparativo. **Historia del Presente**, n. 32, p. 43-56, 2018. Doi: <https://doi.org/10.5944/hdp.32.2018.40441>.
- PIMENTEL, Irene Flunser. **Mocidade Portuguesa Feminina**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007.
- PIMENTEL, Irene Flunser. **Mocidade Portuguesa Feminina: educada para ser boa esposa, boa mãe, católica e obediente**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.
- PIMENTEL, Irene. A Mocidade Portuguesa Feminina e a Itália fascista. **Officina della Storia**, 2020.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, António Costa. **A América Latina na era do fascismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

PINTO, António Costa. El “Estado Nuevo” de Salazar: las paradojas de la hibridación en la era fascista. In: GÓMEZ BRAVO, Gutmaro (org.). **Civilización o barbarie. El totalitarismo y la construcción de la Europa moderna**. Madrid: Editorial Pablo Iglesias, 2016.

PINTO, António Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (org.). **O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

POMINI, Igor Pasquini. **Autogestão, sindicalismo e moderação: a CNT e a Revolução Espanhola (1936-1937)**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

POSSAS, Lídia M. Vianna. As blusas-verdes e as marchadeiras: movimentos de mulheres e de participação política nos anos 30 e 60. **Revista Nuevas Tendencias en Antropología**, n. 3, p. 20-43, 2012.

POSSAS, Lídia Maria Vianna. As cartas femininas: relações de gênero na escrita das blusas-verdes. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – O LUGAR DA HISTÓRIA, XVII, Campinas, SP, 2004. **Anais [...]**. Campinas, SP, 2004.

POSSAS, Lídia Maria Vianna. O integralismo e a mulher. In: POSSAS, Lídia Maria Vianna; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro (org.). **Integralismo: novos estudos e reinterpretações**. Rio Claro, SP: Arquivo do Município, 2004.

POSSAS, Lídia Maria Vianna. Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado (1932-1938). In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de Si. Escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 257-277.

POSSAS, Lídia Maria Vianna; CAVALARI, Rosa M. F. (org.). **Integralismo: novos estudos e reinterpretações**. Rio Claro, SP: Arquivos Público e Histórico do Rio Claro, 2004.

PREDEBON, Gabriel Soares. **A trajetória e as colunas cinematográficas de Ironides Rodrigues para A Marcha (1954-1962)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

PUEO DOMÍNGUEZ, Juan Carlos. La novela de humor y la censura: el caso Jardiel Poncela. **Tropelías: Review of Literary Theory and Comparative Literature**, n. 1, p. 260-267, 2017.

PURDY, Sean. A história comparada e o desafio da transnacionalidade. **Revista de História Comparada**, v. 6, p. 64-84, 2012.

QUELER, Jefferson José. Do fascismo ao populismo na história. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 47, n. 3, 2021. Doi: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2021.3.39315>.

RABAZAS ROMERO, Teresa. La educación física del Magisterio femenino en el franquismo. **Revista Complutense de Educación Madrid**, v. 11, n. 2, p. 167-198, 2000.

REINISCH, Jessica. Introduction: Agents of Internationalism. **Contemporary European History**, v. 25, Issue 2, p. 195-205, 2016. Doi: <https://doi.org/10.1017/S0960777316000035>.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. A internacionalização das ideias pedagógicas no início do século XX: da república portuguesa à Espanha republicana. **Ler História**, n. 56, p. 105-127, 2009.

RICHMOND, Kathleen. **Las Mujeres en el Fascismo Español: la Sección Femenina de Falange, 1934-1959**. Madrid: Alianza, 2004.

RODRIGUES, Ana Livia; COSTA, Ramayana. Mulheres ultraconservadoras. **Revista de Ciências Sociais**, v. 53, n. 1, p. 97-141, 2022. Doi: <https://doi.org/10.36517/rcs.53.1.d04>.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 30, 1995.

ROSAS, Fernando. **O Estado Novo**. Lisboa: Estampa, 1998.

ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social**, v. 35, n. 157, p. 1.031-1.054, 2001.

ROSÓN VILLENA, María. **Género, memoria y cultura visual en el primer franquismo: materiales cotidianos, más allá del arte**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2016.

SALGADO, Plínio. **A mulher no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editorial Guanabara, 1949.

SANTORUM, Andreise Gauterio. **Fascismo à brasileira: juventude e imprensa como instrumentos de doutrinação da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SANTORUM, Andreise Gauterio. **Palcos do Império: o teatro português em Angola durante o Estado Novo (1930-1950)**. 2023. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

SANTOS, Juliá. **La Guerra Civil Española: de la Segunda República a la dictadura de Franco**. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2019.

SANTOS, Luana Dias; BENTO, Mona Mares Lopes da Costa. Gênero e afetividades políticas: a participação das mulheres nas fileiras da ação integralista brasileira sob a condição de “mulher de bem”. **Revista Mosaico – Revista de História**, v. 16, n. 4, p. 81-90, 2024. Doi: <https://doi.org/10.18224/mos.v16i4.13533>.

SAUNIER, Pierre-Yves. Learning by Doing: Notes about the Making of the Palgrave Dictionary of Transnational History. **Journal of Modern European History**, p. 159-180, 2008.

SAZ, Ismael. El franquismo. ¿Régimen autoritario o dictadura fascista? In: TUSELL, Javier; SUEIRO, Susana; MARIN, José Maria; CASANOVA, Marina (ed.). **El régimen de Franco (1936-1975). Política y relaciones exteriores**. Madrid: UNED, 1993.

SAZ, Ismael. Entre el nacionalcatolicismo y el fascismo: las religiones del franquismo. **Storicamente**, Bologna, n. 15, art. 16, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://storicamente.org/sites/default/images/articles/media/2088/saz-religiones-del-franquismo-nacionalcatolicismo.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2026.

SAZ, Ismael. **Fascismo y franquismo**. Valencia: Universitat de València, 2004.

SAZ, Ismael. **Fascismo y nación en el régimen de Franco**: peripecias de una cultura política. València: Universitat de València, 2013.

SAZ, Ismael. Religión política y religión católica en el fascismo español. In: BOYD, Carolyn P. (ed.). **Religión y política en la España contemporánea**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales y Políticos, 2007. p. 33-55.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2011.

SCHARGEL, Sergio. O imaginário anticomunista de Plínio Salgado no Manifesto de maio: um fantasma sempre em ronda. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 9, n. 1, 2023. Doi: <https://doi.org/10.15210/rsulacp.v9i1.24930>.

SEIGEL, Micol. Beyond Compare: Comparative Method After the Transnational Turn. **Radical History Review**, v. 91, p. 62-90, 2005. Doi: <https://doi.org/10.1215/01636545-2005-91-62>.

SILVA, Carla Luciana. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Rogério Souza. A política como espetáculo: a reinvenção da história brasileira e a consolidação dos discursos e das imagens integralistas na revista *Anauê!*. **Revista Brasileira de História**, v. 25, n. 50, p. 61-95, 2005. p. 64. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882005000200004>.

SIMÕES, Renata Duarte. **A educação do corpo no jornal *A Offensiva* (1932-1938)**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SIMÕES, Renata Duarte. Nem só mãe, esposa e professora: os múltiplos campos de atuação da mulher militante integralista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Anpuh, 2011. p. 1-17.

SIMÕES, Renata Duarte. O jornal *A Offensiva* e a mulher integralista. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, XVI, 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2014.

SIMÕES, Renata Duarte; GOELLNER, Silvana Vilodre. Educação física e esportes na Ação Integralista Brasileira: Hollanda Loyola e a educação do corpo. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, n. 2, p. 263-272, 2012.

SIMÕES, Renata Duarte; SIMÕES, Ricardo Duarte; SILVA, Ticiane Ribeiro. Mulheres integralistas: enfermeiras “blusas-verdes” a serviço da nação. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 21, n. 1, p. 140-149, 2012.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 234-241.

SOUZA, Lidiane Aparecida Silva de. **Imprensa feminina**: a mulher vista nas páginas das revistas. 2002. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2002.

STEPHENSON, Jill. **Women in Nazi Society**. London: Croom Helm, 1975.

STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; ASHERI, Maia (org.). **El nacimiento de la ideología fascista**. Madrid: SigloVintiuno de España Editores, 1998.

SUBRAHMANYAM, Sanjah. **Império em concorrência**. Histórias conectadas nos séculos XVI e XVII. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

TANAGINO, Pedro Ivo Dias. **A síntese integral**: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939). 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2018.

TANAGINO, Pedro Ivo Dias. Miguel Reale e a “questão judaica” na Ação Integralista Brasileira: a função do mito político da “conspiração” na propaganda antiliberal e anticomunista da imprensa integralista (1932-1938). In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (org.). **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista. Rio de Janeiro: Autografia, 2019. v. 3. p. 61-92.

TELO, António José. A obra financeira de Salazar: a “ditadura financeira” como caminho para a unidade política, 1928-1932. **Análise Social**, v. 29, n. 128, p. 779-800, 1994. Doi: <https://doi.org/10.31447/AS00032573.1994128.02>.

TESSADA SEPÚLVEDA, Vanessa. El Servicio Exterior y la Sección Femenina de FET y de las JONS. Intentos de acercamiento con América Latina (1938-1950). **Historia** 396, v. 9, n. 3, p. 19-40, 2019.

THELEN, David. The Nation and Beyond: Transnational Perspectives on United States History. **The Journal of American History**, v. 86, p. 965-975, 1999. Doi: <https://doi.org/10.2307/2568601>.

THOMSON, Jennifer. Gender and Nationalism. **Nationalities Papers**, v. 48, n. 1, p. 3-11, 2019. Doi: <https://doi.org/10.1017/nps.2019.98>.

TRALDI, Daniela Moraes. Christian Political Hypermasculinity: Brazilian Fascism in the 1930s. **Gender & History**, v. 36, issue 2, p. 1-22, 2023. Doi: <https://doi.org/10.1111/1468-0424.12691>.

TRALDI, Daniela Moraes. **God, Fatherland, Family: Integralismo and the Making of the Far-Right in Twentieth Century Brazil**. 2024. Thesis (Doctorate in History) – University of New York, New York, 2024.

TRAVERSO, Enzo. Espectros del fascismo: Metamorfosis de las derechas radicales en el siglo XXI. **Pasajes**, n. 50, p. 4-20, 2016.

TRAVERSO, Enzo. Interpretar el fascismo: notas sobre George L Mosse, Zeev Sternhell y Emilio Gentile. **Ayer**, n. 60, p. 227-258, 2005.

TRINDADE, Hélió. **A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes**. SciELO-Editora da UFRGS, 2016.

TRINDADE, Hélió. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

TRINDADE, Hélió. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difel, 1979.

VAQUINHAS, Irene. Estudos sobre a história das mulheres em Portugal: as grandes linhas de força do século XXI. **INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar**, v. 6, n. 1, p. 241-253, 2009. Doi: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2009V6N1P241>.

VAQUINHAS, Irene; GUIMARÃES, Maria Alice Pinto. Economia doméstica e governo do lar: os saberes domésticos e as funções da dona de casa. In: MATTOSO, José (org.). **História da Vida Privada em Portugal: a época contemporânea**. Porto: Temas e Debates, 2011. p. 194-221.

VÄYRYNEN, Tarja. War agency in women's auxiliary military organizations: the case of Lotta Svärd in Finland. **International Feminist Journal of Politics**, v. 25, n. 3, p. 1-20, 2022.

VENTURINE, Eliane. Falange Espanhola no Brasil. **Revista Ponto de Vista**, v. 3, n. 1, p. 55-62, 2006.

VIANA, Giovanni Noceti. **Orientar e disciplinar a liberdade: um estudo sobre a educação nas milícias juvenis integralistas – 1934/1937**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

VIEIRA, Newton Colombo de Deus. **Além de Gustavo Barroso: o antissemitismo na ação integralista brasileira (1932-1937)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

VILAR, Pierre. **A guerra da Espanha, 1936-1939**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.